

A HISTÓRIA
DESCONHECIDA
DOS SOLDADOS
BRASILEIROS
NA SEGUNDA
GUERRA

WILLIAM WAACK AS DUAS FACES DA GLÓRIA

A FEB vista pelos seus aliados e inimigos



DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.org](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



AS DUAS FACES DA GLÓRIA

A FEB vista pelos seus aliados e inimigos

WILLIAM WAACK
AS DUAS FACES
DA GLÓRIA
A FEB vista pelos seus aliados e inimigos

Copyright © William Waack, 1985

Copyright © Editora Planeta, 2015

Todos os direitos reservados.

CONSULTORIA EDITORIAL: Diego Rodrigues e Leonardo do Carmo (Obá Editorial)

PREPARAÇÃO DE TEXTO: Débora Tamayose

REVISÃO: Jumi Oliveira, Patrícia Zagni, Katharina Cotrim e Débora Teodoro

PROJETO GRÁFICO DE MIOLO E DIAGRAMAÇÃO: Carol Ohashi

CAPA: Companhia

IMAGENS DE CAPA: Arquivo Histórico do Exército

CADERNO DE IMAGENS:

CONVERSÃO EBOOK: Hondana

1-29 – Arquivos pessoais de William Waack e álbuns de família de Orlinda Von Gablenz-Rauch, Ernst Rinsche, Erich Winkelmann, Heinz Herre, Alfred Pfeffer, Otto Schweitzer e Lotar Mull, além de reproduções de documentos

30-33, 45-56 – Fundação Getúlio Vargas - CPDOC

34-35, 37-43, 57 – Arquivo Histórico do Exército

36 – Easypix

44 – Giovani Baldini/Creative Commons

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

W11d

Waack, William, 1952-

As duas faces da glória: a FEB vista pelos seus aliados e inimigos / William Waack. - 1. ed. - São Paulo: Planeta, 2015.

ISBN 978-85-422-0477-3

1. Brasil. Exército. Força Expedicionária Brasileira. 2. Guerra mundial, 1939-1945 - Brasil. 3. Brasil - Política e governo - 1930-1945. 4. Guerra Mundial, 1939-1945 – Campanhas - Itália. I. Título.

15-1934

CDD-940.5381

CDU-94(81).082/.083

2015

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Padre João Manoel, 100 – 21º andar

Ed. Horsa II – Cerqueira César

01411-000 – São Paulo-SP

www.planetadelivros.com.br

atendimento@editoraplaneta.com.br

A Iris, minha mulher

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

INTRODUÇÃO DA NOVA EDIÇÃO

1. CHEGANDO

2. OS ALEMÃES, ESSES ANÔNIMOS

3. O CAMINHO PARA MONTE CASTELLO

4. OS DESCONHECIDOS DO 101/19

5. GELO, SANGUE E CRISE

6. ENFIM, A VIRADA

7. DE MONTESE A FORNOVO

8. TENTANDO ENTENDER

CRONOLOGIA

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Este livro não é contra a Força Expedicionária Brasileira, embora documentos e depoimentos apresentados desmintam ou corrijam muito do que se vem dizendo nos últimos quarenta anos sobre a participação de brasileiros na Segunda Guerra Mundial. É uma contribuição à História do Brasil, e não um libelo. Pertencço à geração que nasceu vários anos depois do conflito, quase nada aprendeu sobre ele na escola e nunca votou para Presidente. Esse último fato pode ser atribuído em boa medida a alguns dos oficiais que estiveram na FEB.

Meu interesse no assunto (que me parecia já ter sido tratado exaustivamente quando comecei a ler sobre a campanha) nasceu de um projeto de rotina elaborado em princípios de 1984 para o *Jornal do Brasil*, que eu representava desde 1979 como correspondente na Alemanha e, mais tarde, na Inglaterra. A ideia de então era ver se registravam, nos arquivos e junto a pessoas, ecos da presença de 25 mil brasileiros (entre muitas outras nacionalidades), ao lado dos americanos, combatendo alemães na Itália.

As primeiras consultas de obras alemãs de referência sobre o período, seguindo-se à leitura de obras brasileiras fundamentais, bastaram para suscitar a suspeita de que muito pouco – na verdade, quase nada – se sabia no Brasil sobre o adversário de há quarenta anos. As informações disponíveis no Brasil eram, no mínimo, incompletas. O mesmo quadro, em linhas gerais, se repetiria em relação ao que os aliados americanos pensavam dos brasileiros.

Tudo isso talvez possa parecer um pouco como justificativa para lançar num mercado saturado de relatos, memórias e reminiscências mais um livro sobre a atuação dos pracinhas na Itália. Logo observei, contudo, que a tarefa de narrar a campanha da FEB, bem como a de interpretar os fatos, havia permanecido (e continua permanecendo) quase exclusivamente a cargo dos protagonistas brasileiros de então. Exceto alguns poucos pronunciamentos oficiais, raramente, nos trabalhos publicados no Brasil, fez-se uso de fontes estrangeiras, nem houve, aparentemente, preocupação de cotejar a versão oficial e laudatória com o relato de alemães e americanos.

Não pretendo assumir, neste livro, a defesa de princípios metodológicos como “distância” ou “imparcialidade”. Procuro apenas realizar trabalho jornalístico, o qual implica a crítica histórica, isto é, fundada em documentos, das versões até agora dadas como boas e verdadeiras.

Meu trabalho como repórter iniciou-se com a busca de testemunhas oculares alemãs que ajudassem a completar o quadro do que foi a luta dos brasileiros na guerra da Itália. Não foi tarefa fácil, basicamente porque os alemães que a FEB enfrentou nos Apeninos foram

recrutados entre jovens inexperientes no fim da guerra e veteranos retornados, por diferentes motivos, dos campos de batalha decisivos. Ao contrário de outras unidades com certa tradição (incluindo-se as SS, responsáveis por crimes de guerra), os ex-combatentes da principal unidade adversária dos brasileiros nos Apeninos não possuíam “glórias” militares para celebrar. Nunca mais se encontraram depois da guerra, não formaram associação de veteranos e desapareceram como agulhas no palheiro de um país que reagrupou milhões de pessoas em lugares diversos de suas origens depois da catástrofe de 1945.

Fiquei extremamente surpreendido com as primeiras entrevistas com os ex-oficiais alemães que pude localizar. Muitos nunca tinham sabido que o Brasil declarara guerra ao III Reich, nem que havia enviado soldados para combatê-lo – nada sabiam, embora estacionados durante cinco meses no trecho da frente ocupada pela FEB. Além disso, a versão que sobreviventes alemães e os poucos documentos ainda existentes após a destruição pelo fogo dos arquivos da Wehrmacht, em Potsdam, forneciam da participação brasileira contrastava fortemente com a grandiloquência que se encontra em muitas narrativas sobre a FEB.

Por conta própria, lancei-me, então, em busca da opinião que americanos e ingleses poderiam ter externado sobre os brasileiros naquela época. Tive presente, nessa pesquisa, os interesses políticos dos governos envolvidos no conflito; essa consciência fez-me ver com reserva – e negar o caráter de versão definitiva de nossa participação na guerra – os elogios formais de generais americanos a seus colegas brasileiros.

Os resultados das pesquisas em Londres e Washington, as quais seguiam aos meses de trabalho em Bonn e Freiburg, entre muitas outras cidades alemãs, superaram minhas expectativas. De fato, os americanos fixaram no papel observações profissionais e opiniões pessoais praticamente sobre a vida dos brasileiros na Itália, descendo a pormenores da organização da FEB e seu cotidiano. Ignoro em que medida os responsáveis por nossas forças armadas tiveram conhecimento, na época, da contradição entre os elogios públicos dos generais e as severas críticas redigidas por oficiais americanos encarregados de acompanhar ou instruir os militares brasileiros, e encaminhadas aos generais americanos em documentos confidenciais ou secretos. O fato é que esse material, até agora, não foi publicado no Brasil. Muitos desses documentos integram este livro.

Vários deles falam por si e dispensam maiores comentários. Uma observação, porém, julgo necessária. Ao longo do trabalho de pesquisa, nasceu espontaneamente profunda simpatia pelos brasileiros simples e humildes lançados sem treinamento e sem preparo numa guerra cujos sentido e alcance muitos deles nunca entenderam. Nutro enorme admiração pelos que se esforçam por superiores muitas vezes apontados nos documentos como omissos ou, simplesmente, incompetentes. Confesso que a inutilidade de muitas mortes ainda me assombra.

A ideia subjacente neste livro não é, gostaria de deixar claro, reacender monótonas polêmicas entre diversas facções militares ou dar apoio a diferentes versões particulares a respeito de indivíduos ou episódios isolados. Por isso tudo, decidi não publicar os nomes das unidades ou de integrantes da FEB quando julguei que suas menções em relatórios americanos eram simplesmente episódicas.

Este trabalho é dirigido em primeiro lugar a minha geração, que é chamada agora a participar da direção dos destinos de seu país e desconhece a própria história. Minha

pretensão é pintar um quadro do que ocorreu em 1944 para entender também o que veio em 1964, e ambos os fatos são fundamentais para a compreensão do Brasil de 1985. Não possuo a ambição de reescrever um período específico de nosso passado. Estou convencido de que este livro pode ser uma contribuição para novas reflexões sobre o passado e para que a História comece a ser escrita com critérios realmente sérios e científicos. Ficaria para estudos posteriores, por exemplo, examinar em que medida certas deficiências profissionais entre militares levam diretamente ao autoritarismo.

Na medida do possível, procurei escrever buscando estimular o interesse de um leitor presumivelmente não familiarizado com problemas militares, pouco atento a esse tipo de assunto e só provido de informações incompletas sobre a FEB. O uso intensivo de documentos militares exige algumas breves explicações para que a leitura se torne mais fluente.

A identificação de papéis oriundos de arquivos militares alemães oferece menos dificuldade, embora esteja disponível, sobre o período em que a FEB atuou na Itália, o que sobrou da documentação de apenas duas unidades. O leitor não terá problemas em decifrar algumas das notas bibliográficas, bastando prestar atenção às referências no princípio de cada capítulo.

O uso de fontes americanas abrangeu basicamente a Operations Division (OPD) e a Modern Military Field Operations, ambas do National Archives, em Washington. Quanto às inglesas, pertencem em sua grande maioria aos arquivos do War Office (WO), guardados no Public Records Office, em Londres. Nas referências bibliográficas a essas fontes, o primeiro grupo de números indica a classificação do documento; o segundo, sua pasta.

A ordem dos capítulos é cronológica. Os dois primeiros apresentam os atores (a FEB e os alemães), com ênfase nos fatos e episódios que julguei inéditos no Brasil. Achei desnecessário tomar o tempo do leitor expondo outra vez já conhecidas polêmicas sobre a formação da FEB, as indecisões da ditadura Vargas sobre qual lado apoiar na guerra etc. Nos Capítulos 3 a 7, o livro se ocupa com a descrição da atuação da FEB na Itália – vista pelos outros. Com as notas já prontas, decidi incluir um capítulo final, no qual procuro sistematizar alguns pontos capazes de gerar dúvidas. Além disso, minha longa permanência como correspondente de dois jornais brasileiros na Alemanha imbuiu-me da vontade de contar ao leitor o que eram esses alemães naquela época, de acordo com a literatura disponível, e no que se transformaram, tal como eu os vejo hoje.

Quero agradecer às pessoas e instituições que tornaram este livro possível. Entre meus colegas de profissão que ajudaram direta ou indiretamente, destacaria Araujo Netto, em Roma, Bel Bicalho e Chaim Litewski, em Londres, além de Edgardo Costa Reis, Sergio Motta Mello e Selma Santa Cruz, em Washington. Fernando D'Arienzo, pesquisador de História em São Paulo, ajudou-me com referências a fontes brasileiras.

Na Alemanha, órgãos governamentais como o Bundespresseamt e o Militärgeschichtliches Forschungsamt, do Ministério da Defesa, foram solícitos e cooperativos. Contribuição importante foi dada pelo Bundesarchiv-Militärarchiv, de Freiburg, e meus agradecimentos dentro dessa instituição se dirigem ao *herr* Meyer, especialista na Wehrmacht, e sua inesgotável paciência. Minha gratidão como repórter devo a uma pessoa empregada na antiga Wehrmachtauskunftsstelle, de Berlim, que tem de

permanecer anônima. Ela driblou pesadas barreiras burocráticas e me forneceu indicações fundamentais. Essa gratidão se estende ainda a veteranos como Lotar Mull, Heinz Herre, Erich Winkelmann, Joseph Beckmann, Alfred Pfeffer e Otto Schweitzer, que cederam fotos, relíquias pessoais, e facilitaram o trabalho de busca de outros sobreviventes, além da viúva e da filha do general Otto Fretter-Pico.

Ainda quanto à parte alemã, este livro não poderia ter sido escrito sem a colaboração decisiva de duas pessoas: a baronesa Orlinda von Gablenz-Rauch, filha e única parente direta ainda viva do general barão Eccart von Gablenz, o comandante dos alemães que a FEB enfrentou nos Apeninos, e o ex-sargento Ernst Rinsche, ordenança e amigo por quatro décadas do general.

A baronesa teve de superar sua aversão à imprensa, desde que jornalistas começaram a se ocupar de sua vida particular, e, principalmente, as dificuldades em recordar um passado que ela nunca pretendeu cultivar. Ernst Rinsche estava muito velho e já quase surdo, quando o entrevistei. Tive de pedir desculpas a sua mulher, sempre preocupada com a saúde do ex-sargento: ele se emociona profundamente quando solicitado a recordar os horrores que viveu (sua frio, acorda de noite gritando os nomes de pessoas mortas). Ernst Rinsche lembra-se bem dos brasileiros. Ele me disse que gostaria de encontrar algum dia os veteranos da FEB – não guarda rancor de qualquer de seus ex-adversários.

Por último, a inspiração e os melhores conselhos para escrever este livro, devo-os à grandeza intelectual e ao raciocínio afiado de meu velho, Oliveiros S. Ferreira. A responsabilidade por qualquer erro ou deficiência é exclusivamente minha.

Londres, janeiro de 1985.

INTRODUÇÃO DA NOVA EDIÇÃO

As duas faces da glória é uma narrativa de guerra. Tem uma perspectiva bem definida: é a visão dos “outros”, ou seja, é como inimigos e aliados dos brasileiros perceberam nossa participação durante combates por terra (o livro trata da FEB, a Força Expedicionária Brasileira, não confundir com o contingente de pilotos de combate da FAB, a Força Aérea Brasileira) ao final da Segunda Guerra Mundial num teatro de operações secundário na Itália, entre 1944 e 1945. A perspectiva dos inimigos alemães resultou de relatos de ex-combatentes (um total de 28),^[1] que tiveram contato direto com os brasileiros, entrevistados por mim em 1984, quarenta anos depois dos acontecimentos. Os depoimentos foram acompanhados do pouco que restou dos arquivos das unidades relevantes da Wehrmacht, obtidos em instâncias oficiais alemãs. Por sua vez, a perspectiva dos aliados está baseada exclusivamente em uma volumosa quantidade de documentos elaborados durante os acontecimentos, e publicados pela primeira vez quando saiu *Duas faces*. O material está em arquivos oficiais em Londres e Washington. Seria mesmo difícil esperar que essa perspectiva, por ser a dos “outros”, coincidissem com as laudatórias versões oficiais brasileiras divulgadas imediatamente após o conflito e adotadas, década após década, como expressão da “verdade” imutável e do obrigatório exercício patriótico de enaltecimento do sacrifício de soldados brasileiros.

Quando foi publicado, em 1985, o livro acabou vítima da polarização política da época. Àquela altura eu acabava de encerrar um período de onze anos como correspondente de jornais brasileiros na Europa,^[2] mas os colegas que dirigiam a redação do *Jornal do Brasil*, no Rio, em 1984, preocupados em não afrontar os militares – que se preparavam para entregar o poder aos civis –, preferiram não publicar então a reportagem que serviria de ponto de partida para o livro. Achavam que o contraste oferecido pela perspectiva dos “outros” em relação às versões oficiais brasileiras seria considerado uma provocação aos militares. De fato, o livro acabou sendo interpretado como provocação por militares da ativa e da reserva, embora nunca tivesse sido essa a intenção. A obra mereceu menção numa ordem do dia do comandante do então II Exército, para o qual a motivação do autor em “denegrir as forças armadas” era o fato de ser “filho de um oficial alemão”.^[3] Alguns ex-combatentes brasileiros consideraram-se ofendidos (o que lamento sinceramente) e seguiram na mesma trilha, enquanto outros usaram a documentação publicada pela primeira vez, especialmente aquela provida pelo lado aliado (e, que eu saiba, nunca revidada) como argumento numa inócua e já esquecida discussão sobre “heroísmo” e “protagonismo” do contingente brasileiro no teatro de operações da Itália. A superficialidade do debate estendeu-se a livros, publicados uma década depois, tão precários

em argumentação quanto em fundamentação elaborada a partir de fontes primárias. De novo, ecoando a velha ordem do dia do II Exército, o debate foi sobre as “intenções” do autor do texto (eu), com pouquíssima ou irrelevante apresentação de qualquer fato, fonte ou material novo que justificasse a “acusação” de ser “injusto” com a FEB. Chegou até a ser curioso, para mim, constatar como boa parte das publicações consideradas “relevantes” no Brasil sobre a Segunda Guerra Mundial renuncia ao básico do básico, que é procurar informações no outro lado, isto é, entre os ex-inimigos também.

É a massa de material de arquivos britânicos e americanos – além dos depoimentos de ex-combatentes inimigos, e material (bem menos copioso) dos arquivos alemães – que merece ser interpretada e avaliada, sobretudo à luz das contingências e do espírito da época, coisa que autores sem boa formação em História e seus conceitos e, como sempre, presos a uma agenda política do cotidiano, não são capazes de compreender. “Justo” ou “injusto” são categorias morais de quem tenta entender a História pelo ângulo do “politicamente correto” – o que muda bastante conforme a época, como é notório menos para os prisioneiros dessa armadilha. Discutir se a participação do Brasil nos combates na Itália foi “gloriosa” ou não é como discutir se os bandeirantes que expandiram nosso território eram “gloriosos conquistadores” ou “bandidos escravocratas”, ou se Cortéz era um herói ou um genocida – é um julgamento moral. *As duas faces da glória* lida com algo que amadores engajados nesse tipo de debate supérfluo têm escassa capacidade de compreensão: é um texto sobre a percepção que os participantes de um conflito tinham da realidade ao seu redor, à sua época, e de nós, brasileiros. É um livro preocupado exatamente com o aspecto subjetivo da ação humana – e a maneira que o indivíduo tem, seja escrevendo um relatório, seja depondo sobre o que ainda lembra, de contar o pedaço do mundo que percebeu. Os “fatos” centrais de *Duas faces* são as percepções humanas do conflito, especificamente a dos aliados e dos inimigos dos soldados brasileiros. Julgar essas percepções como “injustas” é problema de quem pretende ver história pela óptica do cotidiano. Meu propósito, como narrador de história, é trazer para o público a percepção de quem tomou parte de determinado acontecimento, e confrontar esse material com as versões oficiais e respostas prontas.

Anos depois de publicada a versão original de *Duas faces* – a mesma que o leitor encontrará a seguir – conversei com veteranos brasileiros, um americano e um alemão do qual sabia o nome, mas não conseguira localizar quando preparava a reportagem/livro em 1984. Os brasileiros, que encontrei ao elaborar reportagem para o *Jornal Nacional*, pareceram-me esforçados sobretudo em preservar uma memória que, na opinião dos ex-combatentes, estava sendo rapidamente apagada. Já não guardavam rancor de *Duas faces*: pareciam genuinamente ofendidos, então, com o que consideravam descaso da sociedade brasileira pelo sacrifício deles na Itália, cinquenta anos antes. Enquanto correspondente da tv Globo, em Nova York, em 2004, localizei um sobrevivente americano da 10ª Divisão de Montanha dos combates no Monte Belvedere, nos Apeninos, em fevereiro de 1945. Ele guardava lembranças sobretudo do rigor dos treinamentos, ainda nos Estados Unidos, e menos dos combates propriamente ditos. Quanto aos brasileiros, o que o deixou mais impressionado foram as festividades num desfile da vitória na Avenida Rio Branco, no Rio, do qual ele participou. Seu orgulho maior, porém, era saber que sucessores dele na unidade formada durante a Segunda Guerra Mundial estavam combatendo no Afeganistão, caçando

o terrorista Osama bin Laden. No momento em que escrevo, elementos da 10ª continuam lá, pelo 13º ano consecutivo, o mais longo engajamento da história dessa divisão americana na mais longa guerra desse país também.

O alemão que faltava na minha lista de sobreviventes a serem entrevistados – e que figura com destaque num episódio narrado com detalhes no penúltimo capítulo do livro original – só pude encontrar em 1995, na antiga Alemanha Oriental, durante meu período como correspondente da revista *Veja* em Berlim. “Cinquenta anos depois de cair nas mãos de soldados brasileiros lutando na Itália”, escrevi, em maio de 1995, “o alemão Klaus Dietrich Polz ainda sente o gosto daquele dia: o de feijão-branco em lata com salsicha oferecido pelos seus captores. Naquela época ele tinha 20 anos, envergava orgulhoso a farda de segundo-tenente da Wehrmacht e carregava no bolso a carteirinha de dirigente da Juventude Hitlerista, na qual entrara aos 9 anos de idade. Só meio século depois ficou sabendo que virara personagem de um dos episódios famosos da FEB, no qual soldados alemães cansados da guerra levaram consigo um tenentinho nazista ao se render aos brasileiros.”

“Esse fato, simbólico para o fim da guerra na Itália, fora narrado com fina ironia já em 1945 pelo escritor Rubem Braga, que acompanhava a FEB como correspondente de guerra. No final da tarde de 11 de março daquele ano, os brasileiros despejaram cinquenta projéteis de morteiro e 25 de canhão sobre um ponto de apoio alemão numa igreja conhecida como Capilla il Monte, perto do Monte Belvedere, nos Apeninos. Os soldados alemães sobreviventes – os relatos divergem entre doze e dezessete homens – levantaram uma bandeira branca com a cruz vermelha. Ao final de 45 minutos de negociações apareceu o tenente Polz, comandante de outra companhia. Tentou convencer os soldados que se rendiam a continuar a lutar. Acabou sendo levado junto para as linhas inimigas.

“Encontrados num arquivo militar alemão, quarenta anos depois, os papéis da 114ª Divisão Ligeira confirmaram os principais detalhes: um posto de observação da artilharia alemã protocolou minuto a minuto o ocorrido (a rendição foi à corte marcial). Até mesmo a inteligência do 5º Exército, sob o qual combatia a FEB, se ocupou do tenente Polz num longo relatório secreto [...] suas frases bombásticas sobre a vitória final de Hitler e a superioridade da raça germânica, pronunciadas nos interrogatórios, foram citadas copiosamente para que os comandantes aliados tivessem uma instrutiva visão dos problemas a ser encontrados ao lidar com a juventude alemã no já então previsível pós-guerra.”

“Não foi bem assim”, disse Polz em 1995, então já “um homem na terceira idade, lutando com as sequelas de um derrame que o deixara parcialmente paralisado”. “Fiz questão de dizer que não estava me rendendo e só entreguei minha pistola e as duas granadas quando chegamos ao comando do batalhão brasileiro.” Ali alguém tomou de lembrança seu relógio de pulso, presente de primeira comunhão, lamentava. Depois do prato de feijão com salsicha, ele foi colocado num caminhão entre um motorista negro e um sargento branco. “Era uma grande novidade para mim. Eu nunca tinha visto um homem negro”, conta Polz. O sargento, que havia sacado sua arma, recebeu ordens de um oficial para guardar a pistola, mas o medo que o tenente alemão sentia não passou. “Era do jeito que os brasileiros dirigiam.”

“Insistindo em cumprimentar todo mundo com a saudação hitlerista e provocando constantemente seus interrogadores – ‘formar soldados e dominar o mundo são vocações

germânicas’, disse num dos interrogatórios – Polz conseguiu ganhar alguns tapas e tratamento de prisioneiro de grande periculosidade até que os aliados se convenceram de que ele não tinha sido criminoso de guerra nem portava nenhuma informação militar relevante. Para que o próprio Polz contasse sua história precisou cair o Muro de Berlim. Libertado como prisioneiro de guerra, passou praticamente direto de uma ditadura para outra: em 1947 entrou para o SED, o partido comunista daquilo que viria a ser, dois anos depois, a Alemanha Oriental.

“Da adoração a Hitler e suas teorias, Polz passou para a turma dos que idolatravam a União Soviética. Professor numa escola agrícola, acabou se entendendo bem com o regime comunista. Ele e sua mulher conseguiram uma vida confortável, quase idílica, morando perto de um lago. O turbilhão da reunificação alemã, em 1990, varreu o valor relativo de suas aposentadorias, e pela segunda vez na vida veio abaixo o conjunto de valores no qual ele se apoiava. Em meio a tantas lembranças e tantas transformações, o dia em que Polz foi preso pelos brasileiros ficou especialmente marcado. ‘Agradeço muito aos brasileiros. Se fossem os russos que tivessem me capturado, eu estaria morto’.”

Eu deveria, ao ter encontrado Polz, ter indagado outras coisas mais, ter puxado outras coisas de sua memória – mas não respeitei a velha lição do jornalismo clássico, a de que o repórter que vai para uma entrevista sem saber nada volta dela sabendo nada. Tinha início justamente naquela época, em 1995, um notável esforço de historiadores alemães^[4] em rever o papel da Wehrmacht em combate – especialmente as afirmações de que as tropas regulares, em contraste com as unidades das ss, teriam se comportado de maneira menos cruel ou “mais correta”, sobretudo nos países ocidentais. E um dos exemplos marcantes negativos tratado por pesquisadores foi exatamente o da 114ª Divisão Ligeira, da qual fez parte o então segundo tenente Polz. Ela foi responsável na Itália por dois massacres cometidos contra a população civil, em represália a ataques praticados por guerrilheiros italianos, em episódios nos quais teve destaque um major de nome Mathias Defregger, comandante da inteligência da 114ª Divisão Ligeira^[5] – Defregger foi acusado, mas inocentado, em um processo por crimes de guerra na então Alemanha Ocidental, onde se ordenou padre católico e chegou a bispo auxiliar de Munique no pós-guerra. Hoje ele é nome de rua numa localidade às margens do encantador Starnberger See, na Baviera. Polz, o jovem nazista que virou professor comunista, conheceu o oficial superior Defregger, o major que mandava fuzilar e que virou padre? Não sei.

Nas três décadas que se passaram desde a publicação de *Duas faces*, a literatura sobre a Segunda Guerra teve avanços espetaculares, em abrangência e profundidade, não só graças à “desclassificação” de documentos em dezenas de países e ao acesso a arquivos da extinta União Soviética (a partir de 1992).^[6] Houve um notável esforço de análise empreendido por historiadores já libertados das contingências ideológicas da Guerra Fria, que impunha um pensamento “correto” sobretudo a uma vertente de análise histórica. Ainda assim, mesmo a passagem de praticamente setenta anos desde 1945 não permitiu que se chegasse a uma conclusão aceitável para todos sobre a Segunda Guerra.^[7] Em compensação, já não se debruça o olhar sobre a Segunda Guerra dentro da velha classificação da guerra “boa” e “justa” – eliminar cidades inteiras alemãs do mapa, incinerando seus habitantes com bombardeios aéreos, hoje é visto simplesmente como terror em resposta ao terror nazista, para não falar do recente debate sobre a bomba de Hiroshima (que era vista na época como

medida “justa” e “necessária” e, atualmente, como exagero e desproporcionalidade no emprego de armas de destruição em massa, além de racismo ocidental contra orientais). A abertura dos arquivos da extinta União Soviética, especialmente dos diversos serviços secretos e polícia política, deu ainda mais solidez aos relatos, expondo a natureza criminoso do regime soviético e suas implicações para a conduta da União Soviética durante o conflito – além de permitir que se concedesse às vítimas do comunismo dirigido por Moscou o mesmo tipo de reconhecimento e respeito dirigidos desde sempre às vítimas do nazismo. Paradoxalmente, o principal problema com o qual se confrontaram historiadores escrevendo sobre um acontecimento com apelo tão grande à memória coletiva, como a Segunda Guerra, foi o de evitar que se tornassem vítimas da incapacidade de exercer uma visão mais abrangente.^[8] Com alguma benevolência, pode-se dizer o mesmo em relação ao Brasil e à participação de soldados brasileiros na Segunda Guerra. Com um agravante: os acontecimentos estão sendo esquecidos depressa, e o lugar deles na memória coletiva, na época das redes sociais e informação instantânea, diminui mais rápido ainda.

No constante esforço de “revisão” e “reconsideração” das grandes linhas de acontecimentos envolvendo a Segunda Guerra, os episódios militares relativos à península italiana foram menos afetados. Já na década de 1940 se consolidara o consenso de que a Itália acabara sendo um teatro de operações secundário, e a mesma visão continua prevalecendo hoje.^[9] No momento da chegada do contingente brasileiro à Itália as atenções já se voltavam sobretudo para o Dia D, o grande desembarque aliado na Normandia. Admite-se hoje sem maiores polêmicas que os combates e episódios militares decisivos da fase final da guerra ocorreram ao norte, e não ao sul dos Alpes, onde estiveram os brasileiros. A partir da abertura da frente de combate na Normandia, já então os aliados – e foi sob o comando deles que os brasileiros entraram em combate – viam os episódios na Itália como secundários sobretudo diante da magnitude do que ocorria no leste da Europa e na Ásia. Um bom número de historiadores, porém, assinala que a campanha aliada na Itália cumpriu um papel nada desprezível como parte do gigantesco anel que foi apertando o III Reich até sua derrota e destruição. Esse esforço, dentro do que acabou sendo visto como uma “pequena guerra de atrito” secundária na estreita península italiana, cobrou um preço em sangue inimaginável nos dias de hoje. O 5º Exército americano sofreu 188.476 baixas (entre elas os quase quinhentos mortos brasileiros), e o 8º Exército britânico, 123.354, num total de 312 mil, mas os alemães perderam 434 mil combatentes. Do ponto de vista militar e exclusivamente tático, o último estágio (a partir de fevereiro de 1945) da campanha aliada foi avaliado pelos especialistas em história militar como o melhor, se comparado ao esforço e tempo gastos pelos comandantes britânicos e americanos para percorrer do sul para o norte a península italiana a partir de 1943. Nos estertores da guerra, a tarefa primordial dos aliados era a de impedir que as vinte divisões alemãs ainda lutando na Itália lograssem cruzar os Alpes para o norte, missão facilitada por mais uma ordem do Führer exigindo que as tropas alemãs não recuassem. Desmoralizadas, as forças alemãs no norte da Itália renderam-se aos aliados ainda antes da capitulação final do Reich. O general alemão Heinrich von Vietinghoff, o último comandante do Grupo de Exércitos Alemães do Sudoeste, entregou-se ao comandante dos exércitos aliados na Itália, Sir Harold Alexander, a 29 de abril (a rendição final do Reich ocorreu a 8 de maio). Mesmo tendo inferioridade em armamentos e poderio aéreo, os alemães tinham conseguido retardar o avanço aliado

durante dezenove meses, em parte devido a rivalidades pessoais entre os comandantes aliados.^[10] Alguns críticos perguntam o que, afinal, realmente atingiram os sucessivos ataques aliados a partir de Roma (conquistada em junho de 1944) em direção ao vale do rio Pó (aonde chegaram em abril de 1945), além do fato de terem mantido ocupadas muitas divisões alemãs.

De novo, e apenas para reiterar algo que me parece escandalosamente óbvio, do ponto de vista dos indivíduos que participaram dessa fase da Segunda Guerra, especialmente os brasileiros, em nada o fato de terem lutado num teatro secundário diminui a importância de seu sacrifício, o tamanho de seu sofrimento, sua coragem pessoal. São duas perspectivas completamente distintas, a da participação do indivíduo, e a da projeção histórica do acontecimento. É profundamente triste constatar quantos analistas no Brasil não sabem, ou não quiseram, separar uma coisa da outra.

Passo com frequência diante do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio (mais conhecido como Monumento aos Pracinhas), e é óbvio que o lugar, que já visitei várias vezes, tem um significado muito especial para mim, que pude percorrer os locais onde os brasileiros lutaram e morreram na Itália, além de ter tido a honra de conhecer e conversar também com alguns dos pilotos de caça brasileiros que combateram lá. Sempre me pergunto quantos brasileiros ainda cultivam alguma memória de tudo aquilo, ou são educados para entender as causas do conflito, sua abrangência – e as circunstâncias da nossa participação. O Brasil é um país muito distante de qualquer conflito militar (ou étnico, ou religioso, ou político, ou até mesmo comercial) relevante e temo dizer que nossa sociedade não capta a profundidade e o alcance de um evento como a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, cujas consequências só agora começam a ser mais “passado” do que “presente”.^[11] A guerra como acontecimento histórico constitui o mais poderoso instrumento de formação de mitos, ao lado dos mitos associados à fundação de religiões. O Brasil dispõe de alguns deles, ligados à violência: a expansão do território realizada pelos bandeirantes, que dificilmente seriam considerados “heróis” pelas populações nativas que tiveram contato com eles; os mitos associados à “justa” Guerra do Paraguai. Curiosamente, as gerações modernas de brasileiros não se sentem associadas a nenhum “mito” em torno da participação do Brasil na Segunda Guerra, embora tivesse sido o único país latino-americano a mandar tropas para a frente de combate na Itália. Não deixa de ser um fato curioso, pois talvez nenhum outro evento na história da humanidade sirva tão bem para a confecção de mitos – e quase toda narrativa histórica submetida a algum tipo de revisão é, no fundo, um mito – como as guerras. A ideia de que uma coletividade se forma ou se constitui como expressão de sua vitória ou sobrevivência num conflito armado é uma narrativa constante que nós, hoje, sobretudo no Brasil, corremos o risco de ignorar, pelo fato, já citado anteriormente, da nossa formidável distância de qualquer tipo de conflito relevante, especialmente conflitos militares. Simplesmente foge à nossa percepção, escapa à nossa sensibilidade como a narrativa baseada numa guerra (da qual se sai vitorioso ou derrotado, não importa) é essencial para o entendimento da vida moderna de muitos países.^[12] Ao contrário, o Brasil parece preso a um outro mito, o de uma sociedade pacífica e cordial, que nada tem a ver com os números da violência cotidiana (no momento em que escrevo, o total dos mortos por homicídios e no trânsito está em torno das 100 mil vítimas

fatais por ano, o que é mais do que a soma detodas as guerras em curso durante o mesmo período de tempo). Mitos costumam ter pouco a ver com a realidade, e muito menos ainda com fatos históricos. Na minha vida de repórter me convenci de que fatos são aquilo que as pessoas fazem do que percebem, e o que elas percebem as conduz perante os “fatos”. Não é simplesmente um jogo de palavras dizer que guerras criam mitos, assim como mitos criam guerras. É simplesmente impossível separar uma coisa da outra. Mitos são poderosamente pervasivos e interessam muito mais do que a “realidade”.^[13] No caso do Brasil, porém, uma das principais contingências colocadas a narradores de guerra é a de dirigir-se a um público que tem escassa compreensão do que realmente se trata quando se fala de grandes e abrangentes conflitos militares.

Confesso que é difícil “explicar” mitos – ou combatê-los – e escapar da armadilha, como narrador, de criar ou se submeter a outros. Já estive várias vezes diante da tarefa, como jornalista, em diferentes regiões, épocas e conflitos,^[14] de tentar separar, em primeiro lugar, os mitos, as narrativas, e os “fatos” – algo similar ao problema enfrentado por qualquer combatente, aliás, que é o de entender o que está diante dos olhos e relacionar o que vê com o que sabe e supõe ser a situação geral, abrangente. A importância do narrador cresceu ao se tornar corriqueira a “proximidade” do campo de batalha com o público em geral, fenômeno que data da metade do século XIX. A figura do correspondente de guerra surgiu durante a Guerra da Crimeia (1853-1856, juntando de um lado o Império Otomano, o Reino Unido e a França contra a Rússia) com a possibilidade de se mandar por telégrafo em prazo relativamente curto, de três a quatro dias, relatos de primeira mão para serem publicados por jornais bastante populares.^[15] A guerra, ou melhor, a narrativa da guerra como fenômeno social, no sentido psicológico da palavra, já era claramente entendida no período das guerras napoleônicas, quando as campanhas eram sobretudo propagação de ideias. Mas a “massificação” dos acontecimentos no campo de batalha é o resultado dos modernos meios de comunicação, a começar pelo peso das primeiras fotografias de guerra, gênero nascido na Crimeia e que se expandiria com força também na guerra civil americana,^[16] passando pela televisão e chegando, finalmente, ao *live streaming* de mídias sociais.

Do ponto de vista da narrativa da guerra feita por profissionais de imprensa, a expressão “correspondente de guerra” passou a ser uma das mais valorizadas. Associou-se ao termo uma aura de aventura, individualismo, coragem e habilidade que, como sempre acontece com mitos desse tipo, tem pouco a ver com a realidade. Estar na frente de combate virou uma espécie de fetiche, especialmente na televisão, veículo que, no caso do Brasil, salvo honrosas exceções, cobre conflitos militares desse tipo com extraordinária superficialidade e pouco apego à contextualização, tendência que se acentuou nos últimos anos com as modernas tecnologias de informação – que, na minha opinião, favoreceram a mediocridade, sobretudo pelo controle que as áreas de retaguarda (as redações) passaram a ter sobre o trabalho de quem deveria, pelo menos em princípio, estar na primeira linha de “informação”. Conseguimos criar a sensação de que “estamos lá”, sem que isso realmente aconteça. Atrapalha também o estrelismo de muitos profissionais de vídeo, que “precisam” ter em seus currículos o título “correspondente de guerra”, ainda que tenham apenas sugerido que participaram diretamente de alguma cobertura “perigosa”.

O relato em primeira mão de ocorrências imediatas, principalmente sob a perspectiva

limitada e estreita do combatente no chão, consegue muitas vezes livrar-se do conhecido dilema com o qual se confrontam narradores de história: qual, afinal, a influência direta, particular e decisiva exercida pelos “grandes homens”, “grandes líderes”, “grandes nomes” – os homens que são mitos, interpretaram mitos ou ajudaram a compô-los. Essa discussão preenche quilômetros de prateleiras (melhor seria dizer hoje zilhões de terabytes) de literatura específica e não é o caso aqui de entrar nesse fascinante campo. Quer se acredite que a ação humana é decisiva ou, ao contrário, quer se esteja convicto de que o indivíduo, mesmo o “grande homem”, está apenas seguindo grandes correntes produzidas por forças de alcance incompreensível e incorrigíveis (exista ou não um “motor” da História), o narrador acabará fazendo, de uma forma ou de outra, sempre um “julgamento” dessa ação humana – seja em termos morais, religiosos ou políticos, seja em função do êxito ou fracasso do alvo que a ação pretendia alcançar. Em outras palavras, todo narrador atribui à narrativa uma perspectiva, ainda que pretenda não defender, ou não acusar, ou não “moralizar”. Qualquer narrador desvinculado de paixões pessoais por um ou outro lado sempre acaba se perguntando, ao reportar diretamente os conflitos militares, até que ponto sua participação contribui para reforçar mitos ou, em linha com o que sempre foi o alvo de todo bom narrador, se é capaz de contribuir para dissipar a famosa “neblina” (“*fog of war*”) da guerra. O recurso clássico sempre foi o de descrever acontecimentos a partir da visão de indivíduos que deles estão tomando parte.

É o que continua permitindo enfrentar a revolução da informação, na qual parece ter se criado um fluxo de massa de material impossível de se administrar. Acho que entender a guerra como fenômeno político é uma das maiores contribuições dos clássicos.^[17] É a perspectiva formulada por um autor de duzentos anos atrás, o oficial prussiano Carl von Clausewitz (1780-1831), lido por quase todos os principais comandantes militares, líderes revolucionários e políticos desde então (todos, claro, em busca da “estratégia perfeita”). Clausewitz é o autor de uma das definições mais citadas, a de que a guerra é a continuação da política por outros meios. Na leitura moderna desse “postulado” está embutida a ideia de que a guerra, em primeiro lugar, é a expressão de violência inata, ódio e inimizade. Em outras palavras, é uma força cega natural. Mas é também impossível de ser entendida sem levar em conta sorte e probabilidade, o que permite, nas palavras de Clausewitz, “toda a liberdade de criação do espírito”. Chegamos então ao nosso ponto: a guerra é um instrumento da política, o que a torna subordinada exclusivamente à razão – a decisões racionais, portanto. A política pode usar a guerra como instrumento, mas não é capaz de eliminar a “gramática da guerra”, ou seja, não é capaz de prever, ditar ou garantir seus resultados (em função da sorte e do imponderável). O que faz com que ações militares tenham grandes consequências políticas, nem sempre desejadas ou previstas. Guerras não são o resultado do inevitável. Resultam, sim, de ações, ou inações, dentre as quais a capacidade de adaptação às circunstâncias, excepcionalmente fluidas e surgidas também do acaso, acaba determinando quais estratégias (condutas) são as mais exitosas.

Fator novo nas narrativas de guerra são evidentemente as modernas tecnologias de informação. Existe aqui um papel extraordinariamente positivo, que é a rapidez com que se pode transmitir conteúdos, sem depender do pesado aparato tecnológico de um *uplink* de satélite. A perda na qualidade de transmissão do material é amplamente compensada pela força do conteúdo. No demais, porém, as modernas tecnologias de informação e a confecção

de redes sociais parecem cumprir o mesmo papel que outras tecnologias modernas à sua época também cumpriram, isto é, mais importante do que as tecnologias são as ideias que trafegam por elas. Argumenta-se com inteira razão, na minha opinião, que através de jornais e poucas fotografias conseguia-se criar o mesmo clima de “clamor popular”, a mesma “comoção do povo” em torno de acontecimentos como conflitos militares no século XIX como se consegue hoje por meio de redes sociais dos mais variados tipos. Não há diferença entre as provas documentadas por câmeras de celulares do uso de armas químicas contra a população civil, como ocorreu recentemente na guerra civil da Síria, ou os relatos sobre atrocidades cometidas por sérvios e búlgaros em aldeias nos Bálcãs durante a sucessão de conflitos militares naquela região que precederam a Primeira Guerra, por exemplo – a não ser a velocidade de transmissão das informações. Em todas as épocas da modernidade, regimes trataram de influenciar a narrativa das guerras por meio do controle do acesso à frente de combate. Quando se trata de conflitos convencionais, com forças militares organizadas em controle de territórios delimitados, essa restrição de acesso é facilmente estabelecida. O papel das redes sociais aumenta quando se trata de conflitos assimétricos ou guerras civis, nos quais o domínio da narrativa é ainda mais importante do que o conflito militar em si. Aspecto relevante para nossa discussão é a ideia de que meios modernos de comunicação criaram, sem dúvida, ótima atmosfera para a “propagação do feito” (parafrazeando Bakunin). Mas essa mesma característica, a que permite que imagens horríveis ou chocantes sejam espalhadas instantaneamente pelo mundo inteiro, trabalha também ao contrário – pela diferença entre o que é propagado e o que é atingido e devido ao fato de que a repetição exaustiva de imagens diminui a força delas.

O recente fenômeno das revoltas árabes, inicialmente apeladas de Primavera Árabe, a partir de dezembro de 2011, ilustra bem o argumento. Saudada inicialmente como a revolta do Twitter e do Facebook – além do YouTube –, essa onda de protestos de indignados estendeu-se do Marrocos, junto ao Atlântico, ao Barein, no Golfo Pérsico, abrangendo quase todos os países árabes localizados entre esses dois extremos geográficos. O que parecia começar do mesmo jeito – a organização por meio de redes sociais de protestos – levou a resultados muito diferentes entre si.^[18] O ponto a ser ilustrado é o seguinte: a revolução da informação, longe de configurar em si um “bem” alcançado por vários países, serve sobretudo para acentuar o localismo de situações diversas e de componentes variados do ponto de vista político, histórico, econômico e social. É o que veio a ser chamado de “vingança da geografia”,^[19] ou seja, quando se considerava que a revolução da informação tornaria irrelevantes ou superáveis as barreiras da geografia, aproximando continentes e facilitando a propagação de ideias sem a intervenção de Estados nacionais ou fronteiras tradicionais, eis que num episódio de rápida evolução, como foram as revoltas árabes, fica consagrado o princípio de que realmente importante é o que vai na cabeça das pessoas, isto é, o conjunto de crenças e ideias que elas abraçam e defendem. Modernidade da tecnologia de informação e comunicação não significam, de maneira alguma, modernidade das ideias que por elas transitam, algo já bastante esgotado nos tempos da fita cassete no Irã da revolução islâmica, nos idos de 1979.^[20] Portanto, argumentar que a quase instantaneidade da informação e dos contatos sociais é, em si, uma “conquista” civilizatória parece-me apenas mais uma manifestação de fetichismo tecnológico, e um erro básico ao se pensar na narrativa de guerras.

Preocupa-me no mundo dessa modernidade tecnológica a perda da compreensão essencial do fenômeno do conflito armado e violento, praticado por grupos contra grupos, qualquer que seja sua causa ou objetivo, e esse me parece ser um problema sobretudo da nossa cultura “ocidental”, que vem tendo profundo impacto sobre a narrativa moderna de guerra. As primeiras manifestações desse fenômeno estão ligadas à guerra do Golfo de 1991, e a ideia de que se podia narrar o conflito (e suas dimensões militares, sobretudo) a partir de imagens “limpas”, em parte transmitidas ao vivo (foi a primeira experiência do gênero em escala global, com as explosões registradas por bombardeios em Bagdá). Aquele conflito, deflagrado pela invasão do Kuwait decidida pelo ditador iraquiano Saddam Hussein, foi o primeiro grande teste prático de uma hipótese que já se discutia entre acadêmicos, civis e militares nos Estados Unidos, e que veio a ser conhecido pela sigla RMA (do inglês “Revolution in Military Affairs”). A hipótese se referia ao impacto que teriam sensores (satélites e redes de informação digitais), *smart weapons* e integração de sistemas na conduta das operações militares. Contra uma força convencional dirigida por um amador (Saddam) sem compreensão do que enfrentava, do ponto de vista militar o teste acabou sendo extraordinariamente bem-sucedido.^[21] Ao analisar os resultados da operação, os americanos convenceram-se de que dois fatores seriam, de fato, decisivos, o que explica grande parte do que fazem até hoje: trata-se a) do uso de armas de precisão de longo alcance (algo que foi melhorado ainda mais com o emprego de drones); b) da extraordinária eficiência de tropas no chão pela integração de sistemas e a consequente visão imediata do que ocorre no campo de batalha do ponto de vista tático. E essa era mesmo a principal promessa da RMA: transformar a luta em terra, que sempre foi mais difícil e fluida, a partir do emprego de novas tecnologias de informação. Na verdade, os americanos pensavam na “suspensão” de coisas como tempo (pela instantaneidade da transmissão de informações) e espaço (pelo uso de armas de longuíssimo alcance e de precisão inimaginável). Foi quando se introduziu a noção de “*shock and awe*”, assumindo que a campanha bem-sucedida do Golfo em 1991 pudesse ser repetida muitas outras vezes.^[22] A conclusão do Pentágono é um bom reflexo do mundo no qual vivemos: ela implica a passagem da guerra feita por plataformas para a guerra feita por centros nervosos de rede, que afetam sobretudo as capacidades cognitivas do inimigo. O problema desse tipo de concepção, conforme acabaria sendo demonstrado pouco depois no Iraque e no Afeganistão, era supor que o inimigo atacado reagisse de maneira “racional” e calculável à superioridade tecnológica americana; e sugeria uma sociedade disposta a ir à guerra como observadora, e não como participante comprometida, uma espécie de distanciamento e esquecimento da natureza física da violência e gosto pela violência despertado em qualquer conflito militar.

Dois problemas são aqui evidentes. O primeiro é que a natureza da guerra jamais foi alterada pela RMA – no máximo, surgiu a natureza do conforto dado a quem assiste a eventos violentos sentado no sofá de casa. Presenciei o efeito do emprego de modernos sensores e armas inteligentes na famosa “Estrada da morte”, um episódio no final da campanha de 1991 quando soldados iraquianos que se retiravam com o botim do Kuwait foram surpreendidos por modernos jatos de combate e munição antipessoal.^[23] Ninguém que viu aquilo de perto, como nós, repórteres, vai se esquecer do cheiro, do sangue, da imagem horrorosa da carnificina, da sujeira, das expressões de horror, medo e ódio. Guerra é violência e morte. Não tem beleza alguma nisso, nem distância. Foi, aliás, o temor de que

as imagens do massacre ofendessem a consciência de países árabes participando da operação contra Saddam que ajudou o governo americano a decretar mais cedo do que os generais previam o fim da ofensiva terrestre.

O segundo problema é de natureza histórica e política. A resposta de muitos adversários incapazes de enfrentar a superioridade militar americana ficou conhecida como “guerra assimétrica”, conceito que se debatia desde os tempos do Vietnã, nos anos 1970. Os Estados Unidos acabaram sendo alvo de um ataque que exemplificou bem a ideia de guerra assimétrica, em 11 de setembro de 2001. Um bando de radicais islâmicos, operando a partir de um dos países mais pobres do mundo, conseguiu montar um atentado enorme e inesperado. A provocação foi feita nos termos da Al Qaeda, mas a resposta foi feita nos termos dos americanos, que em pouco tempo conseguiram destruir o Talibã e as bases da Al Qaeda. Mas os americanos se deixaram levar, por assim dizer, pelo sucesso do uso de tecnologia moderna (especialmente sensores) e, em vez de estabelecer uma estratégia sobretudo política para enfrentar o radicalismo islâmico,^[24] preferiram embarcar em mais uma tentativa de demonstração da superioridade dos novos sistemas, invadindo o Iraque.^[25] As pesadas consequências políticas de uma operação militar inicialmente muito bem-sucedida (a operação por terra durou vinte dias até a tomada de Bagdá) levariam a um “retorno aos clássicos” em outro sentido. Diante da insurgência (sobretudo sunita) que resultou da invasão, voltaram às mãos de generais americanos leituras como *Os sete pilares da sabedoria*, de T. E. Lawrence.^[26] O responsável pela estratégia de *counter insurgency* dos Estados Unidos ficou sendo o general David Petraeus, um ávido leitor de História, que identificou a raiz do problema como sendo evidentemente política. Traduzindo: o problema não era mais estabelecer os fluxos de dados, mas, sim, estabelecer de que maneira as pessoas pensam. Fatores culturais passaram a ter um papel preponderante nos cálculos e análises. O Pentágono chegou a empregar um antropólogo para entender a ligação entre operações militares e a sociedade do Iraque (nem precisava disso, na verdade), para se chegar, ao analisar a relação entre cultura, sociedade e operações militares, a conclusões que parecem bem óbvias. É difícil “injetar” na mentalidade de uma população formas distintas de apreciação e interpretação da realidade, quanto mais falar em mudança de valores e crenças (necessários na teoria da conquista de corações e mentes). Pois, entre a possibilidade de êxito de estratégias políticas desse tipo e o efeito de garantia produzido pela superioridade de fogo, os comandantes em combate sempre acabaram optando pelo segundo.

Em que medida, porém, os combates do começo dos anos 2000 no Afeganistão e no Iraque representavam uma tendência ou um conjunto de circunstâncias incapazes de se repetir? De fato, narrativas como as da Segunda Guerra Mundial, baseada principalmente (mas não só, basta lembrar as dezenas de guerrilhas em várias partes do conflito) na atuação de grandes forças regulares, viraram hoje a exceção. A última guerra comparável foi a de 1991, no Golfo Pérsico – mesmo episódios mais recentes, como os protagonizados pelas forças armadas israelenses contra grupos no Líbano, já fazem parte do que se passou a analisar em termos de “quarta geração” de guerras, entendidas como um ataque à raiz das sociedades, sua coesão social, incluindo valores comuns, gerenciamento econômico e estruturas institucionais. As definições da quarta geração de guerra são complexas e ocupam boa parte do moderno debate acadêmico sobre segurança, mas uma das mais importantes

“constatações” é a ideia de que toda operação militar é uma operação de comunicação e informação. Operações psicológicas tornam-se as operações dominantes, já que raramente um adversário, sabedor da superioridade da tecnologia ocidental, se apresenta como alvo para ataques convencionais. Os críticos dessas teorias sobre a natureza da guerra argumentam, com muita ênfase, que os grandes nomes da guerra de irregulares, como Lawrence ou Mao Zedong, sempre reiteraram que são forças físicas reais que podem tomar o poder, e não agentes virtuais operando num espaço digital. E ilustram o ponto a partir do uso de mídias sociais em conflitos recentes. O famoso “*swarming*”, principalmente pelo Twitter, poderia inicialmente deixar governos inseguros em relação a como responder. Mas as formas de organização reproduziram exatamente o que já era feito no período anterior à internet. *Networks* de radicais organizados por redes sociais para a derrubada de um regime tinham de se esconder exatamente como acontecia com células de conspiradores em outros tempos, e precisavam do mesmo tipo de coesão social e apoio localizado para serem bem-sucedidas. No final, especialmente quando voltamos à questão das revoltas árabes, foi a capacidade ou incapacidade dos regimes de organizar uma resistência armada e responder com violência que acabou sendo decisivo no êxito ou fracasso de rebeliões.

Como seria a Segunda Guerra no Twitter ou no Facebook? Uma das melhores reflexões sobre o tema foi feita por Henry Kissinger, um veterano da política e do jogo de poder que aprendeu o ofício antes da internet, da televisão por satélite e do telefone celular.^[27] Interações humanas no mundo físico estão sendo hoje empurradas para interações no mundo virtual pela tecnologia de redes sociais. Em tempos de grandes transformações políticas e tecnológicas, aconselham-se (pelo menos era assim antigamente) cautela, calma e a escolha de caminhos não necessariamente óbvios, ou “populares”. Torna-se cada vez mais difícil nas sociedades atuais deixar-se levar por visões e determinação. Conhecimentos de História e Geografia não são mais essenciais para quem consegue levantar os dados que quiser apertando um botão, assim como deixam de ser evidentes as qualidades de quem sabe se guiar de maneira solitária num mundo no qual se pretende obter reconhecimento e apreço por parte de centenas ou de milhares de amigos no Facebook. Na era da internet adotou-se a noção (ingênua, na minha opinião) de que, dadas às pessoas a possibilidade de dividir livremente informações, prevalecerá o “instinto natural” de liberdade. Nada mais distante da realidade, com severas implicações para agentes políticos que precisam tomar decisões. Como eles (os agentes) conseguirão, num mundo de redes sociais, encontrar o espaço para desenvolver decisões que, por definição, não são decisões baseadas em consenso? Tomadores de decisão teriam de formular políticas capazes de responder em questão de horas a demandas articuladas por redes sociais – decisões transmitidas em tempo real pelas mesmas redes de propagação. Dessa maneira, “a nova diplomacia arrisca intervenções indiscriminadas desconectadas de estratégia”.^[28] As atitudes daqueles que aspiram a ser grandes estadistas na era da internet arriscam produzir uma combinação de insegurança e autoafirmação prejudiciais tanto aos líderes quanto ao público em geral. As gerações desses aspirantes a futuros líderes, ao contrário dos líderes do passado, parecem impregnadas da ideia de que é impossível tomar decisões sem consultar pesquisas de qualidade e de intenções, arriscando-se, nesse ambiente, a tomar decisões baseadas menos na visão de médio ou longo prazo e mais na capacidade de capturar o ambiente do momento, entendido quase sempre como uma experiência emocional de curta duração –

atitudes que refletem em parte a dificuldade de se estabelecer identidades na era das redes sociais. “A política externa está correndo o risco de se tornar uma subdivisão da política doméstica em vez de um exercício de modelagem do futuro.”^[29] Seria Kissinger, um velho estudioso do jogo diplomático de 1815 e do equilíbrio de poder entre as potências, apenas um saudosista? O fato é que eu, hoje um veterano jornalista, costumo perguntar a meus colegas e alunos qual o estadista que eles admiram na atualidade e não obtenho respostas.

Volto, assim, a um dos meus temas favoritos – o papel da personalidade na História – em minha carreira como repórter, sobretudo como correspondente internacional. Como entender a motivação da tomada de decisão por “líderes”, e como apreciar o conhecimento deles dos caminhos que se abrem a partir das decisões? É fácil dizer que um indivíduo de escasso conhecimento sobre o resto do mundo, como Saddam Hussein, foi capaz de uma sucessão de erros de cálculo que o levou literalmente a pôr a corda no pescoço. Saddam invadiu o Irã achando que a convulsão no país vizinho o tornaria uma vítima fácil, e errou. Depois, invadiu o Kuwait acreditando que os países árabes e os ocidentais não teriam estômago para tirá-lo de lá, e errou. No mesmo contexto, incapaz de entender a superioridade bélica ocidental e o que era o mundo imediatamente após a queda do Muro, decidiu enfrentar a coligação comandada pelos Estados Unidos, e perdeu. Por último, preferiu blefar a posse de armas de destruição em massa, e foi liquidado. Porém, como entender a motivação das decisões de um presidente americano, como George W. Bush, em invadir o Iraque, em 2003 – a mim, que participara da cobertura da Guerra Irã-Iraque e da cobertura da Guerra de 1991, parecia, sem sombra de dúvidas, que a invasão de 2003 seria um monumental desastre, o que acabou sendo mesmo. Como imaginar que o presidente de uma superpotência dona de incontáveis recursos e ferramentas para coleta e interpretação de fatos proceda a um projeto facilmente previsível como desastre? A resposta é evidentemente complexa e não é aqui o lugar para desenvolver o tema. Mesmo assim, ela se articula em torno de um princípio surpreendentemente simples: a percepção de mundo pelos agentes é o decisivo. E o que acaba sendo trágico, em todos os sentidos, quando essa percepção (evidente no caso de Bush) está dissociada do conhecimento de História e Geografia, e da maneira como reagem as sociedades humanas.

Quando escrevi o texto original de *Duas faces*, há pouco mais de trinta anos, eu vinha de duas coberturas de guerra que sacudiram minha vida (Irã-Iraque e a invasão israelense e guerra civil do Líbano), e passaria ainda por outras experiências de impacto igualmente poderoso. Fui ficando cada vez mais interessado na relação entre a experiência e a vivência diretas do indivíduo e sua capacidade de compreender História – a partir da minha própria biografia profissional, o que está subentendido. Quando olho para trás, fico cada vez mais intrigado com uma frase dita por um notável historiador que entrevistei para a série *Milênio*, que a GloboNews coloca no ar desde 1996: o britânico-espanhol Felipe Fernandez-Armesto, para o qual só há dois fatores que nunca mudaram na história da humanidade, a saber, a relação entre os sexos e a condição humana (o fato de que não sabemos de onde viemos nem para onde vamos). Mesmo quando se fala da “*longue dureé*”^[30] como categoria para entender o “caminho” dos acontecimentos, estamos falando de um conjunto de ideias e valores que é o essencial no entendimento das ações humanas, e suas consequências para a História. Lembro-me bem de que, ao entrevistar sobreviventes (no caso, os dos combates na Itália, durante a fase final da Segunda Guerra), eu sempre me perguntava o que, no fundo,

eles mesmos conseguiram entender daquilo que viveram – sendo que, ao conversar com eles, eu já tinha a vantagem de quarenta anos de distância e algum material de arquivo. É a mesma pergunta que dirijo a mim mesmo – profissional de comunicação, encarregado, em dezenas de ocasiões, de contar ao público brasileiro o que estava vivendo em lugares e conflitos distantes. Quanto eu mesmo fui capaz de entender? No caso das coberturas das quais participei no Oriente Médio, por exemplo, se pudesse refazê-las, eu daria hoje muito mais peso aos fatores religiosos do que o fiz como narrador trinta ou mais anos atrás. No caso da implosão do comunismo na Europa Oriental, eu teria hoje mais confiança do que então em assegurar a rapidez com que uma mudança de ideias derruba o edifício das instituições impostas pela força e violência, aparentemente imutáveis, como era o caso das instituições dos regimes comunistas mantidos por Moscou. Sempre tentei seguir, porém, uma lição aprendida com inigualáveis jornalistas com os quais tive o privilégio de poder trabalhar junto, e que hoje já não estão mais entre nós, como Reali Junior (*Estadão* e *Jovem Pan*) e José Comas (*El País*): nunca esquecer que um repórter conta histórias sobre seres humanos para seres humanos. *Duas faces é isso.*

CHEGANDO

Manhã de frio e cerração nos Montes Apeninos, em novembro de 1944. O Tatra breiou quase em cima do vulto atravessado no chão. Era um cadáver de militar alemão, não havia dúvidas, só faltava saber de quem. O sargento Ernst Rinsche desceu do carro, virou o morto devagar pelo ombro e achou o rosto furado de bala do capitão Fritz Stephani. Os *partisans* que o surpreenderam sozinho na estrada cheia de curvas para o Monte Belvedere fizeram o serviço completo: tomaram as armas do oficial alemão e, depois de dar-lhe três tiros na cabeça, o arrastaram até o meio do caminho, para servir de exemplo.

O sargento voltou transtornado até o jipe tcheco. Pela cara do seu motorista e ordenança, o general barão Eccart von Gablenz não precisava fazer pergunta alguma. De novo, o comandante da 232ª Divisão de Infantaria ia carregar um morto. Fazia poucos dias que ele e o sargento tiveram de pegar na pá para ajudar a enterrar o que sobrara de três soldados estraçalhados por um projétil de artilharia. A granada caíra um pouquinho antes que chegassem para visitar o Batalhão Seibel, do Regimento 1.043, nas proximidades de um monte chamado Castello.

O capitão Stephani era comandante do Batalhão de Comunicações e, provavelmente, cometeu o erro de inspecionar desacompanhado o telefone entre o Belvedere e o qg, 20 montanhosos quilômetros atrás. Nem o general respeitava as próprias ordens para ninguém circular sozinho pelas montanhas, praticamente impossíveis de serem controladas pelas forças alemãs. Em geral, ele mesmo vinha dirigindo do qg da Divisão, em Pavullo, um olho nas curvas e outro no céu, procurando aviões aliados. O Tatra tcheco, seu carro favorito, tinha silhueta discreta e portinhas de madeira, nem se comparava às Mercedes negras do tempo em que o sargento o levava com outros generais até o qg do Führer, na Prússia. Alguns voltavam comentando no banco de trás que Hitler só podia ser abençoado por Deus, cheios de admiração pelo ditador. Naquela época, o general von Gablenz era importante e circulava entre generais comandantes. Agora, comandava uma Divisão de velhos combatentes e reservistas na Itália – em compensação, a guerra não era contra os russos.

Aquele dia frio, chuvoso e nublado de novembro de 1944 começara mal. O general barão saíra da casa do padre que o hospedava em Pavullo reclamando de um tenentinho empertigado que aparecera na véspera no qg da Divisão. Era um *NS-Führungsoffizier*, um desses oficiais de liderança nacional-socialista que o Partido estava empregando por toda parte depois do atentado fracassado de 20 de julho contra Adolf Hitler. O tenentinho não teria a menor chance de interferir em operações militares, mas provavelmente faria longas palestras sobre a Vitória Final e coisas do gênero, nas quais von Gablenz já não acreditava.

Pior ainda: depois de alguns copos de vinho, ele gostava de repetir isso em voz alta,

provocando calafrios num grupo de oficiais. Só na frente do coronel Heinz Herre o general se moderava. O coronel estivera empenhado numa cruzada antibolchevista e na formação de um exército de prisioneiros e desertores russos para lutar contra Stalin. Suas ambições políticas competiam diretamente com as do general, ambos não se toleravam. Desde o começo do mês, para alívio do barão, o coronel Herre estava de volta aos seus russos, lutando contra eles na frente oriental.

Mais cauteloso, o sargento Rinsche achou prudente marcar com uma cruz suástica em sua agenda de bolso todos os dias que o general reservara para levar o tenente nazi a passear pela frente. O sargento não podia esquecer-se de fazer a saudação hitlerista, que mesmo os oficiais transformavam numa curiosa mistura de continência e braço esticado. Aquela fase da guerra se limitava a uma maçante inspeção de posições nas montanhas. Em Gênova, onde a Divisão estivera estacionada no final do verão, quase todo dia tinha banho de mar. Nos Apeninos, quase todo dia tinha muita andança para ver se o pessoal estava cavando trincheiras do jeito que o general queria. A preocupação era o Monte Belvedere. O barão ia às vezes ao lado das mulas, único meio para transportar material até lá em cima. A cada dois ou três dias, ele queria saber onde estava a artilharia inimiga, ficava de binóculos vendo se o adversário estava mais próximo.

A Força Expedicionária Brasileira, que seria um dos principais adversários do barão alemão, tinha chegado havia quatro meses à Itália. O quiproquó em torno da formação das tropas brasileiras é suficientemente conhecido no Brasil para ser repetido aqui,^[1] mas alguns aspectos valem a pena ser abordados – principalmente a maneira como os tutores da participação brasileira naquela frente, o exército americano, encaravam o nascimento e crescimento da FEB.

Em princípios de 1943, portanto bem antes de a FEB ter tornado corpo e muito menos alma, o governo americano dava sinais de preocupação com a situação estratégica no Atlântico Sul, a ponto de o presidente Franklin Roosevelt mandar, a 12 de janeiro, um memorando ao seu secretário de Estado, Cordell Hull, manifestando temores frente à aberta simpatia da Argentina pelas potências do Eixo (as do Brasil também tinham sido suficientemente conhecidas). Roosevelt propunha estudos para dotar o Brasil de pelo menos três divisões de infantaria bem equipadas, estacionadas nas suas fronteiras do Sul, e prometia também navios para substituir as perdas brasileiras causadas por torpedeamentos alemães em 1942, o estopim para a declaração de guerra, naquele ano, a Berlim e a Roma.^[2]

O nascimento da FEB foi o resultado de complexas e difíceis negociações entre o governo brasileiro e o americano, nas quais depressa ficou claro que Washington não visava apenas fardar e armar sul-americanos para lutar num lugar qualquer fora do hemisfério. Quando os americanos conseguiram vencer a considerável oposição de chefes militares brasileiros (entre eles, o chefe do estado-maior, general Góis Monteiro) ao estreitamento da cooperação militar com os Estados Unidos e obtiveram a assinatura de diversos acordos para o uso de bases aéreas e navais também para o período posterior às hostilidades, Roosevelt mandou a seu embaixador no Rio, a 21 de junho de 1944, um caloroso telegrama de congratulações “pela projeção de cooperação militar de tempo de guerra em cooperação de tempo de paz”.^[3] Pensar no próximo lance, chama-se isto.

Havia dois aspectos relevantes para os americanos, nos meses de 1943 e 1944, durante

os quais a FEB foi formada e treinada à imagem e semelhança de seus inspiradores: um, conhecer o que eram seus novos aliados como povo; outro, saber alguma coisa concreta do ponto de vista político e técnico-militar. O tempo perdido foi rapidamente recuperado por uma equipe de instrutores e observadores militares-políticos que passaram a fornecer, do Rio de Janeiro e do Recife, onde se localizava um importante quartel-general americano (United States Army Forces South Atlantic – USAFSA), informações das mais diversas, incluindo até comentários de cunho sociológico ou antropológico – pode-se dizer, uma curiosa complementação do trabalho de divulgação realizado nos Estados Unidos, na mesma época, por Carmen Miranda e seus ornamentos tropicais.

“Há duas classes sociais [no Brasil], a alta e a baixa, com uma pequena classe média que financeiramente esta mais próxima da baixa”, escreveu em abril de 1944 um oficial americano num longo relatório^[4] endereçado ao Quartel-General (americano) do Teatro de Operações do Mediterrâneo (MTO), na Itália, onde a expectativa da breve chegada das Forças brasileiras havia provocado um pedido, em março, de informações de *background* do Brasil e de sua gente.^[5]

“A diferença de classes é muito aguda, na sociedade e no exército. Quase sem exceção, os oficiais são da classe superior ou média. Na classe baixa, praticamente não há discriminação racial. Contudo, é possível para um membro ‘branco’ da classe baixa ou média tornar-se membro da classe alta, mas praticamente impossível para um ‘negro’ fazer o mesmo. Não há oficiais negros acima da patente de major. As pessoas no Brasil são extremamente hospitaleiras, alegres e otimistas. Elas conversam de maneira dramática, e expressam suas emoções em palavras fortes. Usam em conversações semiformais adjetivos elogiosos que o americano reserva para discursos ou correspondência comercial, como ‘estimado amigo’, ‘ilustre senhor’, ‘distinguido capitão’ ou ‘sua excelência’ (falando de um oficial-general). Elas fazem e esperam elogios honestos, mas são rápidas em apanhar insinceridades. Os brasileiros instruídos (há muitos na classe alta) são inteligentes, mentalmente rápidos e bem informados. O grosso da população, contudo, consiste na classe baixa. Eles são, em larga extensão, analfabetos. Falando de maneira geral, uma vez que a barreira da linguagem tenha sido superada, o brasileiro resulta num excelente companheiro. Tem senso de humor e é interessado em música, arte etc. Ele se interessa pelos Estados Unidos e sua história. Uma vez que um brasileiro se torna seu amigo, tudo o que ele tem é seu. O melhor caminho para ganhar sua amizade é tentar aprender sua linguagem e mostrar interesse nele e em seu país. Embora o brasileiro saiba que os Estados Unidos são muito mais avançados que seu próprio país, ele não gosta que o lembrem disso.”^[6]

“O comportamento e a psicologia do brasileiro são latinos”, prossegue o relatório do oficial americano. “Há uma grande tendência a se referir a coisas planejadas como tendo sido já realizadas. Eles são extremamente polidos e, não sendo provocados, sempre evitam discordar de sua opinião. Nunca dirão diretamente *não* a um pedido, mesmo que não tenham a menor intenção de atendê-lo. O máximo que eles poderão dizer é *agora não*. Isso leva a uma outra tendência – a de prometer alguma coisa com certeza quando eles sabem, e você deveria saber também, que ela não será feita nos próximos dois ou três dias, ou mesmo na próxima semana. É a regra em vez de a exceção voltar no dia seguinte após um encontro marcado apenas para ser informado que a questão estará resolvida amanhã, o que provavelmente significa dois ou três dias mais.”^[7]

Quanto à análise política do regime brasileiro, material semelhante de *background* alertava os oficiais superiores (todos os documentos aqui mencionados eram secretos ou confidenciais) do exército americano na Itália para o contraste entre as promessas e as realizações do governo de Getúlio Vargas, embora não se pudesse negar de maneira alguma os progressos feitos pela economia do país. Revoluções como a Intentona Comunista de 1935, a tentativa de golpe integralista de 1938 ou mesmo a Revolução Constitucionalista de 1932, na opinião dos americanos, não tinham sido suficientemente violentas para derrubar Getúlio, o chefe desse regime que chamavam de “ditadura benevolente”. Aliás, os americanos achavam que Vargas, a princípio, não contava com o apoio de Dutra (ministro da guerra), Zenóbio da Costa ou mesmo Mascarenhas de Moraes (principais comandantes da FEB). Mais tarde, esses militares se teriam convencido de que não haveria outra alternativa.

Em agosto de 1944, poucos dias após o desembarque da FEB na Itália, os comandantes americanos receberam as primeiras informações detalhadas e em perspectiva sobre a tropa brasileira. O Capítulo III do relatório que trata desse assunto é intitulado “Qualidades dos oficiais, sargentos e alistados brasileiros”, e começa dizendo que a carreira militar no Brasil é muito relevante, já que a maior parte dos líderes políticos é constituída de homens do exército, sendo considerada um passo importante para todos aqueles interessados em política. Como nos outros países latino-americanos, o governo depende da lealdade do exército para manter sua estabilidade.^[8]

“Desde nosso interesse ativo pelo exército brasileiro nos últimos dois anos, [os oficiais] se tornaram entusiasmados por nossos métodos e doutrinas, e muitos deles frequentaram nossas escolas. Contudo (...), acredita-se que treinamento suplementar em comando e estado-maior seja necessário em praticamente todos os casos. Eles são particularmente fracos em funções de G-1 e G-4 [respectivamente, Pessoal e Intendência]. Isso se deve a uma mania nacional de negligenciar a manutenção, a falta de experiência em qualquer conflito maior fora do país e ao fato de que seu treinamento é primeiramente destinado a reprimir revoluções e a defender as próprias fronteiras.”^[9]

Sobre o soldado brasileiro, os americanos tinham menos entusiasmo, antes de sua ida para a Itália. Essa opinião mudaria depois. “Embora pequenos e aparentemente franzinos, os soldados aguentaram de maneira excelente as difíceis manobras de campo, desde que o problema logístico tivesse sido solucionado. A maior parte deles cresceu com uma dieta simples de arroz com feijão, repetida indefinidamente, e está acostumada a poucas necessidades modernas. Muitos deles poderiam marchar descalços, se necessário, do jeito que sempre andaram na maior parte de suas vidas.”^[10]

“Os soldados brasileiros em geral não têm grande iniciativa. São muito pouco instruídos. Bem poucos têm mentalidade ou treinamento para mecânica. Devido à sua falta de instrução e ao fato de eles serem universalmente da classe baixa, que não tem ideias sobre questões políticas ou econômicas, poucos deles têm algum interesse real na guerra ou no treinamento para participar dela.”^[11]

“Eles são bem treinados em ordem unida e, em alguns casos, o moral é elevado, mas, no todo, há um sério problema moral com os soldados antes que eles possam ser cimentados numa organização de combate. Acredita-se que, uma vez transportados para fora, sentindo condições de guerra, e associando-se a outras tropas, a mentalidade latina será aquecida com entusiasmo e o problema do moral será resolvido. (...) Um problema de grande

importância é o médico. A maior parte dos soldados brasileiros já é, de saída, fisicamente deficiente, de acordo com os padrões americanos. Doenças venéreas ocorrem em alto grau. Os cuidados com os dentes foram muito negligenciados – a dieta normal brasileira tem muitas deficiências... [mesmo com exames de seleção] o problema médico será um dos principais.”^[12]

Na medida em que os brasileiros seriam enquadrados no comando americano na Itália, a organização da FEB tecnicamente deveria corresponder aos padrões americanos, afastando-se da escola francesa que influenciara o exército brasileiro desde o final da Primeira Grande Guerra. Havia pouquíssimo tempo útil para a “reeducação” de oficiais e soldados para a fase moderna da guerra, e a instrução foi um dos problemas mais difíceis. As técnicas de comando, estado-maior e coordenação de unidades ficaram muito prejudicadas. A seleção médica elevou indivíduos de aptidões apenas normais à categoria de excelentes. Reconhecendo que o estado sanitário dos campos militares brasileiros estava abaixo do padrão americano, convencionou-se fazer imunização contra o tétano e a cólera, e também estabelecer controles para determinar a ocorrência de tuberculose e sífilis.^[13] Centenas de analfabetos se incorporaram às fileiras da FEB.^[14] Os americanos encarregados do treinamento já tinham uma ideia disso: “o máximo que podemos fazer”, dizia o mesmo relatório citado anteriormente, “é dar-lhes alguma instrução básica e familiarização com nosso equipamento, desde que esteja à disposição para treinamento. O brasileiro não tem a menor concepção dos problemas logísticos envolvidos num conflito desse quilate e, embora alguns poucos oficiais estejam plenamente conscientes dessa questão, não estão treinados para resolvê-la”.^[15] Para o treinamento especial nos Estados Unidos, a FEB havia mandado naquele período inicial oito coronéis, vinte tenentes-coronéis, 66 majores, 92 capitães e 36 primeiros-tenentes, entre eles alguns dos principais nomes da política brasileira nas décadas seguintes, como Teixeira Lott, Castello Branco (ambos se especializaram em estado-maior) ou Arthur da Costa e Silva (motomecanização).^[16]

À primeira vista, parecia até que a Divisão Expedicionária (em princípio, a FEB deveria ter três divisões, mas só a primeira foi efetivamente organizada) nem deveria embarcar para a guerra, mas optou-se por aprofundar o treinamento no Teatro de Operações, o que modernamente, com alguma ironia, se chamaria de *training on the job*. São os próprios americanos que sugerem a existência de outros motivos para o envio de uma força militar reconhecidamente mal preparada. A 21 de abril de 1944, o secretário de Estado em Washington, Cordell Hull, mandou instruções a Londres pedindo que os diplomatas americanos comunicassem ao primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, a importância que a ida da FEB tinha para a política interna brasileira. “[O presidente Getúlio] Vargas colaborou totalmente no esforço de guerra, incitou toda a população brasileira a participar e transformou o envio da FEB numa espécie de pedra de toque de seu governo. Se a Divisão brasileira não for enviada, pode-se temer pela própria estabilidade do regime de Vargas.”^[17] A resposta de Churchill veio pronta e eficiente. A 1º de maio, ele mandou um telegrama ao Quartel-General das Forças Aliadas na Itália: “eu sou a favor de colocar a Divisão brasileira na Itália o mais breve possível. Todos os esforços precisam ser feitos. Não se deve falar de uma força simbólica”.^[18]

O que fazer com os brasileiros na Itália era questão discutida havia semanas pelos militares americanos. O general George Marshall, chefe do estado-maior conjunto em

Washington, achava que uma nacionalidade amais combatendo na região seria uma dor de cabeça, mas a entrada em cena dos brasileiros “poderia ser útil para o bom efeito de aliviar outras tropas em setores tranquilos da frente”, dizia num telegrama ao QG aliado na Itália, já em abril de 1944.^[19] No Quartel-General americano para a África do Norte (onde se pensava, a princípio, empregar os brasileiros, ideia abandonada porque a rendição alemã na Tunísia ocorreu muito antes), o assistente do chefe de operações, major-general Daniel Noce, tinha inaugurado em maio uma torrencial troca de relatórios com Washington e Recife, argumentando que o treinamento da FEB levaria meses, tudo teria de ser reestruturado, desde as táticas individuais até o manuseio de armas, e manifestava suas dúvidas sobre quem, na Itália, poderia fornecer aos brasileiros instrutores, local e tempo para treinamento.^[20]

A saída encontrada chamava-se general Mark Clark, um impulsivo comandante americano que, à época, era bastante discutido devido às perdas em soldados que uma de suas ordens de ataque ao famoso Monte Cassino, em maio de 1944, havia causado. Dele se dizia que encarava a guerra como a continuação da publicidade por outros meios, mas seu “golpe” principal havia sido a perda das calças ao fugir apressadamente de volta a um submarino, nas costas da África do Norte.

“Um dia eu recebi uma mensagem do general Marshall dizendo que o Brasil ia mandar seus filhos para lutar na Segunda Guerra, e perguntando se eu os aceitaria no meu v Exército”, disse Mark Clark num filme sobre a participação brasileira nesse conflito, o qual foi preparado pelo governo americano em agosto de 1982. “Eu refleti bastante, pois sabia das complicações, dos problemas, da questão da língua e do treinamento (...), mas pensei que era mais importante estabelecer amizade com o Brasil, e disse sim.”^[21]

Na subseção brasileira do QG aliado na Itália, aliás, o esforço de guerra do Brasil era atribuído sobretudo a motivações políticas. “Resultados profundos devem ser esperados no prestígio nacional brasileiro depois de sua participação”; consequência de uma mentalidade diferente em relação aos “latino-americanos atrasados”. A conclusão: “não devem ser feitas referências à Força Expedicionária Brasileira como força simbólica”.^[22]

Um desses problemas citados por Mark Clark tivera início justamente com os observadores brasileiros enviados à Itália em 1944, à espera do general Zenóbio da Costa e seu destacamento avançado. A 22 de maio, o major americano Harald Russo, do QG aliado, pede ao general Robert Walsh, comandante das forças americanas no Atlântico Sul, a retirada dos três observadores. “Devido à política do seu ministro da guerra”, esses oficiais pouco sabiam sobre seu próprio exército, afirma o relatório, pedindo seu afastamento. “A maior parte das informações que receberam sobre suas próprias forças armadas vieram através de nós. Não são capazes de responder simples questões sobre sua Divisão Expedicionária. Não têm familiaridade com problemas operacionais, não sabem dizer o que precisam, mas sempre dão respostas especulativas. Além disso, não observam as regras básicas de segurança; um exemplo é que uma carta de uma das esposas, censurada pelo Ministério da Guerra [brasileiro], continha informações como partida de tropas, nomes de oficiais, movimentos. Os brasileiros não levam isso a sério. Eles usam as vias diplomáticas para enviar relatórios, o que é uma violação dos nossos acordos militares. [Para eliminar] uma possível fonte de vazamento de informações no estágio final da recepção do regimento de combate”, o QG pede a volta dos oficiais e, além disso, a censura ao correio dos

brasileiros através do exército americano.^[23]

Outro atrito envolvia questões financeiras pendentes entre o Rio e Washington. Quem deveria pagar, por exemplo, as rações que os soldados brasileiros consumiriam em campanha na Itália? Os brasileiros entendiam que suas responsabilidades se limitariam aos uniformes, ficando os americanos com a tarefa de fornecer equipamentos, armas, munição e suprimento, como as rações. O ministro da fazenda brasileiro, Artur de Souza Costa, que na época (julho de 1944) participava da Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos (da qual nasceram o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), acabou tendo de se desincumbir da tarefa de negociar a comida dos soldados brasileiros na Itália.^[24]

Esse foi, aliás, um dos primeiros itens das discussões que o general Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, teve com os oficiais americanos logo que o primeiro escalão, com pouco mais de 5 mil homens, desembarcou na Itália, a 16 de julho de 1944. Nos encontros para examinar o equipamento (ainda não entregue, incluindo armas) e as condições de alojamento (muito ruins, ao ar livre) dos recém-chegados, o QG americano da África do Norte comunicou imediatamente ao general brasileiro que seus soldados poderiam ficar com as rações do tipo “B”, já que seriam reforçadas por 160 gramas de arroz e feijão e 150 gramas de mandioca diariamente, por cabeça, trazidas do Brasil – o resto devidamente pago dentro dos procedimentos normais de compra-empréstimo^[25], entenda-se. As botas de combate, contudo, ficariam restritas aos americanos, “pois constituem parte importante do uniforme das tropas dos Estados Unidos”.

Havia outros detalhes insólitos. Mascarenhas que solicitasse junto aos canais competentes uma remessa suplementar de lençóis, pois os americanos na Itália estavam informados de que a FEB seria a responsável pela própria roupa de cama. Quanto a casacos, o QG não via ainda necessidade de entregá-los aos brasileiros, embora estes já se queixassem do frio. O ambiente geral, porém, era de excelente boa vontade e todo mundo prometeu superar, o mais depressa possível, as deficiências de ambos os lados.^[26]

O emocionado embarque do primeiro grupo no Rio ocorrera sob críticas dos oficiais americanos que seguiram junto no transporte *General Mann*. O major Mcnealy, que mais tarde desempenharia as funções de ajudante de ordens no Destacamento de Ligação brasileiro (um corpo de oficiais americanos junto à FEB), escreveu um relatório dizendo nunca ter entendido “por que foram servidas de 13 a 14 mil refeições por vez nos primeiros dias da viagem, embora só houvesse pouco mais de 5 mil homens a bordo”. Perto de Gibraltar, foi captada uma transmissão da BBC afirmando que os soldados brasileiros estavam a caminho da Itália, e o fato de a rádio estar fazendo esse anúncio, quando todos temiam os submarinos, não fez ninguém sentir-se mais seguro. O oficial americano reclamava que os brasileiros não respeitavam, antes do embarque, as mesmas medidas de segurança impostas aos instrutores dos Estados Unidos, além de perderem tempo desnecessário com paradas de despedida.^[27]

Outro oficial americano a bordo era o major George Adair, um dos instrutores da FEB, o qual se tornaria, na Itália, ajudante do chefe de operações (o G-3) do Destacamento de Ligação. Ainda em campanha, ele se recordaria de que os primeiros momentos dos brasileiros na Itália foram consumidos apenas em exercícios físicos e na separação dos grupos de treinamento. O major Adair acompanhou 38 oficiais brasileiros para a Leadership and Buttle Training School e gostou do ótimo espírito de cooperação que eles apresentaram.

Contudo, os oficiais brasileiros demonstraram falta de preparo físico, pouco adestramento no manejo do fuzil, e precisariam treinar a subida de morro carregando armas individuais. Todos conheciam apenas o sistema francês de ataque a baioneta, e assim mesmo eram fracos. “Todos eram muito barulhentos e falavam demais. Nenhum era capaz de exercer controle ou o que fosse ao arremessar granadas de mão. Eram excelentes na pontaria com fuzil, e progrediram muito no controle de pelotão durante o treinamento.”^[28]

Enquanto isso, prosseguia o treinamento básico com a tropa, a cargo de experientes instrutores do v Exército americano, alguns deles com longa permanência em combates. “A mesma atitude em relação aos treinos existia aqui como no Brasil”, prossegue o major Adair. “As unidades eram lentas ao se moverem para as áreas de treinamento, mas nunca se atrasavam ao regressar. Para isso se chamou a atenção dos comandantes das unidades, mas frequentemente sem ou com muito pouco resultado. Os instrutores brasileiros poucas vezes estavam preparados para a instrução antes de chegar à área. Como resultado, os homens ficavam sentados em volta, chupando laranjas, enquanto o instrutor fazia algumas notas. O período de treinamento terminou com um exercício noturno combinando problemas de infantaria e artilharia. Uma das principais coisas que notei foi a incapacidade do comandante de batalhão com quem eu estava de se manter a par da situação que se desenvolvia.”^[29]

Para os americanos, começaria um longo e árduo período de desentendimentos com os brasileiros sobre treinamento e, principalmente, manutenção do equipamento. Daqui para a frente, não haverá rigorosamente, em nenhum relatório ou documento oficial americano sobre problemas específicos da FEB, a ausência de referências sobre a negligência dos brasileiros em lidar com armas, suprimentos ou veículos. Nas primeiras semanas na Itália, “os problemas de treinamento começaram com a péssima manutenção dos veículos, que eram dirigidos a velocidades excessivas por motoristas inexperientes”, escreveu o já conhecido major Mcnealy.^[30] Radiadores ficavam sem água, caminhões não eram lubrificados e, quando se solicitava a manutenção, adiava-se o serviço. Os brasileiros foram ameaçados de não terem mais caminhões se não cuidassem melhor do primeiro lote. Um relatório sem data sobre o G-4 da FEB (Intendência) afirma que, no período inicial da campanha, havia crasso desrespeito pelas normas de transporte americanas. Enquanto faltavam caminhões a uma unidade, outra os tinha sobrando. Os brasileiros eram censurados por não aceitarem sugestões e também por não tomarem providências, pois, embora eles mesmos tivessem pedido mais suprimentos, não iam buscá-los nos armazéns. Como resultado, o v Exército passou a recusar novos fornecimentos de veículos enquanto a FEB não explicasse o que fazia com os existentes.^[31]

O treinamento básico, acrescenta o major Mcnealy, prosseguia da forma habitual, isto é, no início era rigoroso, mas a pressão, ao invés de aumentar, diminuiu. O desleixo, ao invés de diminuir, cresceu. Os prazos não eram cumpridos. Quando a instrução começava, “era difícil manter os brasileiros juntos. Eles têm uma tendência a não se apresentar para a chamada ou então debandam depois de chegar”. Para irritação do major, à noite os brasileiros faziam fogueiras enormes, visíveis a quilômetros de distância, embora a zona de treinamento em que estavam (consideravelmente atrás da frente) fosse oficialmente área de combate. A favor dos brasileiros, ressaltava o major, deve ser dito que eles deram o melhor de si para se preparar.^[32]

Nos primeiros dias de agosto de 1944, ficou preliminarmente decidido o que fazer com os brasileiros na Itália. O Regimento de Combate pôde ocupar-se novamente em exercícios de ordem unida durante uma série de visitas que incluíram o comandante do v Exército americano, general Mark Clark, e o próprio primeiro-ministro britânico, Winston Churchill – tudo isso ainda bem longe dos combates. O qG americano da África do Norte previa para “essas unidades [a FEB e a 92ª Divisão de Infantaria americana, formada só por negros] o emprego em setores tranquilos o mais depressa possível”.^[33] Por sua vez, o v Exército insistia junto ao War Department, em Washington, para comunicar ao governo brasileiro que o envio de 2 mil homens de reforço por mês seria o mínimo necessário. Abaixo disso, as unidades acabam perdendo seu valor operacional, tal como fora demonstrado pelos contingentes japoneses que lutaram do lado americano na Itália.^[34] Em setembro, é o supremo comandante aliado nessa frente, o marechal britânico Alexander, a reafirmar que os brasileiros deveriam ser levados rapidamente a entrar em linha sob as ordens de Mark Clark.^[35] Ele manobrava dentro de uma ofensiva apenas parcialmente bem-sucedida que levaria os brasileiros ao longo confronto com o barão alemão.

OS ALEMÃES, ESSES ANÔNIMOS

Negras botas de cano alto, reluzentes, quepe enterrado no meio da testa e um monóculo plantado no olho direito, o arrogante oficial nazista dirige uma tropa de soldados em uniformes impecáveis, bem nutridos, carregando metralhadoras modernas, em passo meticulosamente cadenciado. Grandes caminhões de transporte com meia lagarta e tanques, de preferência com a cruz suástica, acompanham a impressionante manifestação de força germânica. Os soldados são altos e fortes, têm lábios finos e a expressão crispada de quem saiu de casa não só para conquistar o mundo, mas para provar a superioridade de uma raça e sua ideologia. Eles são a mais aguerrida máquina militar que se conhece.

“Os alemães, os adversários, eram de estatura elevada, robustos, obedientes, disciplinados, perseverantes, fanáticos, agressivos, instruídos. Na altura em que os brasileiros os enfrentaram na Itália, já não inspiravam tanto receio, mas havia muita mística em torno deles.”^[1]

“O soldado alemão quando prisioneiro torna-se manso como um cordeiro e ninguém é capaz de supor que, sob a indumentária militar, se abrigue um homem com tão baixos instintos. Os casos de atrocidades alemãs eram comuns em toda parte na Itália (...) assassinaram inúmeros camponeses e crianças sem o menor motivo. Os alemães sentiam prazer imenso em matar quando senhores da situação. As nossas patrulhas, quando eram surpreendidas pelos germânicos, sofriam grandes baixas, pois eles atiravam para liquidar. Entretanto, quando eram surpreendidos pelos nossos soldados, levantavam *incontinenti* os braços para o ar, gritando numa voz lamuriosa, capaz de enternecer as pedras: ‘*Brasiliano, kamerad. Non kaputt.*’ São esses os homens que, tendo os trunfos nas mãos, metralham friamente e sorriem dos gritos de dor das vítimas, e quando estão perdidos, pedem misericórdia com voz de santo. Costumavam os alemães minar os cadáveres dos brasileiros (...).”^[2]

Depois de décadas de filmes de guerra produzidos para a TV, e de outras tantas de relatos desse tipo, é difícil acreditar que os alemães não pudessem ter sido outra coisa senão o adversário bem preparado, fanatizado, disposto a lutar até o último homem e dono de recursos consideráveis. Essa descrição vale seguramente para alguns campos de batalha, mas sequer na famosa Frente Russa, onde se decidiu o destino da Segunda Guerra Mundial, é correta a noção de que os alemães fossem sempre superiores ou mantivessem pelo menos grau de igualdade quanto a armamento, suprimentos e efetivos. Na campanha da França (1940), concluída em poucas semanas, os alemães não dispunham de recursos humanos ou materiais substancialmente vantajosos em relação ao adversário. Sua concepção do emprego de colunas blindadas e aviação de assalto era notavelmente mais avançada que a de

franceses e ingleses – pelo menos no início da guerra. Com a evolução do conflito, eles é que se veriam surpreendidos pelo avanço técnico e pelo volume de recursos do inimigo. Na Itália, é difícil supor que as tropas da Wehrmacht dispusessem das mesmas condições proporcionadas aos contingentes empregados na Europa Ocidental ou Oriental.

E quanto à motivação do combatente germânico? É curioso observar como as reportagens escritas no calor do momento por correspondentes de guerra brasileiros enviados com a FEB à Itália contrastam com narrativas oficiais apresentadas anos depois dos eventos. Nestas últimas, é difícil fugir à impressão de que os alemães, tanto em número como em qualidade, constituíam ainda uma força poderosa e quase intocada, capaz de infundir fortes temores. Os correspondentes detectaram melhor que os historiadores oficiais brasileiros o espírito da tropa adversária.

A FEB enfrentou nove divisões alemãs, ou esteve em contato com elas, durante os meses em que permaneceu na Itália: a 42ª Ligeira, a 232ª de Infantaria, a 84ª de Infantaria, a 114ª Ligeira, a 29ª Motorizada, a 334ª de Infantaria, a 305ª de Infantaria, a 90ª Motorizada e a 148ª de Infantaria. O leitor deve ter observado os “números altos” da maior parte dessas divisões – para o especialista, isso indica que a unidade se formou já no final da guerra, às pressas, com recursos reduzidos e deficiência de tropas aptas. O supremo comandante das tropas alemãs na Itália, o marechal Albert Kesselring, atribuía apenas à 29ª Motorizada (a conhecida “Divisão Falcão”, em alemão, a 29ª Panzer Grenadier Division) o qualificativo de “primeira linha”. Com essa os brasileiros tiveram pouco contato. As demais, em especial a 114ª Ligeira (“114. Jägerdivision”), despertavam pouca confiança no alto comando alemão.

Três dessas unidades interessam particularmente aos brasileiros, já que participaram dos episódios memoráveis da FEB: a 232ª de Infantaria (a que defendeu o Monte Castello), a 148ª de Infantaria (que se rendeu em Fornovo) e a 114ª Ligeira (engajada na batalha de Montese). Com a 232ª, os brasileiros estiveram envolvidos do final de outubro de 1944 até fevereiro de 1945, e voltaram ainda a enfrentá-la na fase de perseguição final dos alemães, em abril de 1945. Portanto, vale a pena vê-la de perto, a partir dos documentos alemães.

Com data de 22 de junho de 1944, o Alto Comando do Exército alemão ordenou a formação de cinco divisões “presas ao solo” (*bodenständige*), para emprego na frente ocidental, na defesa de grandes fortificações ou trechos de costa. A ideia por detrás da organização dessas divisões da 27ª onda (em toda a guerra, os alemães tiveram 31 “ondas” de formação de tropas) era criar rapidamente, no máximo em quatro semanas, unidades com reduzido volume de pessoal, para tarefas específicas de defesa que pudessem empregar, portanto, soldados não tão aptos a outras funções na primeira linha de combate.^[3]

O efetivo previsto era de 9 mil combatentes, ou seja, uns 1.500 homens a menos que as unidades “normais” da Wehrmacht. Os cortes foram feitos, de preferência, nos serviços de retaguarda e suprimentos. As reduções atingiram pesadamente os sistemas de transporte e logística, que praticamente voltaram aos tempos da Primeira Guerra, empregando sobretudo mulas e cavalos para o transporte de equipamento pesado, em vez de veículos motorizados. Explica-se: para o pessoal de planejamento no Alto Comando em Berlim, já que ficaria “preso ao solo”, esse tipo de divisão não precisaria mesmo de muitos meios de locomoção. No caso da 232ª, quando se decidiu, poucos meses depois, empregá-la como divisão “normal” de infantaria, isso trouxe sérias desvantagens.

A estrutura da 232^a, assim como de suas quatro irmãs, compreendia três regimentos de infantaria (de números 1.043, 1.044 e 1.045, cada um com dois batalhões), um batalhão de fuzileiros, um regimento de artilharia com quatro batalhões, companhias de pioneiros, estado-maior, reconhecimento e defesa antitanques. Praticamente, cada divisão formada nesse período tinha efetivos diversos, mas os planos oficiais previam para um regimento a força de 1.987 homens, dos quais 268 não combatentes. Um batalhão de infantaria chegava aos 708 soldados, divididos em quatro companhias leves (ao redor de 140 soldados) e uma pesada (200 soldados), por sua vez subdivididas em pelotões com cerca de trinta soldados e seções com oito a dez. Um regimento de artilharia compreendia pouco mais de 2 mil homens.^[4]

Os comunicados falarão frequentemente de “ataque em força de batalhão” ou de “posto de combate do regimento”. Com os números acima em mente, fica bem mais fácil fazer uma ideia da amplitude das operações, do número de soldados envolvidos ou dos recursos empregados na luta. Seria falso, contudo, supor que “9 mil alemães estavam diante de 25 mil brasileiros (a força máxima que a Divisão Expedicionária Brasileira atingiu na Itália)”. Na verdade, torna-se muito difícil determinar com exatidão quantos alemães de cada unidade estiveram frente a frente com brasileiros.

A FEB não chegou à Itália de uma só vez, mas em vários escalões. Combatentes eram uns 15 mil entre os 25 mil, e nunca todos estiveram empregados ao mesmo tempo em um só lugar. Por seu lado, a 232^a de Infantaria vivia emprestando batalhões ou tomando-os emprestados de outras unidades. Por diversos motivos, tropas que ocupavam um trecho da frente eram deslocadas para outro alguns quilômetros mais adiante, dificultando não só a ação de reconhecimento do inimigo, mas, também, a visão geral dos próprios comandantes. A disposição de soldados na frente não pode ser comparada de maneira alguma a um campo de futebol, onde equipes definidas se enfrentam em limites claramente demarcados – e geralmente de acordo com sua categoria de jogo. Podia ocorrer que a 232^a de Infantaria alemã tivesse brasileiros pela frente no Monte Castello, por exemplo, e americanos alguns quilômetros mais ao lado – o que de fato ocorreu e tem um significado importante para a maneira como os alemães avaliaram a FEB, conforme se verá depois.

Em geral, mais importantes que o número de soldados de uma divisão são seus armamentos, além, e é óbvio, de seu comando. O típico batalhão de infantaria da 232^a (eram dois por regimento) deveria possuir treze metralhadoras leves e duas pesadas por companhia (eram quatro por batalhão). A companhia pesada (uma por batalhão) disporia de seis metralhadoras pesadas, três leves, seis morteiros leves e quatro pesados (que ainda não tinham sido fornecidos quando se formou a divisão). A metralhadora-padrão dos alemães era a MG 34 (MG é a abreviatura de *Maschinengewehr*, metralhadora), que os pracinhas, por motivos inexplicáveis, apelidaram de “Lurdinha”. Como unidade até certo ponto capaz de operar por si própria, um batalhão deveria dispor ainda de uma companhia com dois canhões antitanques, e outra de caça a blindados com três peças antitanques de 7,5 cm (que o soldado alemão conhecia por PAK, ou seja, “*Panzerabwehrkanone*”, aquele com a pequena proteção parecida com um escudo mostrada em praticamente todo documentário de guerra), três metralhadoras leves e 36 bazucas. Distribuídas por pioneiros, fuzileiros etc., entre outras armas, a Divisão deveria possuir 8.598 fuzis, 108 bazucas, 2.013 pistolas, 1.595 submetralhadoras, treze canhões antiaéreos de 2 centímetros, 22 lança-chamas e 389

pistolas de luz.

Com exceção de trezentos fuzis de fabricação tcheca, todas as demais armas de posse da 232ª eram de procedência alemã. Ocorre que a falta de armas nos depósitos e almoxarifados da Wehrmacht obrigou a Divisão a destacar “comandos” para ir buscar seu material diretamente na linha de produção das fábricas. O equipamento era quase sempre do último modelo, mas isso trouxe, paradoxalmente, dificuldades suplementares: sua chegada tardia ao campo de treinamento de Wildflecken não permitiu familiarizar a tropa com seu uso. Mais tarde, em situação de combate, os alemães tiveram suprimentos e reposição de armamento cortados e dependiam do que conseguissem do inimigo. Em março de 1945, por exemplo, outra unidade, a 114ª Divisão Ligeira, teria uma lista de armas que incluía 101 carabinas polonesas, 197 sérvias, 26 metralhadoras turcas, 32 iugoslavas e quarenta italianas, quatro morteiros austríacos e um total de trinta canhões italianos diversos, incluindo antiaéreos.

Além das Lurdinhas, responsáveis por muitas baixas sofridas pela infantaria brasileira nos primeiros ataques ao Monte Castello, os relatos de ex-combatentes brasileiros mencionam frequentemente os estragos causados também pela artilharia alemã. Uma granada matou numa manhã cerca de vinte soldados brasileiros que se encontravam num cruzamento importante na cidade de Porretta/Terme, onde estava o QG do marechal Mascarenhas, em novembro de 1944. O tiro foi disparado provavelmente por um dos nove canhões de 150 milímetros, a peça mais poderosa em poder dos alemães, do regimento de artilharia da 232ª, que na época tinha como tarefa justamente impedir que os aliados se movimentassem pela estrada nacional 64, em cujas margens está a cidadezinha.

O Regimento de Artilharia da 232ª deveria dispor de três batalhões leves, cada um com três baterias leves (duas baterias com quatro Feldhaubitze de 105 milímetros e uma só com três peças), e um batalhão pesado, com três baterias pesadas (cada uma com três canhões de 150 milímetros). Havia também um número não especificado de canhões antiaéreos de 88 milímetros, cujo poder de fogo permitia que fossem empregados também como artilharia comum (essa foi provavelmente a peça mais famosa que os alemães construíram durante a Segunda Guerra, pois arrasou os tanques ingleses na África). As peças deveriam ser “servidas” por um contingente nutrido também de *Hiwis*, a abreviação alemã da expressão *Hilfsfreiwillige*, ou seja, “voluntários” e “ajudantes” locais. Seu número possivelmente excedia a duas centenas de homens. O Regimento de Artilharia da 232ª jamais conseguiu contornar dois problemas: munição e transporte. A falta de granadas em número suficiente levou a um severo racionamento. Cada canhão podia disparar no máximo sete tiros por dia. No caso das peças pesadas de 150 milímetros, o comandante da bateria ainda tinha de pedir autorização ao posto de comando do Regimento para disparar sobre um alvo que julgasse interessante.

O meticuloso planejamento do Alto Comando estipulava (na rubrica “meios de transporte”) 501 veículos a motor, 1.395 puxados por animais e até mesmo 678 prosaicas bicicletas, uma das últimas alternativas imaginadas pelos alemães para compensar a falta de gasolina, e distribuídas sobretudo ao batalhão de fuzileiros. Para muitos soldados, acabaram sendo essenciais durante a perseguição final que sofreram pelas tropas aliadas, em abril de 1945. Os sobreviventes contam que, pelo menos, ninguém estava a pé, e quem não tinha sua bicicleta simplesmente a roubava da população italiana (o que acontecia,

evidentemente, também com gêneros alimentícios na relativamente rica região da Emília Romana). No mínimo uns 4 mil cavalos se destinariam à Divisão, dos quais 802 apenas para montar.

A realidade era muito diferente dessa descrição minuciosa. Os trezentos veículos que a Divisão recebeu (em vez de quinhentos) eram todos usados, a maior parte civis, e haviam sido “requisitados” por toda a Europa. Vinham de quarenta procedências diferentes, complicando severamente o trabalho de manutenção. A única exceção se constituía de vinte caminhões Opel Blitz de 3 toneladas, a cargo da companhia de transportes, e três tratores de 12 toneladas (do batalhão pesado de artilharia), que eram novos. A Divisão precisou organizar por sua conta o transporte dos veículos de Berlim, Kassel ou Praga para o campo de treinamento de Wildflecken (localidade a leste de Frankfurt que até hoje serve para fins militares: atualmente, a OTAN treina ali tiros de artilharia), aonde chegaram de trem, por falta de gasolina. Pelo mesmo motivo – racionamento de combustível –, não puderam ser utilizados sequer para fins de treinamento.^[5]

Essas informações fazem parte de um relatório que o comandante da 232ª Divisão de Infantaria, o general barão Eccart von Gablenz, escreveu em 1946, como prisioneiro dos americanos. Literalmente, a figura do barão é um capítulo à parte. Entusiasmado por cavalos, como quase todo oficial alemão tradicional, o barão inspecionou pessoalmente a chegada dos animais, seu principal meio de locomoção. Dos 1.500 cavalos da Divisão (em vez de 4 mil), apenas um terço veio da região próxima ao campo de treinamento. O restante foi “requisitado” na Lituânia e seu estado, dado como satisfatório, apesar do longo transporte de 20 dias, por trem, organizado por “comandos” escalados pelo general. Infelizmente, queixava-se o barão, com algumas poucas exceções, não havia nenhum bom cavalo para montar. Os demais, além disso, não puderam ser treinados a tempo para as novas tarefas: a princípio, faltavam arreios e os animais estavam acostumados a trabalhar só na agricultura.

Evidentemente, a mobilidade da 232ª era das mais reduzidas, o que se agravaria ainda na Itália em virtude da total superioridade aérea dos aliados. Apenas um terço dos homens e do material podia ser transportado ao mesmo tempo. Isso retardou consideravelmente a entrada em ação da Divisão nos Apeninos, a partir de meados de outubro de 1944. Apenas as companhias do estado-maior, de comunicações, defesa antitanques e três colunas de transporte podiam mover-se por conta própria.

A falta crônica de gasolina levaria, na Itália, a situações grotescas, como a do major Erich Winkelmann, comandante do Regimento de Infantaria 1.044. Solicitado um dia a devolver um caminhão que tomara emprestado do estado-maior da Divisão, para economizar combustível, o oficial alemão amarrou quatro mulas na frente do veículo e o mandou de volta. Em comparação com os alemães, a FEB dispunha de recursos de transporte consideráveis, o que foi inclusive louvado por seus comandantes como um dos elementos táticos essenciais para o bom êxito de operações de combate.

Do ponto de vista das comunicações, a 232ª era totalmente inferior a seus adversários. A precariedade de sua situação é traduzida pelo fato de ela ter recebido para sua companhia de rádio apenas aparelhos restaurados e já utilizados na campanha de 1939. Os telefones incluíam modelos de quase toda a Europa, mas sem fios e cabos suficientes para longas distâncias. Sequer a quantidade mínima prevista nos planos – e até essa o general von

Gablenz considerava insuficiente – foi preenchida. A tropa na linha de frente dispunha de recursos piores ainda. “Todas as nossas dificuldades táticas no terreno de luta, mais tarde, deviam-se basicamente a esse problema.”^[6]

Também os pioneiros (tropa empregada em serviços de engenharia, como preparação de estradas e fortificações, tarefas táticas, como preparação do terreno para um ataque, ou ainda assegurar a retirada por meio de minagem, destruição de pontes etc.), em ação num terreno difícil e acidentado como o dos Montes Apeninos, com pontes e estradas destruídas ou em péssimo estado, não receberam o material pesado prometido.

A história propriamente dita da 232^a começa em meados de julho de 1944, com a chegada ao campo de treinamento de Wildflecken do comandante, seus ajudantes, pessoal burocrático a alguns sargentos. Eles faziam parte de uma unidade de reserva na Turíngia (região hoje localizada no território da República Democrática Alemã), mas o restante dos soldados, exceto alguns especialistas (arheiros, tratadores de animais, pessoal encarregado da munição), que vieram diretamente de suas unidades para a Divisão, era gente em férias da Frente Russa, praticamente “capturada” nas grandes estações e entroncamentos, como Brest, Lemberg, Königsberg ou Varsóvia. Em grandes transportes de várias centenas de soldados, esses homens tinham chegado apenas com a roupa do corpo. Faltavam uniformes e sapatos, que acabaram sendo requisitados à indústria italiana. “Até escovas de dentes precisaram ser providenciadas mais tarde, pois no começo faltavam de todo”, relatou o barão.^[7]

Era uma tropa já cansada de guerra. O currículo de oficiais como primeiros-tenentes e capitães, empenhados diretamente no comando da tropa, é praticamente idêntico: feridos na Frente Russa, passaram longa temporada num hospital da Alemanha e ganharam um atestado de incapacidade para a frente, retirado logo em seguida, após um exame superficial, quando as reservas alemãs começaram a se esgotar. Dos sobreviventes entrevistados, todos com patente de capitão para cima, um não podia andar direito devido a ferimentos recebidos na Frente Russa. Outro tirou da perna, antes de ir para a Itália, 48 estilhaços de granada russa. Um terceiro passou por sucessivas operações antes de servir na 232^a, com o lado esquerdo do corpo dilacerado por uma explosão.

A título de consolo, pode-se dizer que pelo menos experiência não faltava a esses oficiais. Isso não se aplicava a uma parte daqueles que tinham sido fator decisivo para os êxitos alemães no início do conflito: os sargentos e cabos, que os alemães chamam de suboficiais. A esmagadora maioria dos 9 mil homens da 232^a compunha-se de veteranos de várias campanhas, já cansados, ou de reservistas, com idade média em torno dos 40. Apenas 10% do efetivo eram soldados bem jovens, de 17 anos, recrutados na região de Frankfurt. Apesar de todas as suas deficiências, a 232^a manteve o mérito de não se ter dissolvido ou debandado diante do inimigo, hipóteses que teoricamente não mereciam ser afastadas.

Seis semanas de treinamento na Alemanha não serviram para muita coisa. A maior parte do tempo, a Divisão passou “organizando” o próprio suprimento e equipamento. Assim, quando os 9 mil homens se puseram em marcha (de trem) para o sul, escondendo-se em túneis durante o dia para evitar os constantes ataques aéreos dos aliados, o general von Gablenz achava que sua unidade estava em condições de cumprir apenas “objetivos reduzidos, próprios a uma tropa criada nesse lapso de tempo”.^[8] Ela não serviria para

grandes batalhas.

De início, os homens da 232^a até que tiveram muita sorte. A Divisão foi empregada a partir de setembro na guarnição do ensolarado porto de Gênova e arredores, com a função de evitar um pouco provável desembarque inimigo, e suas tarefas eram antes de tudo policiais. As recordações dos sobreviventes incluem, sobre esse período, muitas fotos de soldados alemães tomando banho de mar tranquilamente nos arredores de Gênova e fazendo longos passeios até a Riviera italiana.

Logo após a chegada, começaram os problemas com os italianos, que havia muito tempo já não se dispunham a servir aos alemães. O general von Gablenz queixava-se de que o pessoal dos serviços ferroviários italianos era “indisciplinado e de pouca confiança, submetendo-se apenas de má vontade às tarefas recebidas”.^[9] Às voltas, por sua vez, com sérios problemas de comunicações, a 232^a encontrou uma rede telefônica local sobrecarregada e que também não funcionava. Havia, além dessas dificuldades “técnicas”, uma peculiaridade importante, capaz de ameaçar a “consistência interna” da tropa alemã.

O contato com “a população alegre e bem alimentada num país de clima suave, onde havia álcool abundante”, escreveu o barão, “era uma pesada tentação para meus homens, a qual poderia levar facilmente à deterioração da tropa”. De fato, em Pavullo, logo atrás dos Apeninos, onde o estado-maior da 232^a passaria mais tarde longos meses dirigindo a luta na região em que a FEB também foi empregada, os alemães deixaram a imagem de bons bebedores. O dono do bar da praça central da cidade, onde de manhã se reuniam os alemães e, à noite, os *partisans*, tinha na época apenas 14 anos, mas se lembra de seu pai ganhando muito dinheiro dos soldados da Wehrmacht servindo-lhes seu vinho favorito, o Marsalla, misturado com água para aumentar a quantidade (dez pacotes de cigarro valiam uma garrafa de vinho). Normalmente “gentis e cordiais”, os alemães costumavam brigar entre si quando contingentes vindos da frente, sujos e cansados, se encontravam com o pessoal estacionado na cidade.

Também o marechal Albert Kesselring, comandante supremo das Tropas Alemãs na Itália, manifestava algumas preocupações com o XIV Exército alemão, ao qual estaria submetida, a partir de outubro de 1944, a 232^a Divisão de Infantaria: ele prometeu fuzilar sumariamente soldados implicados em saques, “pois todas as medidas mais rigorosas eram apenas necessárias no interesse da população civil quando um exército, como o XIV, chega a se desencaminhar”, disse Kesselring durante um de seus interrogatórios pelos promotores do Tribunal de Crimes de Guerra de Nurembergue, em 1946.^[10]

Ainda em Gênova, a solução encontrada pelo comandante da 232^a para contornar os perigos do álcool e da boa vida foi introduzir o que ele chamava de “rígida e rítmica conduta de vida”. Consistia em duros serviços de vigilância, intercalados por treinamentos curtos, mas rigorosos. A julgar pelo que o general escreveu, só sobraram como diversão para os soldados “incursões contra os *partisans*” e algumas licenças para explorar a vida noturna de Gênova. As operações contra os *partisans* italianos nada tinham de divertido (apesar de o general von Gablenz e seus oficiais, endurecidos pela guerra na Frente Russa, atribuírem pouco valor de combate à resistência na Itália), mas foram conscientemente empregadas pelo comandante da Divisão como substituição ao treinamento que faltara a seus homens na Alemanha.

Perto de Gênova, os *partisans* italianos nunca mostraram grande atividade. O problema

fundamental para os alemães da 232^a, porém, era manter abertas suas linhas de suprimento e comunicações. Nas vias estreitas e precárias da retaguarda, veículos ou soldados isolados estavam constantemente em perigo. Comboios apenas podiam trafegar sem problemas pelas estradas principais de abastecimento. Caminhos paralelos, contudo, estavam frequentemente bloqueados, grande parte das pontes tinha sido destruída por *partisans* ou aviões. Em alguns casos, reconhece o general von Gablenz, os *partisans* só poderiam ter sido atacados com força de batalhão e apoio de artilharia, mas a obrigação de defender o porto de Gênova e manter as próprias posições não permitia outra coisa além de pequenas operações contra os guerrilheiros, dificultadas pela precariedade dos meios próprios de comunicação, totalmente insuficientes para uma frente de 50 quilômetros de comprimento por 20 de profundidade, guardada pela 232^a. Para a luta contra os guerrilheiros no norte da Itália, afinal, o barão destinou o batalhão de fuzileiros, o mais bem equipado.

A soma de dificuldades acabou tendo um lado vantajoso: a Divisão foi obrigada a resolver difíceis questões de organização e os comandantes de tropa tiveram tempo e oportunidade para se entrosar melhor com seus homens. Assim, quando a 232^a recebeu ordens, em outubro de 1944, para se deslocar rumo aos Apeninos, “seu valor de combate nas últimas seis semanas na Itália havia subido consideravelmente”.^[11]

* * *

Ler a biografia de gente que nunca foi famosa é, em geral, trabalho maçante, ainda mais quando se trata de um oficial alemão da Segunda Guerra Mundial cujo nome é desconhecido até mesmo em seu próprio país. Na historiografia oficial, poucos iriam preocupar-se com um Zé-Ninguém com estrelas de general responsável por uma unidade formada às pressas e com gente idosa, destinada a um teatro de operações secundário no final de uma guerra perdida.

No caso do general barão Eccart von Gablenz, o homem que comandou a Divisão alemã envolvida no episódio mais famoso da campanha da FEB na Itália – Monte Castello –, ignorá-lo foi duplo erro. Primeiro porque muito se teria aprendido da tática, preparo e espírito da tropa que os brasileiros enfrentaram, conhecendo o impressionante currículo desse oficial, militar cujos conhecimentos profissionais contrastavam significativamente com tarefas secundárias que lhe atribuíram na Itália. Depois porque o barão reúne para qualquer autor, historiador ou cineasta as raras virtudes de concentrar em sua biografia os símbolos e conflitos de pelo menos cinquenta anos de história europeia, fundamentais para enriquecer o entendimento daquilo que a FEB viveu.

O barão Eccart von Gablenz só poderia ter sido general.^[12] Sabe-se lá o que era nascer na Prússia, em 1891, filho de general, neto de general, bisneto de general, descendente direto de marechais da França e da Áustria? Eccart (“Ecci” para os amigos) não escapou ao destino, mas, em compensação, foi sempre do contra. Começava com o físico (redondinho e 1,68 m de altura), mais para Napoleão do que para Bismarck. Ao contrário da esmagadora maioria de seus colegas generais prussianos, von Gablenz tinha formação humanística e um genuíno interesse pela política, embora seu senso tático não fosse tão apurado assim: acabou quase sempre criando problemas para aqueles a quem servia.

O barão foi oficial do Kaiser, da República de Weimar e do ditador Adolf Hitler sem jamais estar satisfeito com qualquer um deles. Ajudou a combater trabalhadores alemães,

embora concordasse com suas reivindicações. Tornou-se um oficial modelo para os nazistas, cujo partido não apreciava. Provocou o fim antecipado de uma excelente carreira militar recusando-se a cumprir ordens do Führer, mas acabou trancafiado pelos americanos como criminoso de guerra. Até seus familiares tinham dificuldades em encontrar uma definição para sua contraditória personalidade. A filha e último parente direto, a baronesa Orlinda Clara Hedwig von Gablenz-Rauch, enérgica e ativa senhora de seus 45 anos, belos olhos cinzentos e frios, só sabe dizer que ele mudou muito: “era alegre e espontâneo. Depois da última guerra, ficou introvertido e acabou seus dias próximo ao pacifismo”.

O barão morreu aos 87 anos, em 1978, depois de passar os 33 últimos buscando inutilmente uma explicação para as voltas que a vida lhe deu. De oficial prussiano, herdeiro de tradições militaristas e autoritárias, transformou-se em “soldado político”, até virar, depois da guerra, filósofo autodidata da História e da Religião. Empenhado, aparentemente sem grande êxito, em responder a questões do tipo “que é a existência humana?”, dedicou-se a cruzadas em torno de propostas políticas que só lhe aumentaram o isolamento. O herói de Cervantes tinha pelo menos armas, cavalo e ajudante; por isso, é difícil dizer que o comportamento do solitário ex-general após a guerra fosse sequer quixotesco.

Nos primeiros verdes anos de sua vida, uma infância feliz passada na sólida e estável família prussiana (com muito respeito, disciplina, ordem, senso de dever e veneração à autoridade), tudo parecia perfeito e promissor para uma carreira que só poderia começar como tenente do pomposo Regimento Alexandre de Granadeiros da Guarda Imperial – igualzinho ao pai. Uma de suas primeiras fotografias oficiais mostra o jovem barão em célebre companhia: logo atrás do Kaiser Guilherme II, de uniforme russo, e do Czar Nicolau II, de uniforme alemão, formalmente o comandante do Regimento Alexandre. Era 1913, a última vez em que os dois imperadores se encontraram. Pelo menos enquanto militar, o barão teria a fortuna de estar quase sempre testemunhando de perto fatos históricos. Como quase toda a sua geração, o tenente partiu entusiasmado, em agosto de 1914, para a Primeira Guerra Mundial, desfilando sob flores na Avenida Unter den Linden, em Berlim, mas, antes mesmo que terminasse o conflito, “morrera em mim o oficial prussiano”, escreveu, meio século depois, numa fracassada tentativa de autobiografia.

Sua primeira batalha foi apenas vinte dias depois do começo da Grande Guerra, no ataque à fortaleza belga de Namur, em agosto de 1914. Ferido e com a Cruz de Ferro de Segunda Classe (nada de extraordinário: um jovem cabo, Adolf Hitler, também tinha conseguido por ferimento a mesma condecoração), o barão voltou como primeiro-tenente à linha de frente um ano depois, na ofensiva austríaco-alemã contra a Galícia, e foi parar de novo no hospital de campanha (então com a Cruz de Ferro de Primeira Classe no peito). Em resumo: o barão passou ainda pela Rússia e pela França, onde viveu as tenebrosas e encarniçadas batalhas de Loretto e do Somme, colecionou outras condecorações e chegou como o mais jovem capitão ao Quartel-General do exército alemão. Do forte contraste entre a miséria do soldado nas trincheiras e a atmosfera irreal do trabalho no estado-maior, concluiu o barão que não só a “essência da guerra moderna havia mudado” (separação entre o comando intelectual e os executores, significado crescente de fatores como mobilização ideológica ou qualificação técnica do soldado). “Acabou a velha ordem. A moral burguesa é uma mentira.”

Não obstante, o barão achava que, na turbulência revolucionária de novembro de 1918

(a frustrada Revolução Alemã, da qual os bolchevistas da União Soviética esperavam ajuda decisiva para o próprio movimento), era preciso de alguma forma pôr ordem na Alemanha, e encontrou seu lar político provisório no corpo militar do comissário da guerra social-democrata Gustav Noske, antimonarquista, mas encarregado de “chamar à razão” marinheiros rebeldes que iniciaram a derrubada do Kaiser, além de esmagar depressa a revolta esquerdista do *Spartakus* (janeiro de 1919). No estado-maior do Kommando Noske, von Gablenz tinha ao lado outro capitão: o tristemente célebre Hermann Pabst, chefe do esquadrão que liquidou os líderes socialistas Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, utilizando métodos precursores para muitas polícias sul-americanas (ambos foram sequestrados, torturados, mortos e os cadáveres desapareceram por algum tempo). Não aguentou muito sua admiração pelos social-democratas, traidores da revolução aos olhos da esquerda, e perigosos revolucionários para a reorganizada camada dominante, apesar de terem evitado a ruína total do regime anterior. Em 1920, ficou com uma minoria de oficiais e se recusou a obedecer aos generais que tentaram um bisonho golpe de extrema direita (o *putsch* Kapp). Pouco depois, no entanto, passou a integrar um Freikorps reacionário, participando da sangrenta guerra civil contra os trabalhadores que haviam derrotado em três dias o golpe de Kapp.

Era a época em que oficiais e militares demitidos da Reichswehr, cuja redução de 500 mil para 100 mil fazia parte do Tratado de Versalhes, mantinham verdadeiros exércitos particulares empenhados numa luta cruel contra tudo o que fosse de esquerda. Não se conhecem exatamente as opiniões do barão sobre a conturbada República de Weimar. Ele próprio, que propunha como modelo um exército no qual o soldado pudesse ter atuação política, não fez comentários no esboço de autobiografia sobre a ordem política democrática que os alemães viveram na década de 1920. O fato é que foi preso quando se descobriu que seu Regimento, em 1926, tinha também um arsenal ilegal. Despediu-se por alguns anos do exército, aprendeu a pilotar e, disfarçado de civil, passou um ano na União Soviética como um dos instrutores secretos alemães do Exército Vermelho, parte de um dos dispositivos do Tratado de Rapallo, entre Berlim e Moscou. Na volta, obcecado pela política, andou trabalhando no serviço de inteligência diretamente subordinado ao lendário almirante Canaris.

Os primeiros anos da ascensão dos nazistas ao poder, a partir de 1933, não parecem ter colocado o barão diante de grandes dificuldades, embora ele se queixasse de “divergências” com a liderança das SA (as ferozes tropas de assalto do partido, que queriam transformar-se no exército alemão), cujos oficiais ele ajudou a treinar. Os verdadeiros problemas com os nacional-socialistas começariam somente durante a Segunda Guerra. Em 1934, casou-se com uma aristocrata prussiana e dedicou-se a uma tranquila ascensão profissional, que o levou a chefe de regimento em 1938.

Vem dessa época a amizade do então major-general com o sargento Ernst Rinsche, que o acompanharia até o final da vida. “Era um oficial de maneiras arrogantes e hábitos severos, difícil de tratar”, recorda-se o sargento, quatro décadas depois da guerra, um ancião de 70 anos, fala macia e grandes dificuldades de audição devido a um ferimento de guerra sofrido num episódio ao lado do barão. Entre o major-general e seu ordenança e chofer desenvolveu-se um relacionamento especial para os rígidos padrões hierárquicos da época (tratavam-se até por “você” quando não havia outros oficiais por perto). Rinsche, o rapaz

loiro e atlético, e von Gablenz, o oficial de mente arejada, só seriam separados pelo cativo, em 1945. O barão compartia com o sargento a mesma paixão por carros velozes, cavalos e ginástica (quando estava gordo, aceitava desafios do sargento para lutas de boxe, o que lhe causou a perda dos dentes da frente). Essa amizade não passou de maneira alguma despercebida aos oficiais que serviram sob o general von Gablenz na Itália. Um deles, o major Hermann Goetze, que era secretário pessoal do comandante, resumia o dilema: “O Rinsche era muito graduado e velho para ser menino de recados do general, mas não tinha a patente necessária para ser ordenança. Gablenz o mantinha sempre consigo, e queria de todas as maneiras promovê-lo.” Em boa parte, o relacionamento se devia à influência da forte personalidade da mãe do sargento: fora deputada social-democrata, a partir de 1933 perseguida pelos nazistas, e gostava de provocar o barão em longas discussões políticas – talvez a atividade predileta do general.

A julgar pela narrativa do sargento, já antes da guerra o barão não era um dos admiradores de Adolf Hitler. Curioso é que o próprio von Gablenz – de resto, tão interessado por política – nada tenha deixado por escrito capaz de permitir uma avaliação de seu relacionamento frente ao regime nacional-socialista e à figura do Führer, no começo da guerra. Parece bastante provável, a se deduzir do entusiasmado relato de seus feitos militares, que o major-general não tenha fugido ao exemplo de tantos outros oficiais alemães, acabando por sucumbir ao fascínio que o programa de rearmamento e expansão territorial do III Reich exerceu sobre a casta profissional de militares. No final da guerra, von Gablenz externaria suas opiniões contrárias de maneira bastante aberta.

No princípio do conflito, se o seu desprezo pelos nazistas já existia (conforme diz o sargento Rinsche), isso de maneira alguma o impediu de ser um oficial modelo. Esteve na primeira linha de assalto à Polônia, à Bélgica, à França e a União Soviética, depois de ser comandante da cidade de Praga, em 1939 (substituído “por discordar do partido”). O barão foi um dos mais bem-sucedidos comandantes de tropa na frente de batalha na França e participou inclusive dos preparativos iniciais para a projetada invasão da Inglaterra. Ganhou loas da propaganda nazista (que dedicou um livro inteiro a sua atuação na França) e, aos 49 anos, tornou-se, em 1940, o mais jovem tenente-general do exército alemão, um dos primeiros oficiais a ostentar a Cruz de Cavaleiro sobre a Cruz de Ferro.

A carreira parou aí. Von Gablenz estava na primeira linha entre as unidades que atacaram a União Soviética, em 1941, comandando uma Divisão de Infantaria que avançou ao longo da estrada principal para Moscou. No final de 1941, o barão e sua Divisão estavam entre aqueles que chegaram a 41 quilômetros da capital soviética. Ele, por julgar que seus homens estavam mal equipados e despreparados, decidiu não atacar a cidade. O barão colocou-se ao lado dos generais alemães que imploravam ao Führer, no quartel-general, autorização para recuar alguns quilômetros e consolidar as forças. A fortíssima resistência soviética, além das dificuldades com o inverno, não deixava outra saída.

Aparentemente, o general von Gablenz vivia bem perto da sua tropa e sabia que de seus homens não podia mais exigir nenhum tipo de sacrifício. Encarregado a essa altura do comando do XXVII Corpo (com três divisões), perdeu o posto por ignorar justamente uma ordem de Hitler no sentido de ficar onde estivesse, e nem pensar em retrair suas tropas. As consequências da perda do comando poderiam ter sido drásticas, não fossem os bons contatos com o marechal von Kluge, supremo comandante do trecho da frente. Ele

intercedeu em favor do barão. “Depois de algum tempo na incerteza, fui mandado para um sanatório, perdi o salário de general e a qualificação de alto comandante”, escreveu.

Nem só como herói saiu o barão desse episódio. Para cobrir a retirada de uma divisão, condenou ao sacrifício um batalhão já empenhado havia dias em severos combates, e resolveu ir de madrugada até a linha de frente dar pessoalmente a ordem. Encontrou os homens apáticos e exauridos numa aldeia destruída, semicongelados e iluminados apenas pelo clarão das explosões. Ao saberem o que os esperava, os exaustos soldados do batalhão entraram em pânico, cercaram o carro do general e exigiram ir para a retaguarda, disputando a socos um lugar, sem ligar para as ameaças dos oficiais. Munido de um pesado bastão de oficial, o general passou a espancar seus homens até abrir caminho. Do batalhão, ninguém voltou.

O segundo e definitivo golpe na carreira do general ocorreu durante a batalha de Stalingrado. Permaneceu quase dois meses dentro do cerco armado pelo Exército Vermelho, à frente da 384ª Divisão, que havia formado e conduzido desde Dresden. Fato raro, essa unidade fora acompanhada todo o tempo por um *cameraman* da propaganda alemã. O material, recuperado apenas 37 anos depois, transformou-se num impressionante documentário que a tv alemã mostrou pela primeira vez no jubileu dos quarenta anos da batalha, em janeiro de 1983, e no qual von Gablenz e o sargento Rinsche aparecem diversas vezes, agasalhados como esquimós, no meio de soldados de aspecto cansado e famélico.

No final de 1942, von Gablenz discordava abertamente da ofensiva contra Stalingrado, divergindo do general von Paulus, comandante do VI Exército (que ficou cercado na cidade). Dentro da caldeira até a metade de dezembro, o barão foi retirado com os restos de sua Divisão e participou do ataque destinado a romper o cerco feito pelos soviéticos e salvar os 300 mil homens. Os alemães de fora e os de dentro do cerco chegaram a ter contato visual, mas aí veio a ordem de cima para manterem suas posições e morrerem heroicamente. Devido a “declarações derrotistas” e “avaliação pessimista da situação”, von Gablenz acabou novamente suspenso do comando e enviado para casa, agora sob a supervisão da Gestapo.

O barão recolheu-se por algum tempo de novo a um sanatório e só a muito custo conseguiu manter sua qualificação oficial como comandante de tropa. De qualquer maneira, não era alguém confiável para o Alto Comando da Wehrmacht e muito menos para os nazistas: von Gablenz recusara duas vezes um “*Führerbefehl*”. “O conceito prussiano de cumprimento do dever estava totalmente falsificado”, escreveu. “As ‘ordens do Führer’ [as *Führerbefehle*, irrevogáveis e indiscutíveis] provocavam em muitos apenas a desobediência escondida, em vez da clara insubordinação.”

Não adiantou a antiga reputação profissional, nem o parentesco com um comandante da Luftwaffe (seu irmão). Dessa vez, ficou mesmo na retaguarda, ocupado com cortes marciais, e só voltou ao serviço ativo em junho de 1944, para formar e comandar a 232ª Divisão de Infantaria, destinada à Itália. O marechal Kesselring, supremo comandante na península, depois da guerra, passou a distribuir notas sobre seus antigos subordinados. Atribuía “boas qualidades de liderança” ao barão, “muito prejudicadas por sua fraca Divisão”. Ele, de fato, formou ao seu redor um pequeno, mas sólido, grupo de oficiais da 232ª, com os quais manteria contato após a guerra.

Um deles era o major Joseph Beckmann, o Ib da Divisão (chefe da intendência), que iria virar milionário. “Gablenz não era de maneira alguma um nazista”, dizia o ex-major, um

dos que ajudaram financeiramente o empobrecido general na década de 1950. Outro era o major Erich Winkelmann, comandante do RI 1044, e que ainda guarda consigo cartas antigas que o barão lhe escreveu depois da guerra, expondo ideias políticas ou relatando longas viagens. “De noite, nos reuníamos e até pedíamos para o Gablenz ser mais cauteloso, pois ele bebia um pouco e falava abertamente contra Hitler.” Um terceiro, o major Hermann Goetze, lembra que o barão acabava ignorando o oficial de liderança nacional-socialista, um jovem tenente empertigado, mas tímido, que preferia nem se meter, mesmo quando saíam observações “derrotistas”. Quanto ao sargento Rinsche, décadas depois, ainda imbuído de veneração à figura de Gablenz, não seria preciso repetir o que ele achava. Sua única preocupação era evitar que o general fizesse capotar o jipe tcheco que gostava de dirigir do quartel-general, em Pavullo, até as encostas da frente de batalha, 20 sinuosos quilômetros adiante.

“Era sincero”, recorda-se o capitão Rupprecht Bumbke, subcomandante do Regimento de Artilharia da 232^a. “Quando me disse, em novembro de 1944, que essa guerra nós não ganhávamos, para mim quase caiu o mundo.” Outra vez com a palavra o major Goetze: “Gablenz ganhou o incondicional respeito dos seus soldados. Tempos depois da guerra, num campo de prisioneiros, ele ainda foi reconhecido pela tropa, que se perfilou e o saudou com as mesmas honras de sempre.” De maneira geral, os antigos subordinados ainda continuam mantendo grande admiração pelo general, “que ficava muito nervoso na hora de dar ordens, mas, depois, dormia no chão quase que imediatamente, mesmo ao lado de um canhão disparando”, relata o sargento Rinsche.

Há uma importante exceção: o coronel Heinz Herre, que foi chefe de estado-maior da 232^a de junho a novembro de 1944, ou seja, o Ia (chefe de estado-maior), e, teoricamente, braço direito do comandante. Antes de abandonar a Itália e voltar à sua cruzada antibolchevista na Frente Russa (teria melhores chances de prosseguir-la depois da guerra, inclusive no Brasil, conforme se vê no Capítulo 8), teve atritos com o barão e nunca mais o poupou. “Se o Gablenz fosse mesmo um bom oficial, não teria recebido o comando da 232^a. Era só um tapa-buracos.”

A guerra acabou para o general no final de abril de 1945, quando tanques americanos cercaram seu estado-maior num povoado perto do rio Pó. Até morrer, 33 anos mais tarde, o ex-general não trabalhou nem teve profissão alguma. Passou os três primeiros em dez diferentes campos especiais americanos para altos oficiais alemães. Em troca de alguns privilégios, como papel à vontade e um secretário, o barão concordou em escrever para os americanos uma série de relatórios sobre sua última divisão (a 232^a) e a guerra na Itália. De noite, ele roubava as lâmpadas elétricas do escritório e as mandava para a família, em casa. Esteve um mês numa prisão comum, outros quatro no campo de concentração de Dachau, erigido pelos nazistas, como criminoso de guerra.

Os dois anos e meio como prisioneiro parecem ter causado profundo choque no ex-general. Ele nunca entendeu por que recebia o tratamento de criminoso, e ainda em 1968 se queixava ao sargento Rinsche de que só os pequenos haviam sido punidos após a guerra. Ainda preso, decidiu aprofundar conhecimentos de Física e Filosofia, aproveitando a formação de um oficial companheiro de cela. O barão provavelmente teria ficado um bom tempo estudando, não fosse uma velha ligação dos anos 1930. Graças à intervenção de um padre católico, seu conhecido e diretor de um seminário em Paderborn, conseguiu um

certificado para passar pela “desnazistificação”.

Nem tudo foi alegria quando conseguiu voltar para casa, em 1948. “Era mais um para comer, e um que não trabalhava”, diz a baronesa. Agora sustentava a família a esposa do ex-general, Orlinda von Caprivi, agrônoma, além de tataraneta do príncipe Augusto da Prússia e sobrinha de um Reichskanzler. Os outrora orgulhosos nobres prussianos tiveram de deixar tudo para trás, no território ocupado pelo Exército Vermelho, e a única que tinha alguma profissão era a esposa do general. “Recorda-me bem desse tempo em que meu pai era considerado algo muito ruim”, diz a filha baronesa, “as pessoas diziam que os generais a serviço dos nazistas é que nos levaram à catástrofe”.

Começaram longos anos de compulsiva dedicação a leituras e estudos de Filosofia, Física, Religião e Ciências Sociais. O ex-militar, tomado pela febre da atuação política, passava semanas viajando, mobilizando pessoas e visitando antigos camaradas, alguns dos quais lhe emprestavam dinheiro. O barão queixava-se, já em 1949, que ninguém reagia a seu longo estudo sobre “a vida – a ideia física, biológica, psicológica-conceitual de um homem ingênuo”, com exceção do padre de Paderborn, que criticou “a promiscuidade das esferas de transcendência e imanência” quando o ex-general se esforçava para responder à pergunta “que é a vida?”.

Furioso com o tribunal de Crimes de Guerra de Nurembergue (perante o qual também foi acusado, dentro do conjunto do corpo de generais alemão, de “preparar uma guerra de agressão”), o barão acendeu ácidas polêmicas ao se engajar numa espécie de cruzada pessoal para provar que o regime nacional-socialista, afinal, não havia sido tão ruim assim. Pelo menos três valores o ex-general considerava positivos no sistema hitlerista: união popular, disciplina política e educação da juventude. Hostilizado por muitos políticos, acabou perdendo o apoio também de seus antigos camaradas ao propor, no final da década de 1950, um exército puramente defensivo para a República Federal da Alemanha. O ex-general partia da ideia, bastante atual, de que a era nuclear transformara totalmente a teoria militar (“além de liquidar o velho socialismo científico”), e sugeria uma defesa nacional baseada na mobilização ético-ideológica da população, ou, então, num pequeno exército supermoderno.

“Inutilmente, tentei encontrar um grau de influência mais amplo do que dentro da própria família. Quem me conhece vai entender que eu não gosto de ficar jogado de lado, sem atividade. Como sempre, tenho convicções próprias, que em geral não combinam com a atitude conformista que reina na RFA”, desabafou o velho barão. Quando não viajava, matava o tempo ajudando a mulher na cozinha ou discutindo asperamente com colegas de faculdade da filha e do filho. Às vezes, ia ele mesmo às salas de aula da Universidade de Kiel, ou passava longos dias em Bonn, acompanhando um deputado e respirando o mundo da alta política.

Embora muito conservador, algumas reflexões do ex-general recuperariam atualidade na década de 1980, com a nova geração de alemães que de novo se pergunta qual é o lugar de seu país na Europa. Essas mesmas correntes pareciam, além disso, atrás de uma “identidade nacional”, sacrificada em nome dos interesses das superpotências. Na época do ex-militar, isso se chamava “reunificação” e, engajado numa ativa campanha política com esse propósito, que o levou várias vezes a fazer palestras a oficiais do Exército Popular da Alemanha Oriental, o ex-general ainda achava tempo para escrever sobre “Dialética sem

dogma”, “Homem e tempo”, “Micro e macrocosmo” e “O que a catástrofe alemã tem a dizer ao cristão”. Nenhuma de suas iniciativas tem qualquer eco, a maior parte de seus amigos, veteranos da guerra, tinha pouco interesse por esse tipo de assunto.

Uma série de reveses pessoais enfraqueceu a resistência do barão. Perdeu o filho mais velho num acidente de motocicleta, quando o rapaz voltava da festa de formatura como advogado. A mãe, já enferma, nunca mais se recuperou psicologicamente do trauma. As preferências histórico-filosóficas (ele lia sem método Hegel e Marx, clássicos gregos, a Bíblia e enorme quantidade de jornais diários) foram cedendo lugar a uma profunda religiosidade. Por algum tempo, o barão alimentou a ilusão de recuperar o acesso a determinados círculos aristocráticos que, de certa forma, lhe eram familiares: a filha, Orlinda, casou-se com um príncipe alemão (oficial da Bundeswehr, o moderno exército na RFA), mas o resultado foi um afastamento ainda maior da moça, que só aumentou seu próprio isolamento. Seu esboço de autobiografia, com quatro páginas, o ex-general terminou-o resignado: “Previsivelmente, nunca será publicada, pois me falta apoio.”

Incapazes de dar conta sozinhos do dia a dia doméstico, o barão e a esposa passaram os três últimos anos internados num asilo para velhos, de onde ele escrevia cartas em letra trêmula e pouco legível. “Escrever interrompe o fluxo do meu raciocínio e me causa dor física”, lamentava-se. Ao ex-sargento Rinsche, mandou uma das últimas cartas agradecendo o fato de sua vida ter sido salva por ele após a explosão de uma granada de artilharia junto ao Monte Belvedere, em 1944.

Ecci sobreviveu apenas três meses à morte da mulher, ocorrida em agosto de 1978. A filha, que vivia afastada, ainda veio cuidar do velho, de saúde precária e memória cambaleante, que a bombardeava com recordações durante longos passeios pelo bosque naquele outono. Num deles, o barão contou que “até brasileiros estiveram diante de nós na Itália, até brasileiros”. A filha não o levou a sério. Era difícil, justifica-se, separar as lembranças da Primeira e da Segunda Guerra, ainda por cima carregadas de comentários sobre política e religião. Além do mais, não estava para ela muito claro o que brasileiros tinham a ver com a guerra. Após a morte, uma semana antes do Natal, foi cremado. O sepultamento das cinzas, num túmulo da família, em Kiel, só ocorreu quatro meses depois. A filha não compareceu.

O CAMINHO PARA MONTE CASTELLO

A FEB entrou na guerra para valer em outubro de 1944, quando os alemães já estavam de costas para a parede. Americanos e ingleses desembarcaram na Sicília em julho de 1943, iniciando uma penosa progressão rumo ao norte que atingiria seu ponto alto com a batalha de Monte Cassino, em maio de 1944, e a ocupação de Roma, cidade aberta, no mês seguinte. Com a invasão da Normandia, a 6 de junho de 1944, a Itália perdeu consideravelmente sua importância, embora muitos estrategistas tivessem preferido continuar a guerra por ali com toda a sua intensidade.

A retirada alemã dependia menos dos próprios méritos e muito mais das deficiências dos aliados, que nem sempre sabiam aproveitar a superioridade em homens e material. A derradeira esperança da Wehrmacht era impedir ao inimigo o acesso ao vale do Pó, a importante planície em que se concentram as riquezas do norte industrializado da Itália. Se os aliados chegassem ali, logo aos pés dos Alpes, estaria acabada a guerra na península.

A situação geral é fácil de ser entendida e não exige qualquer conhecimento de assuntos militares. Talvez fosse necessário advertir que a paciência do leitor será posta à dura prova com as constantes menções a números de tropas e unidades. Muitas vezes elas só confundem e levam à perda da visão geral, além de nada dizerem de especial a quem não estudou a fundo as batalhas. Por isso, os números só irão aparecer quando inevitável. É realmente duro de aguentar quando se lê que o 10º brigava com o 8º e o 14º com o 5º, e que a 114ª Divisão enfrentou a 1ª Expedicionária, da qual o 3º batalhão do 11º Regimento teve papel assim ou menos assim.

Imagine-se o cano da bota italiana dividido na longitudinal. Ao longo da costa adriática (à direita do mapa), avançavam os ingleses com seu VIII Exército. No centro e à esquerda, o V Exército americano, ao qual a FEB estava subordinada. A ofensiva aliada de maneira alguma rolava de forma homogênea, e naquela altura dos acontecimentos a ala direita (os ingleses) era a maior fonte de dor de cabeça para os alemães. O supremo comandante alemão, o marechal Albert Kesselring, resolveu então reagrupar suas forças. Sucessivas linhas de defesa foram ultrapassadas sem oferecer grande resistência. O marechal adotou, então, uma solução radical. Reagrupou todas as suas forças e jogou contra os ingleses o que tinha de melhor – o X Exército alemão. O restante passou a operar contra os americanos na ala esquerda e no centro. Era o XIV Exército alemão, o principal adversário da FEB na campanha da Itália. Ele se aferrolhou na cadeia dos Montes Apeninos, última barreira natural antes do vale do Pó.

Para surpresa dos próprios alemães, a ofensiva aliada estagnou. “Eu tive então a impressão de que havíamos superado essa crise. Meu chefe de estado-maior fala da

manutenção da linha dos Apeninos no final de outubro como se fosse um milagre, mas isso é fácil de se explicar. Os combates já duravam quase dois meses, dos quais seis semanas em terreno desfavorável aos atacantes, sob as mais diversas circunstâncias climáticas e com muitas baixas. Onde o ataque encontrou boas divisões alemãs, o esforço do adversário e o sangue por ele derramado não mantinham qualquer relação com os ganhos. Aumentaram as perdas, diminuiu a conquista de terreno, sumiu a crença na rápida vitória, cresceram os sintomas de cansaço e a força do ataque rompeu-se”,^[1] disse Kesselring depois da guerra – quando normalmente os chefes militares costumam ser mais inteligentes do que ao entrarem na batalha.

Note-se o sutil tom de crítica do marechal ao seu chefe de estado-maior, personagem normalmente muito mais significativo do que um mero executor de ordens. No caso específico, Kesselring defendia-se do fogo cerrado de seus principais generais, que o acusavam de ter-se atrasado muito para reagrupar as forças. Não há nada que ofenda mais a vaidade de um marechal do que a pecha de vacilante e omissor. Em parte, a crítica a Kesselring era injusta: a crônica deficiência em recursos do lado alemão, agravada pela total superioridade aérea dos aliados (o fato de ele ser marechal da Luftwaffe não pode servir de pretexto para responsabilizá-lo), retardou consideravelmente o deslocamento de soldados. Seus adversários no campo aliado, diga-se de passagem, acharam sua manobra de recuo excelente.

Na verdade, o “milagre” da manutenção da frente quando todo mundo esperava um decisivo arranco final dos aliados tinha explicações plausíveis, que não se deviam a qualquer mérito do comando alemão, conforme Kesselring honestamente reconheceria. Decorria, também, do fato de a “extraordinária e fantástica” combinação de tanques, artilharia e infantaria aliados, reforçada por meios de comunicação desconhecidos para os alemães, obedecer sempre a esquemas rígidos que não permitiam o aproveitamento das oportunidades táticas.

“As tropas aliadas nunca desistiram de seu direito de descansar depois da batalha, não importando a situação local, o que vinha muito ao nosso encontro”, comentou Kesselring.^[2] Depois da guerra, os generais alemães disseram que a pressão americana nunca fora suficientemente forte a ponto de perturbar seu recuo, coberto pela artilharia e sob constante controle do comando. Embora com “forte inveja” do equipamento aliado, o marechal Kesselring julgava que as operações de seus inimigos se desenvolviam sob excessivo controle dos altos comandos, havia poucos bons comandantes em nível de sargento e, em muitos casos, a tropa ficava esperando ordens superiores, em vez de agir rapidamente.^[3] Justamente nesse ponto (“tarefas táticas”) os alemães tinham sido excelentes no começo da guerra.

Esses pormenores permitem entender o clima no lado aliado, quando os soldados brasileiros entraram em combate. Os efeitos da paralisação da ofensiva aliada fizeram-se sentir depressa. A 15 de novembro de 1944, o serviço de informações do XIV Exército alemão forneceu longa e excelente análise do soldado aliado, constatando uma “virada” em seu moral.

“No início das lutas pelos Apeninos, o soldado aliado encontrava-se no topo de seu rendimento, tanto do ponto de vista moral e material quanto sob o aspecto humano. Ele acreditava ser superior ao alemão como nunca e, antes de mais nada, associava a conquista

dos Apeninos à esperança concreta de decidir a guerra na Itália. É possível reconhecer claramente que, sob a impressão causada por lutas pesadas e contínuas, houve uma transformação nessa atitude. Nas últimas semanas, nota-se [no soldado aliado] crescente cansaço físico e mental. Pela primeira vez, encontra-se no interrogatório de prisioneiros menções não só à própria superioridade e às conquistas, mas também ao que não foi alcançado e à força de combate do adversário. Casos de covardia, também de oficiais, tornaram-se conhecidos. Uma característica inquestionável da diminuição da disposição de combate [do soldado aliado] é a vontade de dar informações por parte de soldados e oficiais (prisioneiros), que antes não se observava. Experimentados suboficiais falam sobre a perda de qualidade da tropa. A confiança pessoal e arrogante na vitória foi agora substituída pela crença de que é a superioridade material que irá acabar se impondo.”^[4]

A FEB não participara até ali de qualquer operação de grande envergadura, mas sua presença havia sido detectada pelos alemães. A 5 de outubro, os comunicados alemães mencionam a presença de brasileiros na tomada de uma pequena localidade, Massarosa, cidadezinha ao norte de Pisa, ocorrida quase três semanas antes.^[5] O primeiro registro de brasileiros desembarcando em Nápoles (16 de julho) feito pelos alemães foi no dia 23 de agosto – consideravelmente tardio, portanto, embora a visita que o *premier* britânico, Winston Churchill, fez a tropas aliadas na Itália, incluindo o destacamento brasileiro, tivesse sido noticiada pelos alemães com apenas uma semana de atraso, a 26 de agosto.^[6]

As principais fontes de informação sobre a FEB, para os alemães, eram os relatórios de agentes infiltrados atrás das linhas inimigas e os interrogatórios de civis. Há muitas referências esparsas de refugiados que ficaram surpresos ao verem soldados de uniforme americano com a tarja “Brazil” no ombro esquerdo.^[7] Demorou até 15 de outubro para que recebessem informações em primeira mão sobre a FEB. Nesse dia, dois soldados da FEB caíram prisioneiros e confirmaram aos alemães o que eles já sabiam sobre os efetivos: um regimento de infantaria reforçado por um batalhão de artilharia e uma companhia de tanques (a força total da FEB só seria atingida em fevereiro de 1945).^[8]

Às voltas com pelo menos nove nacionalidades diferentes na campanha da Itália, os alemães tiveram de abrir mais um item na sua lista de prisioneiros (além de “indianos”, “neozelandeses”, “sul-africanos” e até “havaianos”, não se sabe por quê), mas nem sempre é fácil verificar em que coluna os brasileiros eram incluídos. Ocorre que, a partir de setembro, os comunicados do XIV Exército alemão colocam também “negros” como “nacionalidade” especial, numa irrefutável demonstração de racismo.^[9] Quando um negro era avistado, mesmo por binóculo, o fato merecia até mesmo ser registrado em comunicado. Na raiz das frequentes confusões (por parte dos alemães) entre brasileiros e “negros” está um comunicado alemão de 10 de outubro, no qual a FEB era tida como subordinada à 92ª Divisão de Infantaria americana.^[10] Essa unidade era formada exclusivamente por soldados negros dirigidos por oficiais brancos, fato que impressionou muitíssimo os brasileiros.

Até o dia 8 de novembro, os alemães prenderam 23 brasileiros, o maior bloco deles (17) depois de rápido contra-ataque registrado em seis secas linhas de um lacônico comunicado oficial.^[11] Fora o primeiro revés da FEB na Itália, no final de outubro. Os soldados brasileiros haviam capturado a pequena localidade de Braga e logo depois foram expulsos pelos alemães, justamente por elementos de uma unidade da 232ª.^[12]

Para os brasileiros, era o final de um período de relativamente pouco contato com o inimigo. A FEB recebeu outra frente para operar, indo em direção aos Apeninos, e em meados de novembro os meticolosos alemães acusaram devidamente a substituição da 1ª Divisão Blindada americana “por uns oitocentos a novecentos brasileiros”, movimento de tropas realizado na semana anterior.^[13] Para resumir: quando a FEB se aproximou dos Apeninos (e ali ficaria quase cinco meses), o adversário alemão já conhecia sua força e possuía experiência de combate direto contra os brasileiros. Os alemães só não sabiam que a Divisão Expedicionária Brasileira possuía comando próprio.

Em princípios de novembro, próximo a um dos episódios traumáticos da FEB na Itália, o marechal Kesselring via a presença de brasileiros na frente como reforço a sua tese de que não se deveria esperar mais nenhum grande ataque aliado. Para ele, seria possível a ocorrência de ações menores, em setores diferentes, “já que na frente está disponível um número suficiente de divisões de segunda categoria”, entre as quais o marechal alemão incluía os brasileiros.^[14] Pelo menos quanto aos planos dos aliados, o comandante alemão errou. Ainda no começo do mês, um novo plano geral de ação dos aliados previa operações ofensivas que deveriam terminar ainda antes do Natal, com a tomada de uma linha formada pelas cidades de La Spezia, Bolonha e Ravenna. Se isso fosse atingido, os alemães estariam praticamente liquidados e sem chances de resistir.

Essa era a pretensão de um dos mais controversos e ambiciosos comandantes americanos na guerra, o general Mark Clark. O prosseguimento da ofensiva estava longe de ser óbvio. Tudo dependia da intenção do general Eisenhower de criar na Itália um “abscesso estacionário” que permitisse debilitar a Wehrmacht (impedindo que recursos fossem desviados do teatro italiano) na França, para onde estavam voltadas as atenções na Europa Ocidental. Em agosto, ao retirar tropas da Itália para invadir o sul da França (Operação “Anvil”), ele fizera prevalecer sua opinião inclusive sobre a de Winston Churchill e a do marechal Alexander, o supremo comandante das forças de terra aliadas na península, além daquela do próprio Mark Clark, que possuía plano diverso: subir pelos Bálcãs, ocupar a Áustria e encontrar os soviéticos o mais a leste possível.

Só após muita discussão entre os principais comandantes aliados – sobre as quais os generais brasileiros, sul-africanos ou mesmo poloneses não tinham a menor influência –, incluindo os integrantes do longínquo Combined General Staff, em Washington, chegou-se à conclusão, em outubro, de que a ofensiva geral na Itália poderia continuar. As unidades retiradas meses antes para a invasão do sul da França, contudo, não foram substituídas por tropas de primeira linha.

Mark Clark ficou encarregado, com o V Exército, de conquistar Bolonha, chave para a invasão do rico e estratégico vale do Pó. Alguns números poderão ser úteis ao leitor menos familiarizado com o assunto. Um exército compõe-se de corpos. O V tinha três: à sua direita, o XIII inglês; ao centro, o II americano; e à esquerda, o IV Corpo (também americano), no qual se incluía o destacamento brasileiro. Por sua vez, um Corpo se subdivide em divisões ou grupos de divisões, e o IV Corpo, comandado pelo general americano Willis Crittenger, tinha à direita uma divisão sul-africana, no centro a FEB e a Task Force 45, um grupo tático americano, e, na extrema esquerda, chegando até a costa do mar Tirreno, a 92ª Divisão americana, composta de negros.

Recapitulando a situação descrita, tinha-se a bota italiana dividida em duas. Pela direita

os ingleses, no centro e à esquerda, os americanos (v Exército). Esse setor estava dividido em três, e a ponta esquerda estava com o IV Corpo. Sua frente, que compreendia Bolonha à direita, se dividia novamente em três, e no centro estava a FEB. Naquele momento, a Divisão Expedicionária (ao lado da Task Force 45, a FEB não se engajara ainda em grandes combates) tinha basicamente dois regimentos de infantaria, quatro grupos de artilharia, um esquadrão de reconhecimento e um batalhão de engenharia. De fato, pouco para um ataque.

A ofensiva geral não foi muito longe. A 27 de outubro, as chuvas, as próprias perdas, agravadas pela ausência de reservas, e a resistência dos alemães obrigaram o v Exército a se fixar no terreno, a menos de 20 quilômetros de Bolonha. Mesmo que a cidade pudesse ser conquistada, não havia mais forças nem tempo para engajar os alemães numa batalha decisiva ainda ao sul do vale do Pó, tal como pretendiam os estrategistas do lado aliado. Restou-lhes o duvidoso consolo de ter cumprido funções estratégicas gerais, isto é, de haverem mantido os alemães suficientemente ocupados lutando numa guerra um tanto esquecida, enquanto Eisenhower, Patton e outros amealhavam glórias e publicidade na França.

O marechal Alexander logo percebeu o reagrupamento decretado por Kesselring, que jogou catorze divisões no seu x Exército, à direita dos aliados, e deixou à esquerda o XIV, bem mais débil. Não havia motivos para temer ataques aliados nesse último setor, onde era mais alta a barreira de montanhas (os Montes Apeninos), impedindo o acesso ao Pó. De qualquer maneira, as atenções de Alexander estavam mesmo nas planícies e no terreno mais favorável, no lado direito.

À esquerda, nos Apeninos, tinha havido pouca atividade nas últimas semanas, pois era impraticável para os aliados atravessá-los naquele momento. Alexander fala até de um acordo tácito entre as duas partes: “[as montanhas] estavam sendo tratadas por ambos os lados como um setor quieto para ser ocupado com tropas de segunda qualidade”.^[15] Mesmo assim, deu ordens para o v Exército (Mark Clark) ver o que conseguiria fazer até meados de novembro, quando então o inverno chegaria de vez, obrigando todo mundo a esperar a primavera de 1945.

Deslocadas para aquele setor, tropas como a FEB ou a 92ª Divisão (negra) americana tinham deixado até ali excelente impressão no general Mark Clark, seu padrinho, por assim dizer. “Lidar com os brasileiros”, assinalou Clark em seu diário pessoal, “era tarefa muito delicada e tinha de ser perfeitamente executada”.^[16] Clark visitou a 92ª Divisão e disse a seus soldados que não precisavam temer os alemães, e sim os alemães a eles. “Ele disse as mesmas coisas aos brasileiros. Embora mostrassem alto espírito, tinham muito a aprender, particularmente os oficiais, que tinham pouca compreensão das próprias responsabilidades.”^[17]

Premido pela falta de recursos humanos, Mark Clark estava disposto a aceitar de bom grado a proposta feita pelo ministro da guerra brasileiro de mandar mais um regimento à Itália, mas insistiu em que este deveria ir treinado e equipado por americanos.^[18] A ideia foi logo abandonada, pois os brasileiros não estavam conseguindo suprir nem o reforço do segundo escalão.^[19] Outro personagem importante em Washington, o general George McNarney, que se tornaria um dos vice-comandantes aliados em toda a Itália, também se interessou pelos oficiais brasileiros.^[20]

O bom entendimento inicial entre Clark e o comandante brasileiro, o general

Mascarenhas de Morais, seria alterado radicalmente nos combates seguintes.^[21] Quanto à Divisão de negros americana, Clark mandou um relatório confidencial ao War Department, em Washington, dizendo que não estava em condições de servir na frente. Contudo, ele se opunha firmemente à sua dissolução e à integração dos negros em unidades “brancas”.^[22]

O que a FEB achava da situação àquela altura é conhecido do público brasileiro. A divisão brasileira deveria substituir efetivos americanos e participar das “operações preliminares” do IV Corpo, com funções ofensivas. O marechal Mascarenhas trouxe para a linha de frente tudo o que podia. Ele sugere em seus escritos que o emprego dos brasileiros em operações de ataque não passava de um expediente do general Mark Clark para compensar a defasagem entre as forças (poucas) à sua disposição e as tarefas (muitas) recebidas.^[23]

A entrada dos brasileiros na batalha foi “prematura, com treinamento incompleto e sem todo o armamento”.^[24] Os americanos, até então empregados nos setores designados para a FEB nos Apeninos, notaram isso perfeitamente. Houve o caso de companhias que se recusavam a entregar suas posições a tropas inexperientes. A função principal da FEB nessa fase, apelidada eufemisticamente de “defesa agressiva do vale do Reno”, consistia em se preparar para seguir o inimigo caso este recuasse, o que absolutamente não constava dos planos alemães. Em outras palavras, a FEB deveria apenas manter o que fora conquistado (o que não se configurava como sobre-humano, dada a total ausência de disposição de ataque por parte dos alemães), tentando melhorar as posições por meio de operações de porte médio.

Uma delas era tirar dos alemães a visão e o controle que possuíam sobre a Estrada Nacional 64. Querendo chegar a Bolonha, o IV Corpo americano teria pelo menos de garantir a passagem por essa pista estreita e sinuosa, com sentido geral sudoeste-nordeste, aconchegando-se no pouco espaço que o pedregoso rio Reno (não confundir, evidentemente, com o Reno alemão) deixa entre vale e montanha.

Para assegurar o tráfego na 64, era necessário neutralizar ou ter a posse de um dos contrafortes da longa cadeia de montanhas que a dominava totalmente – os Apeninos. Lá em cima estavam os alemães. Para usar uma imagem cinematográfica, não se tratava de um bando de índios ululantes aprontando emboscadas na curva da estrada, conforme se vê nas fitas de faroeste. Em vários trechos havia uma distância de 5 a 6 quilômetros entre a 64 e o primeiro soldado, mas, com postos de observação, artilharia, metralhadoras e alguns bolsões defensivos, os alemães praticamente tinham interrompido a estrada.

Eles não alimentavam dúvidas quanto ao local por onde os aliados passariam quando quisessem tomar Bolonha. Não se tratava, evidentemente, de elaborar planos estratégicos capazes de enriquecer os compêndios de história militar. O marechal Kesselring viu no mapa que o Monte Belvedere, um dos mais altos da região, próximo à 64, assumia posição destacada. Por isso, ele considerava sua posse fundamental para a definição e profundidade de qualquer ataque a Bolonha. A defesa dessa montanha, de acordo com Kesselring, evitaria qualquer tentativa de cerco e envolvimento da ala direita – mais débil – da frente alemã.^[25]

Ele discutiu a situação com o comandante da divisão alemã encarregada do trecho, o general barão Eccart von Gablenz, da 232ª de Infantaria, que lhe demonstrou “conduta bastante convincente”: o barão achava que podia repelir ataques inimigos, mesmo reconhecendo a “alta média de idade de sua Divisão”.^[26] Ainda assim, Kesselring considerava a ocupação do setor “muito débil”, embora o inimigo “não demonstrasse

disposição de atacar”, e planejou enviar reforços, projeto não realizado “por falta de meios”.^[27] De qualquer maneira, uma pergunta ainda não fora respondida para os alemães: os aliados “pegariam o touro pelos chifres” (Kesselring), atacando frontalmente no setor montanhoso, ou tentariam uma ampla operação de envolvimento?^[28] As informações fornecidas pelos italianos, aliados dos alemães, tinham de ser tratadas com discricção, dizia um dos oficiais do estado-maior do XIV Exército alemão, o major Wilhelm Hecht. “Os italianos são inclinados a fazer improvisações loquazes e fantásticas.”^[29] Em qualquer dos casos, Kesselring não acreditava numa ofensiva geral antes da primavera de 1945.^[30] Estava pronto o cenário para Monte Castello.

* * *

O “Alto Appennino Bolognese”, no qual se alinha uma elevação conhecida apenas nas suas proximidades imediatas como Monte Castello, continua, quarenta anos depois da guerra, uma região agreste, pelo menos para os padrões da Itália Setentrional. As montanhas que formam essa cadeia não são excessivamente altas, nem se comparam aos Alpes, mas têm quase o mesmo aspecto agressivo. A beleza da paisagem é excepcional, irradia calma e majestade, e parece cenário impróprio para canhões e trincheiras, no que tange ao fruir estético.

As principais cidades que serviram de alojamento ou posto de combate para regimentos e divisões – Porretta, Vergatto, Pavullo, Montese, Castel D’Aiano – continuaram, nos últimos quarenta anos, dedicadas ao turismo do verão – especial, porém, pois só oferecem banhos termais e maravilhosa comida como alternativa ao calor das grandes cidades e à agitação das praias, e não são consideradas pelo grande circuito de turistas.

Exceção se abriu aos esportes de inverno. Mesmo em abril, quando a primavera no norte da Itália já avançou muito, o Corno Alle Scalla, um dos montes mais bonitos do maciço, fica coberto de neve e de gente esquiando. Todo o conjunto de montanhas é entrecortado de vales muito profundos, escavados por riachos que se dirigem aos rios Panaro (limite norte dessa região) ou Reno (ao sul). De certa maneira, eles formam um tabuleiro de xadrez.

Nem sempre as encostas são íngremes. Há o caso de algumas elevações, como a do Monte Castello, que pouco se destacam das demais, mas, por favor, essa observação não deve ser tomada como desprezo ideológico. Seu contorno suave se delineia em contraste abrupto apenas vista de alguns ângulos, e o principal caminho de subida serpenteia por uma longa encosta perfeitamente dominável por quem estiver lá em cima. São quatro grandes cristas que se unem no ponto máximo do Castello. Cada uma insiste em se apresentar de maneira diferente. Como outras montanhas, o Castello tem várias facetas, mas quase nenhuma silhueta. De outras, como o Monte Belvedere, se pode dizer que têm uma personalidade própria, perfeitamente destacável de suas vizinhas – no caso do Belvedere, atualmente desfigurada por uma enorme torre de transmissão de micro-ondas instalada pela telefônica italiana. O Castello também não escapou – está sendo loteado e uma pequena estrada de acesso rasgou uma cicatriz em sua encosta sul.

A vegetação em toda a região não chega a ser exuberante. Trechos verdes mais densos, com árvores de porte médio e muito entrelaçadas, alternam-se com pastos rudimentares delimitados por cercas de pedras. Os guias turísticos modernos mencionam raras flores de

montanha, embora a flora exótica pareça tão erradicada quanto os veados e javalis que supostamente se poderia caçar. Há trutas nos riachos, em compensação. Se compararmos a densidade populacional da região com a do norte da Itália, podemos considerar que são poucos os que vivem nos Apeninos. Mesmo assim, nem de longe se pode dizer que muita coisa de selvagem sobrou. A culpa disso, porém, não deve ser atribuída à guerra, realidade que os avós dos atuais donos de *trattorie* e fazendolas da região só vieram a conhecer de verdade em outubro de 1944.

Era o mês da chegada dos adversários da FEB nos Apeninos – os soldados da 232ª Divisão de Infantaria Alemã. Eles começaram a ocupar esse trecho, englobando os Montes Belvedere e Castello, aproximadamente um mês antes do deslocamento dos brasileiros para o mesmo lugar. Saíram do ensolarado e tranquilo porto de Gênova, que guardavam sem grandes peripécias ou esforço, e vieram marchando até os Apeninos, transformados de guarda costeira em tropa de montanha. Antes de sua mudança, houve muita discussão e ásperas trocas de telefonemas no QG do XIV Exército,^[31] ao qual a 232ª passara a pertencer desde outubro. Por falta de meios de transporte, nem todos os batalhões puderam sair a tempo, e passaram a ocupar suas posições do jeito que chegaram. Isto é desvantajoso sobretudo para o comandante da tropa, que não conhece o terreno e nem sabe como se comunicar com seus postos de combate vizinhos.

O caminho apresentara muitos percalços. Os *partisans*, que àquela altura proliferavam com enorme rapidez, na medida em que era esperada a vitória aliada, não se atreveram a atacar a numerosa tropa em movimento. Nem teria sido necessário: pontes destruídas, pequenas enchentes e a falta de gasolina tornavam a vida dos alemães suficientemente árdua. Geralmente conhecidos por seu senso de organização e disciplina, executaram serviço de amadores ao redistribuírem suas tropas nos Apeninos. A 94ª Divisão, mandada para o leste, simplesmente abandonou as posições principais sem esperar sua sucessora (a 232ª). O resultado traduziu-se na perda de posições avançadas, como Bombiana e Abetaia (esses nomes ainda vão dar muito o que falar), antes mesmo que o período principal de lutas tivesse começado.

O comandante alemão, general von Gablenz, instalou o posto de comando de sua Divisão na cidadezinha de Pavullo (uns 20 quilômetros atrás da primeira trincheira) e concluiu depressa que as linhas de abastecimento apresentariam um dos piores problemas: qualquer grande movimentação de tropas atrás da frente, sobretudo pela estrada Lama–Pavullo–Zocca, estava impedida pela queda de pontes sobre o rio Panaro.^[32] Se de trás para a frente e vice-versa o transporte era difícil, nem se poderia falar no transporte para os lados.

As pequenas, estreitas e sinuosas estradas secundárias eram constantemente ameaçadas pelos *partisans* ou consideradas inadequadas para se estabelecer a ligação entre os flancos da Divisão, em especial o esquerdo (Affrico). Com a chegada do inverno e da neve, as coisas só iriam piorar. Além de vigiar, participar de patrulhas ou combater *partisans*, grande número de soldados alemães se ocupava simplesmente em manter limpas de neve as principais estradas. Desse jeito, sobrava pouco tempo para o inimigo propriamente dito.

Os alemães da unidade que por mais tempo enfrentaria a FEB (a 232ª) estavam encarregados de manter uma frente de 70 quilômetros de extensão, trecho amplo que normalmente demandaria o dobro de gente. Da sua perspectiva, a frente era uma linha em

diagonal de sul para leste, bem alta no lado direito, onde surgia o Monte Cimone, com seus 2 mil metros de altura, e que declinava gradativamente até o extremo esquerdo do trecho a ser defendido (Castel D'Aiano), com elevações de uns 500 metros. No setor centro-esquerda, o Belvedere dominava (1.139 m), seguido de outras montanhas menores, entre elas o Monte Castello. Ele tem 877 metros acima do nível do mar, mas isso não significa que os soldados fossem obrigados a tomar uma elevação comparável ao Corcovado. No caso do Belvedere, que é mais alto, o último trecho de subida até o topo da montanha, por exemplo, ainda é mais curto que uma caminhada até o pico do Jaraguá, em São Paulo.

O barão comandante dos alemães nos Apeninos era um profissional de tradicional escola e, durante os três anos que passou como prisioneiro de guerra dos americanos, escreveu um relatório detalhado contando como preparou seus soldados para o ataque aliado.^[33] Esse é praticamente o único documento escrito que restou da atuação da 232ª Divisão nos Apeninos e que contém referências diretas (poucas) à atuação dos brasileiros.

O general von Gablenz começa o relatório dizendo que, mesmo sem combates, sua Divisão já estava sobrecarregada. Ele cita quatro motivos: alta idade média dos soldados, pouco treinamento e falta de experiência de combate em montanhas, reduzida mobilidade e severo racionamento de combustível.^[34] Não são apenas desculpas de mau perdedor.

Para distribuir suas forças nos 70 acidentados quilômetros que recebera, o barão partiu de uma equação simples (ele não tinha muito o que pensar em termos estratégicos): “Para atacar Bolonha, o inimigo precisa pelo menos da estrada de Vergatto [a Estrada 64]. Por isso, o adversário vai começar seu ataque contra as elevações que dominam o vale do Reno no mínimo pelo Monte Belvedere e as elevações a leste” (o que inclui Monte Castello).^[35] Ainda que a análise da situação não exigisse grande perspicácia, o barão confessava que duas questões permaneciam em aberto. Uma vez iniciada a esperada ofensiva, em que extensão os aliados prosseguiriam seu ataque na direção sudoeste? Mais importante ainda: se conquistado o Monte Belvedere, iriam os aliados utilizá-lo apenas como proteção para seu flanco no avanço contra Vergatto, rumo a Bolonha, ou decidiriam também partir daí para o norte?^[36]

A maneira de raciocinar dos alemães explica em boa parte as dificuldades que a FEB enfrentaria. A própria configuração do terreno, com montanhas muito altas no lado direito dos alemães (portanto, a sudoeste), fez o barão descartar depressa a primeira hipótese. Escolheu a segunda, achando que os aliados, tendo ocupado o Belvedere, atacariam para o norte (o que de fato aconteceria em 1945). Logicamente, indicou como ponto central da defesa da 232ª o flanco esquerdo da divisão, começando pelo Monte Belvedere e prosseguindo para o leste – justamente onde a FEB iria atacar.

De qualquer maneira, a reduzida disponibilidade de recursos humanos e materiais privou o comandante alemão de muitas opções. Ele deixou apenas dois batalhões cuidando de uns 40 quilômetros de frente no seu flanco direito, ocupando somente as elevações decisivas em torno do Monte Cimone (o mais alto dos Apeninos, com 2.163 m) e os dois lados do passo do Abetone.

Nesse trechinho específico, frio e inóspito, quase não havia contato entre os oponentes. A principal função dos soldados alemães enfileirados naquelas alturas era conter patrulhas inimigas e contrabandistas italianos circulando entre as duas frentes. Tiveram pouco êxito: camponeses conseguiam passar de um lado para o outro levando manadas inteiras de

ovelhas ou carroças com gêneros alimentícios. Imagine-se o que não fizeram os *partisans*. Entre um posto e outro na montanha, o contato era só por binóculo, tal a distância, e, por falta de equipamento apropriado, sequer as instalações de defesa puderam ser escavadas até abril de 1945, quando não faltava muito para a guerra terminar. Quando um batalhão italiano assumiu a posição inicialmente ocupada pelo Regimento de Infantaria 1.044, também o que havia sido feito acabou sendo negligenciado ou semidemolido.

Ao seu flanco esquerdo, começando em Castel D'Aiano e estendendo-se até o Monte Belvedere (uns 20 quilômetros de comprimento), von Gablenz dedicou maior atenção. Ele esperava que viesse por ali o principal ataque inimigo e queria estabelecer, se possível, uma linha contínua de pontos defensivos. Em princípio, concentrou dois regimentos de infantaria, com um total de cinco batalhões (incluindo o de fuzileiros, que era a melhor tropa da Divisão). Para os historiadores militares, detalhes como o número do regimento que ocupou tal trecho numa frente determinada são fundamentais ou, no mínimo, muito importantes. Um regimento nem sempre é igual ao outro. O uso desta e não daquela unidade fornece subsídios para se analisar o raciocínio tático ou estratégico de um comandante, ou sua avaliação do adversário. Na guerra, ninguém tenta jogar seus elementos mais débeis contra os mais fortes do inimigo.

No caso da 232^a nos Apeninos, a constante troca de batalhões ou unidades menores torna impossível, ou pelo menos muito confuso, fornecer um quadro permitindo determinar, até o nível de companhia, qual a ordem de batalha dos alemães. O próprio von Gablenz acha que uma de suas deficiências foi o constante vaivém de suas unidades, em especial dos fuzileiros, que ele empregou de preferência junto ao Monte Belvedere. De meados de outubro de 1944 a 24 de fevereiro de 1945, foram os Regimentos 1.043 e 1.045 os principais responsáveis pelo trecho. Seus comandantes, os coronéis Grosser e Stöckel, já estão mortos, e permanece infelizmente desconhecido o nome do oficial à frente do 2^o Batalhão do RI 1.043, que esteve, de acordo com os dados do general von Gablenz, a cargo do trecho do Monte della Torraccia, logo atrás do Monte Castello. Ele talvez pudesse contar como foram seus preparativos finais – seus homens é que participariam do principal episódio da FEB na Itália.

Pouco havia sido feito nas obras de fortificação quando os alemães da 232^a começaram a ocupar o terreno. Uma linha contínua de defesa estava fora de cogitação. O barão exigiu muito dos soldados e mandou-os ampliar os pontos de apoio existentes para que um protegesse o outro com seu fogo cruzado, o que funcionaria muito bem nos primeiros ataques da FEB. No final de janeiro, von Gablenz considerava-se até razoavelmente satisfeito com as condições de defesa, embora uma tarefa fundamental não pudesse ter sido realizada devido à neve: “era impossível camuflar o movimento de terra, principalmente no inverno, de maneira a que não pudesse ser reconhecido do alto. Mas justamente esse fator trouxe, em fevereiro, a perda das posições avançadas. O inimigo podia, em consequência de sua superioridade aérea, ter um quadro claro das instalações de defesa.”^[37]

No caso do setor brasileiro, esse era o resultado da incessante atividade de alguns tecos de observação da artilharia, voando sobre a terra de ninguém e fotografando os alemães. Se atirassem, eles seriam denunciados. Por outro lado, isso levou os alemães a ocuparem, em geral, as encostas dianteiras das elevações, renunciando à proteção tradicional e às vantagens da instalação de postos de combate nas encostas ocultas ao

inimigo. O essencial era obedecer aos pedidos da artilharia, que precisava manter postos de observação sobre o vale do Reno, e para isso era necessária a parte anterior das montanhas.

Do ponto de vista estratégico, os alemães tinham uma desvantagem fundamental, embora taticamente o terreno os favorecesse. “Espalhada por um amplo espaço, sem mobilidade, mal treinada e mal equipada para a luta de montanha, com sua gente velha, faltava à Divisão qualquer possibilidade para um contra-ataque. Já por esse motivo, era necessário ocupar fortemente a primeira linha, o que custou muitas forças”,^[38] escreveu o barão. A defesa alemã carecia de articulações em profundidade, capazes de segurar o avanço do inimigo, caso a primeira linha fosse rompida. Nos trechos mais fortificados da frente, como no Belvedere, essa barreira compunha-se basicamente de trincheiras, abrigos subterrâneos reforçados com troncos, guarnecidos por metralhadoras e morteiros de 81 milímetros, servidos por seis a oito soldados. Distavam de 80 a 100 metros entre si.

Uma vez que a ocupação da frente era muito “diluída”, o comandante da 232ª resolveu intensificar as patrulhas e o reconhecimento do adversário. Pelo menos, assim poderia tentar prever as intenções inimigas. Com exceção dos combates de novembro/dezembro, esse tipo de contato iria caracterizar a atividade militar de brasileiros e alemães até fevereiro de 1945, quando os aliados lançaram uma ofensiva limitada nos Apeninos.

Embora a tarefa da 232ª fosse apenas defensiva, von Gablenz relata que a tropa nunca encontrou calma. Não se sabe se por terem detectado fraquezas no lado brasileiro ou não (o relatório do general não explica), os alemães davam preferência especial em seus “golpes de mão”, a julgar pela narrativa do barão, a pequenas localidades (Casa Buio, Calcinara e Casa D’Ercole) num raio de 1.500 metros do Belvedere, todas guardadas por tropas brasileiras. Contra a Casa D’Ercole (um pobre casario empinado a 940 metros de altura na encosta oriental do Monte Gorgolesco, um “irmão” do Belvedere), em novembro, a 232ª lançou até uma grande operação com preparação de artilharia e infantaria equipada com bazucas e meios de comunicação, que nada trouxe: “logo na preparação da artilharia, o inimigo retirou-se e fugiu ao contato”.^[39] De resto, a atividade das patrulhas parece, em geral, ter sido bem menos emocionante do que sugerem os velhos seriados de guerra da televisão.

A considerável mescla de tropas e unidades de proveniência diversa entre os aliados colocou o reconhecimento alemão diante de tarefa ingrata. Não havia ainda grandes combates e as unidades americanas, frequentemente trocadas, não podiam ser identificadas com precisão. O esquadrão de reconhecimento da 232ª deixava muito a desejar. Oficialmente (os comunicados do quartel-general do XIV Exército ainda existem para prová-lo), os alemães da 232ª sabiam que tinham diante de si brasileiros. Na prática, como se verá, os oficiais e a tropa não possuíam grande conhecimento do adversário, e alguns só vieram a saber 40 anos após a guerra que lutaram contra sul-americanos nos Apeninos. Em seu relatório, referindo-se à fase das primeiras lutas pelo Belvedere (e Castello), o barão constatou “por vezes também o emprego de brasileiros”.^[40] O general escreveu de memória, sem poder consultar arquivos.

Os documentos que resistiram ao tempo mostram que, na verdade, o Ic (oficial de informações) do XIV Exército não só havia detectado a substituição da 1ª Divisão Blindada americana por tropas da FEB, como encontrara tempo também para comunicar a captura de uniformes brasileiros esquecidos em alguma parte da montanha às vésperas dos primeiros

ataques, em novembro.^[41] Ao reconhecimento alemão não passou de maneira alguma despercebida a forte atividade do inimigo na região que a FEB acabava de receber.^[42] Inexplicavelmente, ainda assim o barão não contava com um grande ataque – ou então, depois da guerra, não mais se recordava disso.

Em seu relatório, escrito em 1947, ele se lembraria apenas de que seus adversários não mostravam, pelo menos àquela altura, grandes disposições ofensivas. O general afirma que a massa das tropas aliadas estava ainda longe da linha de frente, guarnecida apenas por pequenos postos avançados.^[43] Sua preocupação principal, já naquela época, contudo, teria sido a 10^a Divisão de Montanha americana, em condições, a qualquer momento, de concentrar, num só ponto, forças capazes de tomar rapidamente a montanha que quisesse. A memória do general o traiu: a 10^a só desembarcou na Itália em dezembro e interveio nas lutas em fevereiro. Até lá, a tarefa de tomar algumas das montanhas, incluindo o Monte Castello, ficaria mesmo com os brasileiros.

OS DESCONHECIDOS DO 101/19

Na tarde do dia 4 de dezembro de 1944, o capitão Otto Schweitzer estava atarefadíssimo em seu abrigo em Castel D'Aiano, 12 quilômetros ao norte de um ponto chamado 101/19. Ele substituía seu chefe como comandante do Regimento de Infantaria 1.045. O popular coronel Kurt Stöckel ia passar uma temporada no hospital, após um bem-sucedido contra-ataque alemão ao Monte Belvedere. Tranquilo e metódico, o capitão combinava perfeitamente com o coronel. Achava ótima e oportuna a vontade do coronel de sempre ir à frente, e ficava de bom grado com a maçante, mas segura, tarefa de cuidar de papelada, suprimentos, munição.

Sobreviveria à guerra a amizade entre o coronel e o capitão, então um oficial de 27 anos, dono de calvície precoce, nariz comprido e postura meio curvada. Ambos vinham da mesma região, nas proximidades de Kassel, para onde voltaram quando tudo acabou. O capitão tornou-se chefe da guarda florestal local. O coronel, doutor e professor de Filosofia.

O abrigo do Posto de Comando do capitão Schweitzer era aconchegante, se comparado às trincheiras da linha de frente. Escavado na montanha, não se via a porta disfarçada por troncos, todos cobertos de neve. O esconderijo estava bem localizado. Os tiros da artilharia adversária caíam muito antes ou então passavam por cima, indo explodir ao longe. O capitão tinha um pequeno forno a lenha, luz elétrica, camas de campanha e, principalmente, a tarefa de distribuir a ração suplementar de álcool. O Natal de 1944 estava chegando. Cada soldado do Regimento ia ganhar uns goles a mais de conhaque ou de *schnapps*.

O problema principal era não esquecer ninguém: o regimento do capitão Schweitzer acabara de ganhar também o II Batalhão do RI 1.043, encarapitado no Monte della Torraccia e adjacências, o que incluía o 101/19. Essa situação deveria ser provisória, mas duraria meses. Quando todas essas posições foram perdidas, em fevereiro, esse batalhão continuava sob as ordens dos oficiais à volta do capitão Schweitzer.

Ele ainda se lembrava, quarenta anos depois, de quem interrompeu seu delicado trabalho de distribuir bebidas de Natal na tarde gelada de dezembro. Na porta do abrigo surgiu, acompanhado de três soldados, um rapaz alto, forte, com uniforme e equipamento americano, mas falando um bom alemão. Era um desertor brasileiro.

Em Kiev, na Frente Russa, o capitão fora ferido duas vezes, tirara de uma perna 48 estilhaços de granada. Pensava que não mais teria de lutar até que novamente o chamaram, ignorando seu atestado de incapacidade para o serviço na frente. Apesar de relativamente jovem, pertencia à categoria dos veteranos e tinha muita guerra atrás de si. Mesmo assim, o soldado brasileiro o impressionou: “Era um homem grande, com expressão tranquila e me

disse que resolveu desertar porque estava muito cansado de tudo aquilo.”

O episódio de Monte Castello seria, talvez, a maior glória da história contemporânea do exército brasileiro, apesar da polêmica entre os militares participantes e das severas críticas à condução da operação (sacrifício inútil de soldados, má preparação, erros de comando), suficientemente conhecidas e que não precisam ser repetidas aqui.^[1] Há uma acentuada tendência a se considerar a conquista de Monte Castello como passo relevante no avanço aliado rumo ao norte da Itália, atribuindo-lhe às vezes importância estratégica decisiva.

Um exemplo moderno: “o Monte Castello era ainda muito mais: era a chave de um sistema defensivo em que se baseava a estratégia alemã em solo italiano, as portas da legendária planície do rio Pó. Vários ataques, feitos por brasileiros e americanos, malograram antes que a FEB o dominasse”, escreveu um ex-sargento que se tornaria professor de História.^[2] A afirmação pode parecer exagerada, mas é representativa de uma corrente de opinião muito difundida, para a qual foi o Monte Castello “o mais importante objetivo tático-estratégico – além do aspecto moral – em determinado momento da campanha da Itália”.^[3]

Já durante a guerra, criou-se em torno do Castello a fama de “inexpugnável fortaleza germânica” (marechal Mascarenhas), um bastião indomável, símbolo da capacidade da máquina militar nazista e um desafio à bravura e à perícia do militar brasileiro. São evidentes as razões de tais sentimentos para quem esteve durante meses diante de um objetivo aparentemente inatingível, e que viu companheiros morrerem, às vezes inutilmente, por culpa ou não de seus superiores. De novembro de 1944 a fevereiro de 1945, os soldados brasileiros se sentiram humilhados, enfrentaram temperaturas e condições absolutamente desconhecidas; vieram para a guerra sem experiência e acabaram plantando sua bandeira no alto da “montanha maldita”. É possível contestar sua vitória?

* * *

Monte Castello nunca existiu para os alemães – seu nome não consta de qualquer comunicado oficial de divisões, exércitos e muito menos dos volumosos “Diários de Guerra” (*Kriegstagebücher*) do Supremo Comando da Wehrmacht. As encostas onde a FEB sofreu mais de um terço de todas as suas baixas na Itália (um total de 465 mortos e 1.577 feridos), até conquistá-las, em fevereiro de 1945, eram para os alemães o anônimo “101/19”, ou seja, o ponto 19 do quadrado 101 da sétima edição do mapa (codificado) em escala 1:100.000, utilizado pelo comando do XIV Exército desde novembro de 1944.^[4] Em vão se buscarão referências a essa posição defensiva nos depoimentos de sobreviventes alemães ou nas reminiscências de oficiais (há só uma exceção). Apenas a fotografia da delicada silhueta da igreja de Bombiana, que contrasta suavemente com o perfil do Monte Castello, provocou em alguns veteranos uma leve lembrança.

A importância dessa cadeia de montanhas no esquema defensivo alemão foi ressaltada nas páginas anteriores. O marechal Kesselring a considerava fundamental para proteger o flanco sudoeste de Bolonha e o general von Gablenz sabia que o inimigo teria de conquistá-la se quisesse garantir seu avanço rumo à planície do Pó. Já foi visto de que maneira o dispositivo defensivo inicial alemão procurou concentrar justamente nesse trecho o

principal dos poucos recursos humanos e materiais que tinha à sua disposição. Foi com muita energia que o comandante alemão se preparou para tarefas exclusivamente defensivas, procurando tirar o maior partido possível das disposições dos adversários e do terreno. Contudo, nem todas as montanhas tinham igual importância no esquema alemão.

Uma consulta ao mapa reforça a exposição. A linha nevrálgica para os alemães começava no Monte Belvedere e se estendia pelas “elevações a leste” (general von Gablenz). Elas formam um arco suave subindo do sul para o leste, no qual se destacam, além do Belvedere (1.139 m), o Monte Gorgolesco (1.125 m), a capela dos Ronchidosos (1.045 m) e o Monte della Torraccia (1.093 m). Nessa fileira de peões formando uma espécie de leve ferradura, o Monte Castello está um pouco avançado, com seus 877 metros de altitude. Junto à sua encosta sudeste, encontra-se a localidade de Abetaia, pequeno aglomerado de casas simples em torno de uma esquina da estradinha que sai do vale do Reno e atravessa essa fileira de montanhas na direção norte. Um braço da estrada volta alguns metros para a igreja de Bombiana, de onde se tem uma visão em conjunto do Castello. E linha reta, não há muito mais do que 5 quilômetros de distância entre os topos do Belvedere e do Torraccia. Todos eles proporcionam boa visão sobre o vale do Reno, mas o Castello tem uma das melhores sobre a cidade de Porretta Terme. Seus contrafortes não apresentam graves empecilhos naturais e se pode subi-los diretamente, embora a marcha seja cansativa. Contudo, quanto mais se aproxima do topo, evidentemente, mais estreito é o caminho e menor a distância das outras elevações que formam, com o Castello, um sistema razoavelmente integrado.

Para os alemães, apesar de o Castello dominar Porretta Terme, a chave do sistema não era essa elevação, mas o Belvedere, distante uns 4,5 km do local onde a FEB consumou sua maior glória. Ele era o pivô da defesa e é dele que falam os documentos oficiais, os depoimentos de comandantes e os relatos de veteranos alemães quando se referem aos combates nos Apeninos.

A disposição das forças alemãs sustenta perfeitamente essa afirmação. O general von Gablenz, comandante da 232ª, deixou estacionados ali, desde que chegou à região, pelo menos dois batalhões (a princípio o I. do RI 1.043, reforçado pelo batalhão de fuzileiros). Em fevereiro de 1945, quando pressentiu o ataque aliado justamente contra esse setor, o barão trouxe às pressas, de volta para sua unidade, a única tropa especializada em lutas de montanha que possuía, o batalhão de montanha Mittenwald, com quase 1.300 homens, que ficou estacionado na defesa do Belvedere. Além disso, destinou para a mesma montanha tropas frescas do RI 1.044, que passara algum tempo na reserva durante os meses de inverno.^[5]

Os comandantes dessas três unidades ainda estavam vivos no início de 1984. Solicitados a descrever, com a ajuda das mesmas cartas do estado-maior da época, qual o centro de gravidade da defesa alemã na região, não demonstraram qualquer hesitação ao fazer sua avaliação.

“Minha unidade era a única dentro da 232ª a receber soldados mais jovens, mais bem treinados. Por isso mesmo, meu batalhão era empregado como bombeiro apenas nos trechos mais difíceis. Durante toda a guerra, estivemos correndo de um lado para o outro nos setores guarnecidos pela Divisão, mas ficamos muito tempo junto ao Belvedere, posição que era ocupada, no total, incluindo encostas adjacentes, por uns duzentos homens nossos. Essa

montanha para nós era fundamental, e ela é que tínhamos de defender de qualquer jeito”, contou o major Wilhelm Maas, comandante do batalhão de fuzileiros, sobre aquela unidade equipada com bicicletas (que foram largadas em Módena, na planície do Pó, quando o batalhão soube que iria para as montanhas dos Apeninos). Aos 71 anos, o major vivia numa cidadezinha próxima a Stuttgart, no sul da Alemanha, como funcionário público aposentado.^[6]

O major Hans Ruchti era o comandante da única tropa de montanha que os alemães empregaram naquele setor em 1944/45 – o Batalhão Mittenwald, denominação que ainda traz uma unidade da Bundeswehr, o moderno Exército da Alemanha Ocidental, estacionada na idílica cidade do mesmo nome. Braço direito amputado, aos 72 anos continuava vivendo entre as montanhas dos Alpes (tem uma casa no sul da Suíça, próximo à Itália). Com sua voz forte e um sotaque do sul da Alemanha agravado pelo uso de várias palavras em dialeto, dizia não ter conhecido nenhuma outra posição tão importante nos Apeninos como a do Belvedere. Ainda se recordava de ter sido mandado com seus 1.300 homens para conter a ofensiva americana de fevereiro de 1945. A superioridade em homens, equipamento e material da 10ª Divisão de Montanha americana foi algo que ele nunca mais esqueceu: “seu fogo de artilharia foi irresistível, e nada podíamos fazer contra os aviões que não nos deixavam mover o dia inteiro. Mesmo assim, acho que meus homens eram mais ligados, mais próximos à montanha do que os americanos. Eles escalavam bem, mas não sabiam escalar e lutar como nós sabíamos. Mas os americanos acabaram levando até tanques para o topo do Belvedere e as montanhas que chegam até a capela dos Ronchidosos [Gorgolesco], por isso não adiantava mais nosso esforço de segurar o topo do Belvedere, onde ficamos todo o tempo”, disse o major.^[7]

Um terceiro major, Erich Winkelmann, comandante do Regimento de Infantaria 1.044, continuava, quarenta anos após a guerra, ainda um homem de ar resoluto e poucas palavras. Aos 78 anos, preso a uma cama de hospital, o major Winkelmann dizia que ao redor do Belvedere “de fato foi tudo muito sério e houve lutas encarniçadas”. O major não se recorda de nada comparável em outros setores defendidos por sua Divisão.^[8]

Em comparação com o Belvedere, o Monte Castello era defendido por bem menos gente. Não há números exatos ou documentos oficiais contando quantos alemães permaneciam fixos naquela posição, mas o capitão Otto Schweitzer, na época subcomandante do Regimento de Infantaria 1.045 (ao qual estavam submetidos os homens do II/RI 1.043 quando a FEB tomou o Castello, em fevereiro de 1945), calcula, a partir de consultas aos mapas e à sua memória, que provavelmente apenas um Zug (ou seja, uns quarenta homens) estaria estacionado permanentemente lá em cima.^[9] Um oficial alemão que esteve comprovadamente pelo menos de passagem pelo Monte Castello – e sem o saber – foi o capitão Alfred Pfeffer, comandante do I Batalhão do RI 1.044. Ele participou de patrulhas na região, conforme documentado em seu caderninho de notas, conservado mesmo durante o tempo de prisioneiro de guerra, e não conhecia nenhuma posição na região que fosse ocupada por mais de cinquenta soldados ao mesmo tempo.^[10]

Por fim, há uma referência importante num dos comunicados do “Ic” (oficial de informações) do XIV Exército que também proporciona elementos para se saber qual a força dos defensores de Monte Castello. Ao relatar o primeiro revés da FEB nas encostas dessa montanha, a 29 de novembro de 1944, um desses comunicados se refere a oitenta mortos

brasileiros contados no trecho guarnecido por uma companhia.^[11] Uma vez que se sabe que a FEB atacou em praticamente um só trecho, e que uma companhia alemã na época não tinha mais que 120 homens, pode-se calcular quantos alemães defendiam a posição. Em fevereiro de 1945, logo após os ataques americanos, teriam sido provavelmente menos ainda. Os brasileiros contaram trinta mortos e 23 prisioneiros alemães quando tomaram a posição, de acordo com o meticuloso relatório de um oficial de informações da FEB, entregue apenas cinco dias depois da batalha.^[12]

Partindo-se da configuração do terreno, é difícil supor que o Monte Castello pudesse ter sido a “chave” do dispositivo defensivo alemão, pois raramente uma elevação mais baixa teria significado superior a uma linha de montanhas mais altas colocadas às suas costas. Conforme reconhecido pelos militares brasileiros e aliados após os quatro primeiros ataques infrutíferos contra o Castello, era praticamente impossível tomar essa posição (com os recursos disponíveis) enquanto o conjunto de posições ao seu redor e atrás não fosse anulado. Quer dizer: o Belvedere podia ser tomado (e foi) sem o Castello, mas a recíproca não era verdadeira. Quando se iniciou a ofensiva limitada de fevereiro de 1945, o peso das forças aliadas (traduzido na 10^a de Montanha americana) foi jogado contra o Belvedere e montanhas adjacentes, e o Castello pôde ser tomado na penúltima etapa de uma longa manobra começada quase dez dias antes.^[13]

Os alemães não tentaram qualquer contra-ataque de envergadura para recuperá-lo, o que aconteceu sem exceção nos casos do Cappel Buso, de Belvedere e do Monte della Torraccia, em cujo sistema defensivo o Castello podia ser considerado uma espécie de bastião avançado. A conclusão, *a partir da narrativa alemã* e do que se conhece da ordem de batalha e da topografia, é que os brasileiros cumpriram no Monte Castello uma missão tática secundária, uma manobra de apoio ao ataque principal, a qual não mereceu sequer registros por parte dos perdedores, justamente porque não foi a luta decisiva e nem influenciou fundamentalmente o decorrer da batalha. Isso de maneira alguma diminui o valor do sacrifício dos que lutaram. A missão, afinal, foi cumprida, embora o material pesquisado não permita de modo algum considerá-la decisiva para o êxito da ofensiva que melhorou, em fevereiro de 1945, a base de partida do IV Exército para a conquista de Bolonha e do vale do Pó. Quanto à apreciação feita pelos aliados, esta virá adiante.

Não mais existem documentos oficiais alemães relatando a queda do Belvedere e do Castello ou do Torraccia. Os diários de guerra e o conjunto de papéis da 232^a estavam, assim como outros documentos de unidades menores, mal protegidos num barracão de madeira e pegaram fogo após um ataque aéreo contra os arquivos da Wehrmacht em Potsdam, subúrbio de Berlim, uma semana antes de a guerra acabar.

Os comunicados do estado-maior do XIV Exército, que serviram de base a esta pesquisa, só abrangem o período até o final de 1944, quando também já se tornam muito lacônicos. Unidades menores, como o Batalhão de Montanha Mittenwald, não atuaram no setor específico da FEB em fevereiro de 1945. Os documentos da 114^a Divisão Ligeira salvaram-se e abrangem até o penúltimo dia de guerra, mas essa unidade entrou em ação apenas no Belvedere, no final de fevereiro, e seus soldados não estiveram no Castello. Os Diários de Guerra do Comando Supremo da Wehrmacht mencionam apenas os combates em torno do Belvedere.^[14] Portanto, é apenas natural que, do ponto de vista da narrativa alemã, seja possível um relato mais detalhado das derrotas brasileiras em Monte Castello, e não da

vitória – as primeiras são as que ainda estão documentadas em papel velho e amarelecido em arquivos militares alemães.

Infelizmente, os nove oficiais (entre dezessete sobreviventes) da 232ª que puderam ser localizados não se recordam nem das derrotas e nem da vitória brasileira. Grande parte deles sequer sabia que enfrentara brasileiros na Itália. Quanto ao barão von Gablenz, seu relatório contando o emprego de sua Divisão nos Apeninos contém apenas três referências à FEB: a primeira constata sua existência, a segunda refere-se aos ataques infrutíferos ao Monte Castello e a terceira diz que a capacidade de combate dos brasileiros não era muito considerada. Ainda por cima, o general alemão confundiu as datas dos primeiros ataques ao Castello, que ele situou erroneamente em janeiro de 1945. O barão não registrou a queda do monte em 1945, embora tivesse descrito detalhadamente seus esforços para manter ou recuperar o Belvedere e o Torraccia. O marechal Kesselring, o supremo comandante alemão na Itália, ignorou os brasileiros ao falar (superficialmente) dos resultados da ofensiva desencadeada pelos aliados, em fevereiro, nos Apeninos.^[15]

À primeira vista, pode parecer extremamente surpreendente o fato de uma ligeira maioria dos oficiais alemães sobreviventes encontrados quarenta anos após a guerra não saber que enfrentara a FEB. Dos nove oficiais que puderam ser localizados, cinco (dois capitães e três maiores) sequer tinham conhecimento de que tropas brasileiras estiveram na Itália. Os quatro (um coronel, dois maiores e um capitão) que se recordavam dos brasileiros tendiam a considerá-los como tropa totalmente subordinada aos americanos. Conforme já foi assinalado, nenhum se lembra do Monte Castello, embora pelo menos três (um comandante de batalhão, um subcomandante e um comandante de regimento) estivessem diretamente ligados àquela posição.

Há o testemunho de pelo menos cinco soldados rasos que de alguma forma tiveram contato ou ouviram falar de brasileiros. Contudo, para reproduzir acontecimentos de caráter militar, tem mais valor o depoimento de pessoas que assumiam na época funções de comando ou de responsabilidade, o que lhes possibilitava uma visão mais ampla do que os poucos metros de terreno que um soldado comum tem diante do nariz.

Os oficiais encontrados fazem parte de uma lista de 34 nomes de comandantes da 232ª compilada a partir de relatórios e material de arquivos especializados na Alemanha. Desses, oito estavam comprovadamente mortos (incluindo o comandante da Divisão e o major Friedrich Wilhelm Kohlmeier, que foi seu chefe de estado-maior de novembro de 1944 até o fim) quando este texto começou a ser redigido, em princípios de 1985.

O paradeiro ou o destino dos demais permanece desconhecido, pois, ao contrário de outras unidades da Wehrmacht com um pouco mais de tradição, os homens da 232ª não fundaram uma associação de veteranos nem se encontraram em grupos depois da guerra (os sobreviventes localizados também não se frequentavam, embora haja dois casos de pessoas vivendo nas mesmas pequenas cidades). Os nove entrevistados (dez foram localizados, mas um esteve apenas semanas nessa unidade) eram gente importante na Divisão: os cinco maiores, que surgirão neste livro, estavam a cargo, respectivamente, de um batalhão de fuzileiros, um regimento de infantaria e um batalhão de montanha (subordinado à Divisão), outro era o chefe da Intendência (o Ib) e o último, ajudante do comandante no qg. Dos três capitães, um comandava um batalhão de infantaria e os dois outros eram subcomandantes de um regimento de infantaria e de outro de artilharia. O coronel ficou propositalmente de

lado, pois foi chefe de estado-maior apenas até o início de novembro (portanto, bem antes do período que nos interessa em especial), e seu depoimento tem mais valor como atitude manifestada do que pelas informações proporcionadas. Em um dos casos, a ignorância sobre os brasileiros não deixa de ser irônica: o oficial em questão tornou-se milionário depois da guerra e, entre diversas atividades econômicas, assumiu o controle majoritário de uma fábrica de termostatos em São Paulo.

Enquanto foram redigidos, os documentos e comunicados do Comando do XIV Exército alemão (ao qual estava subordinada a 232ª) são minuciosos nos registros das principais operações militares inimigas, captura de prisioneiros etc., e é bom lembrar que esses comunicados não se ocupavam apenas do que se passava nesse pequeno trecho da frente, mas incluíam acontecimentos que tiveram lugar da costa do mar Tirreno até as proximidades de Bolonha. As referências aos brasileiros contidas nesses papéis só podem ter sido feitas, obviamente, a partir de informações fornecidas pelo oficial de informações do estado-maior da 232ª, de cujo nome os sobreviventes não mais conseguem lembrar-se (há cinco deles na lista sem função definida no estado-maior da Divisão), e esse oficial dependia, é claro, dos resultados de reconhecimentos feitos por patrulhas, prisioneiros capturados e observações da linha de frente.

Os mapas originais do XIV Exército, também conservados no Bundesarchiv-Militärarchiv de Freiburg, no sul da Alemanha, são detalhados ao ponto de incluir os desenhos dos oficiais mostrando claramente as posições de tropas como a 1ª Divisão brasileira ou a 6ª sul-africana; neles, as “fronteiras” entre essas unidades e a 10ª Divisão de Montanha americana correspondem à situação que existiu na época. Nos museus brasileiros e nas coleções particulares de ex-combatentes da FEB encontram-se panfletos em português jogados pela artilharia alemã nos Apeninos. Havia emissões de rádio em língua portuguesa com propaganda antibrasileira. Ou seja: conhecia-se fartamente a presença da FEB. Por que a ignoravam oficiais da linha de frente, responsáveis por soldados em contato permanente com os brasileiros?

As explicações dos sobreviventes, quando confrontados com essa pergunta, são sempre as mesmas. O reconhecimento da 232ª era realmente deficiente. Há o depoimento de um soldado raso que pertencia justamente ao esquadrão de reconhecimento da Divisão, e que nunca viu um brasileiro à sua frente, embora soubesse de sua existência. Outro soldado sabia dos brasileiros, pois ouvia de seu tanque (pertencia à 29ª Divisão), no rádio, conversações em português. O próprio general von Gablenz queixava-se de que apenas uma vez, antes dos ataques ao Monte Belvedere, suas patrulhas conseguiram fazer prisioneiros. Além disso, as poucas informações recolhidas sobre o adversário aparentemente não faziam o caminho de volta, isto é, não iam sob a forma de comunicado para os comandantes na linha de frente. Representando a opinião de todos os outros, um dos maiores entrevistados conta que sua preocupação era exclusivamente com o trecho de terreno à sua frente, e se nenhuma instrução especial recebia da retaguarda, não tinha razões para se inquietar com o inimigo.

A ausência de grandes combates nos meses de inverno, quando se registraram apenas choques esporádicos entre patrulhas, não permitiu formar do adversário um quadro claro. Os verdadeiros motivos para o desconhecimento, porém, parecem estar associados à maneira como os alemães avaliavam seus inimigos, incluindo os brasileiros. A tendência

geral era considerar a todos indistintamente como “americanos”, e já pela aparência (tipo físico, uniforme, armamento, comportamento tático) os brasileiros não causavam qualquer impressão extraordinariamente diferente. Aliás, mesmo em relação aos americanos, somente a 10ª de Montanha deixou uma recordação especial e marcou a memória dos alemães, mas a capacidade de combate dos brasileiros não impressionou particularmente os alemães. E a narrativa alemã das batalhas de Monte Castello que se inicia aqui.

* * *

Às 17h20 do dia 25 de novembro de 1944, o general Hansen, chefe do estado-maior do XIV Exército alemão, tinha uma velha história para contar ao general Röttiger, seu superior no Grupo de Exércitos C. Quando o telefone tocou, ele já sabia o que ia dizer. Além de constatar um belo buraco em sua frente, no Monte Belvedere, o pessoal da 232ª Divisão de Infantaria, seus subordinados nos Apeninos, nada mais podia fazer. Sempre o mesmo problema: gente muito jovem ou muito idosa entre os soldados, falta de treino e, principalmente, de bons sargentos.

Como dar ordens para contra-atacar e tapar a brecha, onde se supunha que o inimigo havia jogado um batalhão e uns dezoito tanques? Na verdade, pouco se sabia das intenções dos adversários. O único prisioneiro, um americano capturado por uma patrulha da 232ª em Ca Buio – um grupo de casinhas em frente ao Belvedere –, recusava-se a dizer qualquer coisa. O melhor era deixar tudo por conta dos comandantes locais, e foi isso que Hansen acabou comunicando ao escalão superior.

A reação de Röttiger às desculpas de praxe não ficou registrada no diário de guerra.^[16] O fato é que, menos de duas horas depois, o general Hansen despachava bruscamente seu colega e subordinado no QG do LI Corpo (que incluía a 232ª). Ao ouvir que os “comandantes no local” não tinham mencionado ainda uma data para um contra-ataque, Hansen perdeu a paciência. Deu ordens para que a operação fosse realizada imediatamente, “antes que o adversário ataque em outro lugar, fixando as nossas forças”.^[17] Essa ordem é provavelmente uma das principais causas dos insucessos iniciais dos brasileiros alguns quilômetros adiante do Belvedere, no Monte Castello.

O general barão von Gablenz não poderia ter sido propriamente surpreendido quando americanos e brasileiros, reunidos na Task Force 45, atacaram pela primeira vez o Monte Belvedere, a 24 de novembro, um dia depois de ele e o sargento Rinsche terem achado o capitão Stephani fuzilado na estrada. Acurado ou não, o reconhecimento da Divisão havia detectado, fazia dias, forte movimentação de caminhões no lado aliado. Uniformes brasileiros haviam sido “capturados”. Essa era uma das poucas informações concretas trazidas pelas patrulhas que o general decidira intensificar, já que a ocupação da linha de frente não era muito cerrada.

Nesse dia, os alemães disseram que perto de Abetaia, isto é, aos pés do Monte Castello, “pequenos ataques” do inimigo haviam sido detidos sem maiores problemas.^[18] Só era mesmo uma manobra diversionista. Na encosta do Belvedere, contudo, os aliados avançaram com surpreendente rapidez e ocuparam Corona, ínfima localidade de apenas seis casas encarapitadas numa curva perigosa da estradinha que rodeia a elevação. O lugarejo permaneceria eternamente desconhecido não fosse a preocupação alemã com a

situação criada por soldados aliados a meia altura do Belvedere, e praticamente com um pé nos vales atrás.

O escolhido para dirigir o contra-ataque foi o coronel Kurt Stöckel, que morreria (de câncer) aos 75 anos, em 1980, já então doutor em Filosofia e professor na Universidade de Kassel. Em 1944, comandava um dos três regimentos da 232ª (o de número 1.045) e não perdeu muito tempo em reflexões intelectuais ao planejar o golpe. Com os reforços que havia recebido da reserva local de outro regimento (o de número 1.043, que tomava conta do Castello, entre outros), além de canhões de assalto e o apoio de boa parte da artilharia da Divisão, simplesmente atacou o lugarejo de Corona por dois lados, a partir de 27 de novembro.

As coisas correram bem para o coronel Stöckel enquanto a artilharia alemã obrigou os defensores a ficarem de cabeça abaixada nas trincheiras e abrigos construídos nos porões das casas. Um grupo de soldados alemães veio pela direita, a leste, e chegou até as casinhas, mas os que deveriam atacar pelo norte logo pararam. Assim que os primeiros canhões de assalto alemães começaram a rolar, um trecho à frente da única estradinha disponível (continuava a mesma quarenta anos depois) desapareceu numa enorme explosão. Tiros de bazuca bem colocados puseram os dois primeiros canhões fora de combate. Nesse momento, entraram em ação três tanques Sherman americanos estacionados no lugarejo. Com a estrada bloqueada, os atacantes caíram numa verdadeira armadilha: para a frente não iam, voltar não podiam.

Para uma tropa, como a da 232ª, que não primava o excesso de autoconfiança, a situação trouxe obviamente graves consequências psicológicas. O general von Gablenz diz que “forte depressão” tomou conta de seus soldados, isolados na terra de ninguém com a paralisação do contra-ataque e dominados pela confusão entre as diversas unidades. Para sorte dos alemães, já era fim do dia, escureceu depressa e os oficiais tiveram a oportunidade de reorganizar a tropa, redistribuindo tarefas e munição. À semelhança de populares filmes de guerra, antes mesmo que a luz do dia voltasse, na madrugada, o primeiro-tenente Nellien conseguiu, com dez soldados, pôr fora de combate dois dos Sherman e abriu uma brecha decisiva para o resto do batalhão. Em poucas horas, os alemães venceram as próprias dificuldades e, apesar da resistência da infantaria aliada, recuperaram Corona, fazendo perto de sessenta prisioneiros.

O relato da Task Force 45, tropa formada por unidades de artilharia antiaérea americanas e inglesas (que não tinham muito serviço, dada a ausência de aviões alemães no céu), e incluindo *partisans*, soldados brasileiros, americanos da 92ª, além de engenheiros italianos civis para cuidar de alguns canhões tomados do adversário, confirma essa versão. Os *boches* (há raríssimas referências aos alemães com uso dessa palavra em documentos americanos) da 232ª, supunha o pessoal da TF 45, teriam sido comandados “pelo mui famoso capitão Straube, cujas ambições a ser promovido o estimulavam a tocar seus homens por detrás, empunhando uma pistola e uma granada de mão”.^[19]

Com essa rápida ação, não só o perigo da perda do Belvedere havia sido afastado, ao preço relativamente “módico” de uns vinte mortos alemães. Os soldados da 232ª ganharam logo certa confiança, “sua primeira grande operação ofensiva fora bem-sucedida e provara, com isso, que eles também poderiam enfrentar um inimigo materialmente superior. Nossas perdas foram pequenas se comparadas ao êxito”.^[20]

O general escreveu isso depois da guerra, que por pouco não acabou para ele ali mesmo, perto do Belvedere. Foi um desses episódios dos quais nunca mais se esqueceria, apesar da rica experiência nos trinta anos anteriores de política e atividades bélicas, e a última recordação pessoal que guardaria da guerra na Itália. Plantado numa encosta próxima à elevação, ele observava o desenrolar do contra-ataque pelo binóculo quando uma poderosa granada de artilharia explodiu pouco acima da sua posição. Uma avalanche de terra, pedras e neve soterrou o barão e seu inseparável sargento, ordenança e motorista, invariavelmente ao seu lado. Zonzo e sangrando muito do ouvido esquerdo (o tímpano estourou com a explosão), o sargento Rinsche foi o primeiro a se recuperar e trabalhou arduamente para puxar o barão pelas pernas do monte de escombros. Sozinho, ele não se teria livrado.

O gesto valeu ao sargento o eterno reconhecimento do general, e a explosão, a irreparável perda do ouvido esquerdo. Quarenta anos depois, aos setenta anos de idade, o sargento havia perdido também o ouvido direito e uma briga de décadas com a burocracia da Alemanha Ocidental, que se recusava a reconhecer um tímpano estourado como ferimento de guerra. Nem uma carta do barão, confirmando os fatos, serviu para alguma coisa. Em 1978, já presentindo sua morte, o general voltou ao assunto por escrito, mandando uma emocionada carta na qual agradecia a sua vida ao sargento. Outro que escapou por muito pouco naquele dia foi o coronel Stöckel, que também ouviu a notícia do bem-sucedido contra-ataque no hospital. Pagou com um estilhaço de granada na cabeça, pelo fato de não utilizar o capacete de metal.

Começava naquele período nublado, frio e chuvoso de novembro de 1944 a fase dos combates que causaria severas perdas aos brasileiros. Como até aqui se viu, o Belvedere constituía o centro do sistema defensivo alemão, no qual o Monte Castello – o 101/19 – funcionava como peça avançada do bastião principal do Monte della Torraccia. A ordem de atacar o Castello veio apesar do conhecimento dos comandantes no local de que os alemães haviam assegurado a posse do Belvedere com a recuperação de Corona, o que dificultava sobremaneira a tarefa. Só em 1945 o serviço de informações da FEB afirmaria que “toda e qualquer progressão (...) sem a redução das resistências das alturas, seria batida pelos fogos de frente, flanco e revés, como ficou provado nos ataques de 29 de novembro e 12 de dezembro. (...) Toda e qualquer ação de frente para a conquista do Monte Castello estava, fatalmente, destinada ao fracasso”.^[21]

Esses aspectos foram exaustivamente explorados na polêmica travada entre militares brasileiros – verdade que sem repercussão pública – nas décadas seguintes; por isso, não vale a pena retomá-los. Nada se diz de novo ou sensacional com a afirmação de que as primeiras derrotas em Monte Castello se devem, em primeiro lugar, a uma sucessão de erros da parte brasileira. Incluindo-se as posições ao redor, algo em torno de uns cem alemães, conforme sabemos (Mascarenhas pensava em “um batalhão”), tiveram de enfrentar o assalto de uma tropa composta de três batalhões de infantaria, além do apoio de três pelotões de tanques americanos e artilharia pesada. A avaliação brasileira das forças adversárias exagerou ao supor que os alemães dispusessem ainda de “mais dois batalhões de reserva”, prontos para serem deslocados contra o Monte Castello. Naquele trecho só havia um: era o segundo batalhão do Regimento 1.043, comandado naqueles dias por um certo coronel Grosser. Infelizmente, os sobreviventes não mais se recordam desse oficial, cujo

nome encontra apenas menções esporádicas no relatório do general von Gablenz. Não havia o fator surpresa na ação inicial da FEB. Os alemães esperavam o ataque, conforme mostram seus documentos – tinham sido suficientemente alertados pelas tentativas fracassadas da Task Force 45 de atacar o mesmo lugar, em conjunto com o Belvedere.

Os documentos do XIV Exército alemão são, da perspectiva do adversário da FEB, praticamente a única fonte para se tentar reconstruir o episódio. Os sobreviventes localizados, não custa repetir, não guardaram memória desses fatos. Os papéis registraram, em intervalos de aproximadamente oito horas, as principais fases da operação contra o Castello, e – por que não? – chegam a transmitir alguma emoção, apesar de sua linguagem seca, fria e militar.

Muito breves, se cotejados com a narrativa brasileira, incluindo-se copiosos relatos de oficiais, soldados ou correspondentes, os comunicados alemães não apresentam graves divergências. Cometem, porém, erro grosseiro ao afirmar, já a partir do primeiro registro, às 12h do dia 29, que os atacantes estavam apoiados por oito *Jagos* (diminutivo de *Jagdbomber*, como os alemães chamavam os caças aliados), dos quais três teriam sido derrubados pela defesa antiaérea.^[22]

Não só por culpa do mau tempo, esse primeiro ataque não teve qualquer cobertura aérea, e sobreviventes alemães acabaram confirmando esse fato, quarenta anos depois. “Não me lembro de que tivéssemos jamais derrubado qualquer avião aliado, nos Apeninos ou em qualquer outro lugar”, afirmou o major Erich Winkelmann, na época comandante do Regimento 1.044.

O ataque brasileiro, marcado para começar às 6h da manhã, só foi registrado pelos alemães por volta das 8h, o que de certa maneira coincide com os depoimentos de sobreviventes brasileiros contando como algumas unidades saíram antes das outras para o ataque, comprometendo todo o planejamento. Talvez por isso também se explique o fato de os alemães terem avistado apenas 150 a duzentos brasileiros,^[23] uma força de ataque bem menos sólida do que faz supor o relato do marechal Mascarenhas.

Da perspectiva alemã, a tragédia para a FEB levou menos de três horas para se consumir. Às 10h40, segundo o QG do XIV Exército alemão, “bom fogo de artilharia” e um “contragolpe no local perto de 101/19” (Abetaia) expulsaram o inimigo para a linha de combate original, “causando-lhe perdas sangrentas”.^[24] A versão brasileira afirma que pelo menos até o meio-dia tudo ainda indicava bom sucesso para os dois batalhões à frente do assalto. Às 15h, a 232ª anuncia ao QG do XIV nova tentativa do inimigo, partindo de base a 1,2 km a sudoeste do 101/19, em direção 800 metros a sudeste do 101/19, outra vez “repelida com perdas sangrentas para o inimigo sob o fogo cerrado de todas as armas”.^[25]

Essa frase não precisaria ser tomada ao pé da letra: é uma fórmula-padrão em comunicados militares alemães toda vez que um ataque inimigo fracassa. No ataque do dia 29, contudo, teria sentido literal. Às 20h, a responsabilidade pela vitória alemã é atribuída por novo comunicado à sua própria artilharia. Seu fogo “bem dirigido esmagou o ataque inimigo” e obrigou o adversário “a se retirar em fuga”.^[26] Essa observação está em séria contradição com a versão oficial brasileira, segundo a qual fora executada uma “retirada em ordem”. Nesse dia, os canhões da 232ª fizeram uns 4.600 disparos, a quota normal da FEB em jornada de grandes combates.

Detalhes macabros das lutas, os comandantes alemães só os teriam no dia seguinte. Às

7h da manhã do dia 30 de novembro, o primeiro comunicado fornecido pela 232^a ao QG do XIV Exército tem a seguinte íntegra: “Na tarde de ontem, perto do 101/19, no trecho de uma companhia contados oitenta mortos inimigos, a 0,8 km sw e a 1 quilômetro ssw dali observada retirada de quinze feridos. Infantaria que ficou ali combatida com artilharia e a localidade a 1 quilômetro sudoeste de 101/19 bombardeada diretamente com canhão, ao que o inimigo recuou para 1,5 km do 101/19”.^[27] É difícil fugir à impressão, dada pelo comunicado alemão, de que a retirada de feridos também ocorreu sob fogo. O texto sugere ainda aquilo que os comandantes brasileiros sabiam desde o princípio: os alemães tinham lá de cima total domínio do terreno e podiam contar com calma o número de cadáveres dos adversários.

Eram mortos anônimos. A partir desses documentos, supõe-se que ainda então o alto comando alemão oficialmente não soubesse quem e que tanto insistia em subir o Monte Castello. Só no dia 2 de dezembro, quando patrulhas alemãs rebuscaram os cadáveres à frente de suas posições e pegaram os papéis dos mortos, viram tratar-se de brasileiros.^[28]

Com o desertor brasileiro que apareceu em seu abrigo em Castelo D’Aiano, na tarde do dia 4 de dezembro, o capitão Otto Schweitzer, do RI 1.045, não teve tempo de aprofundar qualquer conversa. Em menos de quinze minutos, o soldado brasileiro foi levado para o QG da Divisão e virou o assunto do comunicado 3.921, de 6 de dezembro, do oficial de informações do XIV Exército. A importância do soldado era óbvia: tinha sido o único que os alemães haviam capturado entre 11 de novembro e 10 de dezembro. Suas informações, não especificadas no documento alemão, iriam ainda ocupar outro comunicado no dia 12 de dezembro, data do segundo ataque fracassado contra o monte. Ao capitão Schweitzer o desertor revelara apenas sua unidade: a 9^a Companhia do 1^o RI. Dos combates dos dias anteriores, infelizmente, o capitão não se lembra mais. Depois de ver os mapas da época e ler alguns comunicados originais, levantou a cabeça e murmurou: “É possível”.

A grande operação de assalto levada a cabo pela FEB contra Monte Castello no dia 12 de dezembro, de consequências traumáticas para o comando e tropas brasileiros, ganhou apenas breves linhas nos comunicados alemães, embora fosse a única ação militar de algum destaque, naqueles dias, nesse trecho da frente.^[29] Esse episódio está devidamente documentado no Brasil e não necessita ser reproduzido em seus detalhes. Repetiram-se em linhas gerais os erros das tentativas anteriores: insistiu-se num ataque frontal contra pontos defensivos bem apoiados pelos vizinhos, com tropas inexperientes, mal preparadas, os soldados cansados por uma noite de marcha forçada, encharcados de chuva e sofrendo frio jamais sentido. Novamente os preparativos para o ataque foram detectados pelos alemães, que deixaram por escrito suas observações sobre o incessante movimento de caminhões no lado adversário, além da atividade inusitada da artilharia.^[30]

O que passou despercebido aos alemães, para sorte da FEB naqueles difíceis momentos, foi um episódio do qual no Brasil também pouco se fala: a debandada de um batalhão inteiro de soldados brasileiros, o I. do 11^o RI, que havia sido colocado na frente do Castello na noite de 2 para 3 de dezembro, substituindo as tropas exauridas pelo frustrado combate do 29 de novembro. Durante a madrugada, o pânico tomou conta de um oficial e sua companhia, que se acreditavam cercados por alemães, e logo se alastrou para o restante do batalhão. Em alguns casos, a tropa só se deteve 2 quilômetros morro abaixo, nas margens do rio Reno. Os oficiais participantes do episódio foram substituídos e, mais tarde,

processados pela justiça militar brasileira, sendo absolvidos.^[31]

Nos registros do XIV Exército alemão, que a partir de dezembro são reduzidos e já não mais contêm protocolos de conversas telefônicas, a força da ação do 12 de dezembro é atribuída a companhias. Na verdade, era muito superior. Incluía um regimento de infantaria, apoiado por morteiros, artilharia e pessoal de engenharia. Todas as tentativas foram repelidas “com sangrentas perdas para o inimigo”, anunciam os alemães já ao meio-dia. Eles fizeram oito prisioneiros brasileiros, incluindo um oficial. Na parte da tarde, enquanto os batalhões da FEB aguentavam chuva, frio e forte bombardeio à espera da ordem ou da oportunidade de se retirar, os alemães capturavam mais três brasileiros, um dos quais morreu devido aos ferimentos recebidos.

Ainda cinco dias depois, a 17 de dezembro, os alemães encontrariam nas encostas do Monte Castello um brasileiro ferido, “que não está em condições de ser interrogado”. Os prisioneiros pertenciam ao 2º Batalhão do 1º RI, e seu interrogatório ocupou espaço nos comunicados alemães até o dia 18. Eles não fornecem, infelizmente, muitos detalhes, à exceção de uma observação que parece indicar alguma crise psicológica entre os que participaram do frustrado ataque: “Entre os brasileiros”, diz o oficial de informações do QG do XIV Exército alemão, “corre o boato de que serão brevemente substituídos por tropas russas desembarcadas há pouco em Nápoles.”^[32]

O retrato da carnificina dos quinze dias anteriores pode ser traduzido em números. Em termos absolutos, não foram muitos os soldados que atacaram e muito menos os que defenderam. Em Monte Castello, com segurança, menos de uma centena de alemães – com boa probabilidade, apenas uns cinquenta – contiveram o ataque. Mas a relação de perdas entre atacantes e defensores fala por si: no primeiro grande ataque, a 29 de novembro, o Brasil perdeu 190 homens, entre mortos e feridos. Os alemães tiveram doze baixas, sendo três mortos e nove feridos. Na segunda tentativa, a 12 de dezembro, outros 140 soldados entraram para a lista de perdas da FEB. Os alemães sofreram novamente doze baixas: seis mortos e seis feridos. Sua contabilidade pode ser lida nos documentos do QG do XIV Exército, guardados num arquivo oficial em Freiburg.^[33] Ou seja: 330 contra 24 baixas, nenhum ganho de terreno, pouquíssimos danos infligidos ao adversário, apesar do emprego maciço da artilharia e de alguns carros blindados. Tudo isso em luta por uma posição cujo valor tático (do estratégico nem se fala) é, no mínimo, discutível.

É irônico (ou trágico, como se queira) observar que o sacrifício dos soldados brasileiros quase não marcou a memória dos sobreviventes alemães que puderam ser localizados. Até mesmo o comandante da 232ª Divisão, o barão von Gablenz, só contemplou essas lutas com três frases em seu relatório de 23 páginas sobre a guerra nos Apeninos, assim mesmo com duas imprecisões: “No começo de janeiro”, escreveu von Gablenz, “bem-sucedida batalha de defesa em Abetaia. A unidade atacante brasileira sofreu severas perdas: vinte brasileiros caíram em prisão.”^[34]

De qualquer maneira, para o comandante alemão, esse período de lutas em novembro e dezembro trouxe duas lições-chave. A primeira confirmava suas suposições de que a esperada grande ofensiva de primavera dos aliados passaria por cima do Belvedere. A segunda é que sua unidade não suportaria um grande ataque. Por volta do Natal, a Divisão aproveitou a calma na frente para lançar uma grande operação contra *partisans* na sua retaguarda, mas os veteranos da 232ª já estavam cansados das múltiplas tarefas de guardar,

vigiar, defender e ainda por cima enfrentar guerrilheiros. “Pelo menos ficou claro que sua força de combate caíra tanto que não poderia conter um eventual ataque do adversário nessa forma ao esticada”, escreveu o barão.

5

GELO, SANGUE E CRISE

Os fracassos iniciais diante de um objetivo limitado como Monte Castello fizeram a FEB cair em profunda depressão. O trauma marcou para sempre a vida de muitas pessoas. O país entrou em comoção com os rumores sobre o número de baixas. Criou-se o mito de uma fortaleza inexpugnável e de um adversário endiabrado. Os brasileiros julgavam-se vítimas do frio e da falta de comida, armas, roupas e munição. Seu equipamento só podia ser pior que o dos outros. Seu trecho da frente, o mais difícil. Suas tarefas, as mais ingratas.

O volume de escritos, depoimentos, teses, libelos, acusações, denúncias, defesas, opiniões e reminiscências sobre esses dias de crise ocupa o principal da atenção da literatura sobre a FEB à disposição no Brasil, literatura essa que supera a marca de duzentos itens, sem contar artigos de jornais.^[1] Pode parecer que o assunto esteja razoavelmente esgotado. De que maneira, porém, registraram os tutores americanos o período de grave crise da FEB? A que causas atribuíram os fracassos? Que opinião tiveram sobre os brasileiros, sua mentalidade, seu preparo, seu moral, sua capacidade, suas chances? O que propuseram para superar a situação?

O que se segue é a compilação de material encontrado em arquivos ingleses e americanos. Eles guardam as cópias dos detalhados relatórios enviados ao Quartel-General das Forças Aliadas na Itália (Allied Forces Head Quarters – AFHQ) por oficiais americanos encarregados de treinar ou simplesmente observar a FEB durante seus nove meses e pouco de campanha. Na sua totalidade ou mesmo em partes esse acervo provavelmente nunca chegou ao conhecimento dos participantes brasileiros na época: os documentos tinham o carimbo “confidencial” ou “secreto”. Pelo menos um deles trazia a expressa recomendação de não ser mostrado aos brasileiros. Outros advertiam para que o conteúdo não fosse discutido com o governo brasileiro.

Para evitar possíveis distorções ou o grave erro advindo da leitura fora de contexto, alguns textos surgirão praticamente na íntegra. O critério para a seleção do material foi o de obedecer ao presumível interesse de um público amplo, não necessariamente familiarizado com detalhes técnicos ou problemas militares específicos. Dentro do possível, a palavra fica com os documentos originais, redigidos há quarenta anos.

* * *

Em princípios de janeiro de 1945, as derrotas da FEB nos combates de novembro e dezembro eram suficientemente conhecidas nos altos escalões militares aliados na Itália. As apreciações sobre a capacidade de combate dos brasileiros – com exceção do esquadrão de caça da Força Aérea – resultaram em conteúdo acentuadamente negativo. Para o supremo comandante aliado, o marechal Alexander, os brasileiros “deixaram uma impressão particularmente ruim nas recentes lutas”. Esse comentário “talvez pouco elogioso por parte do marechal Alexander sobre o valor dos brasileiros deverá, é óbvio, ser tratado de maneira absolutamente confidencial, e o Foreign Office deverá ser advertido especificamente sobre esse aspecto”, diz um documento inglês desse período.^[2] A 15 de dezembro, três dias após o último fracasso diante de Monte Castello, o diretor de Informações Militares do War Office, em Londres, pedia por escrito ao QG aliado em Florença um relatório sobre o desempenho da FEB.^[3]

Com o impulsivo general Mark Clark, agora promovido a comandante das forças de terra aliadas na Itália (passara, em dezembro, a dirigir o 15º Grupo de Exércitos), o relacionamento dos responsáveis brasileiros chegara, após Monte Castello, ao limite do tolerável. “Quanto aos brasileiros, os oficiais subalternos eram incapazes de manter seus homens unidos, e as tropas mal treinadas sofreram extremamente com o mau tempo. O comandante da Divisão era mercurial, uma palavracódigo para não confiável, apresentava desculpas e via a presença dos brasileiros na Itália como forma de ganhar prestígio; eles não estavam lá, disse ele a Clark francamente, para serem cortados em pedaços.”^[4]

Os receios do comandante brasileiro eram razoavelmente conhecidos e encontraram referências em outros lugares. Em janeiro de 1945, a Liaison Section do QG aliado na Itália controlava de perto e sigilosamente o relacionamento entre a Divisão brasileira e o supremo comando. “Outro assunto que pode ajudar a iluminar um pouco a atitude dos brasileiros que estão lutando na Itália nos chegou através de canais não oficiais”, escreveu um oficial graduado. “Recebemos um relato de fonte de muita confiança de que o general Mascarenhas escreveu uma carta pessoal, altamente confidencial, ao general Mark Clark, na qual afirma que os Estados Unidos trouxeram a FEB para a Itália apenas para realçar seu próprio prestígio e que, embora os brasileiros queiram cumprir sua parte e estejam dispostos a lutar, não querem que sua Divisão seja destruída numa confusão sangrenta.”^[5]

A subseção brasileira de ligação no QG aliado, em Florença, costumava reunir esse tipo de informação nos “Relatórios sobre a Situação”, enviados semanalmente ao Brasil para as mãos de oficiais americanos no QG do Atlântico Sul, no Recife. Esses papéis nada têm a ver com o trabalho do oficial americano mais conhecido no Brasil, o então major Vernon Walters, homem de ligação entre o general Mark Clark e a FEB. Vernon Walters seria personagem importante na política brasileira nos quarenta anos seguintes, não só por sua alegada participação no golpe de 1964: a administração do presidente Ronald Reagan o elevou à posição de figura-chave em sua política para a América Latina.

O metucioso controle das tropas brasileiras pertencia a um anônimo Destacamento de Ligação (Brazilian Liaison Detachment, referido adiante como BLD). Curiosamente, seu trabalho recebeu pouca atenção na literatura sobre a FEB. O BLD chegou a operar com um forte grupo de dezesseis oficiais, alguns dominando o idioma português e trabalhando com a FEB desde o início de seu treinamento, no Brasil, aonde chegaram como instrutores. Seus relatórios iam para o QG do IV Corpo, ao qual a FEB estava subordinada, subiam um degrau

para o QG do v Exército e, no topo da escada, aterrissavam no QG de Florença (ali, uma cópia de tudo ficava com os ingleses). Desse ponto, atravessavam o Atlântico, via Miami, a caminho do USAFSA, no Recife.

Ao contrário de Vernon Walters, os homens do BLD mantinham sentimentos contraditórios em relação à FEB. Houve mesmo sérias brigas internas que resultaram no afastamento de seu primeiro comandante, acusado de ser muito favorável aos brasileiros. O marechal Mascarenhas empenhou-se e conseguiu a drástica redução do BLD, mas tinha pouca influência sobre o coronel Walter Sewell, homem encarregado de coordenar todas as informações sobre os brasileiros no mais alto QG aliado, em Florença.

A 15 de janeiro de 1945, Sewell escrevia uma de suas cartas ao QG americano no Recife, comandado pelo general Ralph Wooten. No breve resumo da situação, dizia que o esquadrão de caça fazia excelente trabalho, embora necessitando desesperadamente de pilotos, mas a Divisão Expedicionária estava causando “enormes preocupações a todo mundo, começando pelo general McNarney” (vice-supremo comandante no QG aliado). Para Sewell, era óbvio que fracassara o método de sugestão e persuasão para “convencer o general Mascarenhas da necessidade de obedecer a diretrizes e instruções imediatamente e de acordo com a letra”.^[6]

“Eu acredito que muitos dos brasileiros, incluindo Mascarenhas, sabem que não corresponderam às expectativas. Os soldados americanos e britânicos são francos, às vezes de maneira brutal, e a sua opinião sobre os brasileiros está longe de ser lisonjeira”, prossegue o mesmo Sewell. Ele sugeria supervisão e controle rigorosos dos brasileiros por parte do v Exército americano. Seu pessimismo sobre a situação transparece em outro trecho:

“(…) Deixe-me discutir a questão da experiência de combate para oficiais americanos que estão destinados a servir na missão no Rio. Essa experiência deveria advir de serviço junto a unidades americanas e não junto à FEB, pelas seguintes razões: a) a FEB não está em posição tática de fornecer experiência de combate efetiva a oficiais; b) os brasileiros reclamam quando há muitos americanos por perto (essa atitude parece muito mais pronunciada depois do fracasso do ataque); c) se a única experiência de combate que um oficial americano tiver for com os brasileiros, então os brasileiros pensarão que ensinaram ao oficial tudo o que ele sabe.”^[7]

Na semana anterior a essa carta, o QG aliado em Florença havia despachado para o Recife um *Situation Report* com detalhados comentários sobre a crise que assomara os brasileiros – e seu relacionamento com os americanos. O v Exército expressara, àquela altura, relutância em assumir responsabilidade pelo treinamento dos brasileiros, obrigando o próprio general McNarney a fazer uma visita a esse QG para investigar tudo pessoalmente (acompanhado do incansável coronel Sewell). Naqueles dias, contudo, o assunto de destaque eram os comentários sobre as baixas brasileiras.

Os americanos haviam sido solicitados oficialmente pelo ministro da guerra brasileiro a fornecer estatísticas sobre as perdas da FEB, pois os constantes comentários no Brasil tornavam a situação política bastante tensa. Depois de várias consultas aos respectivos estados-maiores, eles concordaram em fornecer os números, deixando exclusivamente a critério do ministro brasileiro sua publicação. De acordo com essas estatísticas, a FEB havia sofrido, até 28 de dezembro, um total de 128 mortos, 592 feridos, 235 desaparecidos, e

capturara 311 prisioneiros de guerra. Para ajudar o ministro brasileiro a fazer comparações, foram enviados dados sobre as perdas de uma divisão americana em período semelhante de combate: em média, 352 mortos, 1.833 feridos, 607 desaparecidos – em compensação, 1.321 soldados inimigos capturados.^[8]

“Rumores sobre as altas taxas de baixas entre a FEB prevalecem também entre os brasileiros aqui. Isso vale sobretudo para os que estão estacionados nas áreas da retaguarda. (...) Obviamente, os rumores correntes no Brasil foram instigados por cartas escritas por brasileiros na Itália. Faz exatamente um mês que a FEB lançou um ataque que foi um completo fracasso e no qual teve aproximadamente 250 baixas em combate. Algumas fábulas sinistras estão sendo contadas pelos homens que participaram da ação. (...) É muito fácil entender por que os soldados tentam justificar seu fracasso apontando para as dificuldades sob as quais foram obrigados a atuar. Isso não é uma característica puramente brasileira, e é compreensível. Entretanto parece que os comandantes das unidades da FEB não são capazes de exercer o necessário controle sobre suas tropas e, a menos que tudo corra sem problemas e de acordo com o plano, a organização começa a se deteriorar e cai aos pedaços. (...) Esse é o tipo de coisa que levou o V Exército a dizer que os oficiais e sargentos brasileiros precisam de mais treino. Existe, sem dúvida, uma ausência de liderança – como sabemos – entre os brasileiros.

“Uma vez que a folha que os próprios brasileiros escreveram em combate deixa muito a desejar, e uma vez que isso inquestionavelmente resultará em prejuízo para o moral das tropas em geral, e já está produzindo alguns resultados ruins, tal como evidenciado nos boatos sobre baixas excessivas em combate, seria recomendável discutir a situação geral com o objetivo de encontrar formas e meios de ajudar os brasileiros. Obviamente, o ímpeto terá de vir dos próprios brasileiros (...).

“Mesmo um breve exame da história militar do Brasil revela que, de fato, nunca em toda a sua história o Exército brasileiro esteve engajado numa guerra que fosse remotamente comparável a esta. É certo, os brasileiros gostam de falar de suas tradições militantes do tempo das invasões holandesas ou francesas, durante o período colonial, e chegando até as guerras com a Argentina e o Paraguai, no tempo do Império, mas, desde o estabelecimento da República, em 1889, o Brasil nunca participou de uma guerra estrangeira. (...) Claramente, a falta de experiência em guerra moderna é o maior obstáculo a superar e não se podem esperar resultados sensacionais da noite para o dia. Entretanto a FEB já esteve neste teatro e em combate por tempo suficiente para nos permitir tirar certas conclusões baseadas nas observações de oficiais que trabalharam com eles em treinamento e em combate, e em conversações com oficiais brasileiros que estão dispostos a discutir suas falhas.

“A primeira conclusão que temos de tirar é que existe falta de liderança sensível na FEB. Isso é algo a respeito do que oficiais que estiveram intimamente associados aos brasileiros chamaram a atenção repetidas vezes. Em segundo lugar, não podemos ajudar, mas apenas questionar a preparação psicológica dos brasileiros. Sabem eles exatamente o que é uma guerra e, baseando-se na compreensão dos aspectos envolvidos, estão dispostos a fazer os necessários sacrifícios? (...) Os brasileiros negligenciaram essa importante fase no condicionamento de suas tropas. O terceiro fator importante é que devemos reconhecer a existência ainda de um amplo grupo de brasileiros que não só acha que o Brasil não deveria

ter enviado tropas para cá, mas está disposto a tirar partido de tudo o que, segundo seu ponto de vista, possa desencorajar o apoio do povo no Brasil.”^[9]

Confrontados com a crise, os brasileiros logo se viram envolvidos em disputas pessoais. Ao Brasil, o comandante da FEB, general Mascarenhas de Moraes, havia enviado por avião seu chefe de estado-maior, coronel Lima Brayner, para fazer um relatório pessoal ao ministro da guerra, incluindo provavelmente as sérias rivalidades entre os comandantes brasileiros na Itália. O aparente resultado dessa viagem foi a vinda, à Itália, do major Castro, que passou alguns dias inspecionando a FEB em nome do ministro da guerra. Sua missão incluía o exame da forma de pagamento dos soldos, dificuldades administrativas, atraso no envio de correspondência e brigas internas dos generais. Isso é sugerido pela sigilosa “escuta” americana, que tinha “boas razões” para acreditar numa ampla agenda a cargo de Lima Brayner:

“O general Mascarenhas sente que deveria haver uma ligação mais estreita entre seu QG e o Ministério da Guerra. (...) Parece haver também considerável mal-estar entre os generais Zenóbio, Falconiere e Cordeiro. É bem possível que Mascarenhas esteja requerendo a promoção de Zenóbio e sua volta ao Brasil. (...) É preciso ter em mente que não recebemos qualquer dessas informações oficialmente, já que os brasileiros são muito relutantes em discutir esses problemas, mas nossas fontes de informações são bastante boas para nos garantirem considerável crença nesses relatos (...).”^[10]

Após o vaivém de oficiais, os resultados alcançados foram relativamente modestos. Como compromisso para solucionar as rivalidades, Mascarenhas deixou Zenóbio na Itália, mas colocou Falconiere como comandante de todas as atividades da FEB do Posto de Comando para trás. O major Castro, representante do ministro da guerra, reclamou da má comida (durante sua estada, Mascarenhas teve um ataque de indigestão) e, após visitar todas as seções importantes, não parecia muito bem impressionado com a Divisão. “O general Mascarenhas o informou que não era benquisto pelos americanos. (...) Ao que eu saiba, nenhum oficial ou autoridade americanos fez a Castro um elogio à FEB durante sua estada na Itália.”^[11]

* * *

A ANÁLISE DO FRACASSO

Quais eram, na opinião dos americanos, as causas dos fracassos em combate e da má impressão geral deixada pela FEB até então? É necessário esclarecer, em primeiro lugar, que os americanos aparentemente nunca se importaram em analisar as ordens que levaram às tentativas de tomada de Monte Castello – talvez devido ao fato de essas instruções terem vindo do comandante do IV Corpo, general Willis Crittenger. Em segundo lugar, também a responsabilidade imediata pela operação de ataque não mereceu dos oficiais americanos qualquer apreciação de ordem global. As causas, do ponto de vista americano, têm de ser procuradas nos relatórios sobre setores específicos da tropa brasileira e seu comando.

Há perto de uma centena desses documentos. Da bota ao capacete (passando pela roupa de dentro), do fuzil ao canhão, da higiene às rações, dos soldados aos generais, da infantaria à artilharia, da mentalidade à disciplina, os americanos não deixaram praticamente um só detalhe da FEB sem um comentário por escrito (e dizem que os alemães é que são meticulosos). Um breve resumo das causas dos fracassos iniciais, com base nesses papéis, destacaria a pouca experiência de combate dos brasileiros, a incompetência dos oficiais superiores, a falta de iniciativa dos oficiais subalternos, o mau treinamento e despreparo da tropa, a péssima manutenção de armas e equipamentos, a ausência de planejamento, a deficiente cooperação entre infantaria e artilharia e, finalmente, a recusa em aprender a partir dos erros cometidos.

Um oficial americano encarregado de acompanhar as operações de combate da FEB foi ainda mais sucinto. Ao encerrar, a 5 de fevereiro de 1945, um relatório confidencial de oito páginas sobre as observações que fizera de unidades de infantaria brasileiras empregadas em linha nos últimos três meses, chegou a conclusões impiedosas:

“a. A FEB não está preparada para combate ofensivo.

b. A FEB não está preparada para combate defensivo contra um inimigo agressivo.

c. A organização adotada pela FEB não foi bem utilizada.

d. Muitas das falhas observadas na FEB são resultado da falta de supervisão e inspeção da parte dos comandantes e oficiais nos batalhões, regimentos e na Divisão.

e. Um contingente de oficiais brasileiros que demonstraram incompetência ao executarem suas tarefas teria sido despedido caso estivesse no Exército americano.

f. Treinamento apropriado e disciplina poderiam ajudar muito a melhorar a FEB.”^[12]

Relatórios desse tipo, obviamente, teriam alguma influência sobre o futuro papel que americanos e ingleses reservariam para a FEB na Itália. Isso fica para mais tarde. Algumas observações que os americanos fizeram sobre a FEB foram agrupadas a seguir em itens específicos para facilitar a orientação do leitor. Em alguns casos, renunciou-se a comentários. Os trechos de relatórios americanos ocupam-se frequentemente de detalhes que possivelmente só parecerão interessantes a leitores familiarizados com assuntos militares. Se tal for o caso, recomenda-se passar para o item 6.

* * *

1. Sobre os oficiais e a chefia de operações (G-3)

“Este relatório é baseado em observações feitas durante reconhecimento pessoal a batalhões de infantaria e unidades menores em linha. Muitas dessas visitas foram feitas com o oficial comandante do 13º Batalhão de Tanques, que esteve em apoio direto à FEB até 1º de fevereiro de 1945. Muitas informações valiosas foram obtidas através de conversas com os líderes de pelotões que permaneciam em contato contínuo com as tropas brasileiras na linha de frente. Em nenhum momento essas visitas tiveram o caráter de inspeção, e a minha opinião é que não causaram qualquer ressentimento. A maior parte dessas informações foi obtida entre 15 de dezembro de 1944 e 1º de fevereiro de 1945 (...).

“a. Mensagens que chegam não são registradas no diário do G-3, e mensagens para o G-3, se não são bem endereçadas, não são reencaminhadas devido à falta de coordenação entre os GS (num caso específico, o G-3 não sabia da mensagem operacional do IV Corpo, pois a mensagem ficou pelo G-2 [informações] o dia inteiro). Não se tomaram medidas para prevenir a repetição desse tipo de incidente.

“b. As informações passadas pela seção G-3 aos oficiais americanos em serviço são frequentemente atrasadas, incompletas e inexatas. (...) Isso vale particularmente no caso de relatórios de patrulhas.

“c. Em nenhum momento havia menos de seis oficiais destinados à seção G-3. Durante as horas de refeições, não há oficiais de serviço por intervalos, às vezes, de uma hora ou mais. O resultado são atrasos em questões operacionais de todo tipo (...).

“O comandante do III Batalhão, 11º RI, me contou que seu batalhão foi visitado uma vez pelo comandante da FEB durante os sessenta dias em que está em linha. O comandante da Companhia Anticarro, 11º RI, me contou que sua companhia nunca foi visitada por um oficial de estado-maior. O S-3 [corresponde ao G-3, mas em unidade menor] do 11º RI me informou que as visitas à sua unidade em linha por oficiais de estado-maior têm sido pouco frequentes.”^[13]

“Alguns dias depois que o estado-maior da Divisão assumiu o comando, fez-se a mudança (...) para Porreta Terme. A mudança do PC foi completamente prejudicada pela ausência de reconhecimento prévio. Levou quase uma semana para o estado-maior se acomodar e operar (...).

“No dia 29 de novembro e novamente a 12 de dezembro, fizeram-se ataques sem êxito ao Monte Castello, devido basicamente à falta de espírito agressivo e liderança por parte dos oficiais envolvidos. Também no primeiro ataque, a unidade atacante havia chegado da área de treinamento somente na noite anterior.

“A maior parte do meu trabalho com o estado-maior da Divisão consistiu em ajudar a resolver problemas individuais entre as diversas seções e QGs superiores.

“a. A seção G-1 (Pessoal) logo aprendeu a lidar com seus relatórios de rotina usando os sargentos que falam inglês. Dificuldade considerável foi encontrada para se obterem informações rápidas que requeressem coordenação entre os Postos de Comando Avançado e na Retaguarda e o Depósito de Recompletação. Em casos em que se deseja a informação num momento definido, é necessário estabelecer um prazo final e insistir consideravelmente (...).

“[A seção G-3] é o ‘centrinho’ para todos os oficiais da FEB. Durante o dia inteiro e até às 11h da noite, todos os tipos de oficiais visitam a seção sem qualquer outro propósito em mente senão ‘bater papo’. Frequentemente, isso interfere em trabalhos importantes e aumenta a confusão geral. (...) Vários oficiais da retaguarda passam o dia na seção e interferem continuamente no trabalho necessário.

“[A seção] não mantém um diário de estado-maior, tal como nós o conhecemos. Seu diário é apenas um registro das mensagens que chegam de unidades inferiores. O único registro das mensagens enviadas é o diário que eu mantenho.

“Uma das grandes falhas da seção é sua incapacidade de obter relatórios rotineiros

completos das unidades inferiores. Esse estado de coisas existe na FEB inteira. Nesse sentido, eles estão sempre dispostos a aceitar desculpas porque o trabalho não pode ser realizado.”^[14]

“Por toda a Divisão (infantaria, artilharia etc.), é muito bem conhecido o fato de que há diversos oficiais desempenhando serviços apropriados a patentes inferiores. (...) Por culpa disso, surgem muitas situações difíceis, e particularmente difíceis na FEB, já que nenhum oficial de patente menor tomará qualquer decisão a não ser que receba ordens diretas de um oficial superior. Assim, se um oficial superior estiver num serviço que seja subordinado a um oficial subalterno, este hesitará, mesmo que para isso tenha competência, em dar ordens ao superior.

“Não só há muitos oficiais em toda a Divisão ocupando cargos menos importantes que suas patentes, mas também muitos oficiais que não têm a menor função (...).

“No dia 17 de janeiro, eu cheguei ao PC da artilharia da Divisão por volta das 8h da manhã. Às 11h30, nenhum oficial havia chegado às seções um, dois, três ou quatro. Às 11h45, um chegou, de pijamas, respondeu a um chamado telefônico e retornou ao abrigo. Essa não foi uma ocasião rara. Embora seja verdade que, em caso de emergência, os oficiais podem ser alertados e estar a postos em questão de minutos, para mim continua imprescindível que oficiais permaneçam em serviço, pelo menos nas seções dois e três, 24 horas por dia. Essa é, novamente, uma questão de comando.

“[Muitas deficiências seriam corrigidas] se os oficiais de estado-maior inspecionassem suas unidades, elaborassem diretrizes e, então, comprovassem se as ordens estão sendo cumpridas. Estou razoavelmente seguro de que muitas ordens são expedidas, mas igualmente certo de que em muito poucos casos, se tanto, alguém comprova sua execução. Inspeções detalhadas deveriam ser feitas por oficiais de estado-maior e, neste estágio do trabalho, eles não estão operando eficientemente. Por exemplo, na artilharia da Divisão não existe um só oficial, neste momento, que tenha visitado todas as suas baterias ou batalhões. (...) Por culpa disso, muitas vezes se expedem ordens que não podem ser cumpridas.”^[15]

“Os sargentos são mais alertas e têm melhor mentalidade do que os superiores. Aparentemente, a máquina militar da FEB está politicamente atada e muitos comandantes superiores hesitam em executar certas ações por temerem envolver-se em política ou, então, entrar em conflito com alguém que possa prejudicá-los mais tarde, quando regressarem ao Brasil.”^[16]

2. Sobre os serviços de informação (G-2) da FEB

“Com toda justiça, em relação às outras seções, posso dizer que a seção G-2 é a melhor da Divisão. Ela obtém e dissemina informações com velocidade, concisão e exatidão razoáveis. (...) Nos parágrafos seguintes, tentarei apontar as falhas da G-2 da FEB (...).

“1. Falta de coordenação e cooperação entre G-3 e G-2. (...) Três prisioneiros alemães foram trazidos e interrogados. Às 5h da manhã o inimigo atacou tropas da FEB. O oficial em serviço na G-3 perguntou ao oficial da G-2, na minha frente, se os três prisioneiros de guerra tinham alguma informação pertinente ao ataque. O G-2 recusou-se a dar-lhe qualquer resposta. Ele tinha ordens para não dar qualquer informação sem a verificação e aprovação

de seu superior. O superior estava dormindo àquela hora. Conseqüentemente, o oficial G-3 não conseguiu obter qualquer informação, com exceção do oficial interrogador, que foi sensível o suficiente para acenar negativamente com a cabeça. Por sorte, os prisioneiros de guerra nada sabiam sobre o ataque. Eis uma situação que poderia ter sido custosa em termos de vidas e material se o ataque tivesse sido sério, se os prisioneiros tivessem informações pertinentes, e o comandante da G-2 não estava a postos. (...) Observei várias situações semelhantes.

“2. Dependência do pessoal da seção. (...) Frequentemente informações de rotina não são passadas e, como resultado, nada é feito enquanto o comandante está ausente. Parece ser hábito ou orgulho de cada oficial saber algo que o outro companheiro não sabe. Isso atravança tremendamente o funcionamento da seção.

“3. Falta de fidedignidade das informações. (...) Muito frequentemente, a fidedignidade de relatórios vindos de unidades subordinadas é questionável, e é passada para os QGS superiores. (...) ‘Avião inimigo atacou caminhão da FEB (...) e o projétil de foguete será enviado à seção G-2 na próxima manhã.’ Isso foi relatado ao Corpo. O Corpo questionou a fidedignidade do relato, uma vez que (...) nas vizinhanças não havia o menor conhecimento do ataque. Contudo, uma unidade de radar havia registrado um avião na área. O incidente era possível, mas não provável. Eu pedi a um oficial brasileiro para checar a exatidão do relatório com o comandante da G-2. Eles haviam garantido a exatidão da afirmação, e estavam melindrados pelo fato de serem questionados. O foguete disparado pelo avião foi trazido e verificado por um especialista americano em bombas, e resultou tratar-se de munição de bazuca americana que estava largada na margem da estrada. Obviamente, o relato era falso, sem dúvida nenhuma. Isso pode parecer um detalhe sem importância, mas, se continuar assim, os quartéis-generais superiores não mais poderão se fiar em suas informações.

“4. Disseminação de informações.

“5. Relatórios incompletos. (...) Quando a Divisão entrou em linha pela primeira vez, os relatórios eram atrozes. Eu sugeri quais fatos seriam necessários e, depois de algum tempo, os relatórios melhoraram.

“6. Velocidade em relatar. (...) Frequentemente [oficiais de informações das unidades inferiores] mandam informações para o G-2 da Divisão com 12 ou 24 horas de atraso. Para que o comandante da Divisão possa fazer sua infantaria ou artilharia entrar em ação, ele tem de saber de tudo imediatamente. (...) A falta de relatórios imediatos é muito irritante e certamente reduz a eficiência da Divisão. (...) Pontualidade não tem significado para os oficiais.

“7. A rapidez ao se interrogarem prisioneiros de guerra (...) seria altamente desejável. Em muitos casos, quando a Divisão entrou em linha, as tropas que capturaram prisioneiros os haviam alimentado e lhes dado cigarros. Com esse tratamento, os prisioneiros ganham confiança e se recusam a dar informações.

“8. Falta de estimativa da potencialidade do inimigo. Essa é a principal função do comandante da G-2. Raramente o relatório diário da G-2 inclui uma ‘estimativa da potencialidade inimiga’.

“9. Incapacidade de organizar e redigir um relatório no papel. As várias atividades estão misturadas e é muito difícil para um QG decifrar de uma vez o que aconteceu. (...) Essa

situação, no começo, era tão ruim que o Corpo exigiu que um oficial americano fizesse o serviço (...).

“10. Falta de planejamento e previsão. O Corpo recentemente chamou a G-2 e perguntou se ela tinha feito um estudo das futuras condições do terreno. Nada havia sido feito nesse sentido. A G-2 deveria interrogar civis locais e saber quais as condições de estradas, correntes, campos, montanhas, gelo, neve, precipitação etc., para poder estar em condições de planejar operações futuras. Isso deveria ser particularmente importante para pessoas que estão num terreno novo, com neve, como este.

“11. Medidas de segurança. Quando a Divisão entrou em linha, eles eram muito relaxados com suas palavras e comunicações. (...) Recentemente, postos de segurança foram estabelecidos por toda a área da Divisão. Mais esforços ajudariam.

“Conclusão: como um todo, a seção está melhorando a cada dia, mas ela se desenvolveu vagarosamente, pelo caminho mais difícil, e há um enorme volume de progresso a ser feito. O CIC [Serviço de Contrainformações] não funcionou por longo tempo, até que a área da Divisão estivesse infestada de agentes inimigos. (...) Treinamento em G-2 reduziria bastante suas dificuldades, contanto que eles aceitem nossas ideias.”^[17]

“A seção G-2 nunca foi receptiva ao pessoal americano. Eles mostraram sinais definidos de ressentimento e suspeita em relação a qualquer um, com exceção do tenente (...) do Serviço de Interpretação Fotográfica. A única maneira pela qual eles concordaram em usar ou permitir um americano na seção foi para tê-lo enviando os sumários de informação toda manhã, cedinho, para o Corpo.”^[18]

3. Sobre a artilharia da FEB

“Uma das fraquezas mais destacadas durante esse período foi a falta de cooperação entre infantaria e artilharia. O comandante do batalhão de artilharia era absolutamente indiferente em relação ao Regimento de Combate como um todo.”^[19]

“Aspectos positivos e negativos serão mencionados durante este relatório. Contudo, logo se verá que os negativos superam os positivos muitas vezes, e se poderia logicamente tirar a conclusão de que o quadro apresentado não é verdadeiro ou preciso, mas quero sublinhar que, praticamente em todas as instâncias, as críticas foram suavizadas e diminuídas, ao invés de aumentadas ou ressaltadas.

“O general da artilharia da Divisão, general de brigada Oswaldo Cordeiro de Farias, é um artilheiro de qualificações questionáveis, de acordo com os padrões americanos. Contudo, ele é o mais jovem general do Exército brasileiro, foi governador do Rio Grande do Sul e é amigo do presidente do Brasil, e um dos mais respeitados oficiais no seu Exército. Embora tenha falta de conhecimentos sobre artilharia, seu charme pessoal, sua maneira simpática e, em particular, sua disposição de cooperar com QGs superiores o tornam elemento valioso do nosso ponto de vista. Em momento algum, ao que eu saiba, ele se recusou a aceitar uma sugestão feita por um oficial americano, não importando a patente. (...) As falhas e ineficiências da artilharia são consequência, em parte, de informações não trazidas ao conhecimento do general Cordeiro e seu estado-maior. Qualquer que seja o padrão de julgamento, ele tem de ser considerado um verdadeiro amigo dos Estados Unidos, com um sério desejo de atender a nossos desejos ao pé da letra, e ao mesmo tempo manter

a confiança de sua própria gente.

“O oficial executivo (...) é o coronel Emilio Rodrigues Ribas Jr. (...), ele é o oficial que está evitando que a artilharia brasileira funcione bem, como seria capaz de fazê-lo. Não importa do que se trate, ou de quem (...), ele imediatamente levanta objeções, álibis ou desculpas.

“A totalidade da artilharia é extremamente lenta. Levou três dias para mudar o 1º Batalhão para uma nova posição, enquanto uma unidade americana levaria somente oito horas para realizar a mesma operação. Esse é um aspecto importante, pois se a artilharia for solicitada a mover-se imediatamente, minha opinião é que eles não poderão fazê-lo; também acho que lhes será impossível executar mais que um movimento por dia, no caso de avanço rápido.

“A falta de exatidão foi notada em muitas ocasiões, na preparação de planos de fogos. Um *overlay* para fogo defensivo (...) mostrou ter erros superiores a mil jardas. (...) O ‘plano de fogo’ estava truncado com fogos desnecessários, muitos deles atrás das próprias linhas de frente.

“A localização de vários batalhões é tal que somente um batalhão pode disparar munição utilizando um fuso de 25 segundos. Isso significa que somente um batalhão é capaz de disparar ‘munição de propaganda’. O Howitzer de 105 milímetros mais próximo da própria primeira linha está a aproximadamente 6 mil jardas, e dois a aproximadamente 8 mil jardas. Os batalhões de apoio direto estão localizados de tal maneira que não podem apoiar efetivamente a própria infantaria.

“Os setores de fogo são limitados, como regra, à ‘peça transversa’ e nenhum esforço foi feito para adquirir ângulos de fogo mais amplos. (...) Em alguns casos, a localização das posições das baterias é contrária à boa prática da artilharia. Será difícil colocá-los fora de suas posições rapidamente. Numa bateria (...) a elevação mínima variava pouco em relação à máxima.

“Outro problema (...) são os postos de observação avançados. Presentemente, por ordens da artilharia, os observadores avançados são autorizados a transmitir apenas missões de fogo através de seus rádios, de maneira que, durante ataques ou outros períodos críticos, informações essenciais para a eficiência da operação não chegam à retaguarda nem aos escalões superiores, em particular à artilharia divisional. É necessário, conforme já explicado, (...) que os POS transmitam da linha de frente as disposições durante o ataque, assim como a quantidade de bombardeio realizada pelo inimigo e o tipo de armas utilizado. O fato de os observadores avançados não terem relatado a escalões superiores o tipo, quantidade e azimute do bombardeio inimigo durante o ataque de 12 de dezembro foi a razão principal para que a artilharia do Corpo não pudesse disparar sua contrabateria. Dessa maneira, a FEB perdeu uma de suas armas mais eficientes.

“As informações enviadas ao QG da artilharia são limitadas, e eles não procuram informações. Durante o ataque de 12 de dezembro, não havia informações transmitidas e nem esforço para obtê-las. Em momento algum, depois que o ataque foi lançado, alguém da artilharia sabia onde ficava a linha de frente, o quanto estava sendo bombardeada e com que tipo de armas. A única coisa que sabiam é que os batalhões de artilharia estavam disparando, mas não sabiam quanto.

“Os oficiais e soldados da s-2 da artilharia são provavelmente os mais competentes,

como um todo. Uma fraqueza da s-2, e essa fraqueza se repete por toda a artilharia, é que eles não procuram obter informações e não sabem avaliá-las corretamente.

“O trabalho da s-4 [Intendência] (...) não pode ser considerado eficiente. Embora a munição esteja sendo fornecida, nenhum esforço jamais foi feito pelo oficial de munição da artilharia para visitar os vários batalhões a fim de ver como a munição está sendo entregue à bateria (...).

“[Em um batalhão] enquanto a munição estava sendo descarregada pelo método da corrente humana, um passando a munição para outro, dos quatro homens que formavam a corrente, três estavam fumando. Embora seja verdade que a munição é bem protegida, não posso acreditar que essa seja uma forma segura de lidar com munição. (...) Se um oficial s-4 fizesse inspeções, isso seria rapidamente corrigido. [Em outro batalhão] a munição estava guardada imediatamente atrás da peça, e a menos de cinco jardas. Se, como ocorre ocasionalmente, houvesse um disparo ruim, seria muito provável que a munição guardada atrás da peça detonasse.

“Em todos os batalhões, a munição é guardada ao redor das posições dos canhões, e não se toma muito cuidado. (...) Pouco se faz para protegê-la das intempéries. É uma ocorrência comum encontrar munição enferrujada e com barro, e pouco esforço se faz para limpá-la antes do disparo. (...) Os *trailers* de munição [do batalhão] há seis semanas ficaram congelados num atoleiro, e até agora nenhum esforço foi feito para tirá-los. Agora, nevou mais ainda, aumentando ainda mais a dificuldade de se desatolarem os transportes de munição e sua carga. Se fosse necessário movimentar-se imediatamente, esse trem de munição do batalhão não seria capaz de fazê-lo.

“A incapacidade dos batalhões de artilharia de operar com eficiência não se deve basicamente à falta de intenção dos comandantes de batalhão de realizarem um bom trabalho e cooperarem 100% com os americanos, mas resulta do funcionamento impróprio do estado-maior da Divisão.”^[20]

4. Sobre manutenção, suprimento e equipamento da FEB

Foram, sem dúvida, os aspectos que receberam as críticas mais contundentes por parte dos americanos. Estes dedicaram-se a esquadrihar cada serviço da FEB e, antes do final de março, próximo do termino da guerra, poucas vezes encontraram algo que fosse elogioso. Descendo a detalhes pedantes, deixando por vezes transparecer arrogância e intolerância, os relatórios americanos sobre os aspectos como manutenção do material ou situação sanitária da tropa devem ter causado considerável mal-estar nos escalões superiores. Suas repercussões encontraram lugar na literatura brasileira, também.^[21]

Um amplo sumário sobre a presença da FEB na Itália redigido em maio de 1945 pelo comandante do Destacamento de Ligação Brasileiro, tenente-coronel Nathan Mathewson, sublinha que o setor de suprimentos granjeou o maior número de críticas. Embora os oficiais brasileiros responsáveis pela seção fossem descritos como extremamente simpáticos e corteses, ganharam o atributo de “totalmente incompetentes”. Neles foi jogada a culpa pela demora na entrega de fuzis, munição ou equipamentos como instalações para a purificação da água. Os uniformes que os brasileiros trouxeram consigo revelaram-se de má qualidade, impréstáveis. Os soldados usavam o que tinham até ficar sujo e velho. Não havia reposição,

embora o depósito competente dissesse o contrário.

Era impossível mencionar a porcentagem de soldados brasileiros que utilizavam calçados inadequados, mas havia muitos casos. A manutenção do material rolante revelou-se péssima, os brasileiros recusavam-se a aceitar os padrões americanos. Inspeções mostraram que os caminhões a cargo dos brasileiros continuavam malcuidados, sem água na bateria, com pneus malcalibrados etc. A administração do pessoal, com a delicada tarefa de fornecer reforços para a frente, “era um fracasso completo”. Repetiam-se erros de transferência de pessoas, não havia uma classificação bem-feita dos soldados, e os programas de treinamento eram paralisados por não saber quem havia participado ou não.^[22]

A questão do suprimento e equipamento da FEB causou muita discussão no Brasil, já durante a guerra. Argumentava-se, não sem razão, que os brasileiros teriam sido preteridos no fornecimento de armas, munição, roupas contra o frio e até razões. Mesmo entre os oficiais americanos, não existe concordância nos relatórios pesquisados. O treinamento das tropas brasileiras parece ter sido, de fato, consideravelmente prejudicado pela demora na entrega ou pela falta de material apropriado. Quanto a uniformes, rações, munição ou equipamento para as tropas na linha de frente, os americanos são de outra opinião.

“1. As seguintes observações foram feitas por mim durante os últimos três meses, começando com a chegada da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, FEB, a Livorno, e se baseiam no que sei e aprendi por íntima associação com a G-4 [Intendência] e todos os serviços de suprimento da Divisão, combinado com o que vi ser executado nas áreas de combate e nas estradas.

“2. As três principais deficiências são:

a. Falta definitiva de liderança, do estado-maior até o pelotão;

b. completo desrespeito em relação a toda e qualquer autoridade por parte de quase todo o pessoal; e

c. atitude derrotista em relação ao equipamento e aos suprimentos.”^[23]

O relatório fornece como exemplos de falta de liderança a incapacidade da Divisão em averiguar a razão da existência de 89 mil rações além da quota normal. Ao solicitar 14 mil rações a mais, de emergência, o comandante da Divisão brasileira recebeu uma resposta negativa da G-4 do V Exército, que exigia primeiro explicações sobre as outras requisições. Um inquérito não trouxe qualquer resultado. Em outro episódio, a G-4 da Divisão e o oficial de ordenança foram solicitados a distribuir por toda a FEB os manuais americanos, a “bíblia do suprimento”, e a realizar inspeções. Quando os americanos indagaram se tudo estava sendo cumprido, ouviram que a integridade pessoal dos oficiais em questão não podia ser colocada em dúvida com perguntas desse tipo – inspeções realizadas pelos americanos revelaram que as normas não eram obedecidas.^[24]

Mais sérias foram as observações relativas ao desrespeito à autoridade. O responsável pelo relatório queixa-se de que materiais emprestados a brasileiros, como geradores, só eram devolvidos depois de muita insistência e por ordens de alto escalão, assim mesmo com atraso. Acusava-se a Divisão de violar continuamente os códigos de tráfego do V Exército, a ponto de o QG instruir sua G-4 a tirar da estrada comboios brasileiros, como forma de obrigar ao cumprimento das normas. “Uma ordem direta é ignorada se não está de conformidade com seus hábitos ou planos.”^[25]

“3. A atitude derrotista em relação ao equipamento e aos suprimentos é bastante comum, embora essa Divisão seja e tenha sido, de fato, 20% mais bem equipada, tanto em qualidade como em quantidade, do que qualquer divisão americana na Itália. Contudo, todo o pessoal de intendência, do estado-maior até as unidades, diz ao restante do pessoal que eles não estão sendo equipados de acordo com os manuais e diretrizes americanas, que suas alocações de munição são muito menores que as das outras unidades, que suas rações são de qualidade inferior e que o equipamento também não é bom.

“Isso tudo é falacioso, pois todas as agendas de suprimento americanas dedicaram consideração sem igual a todos os desejos e requisições. Armazéns estiveram abertos durante toda a noite em alguns lugares, e a alguns deles os brasileiros não mandaram transporte e pessoal para buscar material. Exército e Corpo deram transporte adicional quando, na verdade, não existe corte de transportes na Divisão.

“Sem ligar para o que está dito acima, eles continuam dizendo que são solicitados a cumprir missões para as quais não foram equipados.”^[26]

Essas afirmações merecem ser examinadas por partes. Quanto aos veículos, durante longos meses parece ser absolutamente correto que as tropas brasileiras não se comportaram de maneira apropriada. “Três entre cada cinco veículos observados nas estradas operam com correntes, desgastando necessariamente os pneus, são dirigidos a velocidades excessivas por oficiais e soldados, nas mais irregulares manobras, os livros mostram que muitos dos veículos não foram lubrificados nem revisados periodicamente.”^[27] “O primeiro requisito para a manutenção de veículos é, obviamente, o treinamento e instrução dos motoristas. (...) É extremamente infeliz o fato de as tropas não o terem recebido antes de terem uma participação ativa na guerra (...).”^[28] “O oficial de manutenção (...) me contou que, uma vez, dos quarenta veículos do batalhão, 34 estavam fora de ação. Nenhum havia sido estragado por ação do inimigo.”^[29] “Eu conversei com o comandante [da companhia americana de ordenança] e ele me disse que em quase todos os casos, quando veículos da FEB vêm para seu armazém para reparos, eles estão despidos de muitas partes, tais como rodas, poltronas, tampas de radiadores, platinados e, algumas vezes, parafusos dos motores. (...) Só se pode presumir que os brasileiros estão formando um estoque de acessórios (...).”^[30]

Considerando aspectos como a quantidade de rações, os americanos achavam que os brasileiros estiveram bem servidos. “Tenho quase toda a certeza de que, por toda a Divisão, a comida americana está sendo distribuída livremente, por uma razão ou outra, à população italiana. Eu não acho que as unidades estejam recebendo suas rações completas, mas, ao contrário, estas estão sendo desviadas antes de atingi-las. Isso é muito fácil para os brasileiros fazerem, já que suplementam nossas rações americanas com arroz, feijão e mandioca, e enquanto eles tiverem a sua ‘feijoada’, estarão muito contentes. Seus oficiais não fazem esforço para determinar quantas rações americanas eles estão recebendo ou deveriam receber. Um inquérito mostraria fatos assombrosos.”^[31]

O entusiasmo dos americanos pelos ingredientes tipicamente brasileiros incluídos nas rações mantinha-se dentro de estreitos limites. Um relatório sugere que a retirada de itens normais para americanos, mas de pouco apelo ao paladar dos homens da FEB, como suco de *grapefruit* ou *ketchup*, além de pasta de amendoim, baixou o teor de calorias consideradas necessárias para um soldado em combate. Além disso, havia perdas de 20% nas rações

vindas do Brasil, provocadas por deficiências no empacotamento do produto. As críticas ao gosto ou à qualidade da comida americana foram devolvidas com outro argumento: por ignorância, alguns cozinheiros brasileiros estariam utilizando sopa de milho ou pudim ao preparar o café da manhã.^[32]

Os uniformes que os brasileiros trouxeram, além de a cor causar confusões perigosas com os dos alemães, rasgavam-se nas costuras e não eram apropriados para o frio do inverno europeu. Foram substituídos para as tropas da linha de frente apenas depois que relatos sobre brasileiros passando por esse tipo de dificuldades chegaram ao conhecimento dos escalões superiores americanos. Oficiais americanos examinaram o material de inverno que estava chegando do Brasil e se convenceram, finalmente, de que precisavam ajudar a FEB – quando a neve estava alta, embora já em novembro inspeções tivessem mostrado a falta de agasalhos apropriados. O v Exército autorizou a redução dos estoques abaixo do previsto para equipar os brasileiros inicialmente com itens como 10 mil casacos, 1.600 calças ou capacetes para inverno.^[33] Com surpresa, outro oficial americano notaria a existência de poucos brasileiros doentes, considerando o fato de terem dormido muito tempo no chão, sem agasalho para a época do ano.^[34]

“A maior parte das roupas americanas distribuídas às tropas [brasileiras] é para inverno e relativamente nova. No Brasil, nenhum esforço foi feito para consertar os calçados. Seria interessante checar os calçados distribuídos, e na primavera, quando a roupa de inverno tem de ser devolvida, para ver de que maneira se cuidou disso.”^[35] “Eu fiz uma inspeção de todas as unidades, e parece que eles todos têm roupas suficientes para mantê-los aquecidos. Entretanto não estão tomando conta delas apropriadamente, e substituições serão necessárias em curto prazo. Aparentemente, pouco se troca de roupa. (...) Enquanto dirigia (...) na semana passada, observei três moças italianas vestindo casacos militares americanos. A única modificação nos casacos eram cortes para apertá-los e novos botões, mais femininos. Seria preciso abrir um inquérito.”^[36]

Em janeiro, o v Exército questionou o número de uniformes “perdidos em ação de combate” pelos brasileiros, pois a FEB estava requisitando quantidades de substituição acima do normalmente esperado.^[37] Quanto aos calçados, alguns americanos criticaram a original solução encontrada pelos brasileiros para evitar o doloroso problema do “pé de trincheira” (congelamento), que consistia em usar os galochões forrados de papel ou palha, sem as botas de combate. Vários relatórios recomendavam a suspensão desse hábito, pois estragava demais os galochões.^[38]

A manutenção de todo tipo de material entregue aos brasileiros, em especial armas e munições, foi um dos aspectos mais delicados nas difíceis relações com os aliados americanos. O número de relatórios do Exército americano fazendo menção específica a problemas de manutenção no lado brasileiro é sufocante, e seria monótona a sua reprodução. O respeito às normas americanas parece ter sido a exceção e não a regra. Alguns exemplos das observações mais comuns:

“A divisão começou a operar aparentemente com uma séria desvantagem – a falta de conhecimentos gerais da importância e dos métodos de manutenção apropriada e de seu material. Essa falta de conhecimentos está manifesta no soldado individual, no qual tais conhecimentos deveriam ser inicialmente introduzidos e aplicados. (...) Uma inspeção em

uma das companhias de armas pesadas e duas de fuzis revelou que 90% das armas menores estavam sujas nos canos. O pessoal não parecia saber da necessidade de manter limpas as armas, nem estava familiarizado com os métodos de limpeza. (...) Ao checar metralhadoras .30, foi encontrada ferrugem em várias peças e pólvora queimada nos tambores. (...) O oficial de ordenança [da FEB] disse que, se as armas menores estavam em más condições, isso já era um grande progresso em relação às condições anteriores.”^[39]

“Eu inspecionei a companhia anticarros quando eles estavam limpando seus canhões de 57 milímetros, e os encontrei deixando uma porção de *cosmoline*^[40] nas peças móveis, e não havia, novamente, qualquer supervisão por parte de um oficial. Não havia ninguém em volta para dizer aos soldados o que fazer e como. Parece ser moda ou má ideia a confiança na sorte de que tudo funcione bem. Eu acho que essa é uma das causas de as armas falharem ao serem acionadas na frente – quando tais falhas são uma questão de vida ou morte. Encontrei a mesma condição em fuzis e metralhadoras. Disse aos oficiais da FEB que eles não terão uma arma funcionando perfeitamente na frente, a menos que primeiro a limpem bem.”^[41]

“As armas e o equipamento estão recebendo poucos cuidados. Um morteiro de 81 milímetros pertencente à companhia de armas pesadas (...) estava coberto de barro. O aparelho de mira não tinha sido removido do morteiro desde que este fora disparado, no dia anterior. O setor estava geralmente tranquilo, não havia razão alguma para que o morteiro não tivesse sido limpo. (...) Um morteiro de 81 milímetros na companhia pesada (...) estava sendo disparado sem a placa de base e outro estava utilizando carga 5, mesmo estando escrito que não se devia usar carga 5. Isso não é considerado seguro.”^[42]

Mesmo em relação ao alegado racionamento de munição para os brasileiros, em especial na artilharia, havia pelo menos tentativas de explicação do lado americano – e a responsabilidade, novamente, é atribuída aos próprios brasileiros. “Durante períodos de calma, como agora, o relatório sobre o estado da munição dos batalhões [de artilharia] não é enviado ao EM de artilharia da Divisão, exceto ao término de cada dia. Assim, se fosse necessário saber sobre o estado da munição imediatamente pela artilharia, seria necessário considerável número de telefonemas, cálculos etc., para determiná-lo, causando atrasos que podem ser sérios em circunstâncias imprevistas. Quando se faz uma requisição de fogo, não há esforço aparente para determinar sua importância. A regra é atirar, se a infantaria pede, e os pedidos são numerosos. Durante calmarias, a única razão pela qual os batalhões não gastam munição em excesso diariamente é o fato de eles estarem limitados a 10 *rounds* (105 milímetros) diários por canhão. Eles têm a impressão de que tudo o que têm a fazer é pedir, e receberão toda a munição que quiserem. Seu s-4 lhes deu a impressão de que as unidades americanas têm muito mais munição para disparar, enquanto a da FEB seria limitada. Eles não são capazes de entender por que há cortes de munição.”^[43]

5. Sobre alguns serviços diversos da FEB

Em sua preocupação com detalhes, os americanos também fizeram comentários cruéis sobre outros setores da FEB. De modo geral, essas observações contrastam fortemente com a narrativa fornecida pelo lado brasileiro.

O serviço médico da FEB, de acordo com os americanos, de maneira geral cumpria suas

funções. O escritório do chefe era bem organizado e controlava todos os aspectos de seu corpo, mas os oficiais médicos brasileiros eram criticados por não entenderem exatamente a importância da medicina preventiva. Novamente se registram as costumeiras queixas, do lado americano, sobre a ausência de inspeções periódicas por parte dos oficiais superiores, que aparentemente não alertavam seus subordinados para os problemas mencionados. Ao principal médico brasileiro (um tenente-coronel), os americanos dirigiam a observação de que não compreendia todas as tarefas que cabem a um oficial nesse posto, e fizeram a óbvia sugestão de instruí-lo e levá-lo a um estágio para ver como opera a medicina preventiva numa unidade americana.^[44]

Os hospitais brasileiros, ou onde trabalhavam brasileiros, eram considerados bem equipados pelos americanos. A principal queixa americana referia-se às dificuldades de entendimento, às diferenças de hábitos e ao fato de muitos médicos e enfermeiras brasileiros serem julgados pouco competentes por seus colegas americanos. Os americanos admitiam que parte das dificuldades havia sido criada por eles mesmos, ao não compreenderem a necessidade da organização de um serviço médico suplementar brasileiro, e fizeram muitos elogios ao chefe do Corpo Médico brasileiro por seu empenho em superar os desentendimentos. Como sempre, achavam que os brasileiros começaram a funcionar melhor depois de terem um bom contato com as unidades dos Estados Unidos. A experiência do Corpo Médico brasileiro na Itália teria ajudado a mostrar como os padrões médicos no Brasil estavam atrasados em relação aos dos Estados Unidos.^[45]

Há outras opiniões menos lisonjeiras, sobretudo quanto ao estado físico da tropa, considerado pelos americanos “muito deficiente”, mesmo levando-se em conta o fato de esses padrões terem sido rebaixados. “Haveria possibilidade de convocar tropas melhores, no sul do país, mas o ministro da guerra não quer, talvez por motivos políticos e de segurança nacional.”^[46] Outro relatório americano menciona o fato de os soldados brasileiros se cansarem rapidamente quando solicitados a marchar. “A capacidade de marcha dessas tropas é amplamente inferior à de tropas americanas com seis semanas de treinamento básico. Ou sua condição física é muito ruim e necessita de grande melhora ou eles têm problemas com os pés devido ao uso de calçados inadequados. O índice de saúde é considerado baixo, mas não há estatísticas seguras.”^[47]

Outro exemplo: “Inspeionei o posto médico do batalhão, localizado num curral, onde haviam estado galinhas, vacas etc., e encontrei suprimentos médicos jogados ao redor, caixas abertas e instrumentos deixados a descoberto. Conversei com o cirurgião do batalhão, um tenente do Corpo Médico da FEB, e ele parecia perfeitamente satisfeito com essas condições. Interroguei-o a respeito dos índices de doença, e ele me disse que eram elevados. Fiquei surpreso de que não fosse pior diante do que vi nesse posto de ajuda. [O oficial americano de plantão] disse que tentou muitas vezes fazer com que esse médico deixasse as coisas apresentáveis, mas que leva mesmo muito tempo até que as coisas sejam feitas.”^[48]

As comunicações na FEB eram vistas pelos americanos como um setor em déficit. Além das reclamações de praxe sobre manutenção, havia outras sobre desperdício de material. “É a política (...) em toda a Divisão colocar uma linha nova em vez de reparar uma velha. (...) Há um labirinto de cabos e, no caso de um deles se romper ou ser destruído por bombardeio, é impossível determinar rapidamente qual foi. Em relação aos cabos, o reconhecimento das rotas não é feito. Mais do que uma rota normalmente não existe, o que é absolutamente

necessário para garantir comunicações contínuas com as posições na linha de frente. Os operadores das centrais telefônicas são muito lentos em responder aos chamados, e não é incomum ter de esperar minutos até que se obtenha um operador. Às vezes, particularmente no caso de missões de fogo, se há um lapso de dois ou três minutos, a necessidade de disparo pode ter cessado. Eu ouvi telefones tocando durante muitos segundos, sem que um oficial ou soldado fizesse qualquer esforço para atendê-lo, quando podia fazê-lo imediatamente. (...) A operação de rádio em toda a Divisão é extremamente deficiente e, nas circunstâncias atuais, não se pode esperar que melhore. É absolutamente necessário que pessoal americano se infiltre por toda a Divisão e ensine os procedimentos de rádio corretos. Os aparelhos, por culpa da falta de conhecimento, não estão sendo mantidos de maneira correta e, por causa disso, as comunicações por rádio, ao invés de melhorarem, estão se deteriorando gradativamente.”^[49]

Os engenheiros da FEB foram observados de perto. A princípio, julgava-se que seu rendimento não era comparável ao de unidades americanas atuando sobre as mesmas condições, mas o oficial de ligação americano admitia faltar material e equipamento aos brasileiros. Contudo, ele se queixava fortemente de que os reforços brasileiros nunca chegavam em tempo e, quando finalmente estavam à disposição, não tinham sido treinados. Há as censuras tradicionais quanto à falta de iniciativa e senso de comando e à deficiência em prever ações por parte dos oficiais, mas essa foi uma das unidades que, de acordo com os relatos, mais progressos mostrou durante a campanha – na medida em que o treinamento americano foi aplicado.^[50]

Nem os pobres teco-tecos de observação da artilharia, responsáveis pela identificação das linhas alemãs, escaparam do crivo ácido dos americanos. “Embora os aviões da artilharia estejam sendo usados, seu trabalho está longe de ser eficiente. Nas três últimas semanas, dois aviões da seção foram destruídos. Embora isso tenha ocorrido pelo fato de o motor ter sido cortado antes de se atingir altura suficiente, o capitão responsável pelo ‘Air Strip’ me disse que isso se deve à falta de conhecimento do equipamento. Um pouco de treino com pessoal americano é necessário para aumentar a eficiência dessa seção.”^[51]

6. Sobre o treinamento, a “mentalidade” e as difíceis relações entre brasileiros e americanos

A saída encontrada pelos americanos para a precária situação apresentada anteriormente chamava-se treinamento, treinamento e mais treinamento. Sua convicção ideológica de que tudo pode ser obtido, contanto que os meios necessários sejam empregados e os recursos humanos sejam corretamente treinados, não poderia mesmo admitir outra alternativa. Descontadas as causas sociológicas ou antropológicas contidas em observações (às vezes de caráter bastante duvidoso) sobre “o” brasileiro, a falta de treinamento básico foi a principal causa que todo oficial americano em contato com a FEB apontou para explicar deficiências, problemas ou insucessos.

A fase inicial do preparo das tropas brasileiras, tanto em casa como logo ao chegarem à Itália, dificilmente poderia ter recebido elogios. Na própria literatura brasileira, isso é lugar-comum. A segunda fase de treinamento, pós-insucessos em Monte Castello, trouxe

resultados apenas modestos, mas, pelo menos, foi decisiva para superar os desentendimentos entre brasileiros e americanos.

Desde o dia do desembarque na Itália, a FEB enfrentaria problemas com treinamento. Nas duas primeiras semanas, não havia cobertores nem armamento, por falta de organização e de suprimentos, e o tempo foi perdido com marchas e paradas. Os problemas de suprimento se tornariam comuns até novembro, quando o segundo escalão estava sendo treinado e preparado para operações de combate. A culpa, reconhecem os americanos, nessa fase, não poderia ser atribuída somente aos brasileiros. Faltavam armas, como os morteiros de 60 milímetros ou os fuzis automáticos Browning. Nenhum grande avanço poderia ser feito sem munição para tiro real, um dos itens em falta.

Quando certas coisas não funcionavam, os brasileiros tendiam a reclamar do armamento ou da munição, enquanto as falhas eram claramente causadas por falta de limpeza ou cuidado. Em muitos casos, as deficiências de conhecimento incluíam até mesmo o uso de alças de mira. O trabalho tático era melhor, embora não se soubesse empregar corretamente o poder de fogo da companhia de apetrechos pesados. Os sargentos não avaliavam corretamente o terreno e tampouco tiravam vantagem da melhor rota de aproximação.

Os instrutores brasileiros, em número insuficiente, tinham de vigiar muita gente e eram constantemente substituídos por culpa do Depósito de Pessoal. Essas deficiências só seriam contornadas em março de 1945. Embora nos meses iniciais o espírito da tropa fosse considerado excelente e a vontade de cooperar também, a opinião dos responsáveis americanos era que as tropas brasileiras não estavam suficientemente treinadas para combate pesado. “O defeito principal é básico e não poderá ser superado com alguns dias de treinamento adicional.”^[52]

Nos dias imediatamente anteriores aos primeiros ataques ao Monte Castello, a chegada de novos contingentes da FEB continuava preocupando os americanos pelo fato de os soldados terem sido convocados apenas uma semana antes do embarque. Não havia conhecimentos táticos, muito menos da cooperação entre infantaria e carros blindados etc.^[53] O alto número de baixas sofridas nos primeiros insucessos era atribuído diretamente à falta de treinamento: aparentemente, algumas tropas brasileiras não sabiam como se dispersar sob fogo inimigo, mantendo-se em grupos e perdendo gente sem necessidade. Além disso, criticava-se a falta de condição dos oficiais subalternos para assumir o comando de suas unidades quando o superior era colocado fora de combate.^[54]

O treinamento nas áreas em que a FEB se concentrou na fase inicial de sua atuação nos Apeninos compunha-se de familiarização com as armas no *stand* de tiro e problemas táticos envolvendo destacamentos e pelotões. “Parecia haver muita confusão em torno dos oficiais e soldados, e não havia supervisão suficiente por parte dos oficiais. Os soldados não sabiam direito o que teria de ser cumprido. Eles estavam dois ou três dias atrás do cronograma, e eu não posso ver como esperam colocar os homens em forma para a linha de frente seguindo esse ritmo.”^[55]

As últimas observações são de um oficial americano despachado diretamente do QG do V Exército para inspecionar a fundo a situação da FEB, poucos dias antes de suas primeiras experiências traumáticas, e serviram de base para as sugestões de treinamento para os brasileiros, encaminhadas a 19 de dezembro de 1944. As recomendações previam o envio de

oficiais brasileiros por períodos de três a quatro semanas de aprendizado em manutenção e limpeza de armas, táticas de destacamento e pelotão, patrulha, escolta e comunicações, além da volta de instrutores qualificados ao Brasil para aperfeiçoar o treinamento de tiro ao alvo e morteiros.^[56]

A inatividade de alguns setores da Divisão permanecia uma incógnita para os americanos. “Durante calmarias, não há treinamento, e o único progresso feito resulta de se realizar diariamente a mesma tarefa. Se ela é incorreta, continua como está, pois ninguém aparenta um interesse efetivo. Nas três últimas semanas, houve grandes oportunidades de treinar o pessoal. Contudo, de acordo com o melhor de meu conhecimento, não houve qualquer treinamento, de qualquer tipo. Esse é um aspecto extremamente importante, e deveria haver algum esforço por parte dos altos escalões da Divisão no sentido de implementar programas de treinamento durante períodos de inatividade.”^[57]

“(…) Os brasileiros parecem gastar todo o seu tempo em se instalar confortavelmente, embora no 10º dia de ocupação da área somente um entre quatro batalhões tivesse construído uma latrina. Praticamente nenhum treinamento foi realizado. O v Exército mandou um quadro de oficiais experimentados em combate para ajudar os brasileiros no treinamento, mas nenhum uso foi feito deles; o fato é que o coronel responsável por esse programa está totalmente desapontado. (...) Nenhum dos esforços teve até agora mais do que quatro semanas de nosso treinamento básico e alguns deles nunca dispararam um fuzil. Os brasileiros asseguram que irão treiná-los atrás das linhas. Contudo, a Divisão até agora não formulou um programa de treinamento. O v Exército entende a seriedade da situação. Seu plano é despachar diretrizes detalhadas e segui-las com inspeções frequentes.”^[58]

Seu novo comandante, o general Lucien Truscott, assumiu pessoalmente a tarefa. Apresentado pelo comandante do IV Corpo, general Crittenger, proferiu conferência de uma hora para os principais comandantes e oficiais superiores da FEB, a 24 de janeiro de 1945. Nas mãos, trazia uma folha de papel com palavras-chave resumindo as principais críticas à FEB formuladas pelos diversos oficiais americanos. Consistiam, ao mesmo tempo, no programa de treinamento futuro:

“Lucre com a experiência de combate dos outros. Ouça-os.

“A responsabilidade de comando exige controle constante para saber se todos os planos e ordens foram passados. Não é suficiente dar uma ordem e esquecê-la, na esperança de que tudo será realizado. Ao contrário, é necessário que tudo seja controlado do começo ao fim.

“Necessidade de delegar responsabilidade e autoridade. Um homem sozinho não pode fazer tudo.

“Exatidão e velocidade em todos os relatórios.

“Cooperação estreita entre os estados-maiores do comandante da Divisão e da artilharia.

“Deve ser encorajada a iniciativa dos oficiais subalternos.

“Passe informações. Mantenha todos informados. Passe-as para cima, para baixo, para a frente, para trás, para os lados.

“Aprenda com os erros do passado. Analise-os em vez de ocultá-los.

“Devote todo o tempo livre ao treinamento.

“Não abandone o equipamento.

“Todo elemento deve ser responsável pela segurança, noite e dia. Isso exige que certas unidades e indivíduos estejam alertas e acordados.

“Os comandantes devem apontar os erros, especificamente e na hora. Cheque para ver se foi adotada a ação corretiva.

“Na guerra, não nos podemos dar ao luxo de permitir que sentimentos individuais nos poupem de apontar erros e fazer correções. Vidas dependem dessas correções.”^[59]

Uma semana depois, o ativo coronel Sewell (comandante da subseção brasileira na seção de ligação do QG aliado em Florença) mandava a Recife um relatório sobre o encontro de Truscott com o comando da FEB. “Duvido seriamente que os brasileiros tenham percebido que a aula foi planejada expressamente para eles”, escreveu.^[60] O general havia enfatizado particularmente o perigo dos exageros, a necessidade de treinamento, supervisão e inspeção, rigorosos e contínuos, além da cooperação entre as diversas partes da Divisão.

Em sua resposta, quando a palestra terminou, Mascarenhas lembrou que “velocidade e exatidão não são características naturais do brasileiro” e um sério esforço precisaria ser feito por todos. “Ele concluiu dizendo que achava que sua Divisão atingira um estado de quase perfeição na cooperação entre artilharia e infantaria.”^[61] A única pergunta feita durante a conferência foi a de um capitão da companhia de sinalização, que indagou quando a Divisão seria equipada com o material necessário para executar as funções de ligação recomendadas por Truscott.

Para ser posto em prática, o programa deveria vencer sérias barreiras psicológicas causadas pela diferença de mentalidades e por certa dificuldade de relacionamento entre americanos e brasileiros. O fracasso diante de um objetivo limitado como Monte Castello acarretou uma extrema suscetibilidade por parte dos brasileiros, além da óbvia queda de seu moral. “Os contatos entre o pessoal brasileiro e o americano não eram, naquele período, como poderiam ter sido. Era evidente que o pessoal do Exército americano geralmente não tinha boa opinião sobre as tropas brasileiras.”^[62]

A má impressão sobre os brasileiros fora consideravelmente reforçada pelos relatórios dos oficiais americanos em contato direto com a FEB desde o Brasil. Eles formaram do brasileiro a imagem de um soldado apático, inativo, malicioso, mal-arrumado e pouco preocupado com a higiene pessoal – mesmo reconhecendo, por partes, sua boa capacidade de resistência e, como se verá após o 21 de fevereiro, alta dose de coragem. Os oficiais não mereceram comentários muito melhores, a começar por sua alegada falta de qualidades de comando e liderança. Tudo isso os americanos costumavam atribuir a uma “mentalidade” tipicamente brasileira. Alguns exemplos comuns:

“Estou consciente de que, no esforço para ‘salvar a cara’, os brasileiros, incluindo oficiais, não pararão diante de nada; portanto, em alguns casos os inquéritos poderão revelar-se inúteis.”^[63]

“O capitão (...), embora um trabalhador dedicado e aparentemente um oficial eficiente, é um típico brasileiro. Ele não usa nenhuma iniciativa própria para corrigir deficiências. Entretanto, se for instruído por oficiais superiores, em geral dará os passos necessários para corrigir os erros.”^[64]

“Eles têm muitas deficiências das quais estão perfeitamente a par. Em muitos casos, não tomam medidas imediatas para corrigilas devido a razões inexplicáveis. Talvez sua forma de pensar não seja igual à nossa, ou talvez isso se deva a alguma característica básica que os impede de reagir como americanos.”^[65]

“O tempo não parece ter, para o brasileiro médio, o mesmo valor que tem para o americano médio. Ele é inclinado a deixar as coisas para o dia seguinte, em vez de resolvê-las na hora. O oficial brasileiro médio compreende o que está errado com sua máquina militar na frente, mas acha que isso é algo que ele não pode consertar agora. Crê que essas deficiências são de origem. Quando alguma sugestão é feita com ‘força’, ele suspeita das intenções e, portanto, não a examina, ainda que a considere útil. (...) Toda vez que uma missão é dada a um soldado ou a um oficial, este se ‘encosta’ no superior, de maneira que, se ele não a cumpre da forma ou no prazo apropriado, tende a culpar seu superior pelos seus próprios defeitos, de maneira a se livrar da responsabilidade. Os soldados são às vezes tratados de maneira rude e injusta. Isso cria ressentimentos nos homens, especialmente agora que eles podem observar o modo como nossos próprios homens são tratados pelos oficiais. Esse ressentimento torna os soldados desconfiados e cria a atitude do ‘não me importo’.”^[66]

Nesse contexto, as piores opiniões sobre os brasileiros – algumas beiram ao insulto – foram formuladas quando oficiais americanos inspecionaram as condições sanitárias. A primeira visita realizada especificamente com a finalidade de verificá-las data de fins de novembro de 1944, e o coronel Sterling, responsável pelo relatório dirigido ao Quartel-General do V Exército, considerou-as “deploráveis”. A área onde os soldados brasileiros estavam acampados na retaguarda “era uma ameaça para a saúde das tropas”, com detritos, lixo, comida e todo tipo de coisas jogadas ao redor. Pouco havia sido feito no sentido de tornar o acampamento mais confortável para os soldados. “As latrinas abertas estavam cobertas de papel e dejetos.” Impressionado, o coronel Sterling reclamou com o oficial americano escalado junto aos médicos brasileiros. “Se deixarmos que eles vivam num acampamento como esse atrás das linhas, como será a condição em que viverão quando chegarem à frente?”^[67]

Infelizmente, esse não foi um comentário isolado. “Brasileiros, oficiais e soldados, deixam depósitos fecais por toda parte. Durante o tempo frio, os efeitos não são notados, mas no verão alguns lugares ficarão inabitáveis. Durante três meses, eu vivi com oficiais do estado-maior de Divisão, nenhum deles com patente abaixo de major, e o toalete que usávamos estava constantemente cheio de matérias fecais. (...) Embora para isso se chamasse a atenção de muitos oficiais, a coisa ficou como estava.”^[68]

A preocupação dos americanos com esses aspectos não era meramente episódica, e referências semelhantes são encontradas em vários documentos: “O aspecto sanitário na Divisão é tal que, quando o verão chegar, só poderá haver uma resposta – uma epidemia de algum tipo. Há um absoluto desrespeito pela higiene de qualquer tipo. Embora haja algum esforço para construir latrinas e ver se estão sendo usadas, defeca-se em estradas, caminhos ou prédios vazios. Esse é um aspecto muito importante que tem de ser corrigido imediatamente.”^[69]

O preparo da comida também irritou os oficiais americanos. Criticaram o uso de utensílios sujos, que não teriam sido limpos durante dias. Apenas em casos excepcionais a água era purificada, e os vendedores de comida italianos, além de autorizados a ajudarem na cozinha, não eram rigorosamente inspecionados quanto à higiene de seus produtos. Os americanos suspeitavam de que vários casos de disenteria ou indisposições estomacais fossem resultantes do desrespeito às suas normas de higiene.^[70]

A partir de março de 1945, comentários como esses tornam-se muito raros, mas a questão da disciplina, pelo menos segundo observações feitas por americanos junto ao pessoal brasileiro na retaguarda, aparentemente continuaria aguda até finais de fevereiro. Semanalmente, era enviado ao Brazilian Liaison Detachment, e daí ao Quartel-General do IV Corpo e do V Exército, um relatório sobre o *Replacement Depot*. O item “disciplina” incluía invariavelmente frases bem pouco airoas aos brasileiros.

28/1/1945: “disciplina muito ruim, os oficiais não se importam.” 5/3/1945: “são sujos, sua aparência pessoal indica completa falta de disciplina e respeito próprio.” 23/3/1945: “Os oficiais são os principais violadores de todas as regras de disciplina, aparência pessoal, limpeza do campo e saudação militar. Soldados aparecem com todo tipo de equipamento e uniforme, descompostos e sujos, quase não há como reiterar a necessidade de melhora.” 10/4/1945: “as condições dos uniformes e calçados mostram que os oficiais estão pouco interessados na maneira como seus homens estão uniformizados.” 18/4/1945: “sempre sujos, mal-arrumados, as saudações não seguem os padrões americanos, muitos problemas poderiam ser solucionados pelas autoridades brasileiras, se elas estivessem interessadas. Aparentemente, não estão. Os soldados só têm um uniforme; quando ele fica sujo, permanece sujo. Os calçados são muito ruins e a situação piorou. A limpeza das armas melhorou. Latrinas e mictórios também.”^[71]

É provável que boa parte dessas opiniões tenha sido motivada pela irrefutável animosidade que existia entre oficiais americanos e brasileiros até fevereiro de 1945 – pelo menos. Já em outubro, oficiais brasileiros queixavam-se de que eram submetidos a controles de segurança ao viajarem em aviões aliados, enquanto seus colegas americanos e ingleses estavam livres disso.^[72] Em fevereiro, tropas brasileiras recém-desembarcadas na Itália eram postas numa quarentena de 72 horas, mas americanos e ingleses que acabavam de chegar podiam movimentar-se à vontade. Houve brigas entre soldados, com a hospitalização de dois deles.^[73]

Esses podem parecer casos isolados e sem relevância. Mais sérios são os episódios em que oficiais americanos se queixam de que “a atitude em relação a nós variava de estudada indiferença a insultos e recusas em atender às sugestões”.^[74] Em outro episódio, um guarda brasileiro armado foi colocado perto de um equipamento solicitado, impedindo que um oficial americano o checasse.^[75]

Houve sérias brigas internas entre o grupo de oficiais americanos do BLD quando o relacionamento com os brasileiros atingiu seu ponto mais baixo, em dezembro/janeiro. Seu primeiro comandante perdeu a confiança de seus oficiais superiores ao comentar com brasileiros as opiniões dos americanos sobre a FEB. Ele foi acusado de incompetência administrativa, má organização e emprego deficiente de oficiais americanos. “Além disso, apresenta os fatos a uma luz mais favorável aos brasileiros do que seria na verdade.”^[76] Numa sindicância interna, todos os membros do BLD escreveram relatórios avaliando as próprias funções, e nenhum mais se considerava útil à FEB. Um deles se queixava de sua “função subordinada” na área de operações;^[77] outro virara moleque de recados e “telefonista”.^[78]

Em dezembro, o tenente-coronel Nathan Mathewson, após a reforma o chefe do BLD, achava que, se permanecesse trabalhando junto aos brasileiros, “logo perderia minha eficiência e seria descartado por eles”.^[79] O mesmo oficial ainda diria, nesse mês, que os

brasileiros negavam aos americanos que entendiam português o acesso a certas seções, por temerem relatórios negativos, ou então solicitavam aos americanos serviços que um oficial se recusaria a cumprir.^[80] Mascarenhas, de fato, reclamou a 28 de dezembro que havia americanos demais trabalhando por perto, e em janeiro obteve drástica redução do pessoal do BLD, dissolvido no final do mês como unidade administrativa (ficou apenas junto ao QG do IV Corpo).^[81]

Evidentemente, os americanos tendiam a dividir os brasileiros em dois grupos, um “pró” e outro “contra” uma cooperação mais estreita com as forças armadas dos Estados Unidos, mesmo que o problema fosse meramente técnico ou se tratasse de detalhe secundário. Certa relação de paternalismo transparece de forma óbvia ao longo de todos os relatórios contando como educar e treinar os brasileiros, enriquecidos por manifestações de pedantismo e arrogância.

Frequentemente pediam a substituição de oficiais brasileiros considerados pouco cooperativos, por qualquer que fosse a razão. O caso da artilharia foi o mais evidente: o observador americano julgava que o oficial executivo seria o responsável, por sua recusa em aceitar sugestões dos americanos, pelo fato de essa arma não estar funcionando como poderia. Grave conflito registrou-se com o coronel Travassos, chefe da intendência brasileira. Em especial, a avaliação da capacidade de combate dos batalhões parecia depender muito da maneira como o oficial de ligação americano era tratado. O batalhão do coronel Geraldo da Camino (artilharia), por exemplo, era criticado por “frieza, atitude inamistosa em relação ao pessoal americano e total recusa em cooperar”.^[82]

Por outro lado, os americanos parecem ter certa dose de razão ao argumentarem que o “falso orgulho” ou as “suspeitas” por parte de alguns oficiais brasileiros dificultaram seriamente o relacionamento com a FEB. “Encontrou-se muita dificuldade em convencer os oficiais da FEB de que o pessoal da ordenança não está tentando julgá-los, mas apenas procurando passar-lhes os benefícios de nossa experiência em lidar com material de ordenança e manutenção. Como resultado [da atitude dos brasileiros], foi muito difícil visitar as várias unidades da Divisão, dentro do nosso esforço de determinar a extensão dos erros básicos de manutenção.”^[83]

* * *

A crise, afinal, seria razoavelmente superada. O resultado do estudo e análise da FEB foi um longo programa de treinamento que os americanos impuseram também sob uma sábia fórmula política: as tropas brasileiras seriam tratadas da mesma maneira que uma unidade americana, com inspeções periódicas e rigorosas, por um lado, mas com melhor assistência ao treinamento, do outro.

O treinamento em si incluiu tiro ao alvo, táticas individuais, cuidado e limpeza de armas e, principalmente, doutrinação para batalha. Os reforços passaram a ser agrupados em batalhões e treinados antes de serem mandados para as unidades. Os oficiais subalternos foram apoiados por pessoal americano com ampla experiência em batalha, incluindo aulas sobre tanques e tática de carros blindados. A artilharia do IV Corpo tomou a si a tarefa de ajudar a artilharia da FEB. Um grupo de oficiais da FEB estagiou numa unidade de infantaria com armas blindadas americanas.^[84]

“Esse treinamento, embora não fosse de primeira qualidade, mostrou-se de grande valia. Descompassos, terrenos e instalações inadequados, pressões das reservas operacionais e falta de exato planejamento, fator normal para os brasileiros, causaram uma redução na qualidade do treinamento, que foi supervisionado e executado por pessoal da Divisão.”^[85]

Delineava-se um *happy end* promissor.

“O oficial brasileiro mudou. Pela primeira vez, em qualquer instância, eles demonstraram uma atitude de agradável receptividade e apreciação da ajuda. Inspeções por parte de oficiais do estado-maior do Corpo são recebidas com espírito de cooperação. Similarmente, a atitude do chefe de Operações, que alguns meses atrás não apreciava visitas de oficiais do estado-maior americano, mudou para uma atitude de boas-vindas e aceitação de sugestões. As barreiras do orgulho estão sendo rapidamente removidas, substituídas pelo entendimento.

“Enquanto há dez semanas a [avaliação] da eficiência da Divisão em combate era extremamente pessimista, a perspectiva atual é mais otimista. Uma nova relação criou-se, e esta parece saudável e frutífera. O velho *braggadoccio* desapareceu e acredita-se que os brasileiros entendem a sua falta de treinamento e de experiência, embora ainda não sejam capazes de admiti-la abertamente entre os escalões superiores.”^[86]

Para explicar a mudança de moral e espírito, os americanos encontraram três causas: a sua própria atitude ao tratar a FEB de igual para igual, proporcionando melhor treinamento; o fato de os brasileiros, de acordo com os próprios relatos, terem encontrado corpos de companheiros insepultos nas encostas do Monte Castello, e ainda por cima minados pelos alemães; e, finalmente, a inspiração trazida pela operação em conjunto com uma tropa de elite americana, a 10ª Divisão de Montanha.^[87] É disso que trata o próximo capítulo.

6

ENFIM, A VIRADA

Os sobreviventes recordam-se daquele período como a época em que nada se movia. Dois metros de neve e um frio grosso deixaram alemães e brasileiros frente a frente, entre dezembro e fevereiro, sem qualquer ocorrência de vulto. Ao longo de toda a frente nos Apeninos, os adversários organizavam incursões de patrulha cujos resultados, em geral, muito enriqueceram o repertório de experiências pessoais dos participantes, e pouco a história militar.

Em alguns casos, como o do capitão Alfred Pfeffer, nem isso. Ele era um desses chamados homens de ação. Preferiu ir para a frente, desprezando um tranquilo cargo no estado-maior da Divisão. Do contra-ataque de novembro ao Belvedere, acabara participando diretamente, embora tivesse ido ao trecho apenas para observar. Depois, assumiu o comando do 1º Batalhão do Regimento 1.044, estacionado, em 1945, logo atrás do Monte della Torraccia, o que lhe daria um lugar privilegiado para assistir aos acontecimentos de fevereiro.

Quarenta anos depois, o ex-capitão era um ancião encorpado e sorridente. Aparentemente, pouco sobrara do antigo ímpeto: aposentara-se após servir por três décadas ao mesmo banco no sul da Alemanha. Sua discreta casa de sólida estrutura, situada num bairro nem muito fino nem muito popular de uma cidade próxima a Stuttgart, é o que se diria a realização final da vida de todo alemão médio. Bem conservado fisicamente, ar tranquilo e satisfeito, guardava com cuidado suas poucas relíquias de guerra – algumas cartas e fotografias.

Ele olha o caderninho de notas, conservado com carinho durante o tempo de prisioneiro de guerra, e fixa atentamente o dia 7 de fevereiro de 1945. Ao lado de três voluntários, saiu na madrugada para uma patrulha na região de Gambaiana, a menos de 1 quilômetro do topo do Monte Castello e guardada por brasileiros desde novembro de 1944. “Não sei o que aconteceu naquela patrulha. Só sei que voltamos sãos e salvos no dia seguinte.” Provavelmente, nada de extraordinário aconteceu. O capitão Pfeffer só ficou sabendo quarenta anos após a guerra, aos 68 de idade, que seus adversários nos Apeninos eram brasileiros.

As patrulhas brasileiras cobriram-se de glórias, dando expressão a uma das páginas mais belas da história militar brasileira. Todos, dos tenentes ao mais humilde dos soldados, portaram-se com tanto desassombro que é impossível negar-lhes homenagens.^[1] De fato, o jeito e a malandragem do brasileiro só poderiam mesmo levar vantagem diante do huno desajeitado, do Fritz sem jogo de cintura. Os americanos e ingleses contam, porém, uma

história diferente.

Os fleumáticos ingleses, depois de verificarem que suas relações com os brasileiros eram “*polite and tactful*” (“mas a barreira da linguagem é normalmente suficiente para impedir o desenvolvimento de qualquer amizade próxima”), concluíram que a “guerra das patrulhas” era bem menos excitante do que as narrativas posteriores podem sugerir. “A maior parte das patrulhas [no setor brasileiro] era somente do tipo segurança. Os contra-ataques não eram outra coisa senão patrulhas inimigas fazendo contato com as posições na linha de frente.”[2]

O capitão Frank Cameron foi um oficial americano que presumivelmente não se deixou seduzir pela simpatia brasileira. Encarregado de observar as unidades de infantaria da FEB em linha de combate durante o longo inverno, escreveu a 5 de fevereiro um relatório (confidencial) destruidor, especialmente no que se refere à atividade das patrulhas. Para começar, afirma que apenas uma entre cada dez patrulhas enviadas pelos brasileiros era comandada por um oficial. Essa falha é atribuída a todas as unidades e “conclusivamente” mostrada por registros feitos pelos americanos.[3]

“As patrulhas enviadas frequentemente não conseguem atingir seus objetivos porque seus membros não sabem como se esgueirar ao redor dos postos avançados inimigos. Quando uma patrulha brasileira é alvejada, o normal é que ela pare e então retorne às próprias linhas. Devido a essa exata razão, muitas patrulhas enviadas para capturar postos avançados do inimigo falharam no cumprimento de sua missão. Patrulhas enviadas recentemente (...) demonstraram essa debilidade.

“Poucos homens são qualificados para ler mapas, de maneira que, na patrulha média, composta de um sargento, um cabo e dez soldados, é raro encontrar mais de dois homens que possam relatar com precisão o que observaram. Tanto no Brasil como na Itália, o treinamento de leitura de mapas foi muito negligenciado.

“O soldado médio brasileiro não passou pelo curso de tiro ao alvo prescrito para o soldado americano. O treinamento de tiro ao alvo que receberam foi mal supervisionado pelos oficiais. O resultado em combate é que pequenas patrulhas alemãs parecem não ter dificuldade em obter superioridade de fogo sobre as patrulhas brasileiras. Em tiroteios, os brasileiros normalmente sofrem mais baixas que os alemães, e eu atribuo parte dessas baixas ao tiro ao alvo inferior por parte dos brasileiros.”[4]

De qualquer maneira, quando patrulhas se encontravam, o choque podia ser bem desagradável. Feitos prisioneiros, se eles eram brasileiros, os alemães se alegravam particularmente. Os soldados da FEB, vindos de um distante país sul-americano, se queixariam com boa razão do frio, da falta de agasalho e de material apropriado para a montanha, da neve totalmente desconhecida e, às vezes, das rações. Para os alemães, eles eram a imagem do homem rico.

O sargento Ernst Rinsche assistiu algumas vezes a interrogatórios de prisioneiros brasileiros no QG da Divisão, vários quilômetros atrás das linhas, e confessa ter ficado impressionadíssimo. “Os brasileiros tinham casacos, botas especiais e chocolates. Bem armados e bem vestidos em comparação com os nossos.” Os alemães, diz o sargento, costumavam disputar entre si o equipamento dos brasileiros, em especial “um tipo de raquete de tênis que eles usavam embaixo dos calçados, para andar na neve”, e que os

alemães não conheciam. Prisioneiros eram, de qualquer maneira, coisa rara para a 232ª, apesar das patrulhas.

O reconhecimento da Divisão alemã “era quase igual a zero”, recorda-se o major Erich Winkelmann, que comandava o Regimento 1.044. Aos 78 anos, apesar de muito enfraquecido por uma operação de artrose que o manteve preso a uma cama de hospital durante semanas, o ex-major ainda conservava o olhar duro de quem esteve muito tempo acostumado a só dar ordens. Em comparação com o capitão Pfeffer, seu subordinado direto, chegou bem mais próximo daquilo que os alemães da geração da guerra consideram o idílio na face da Terra. Trabalhou duro como professor e funcionário público em Frankfurt, e se aposentou comprando uma casinha ao longo da rota turística que margeia o lago de Constança, a poucos quilômetros da Áustria e da Suíça. Seco e magro, o ar autoritário do ex-major só cedeu lugar a um tom de obediência quando o médico, um rapaz cabeludo, evidentemente recém-formado, entrou no quarto para lhe dar uns comprimidos. “*Ja wohl, Doktor, ja wohl, wird gemacht.*” O respeito submisso a quem ocupa cargos não é, na Alemanha, traço típico apenas de ex-militares.

Os prisioneiros brasileiros que passaram por seu posto de combate nos Apeninos causaram no ex-major uma impressão particular. Não precisava de muito esforço para se lembrar, embora o nostálgico olhar dirigido para fora da janela do hospital só pudesse contemplar alguns modernos blocos de edifícios funcionais. Na tarde de sol e calor da Alemanha turística, soavam irreais ruídos comuns da gente na rua, justamente quando o ex-major procurava trazer o passado para dentro do quarto pessoal.

“Eram completamente diferentes dos outros prisioneiros que vi durante a guerra. Não posso dizer que estivessem alegres, mas não eram desconfiados nem apavorados. Sorriam, pareciam aliviados por aquilo tudo estar terminando para eles, e tinham disposição para conversar. Não vi isso em nenhum outro prisioneiro que fiz, fosse russo, argelino, francês ou polonês. É curioso como ficou gravada em mim a memória desse grupo de prisioneiros brasileiros – acho que eram uns 20 – que passaram pelo meu posto de comando, a caminho do comando da Divisão. Chegamos até a trocar algumas palavras com eles, um pouco de italiano aqui, um pouco de espanhol e de inglês, mas não me lembro de termos conseguido muitas informações, mesmo porque soldados rasos raramente sabem algo de importante sobre o desenrolar das operações.”

Os alemães tinham se transformado, naquela época, literalmente, em animais noturnos. O dia a dia da espera de algum ataque era aborrecido como nos tempo imemoriais. Quando o sol aparecia e enchia de cor a fantástica paisagem das montanhas cobertas de neve, nenhum alemão podia pôr a cabeça para fora do abrigo. A superioridade aérea dos aliados era total, o volume de material à sua disposição ultrapassava a imaginação dos soldados da Wehrmacht.

“Tudo quieto na Frente Sul, tal como Remarque escreveria”, começa a 13 de fevereiro a página do diário pessoal de um oficial não identificado pertencente ao 2º Batalhão do Regimento 1.045, bem próximo à área dos brasileiros. Esse homem tinha conhecimentos de literatura e filosofia, mas o oficial de informações da 10ª de Montanha, que publicou trechos de seu diário nos *periodic reports*, estava mais interessado nos efeitos registrados dos aviões a granadas americanos.

“Carta de Gertrude. Soa um canhão, uma metralhadora. Inspeção de posições, um morto,

um ferido. O Alto Comando nem liga para essas coisas. A gente começa a filosofar”, prossegue o oficial alemão desconhecido. “Para que serve a filosofia de Schopenhauer, Goethe, Nietzsche e Fichte? Todos estamos submetidos à amargura desta guerra. A força do ferro nos obriga a cavar e permanecer no buraco, nós nos transformamos em animais. Todos os instintos, por alguns instantes, estão *ad acta*. A guerra tem algum significado? Sim, ela tem. Não, ela não pode ter qualquer significado. Eu realmente não sei. Estou tão confuso. Como pode surgir uma questão dessas para mim? Logo eu que sou comandado por meus sentimentos – ou meu ego me comanda?”

“A guerra é a mãe de todas as coisas. Assim escreveu e provou um grande alemão, Karl von Clausewitz (e um grande alemão ele foi, sem dúvida). Ela é mesmo a mãe? Não, é o mal de todas as coisas. Nós, os soldados da linha de frente, não estamos aptos a perceber o significado por detrás dessas palavras? Somos nós, que temos de viver essa última fase assassina da guerra, tão pequenos, tão abomináveis? Talvez o túmulo dos mortos de todas as nações seja a prova da verdade das palavras de Deus: ‘Paz na Terra aos homens de boa vontade.’ Escrevam a fogo essas palavras na profundidade de seus corações, homens de todas as nações. Nunca mais a guerra. Agora, deixem-me em paz, pensamentos que me atormentam. Eu tenho boa vontade. Mas tenho sangue alemão nas veias, e estou fazendo apenas o que acredito ser o meu dever.”

A neve, conta o capitão Pfeffer, ajudava a camuflar muita coisa, mas também traía movimentos. Ele trocou o dia pela noite, única hora em que podiam buscar comida, visitar outras posições, ter reuniões com comandantes de tropas ou tentar saber o que o inimigo estava fazendo. Seu passatempo predileto nas longas horas de reclusão no abrigo era jogar xadrez.

Os soldados que por obrigação ficavam do lado de fora, vigiando os aliados, voltavam relatando o quadro de costume. Um deles era o capitão Rupprecht Bumbke, na época subcomandante do Regimento de Artilharia da 232^a e, por isso mesmo, responsável por divisar bons alvos para seus canhões.

Objetivos não faltavam, diria ele 40 anos depois, bem instalado como advogado e dono de escritório numa cidade perto de Bielefeld, no centro da Alemanha – a mesma do sargento Rinsche, embora um nunca mais tivesse visto o outro. “Nossos adversários comportavam-se de maneira tranquila. Eu mesmo vi várias vezes pelo binóculo o pessoal fazendo a barba. Pensava que eram americanos, só agora estou sabendo que se tratava de brasileiros. Se déssemos um só tiro, teríamos sido esmagados pela resposta. Além do mais, havia pouquíssima munição.”

A julgar pelo que contam os veteranos alemães, os aliados, de fato, relaxaram um pouco seu dispositivo, pelo menos na época em que, previsivelmente, nada de decisivo ocorreria. O major Wilhelm Maas (aquele que comandava o batalhão de fuzileiros no Belvedere, equipado com bicicletas) estava cansado de ver caminhões militares americanos e brasileiros trafegando de faróis acesos pela estrada Pistoia–Porretta, no vale abaixo.

Ele normalmente passava o dia contando para si mesmo quantos alvos de primeira classe poderia alvejar com as duas peças pesadas de que dispunha. Se pelo menos tivesse autorização, resmungava. Pois todo tiro com granada pesada tinha primeiro de ser autorizado por telefone, pelo QG da Divisão, 20 quilômetros atrás. Lá, os oficiais do estado-

maior decidiriam se o alvo valia ou não o gasto de um dos racionados projéteis diários, e em geral o alvo não era mais alvo quando, por acaso, vinha uma ordem positiva.

Um dia, aquele oficial desconhecido do 1.045 obteve essa ordem. “Ontem, mandei algumas granadas sobre Porretta. Isso deve ter feito o inimigo sentir-se muito desconfortável, pois logo depois ele fez um grande fogo de artifício em Pietra Colora”, escreveu a 20 de fevereiro, entre outros assuntos. “Prisdore sofreu muito, contou Gertrude. Ela gostaria de esperar um pouco mais até se casar. As mulheres são engraçadas: uma não quer esperar porque demora muito, a outra não quer esperar mais tempo. Bom, não vou falar mais disso.”

O homem que controlava a comida, a gasolina e a munição da Divisão era o major Joseph Beckmann, conhecido como “Ib” no jargão militar alemão, ou seja, chefe da intendência. Evidentemente, seu talento como organizador e controlador de recursos foi-lhe de extrema utilidade no pós-guerra. Beckmann tornou-se milionário em pouco tempo. Quatro décadas depois do aperto que passou nos Apeninos, tinha negócios com ouro, fábricas e investimentos diversos, incluindo, por ironia, a participação majoritária numa indústria paulista de termostatos – sem nunca ter sabido que lutara contra brasileiros, conforme garantia ele, aos 71 anos de idade, em seu imponente e luxuoso escritório numa cidadezinha perto de Stuttgart.

“Naquela época, a situação da nossa unidade era precária. Gasolina, praticamente não havia. Havia munição para as armas da infantaria, mas a artilharia estava racionada, em dias normais, a sete disparos por canhão.” Pela aparência física, *herr* Beckmann é o único dos sobreviventes encontrados que lembraria o personagem que Laurence Olivier representou no thriller *Marathon man*, embora seja mais baixo, corpulento, e nem de longe tão sinistro. De qualquer maneira, o ex-major da intendência tem na boca o sorriso condescendente de quem sempre soube um pouco mais que os outros, incluindo o general von Gablenz. Ele não disfarçava de maneira alguma um certo ar de satisfeita superioridade em relação ao capitão Pfeffer, que vive na mesma localidade. *Herr* Beckmann é figura de prestígio e influência, símbolo em carne e osso do milagre econômico alemão, tratado com veneração pelos subordinados.

É um excêntrico em relação aos homens de sua posição. Sai sozinho do escritório, caminhando com dificuldade devido a ferimentos de guerra, senta-se arfando ao volante de um fusquinha parado à frente do edifício da fábrica e desaparece na estradinha arborizada, rumo a Stuttgart.

Apesar de todas as conhecidas dificuldades, em fevereiro de 1945 o general von Gablenz também planejava sua miniofensiva para quando o tempo permitisse. Não se sabe se de propósito ou não, o barão havia escolhido exatamente o setor brasileiro como ponto para assestar um golpe de proporções razoáveis. A ideia era partir daquele vale apertado entre o Belvedere e o Cappel Buso e atacar com duas colunas na direção sul, rumo a Lizzano. Nesse ponto, a miniofensiva do barão iria virar à esquerda (direita pela perspectiva dos brasileiros), sempre acompanhando a estradinha que desce as montanhas em direção a Silla. A meio caminho, os dois grupos dariam meia-volta para o norte e tentariam recuperar o monte de Bombiana, bem diante do Castello. Devido à total superioridade aérea aliada, a operação seria realizada exclusivamente à noite.^[5]

Se dependesse da análise fornecida pelo exigente capitão Frank Cameron, aquele que não gostava das patrulhas (e muitas outras coisas) brasileiras, os alemães teriam boas chances de aplicar um doloroso golpe. A principal deficiência entre os brasileiros era a ausência de planos de fogo e recuo em caso de um forte ataque alemão. Em outras palavras, poucos sabiam para onde teriam de ir e sobre que áreas atirariam com suas armas na hipótese de um ataque inimigo. Em alguns casos, os morteiros não estavam coordenados para fazer barragem defensiva, além de não se dispor de comunicações diretas com as tropas na linha de frente.

Um dos batalhões brasileiros (II/6^o RI) nada sabia sobre a composição, a força e a disposição dos alemães diante de seu setor. A falta de patrulhamento constante permitia aos alemães mudar metralhadoras de posição, de noite, e atirar dos dois flancos. Outro batalhão (o III/11^o RI) mandou numerosas patrulhas, prendeu vários inimigos, mas não possuía planos para resistir a um ataque alemão em força de companhia. Quanto ao III/1^o RI, que defendia outro trecho importante, os comandantes dos destacamentos de tanques americanos em apoio a essa unidade queixavam-se de que seus planos de fogos defensivos não haviam sido coordenados com os brasileiros. As unidades menores da FEB, como destacamentos de fuzileiros ou companhias, não tinham conhecimento desses planos, que haviam sido entregues pelos americanos ao EM da Divisão Brasileira.^[6]

A chegada a esse trecho dos Apeninos de uma divisão de elite americana, a 10^a de Montanha, acabaria com os planos do barão e mudaria também a sorte dos brasileiros. Com homens escolhidos a dedo, todos especializados em luta de montanha (alpinistas e esquiadores), a 10^a apareceu ali a 26 de janeiro. Tomou o lugar da Task Force 45, à esquerda do setor brasileiro e bem em frente ao Monte Belvedere. A ideia fora do marechal Alexander, que pretendia experimentar rapidamente a 10^a para ver do que seria capaz em montanhas. O marechal olhou o mapa, viu que onde operava o IV Corpo havia boas elevações e ordenou uma *minor operation* para aumentar o espaço de manobra do V Exército (sob o V Exército atuava o IV Corpo, sob este, a FEB, os sul-africanos, a 92^a – de soldados negros –, a Task Force 45 e, agora, a 10^a).^[7]

Antes da chegada da 10^a, o V Exército já fazia seus próprios planos para derrubar os alemães do Belvedere, considerado a montanha dominante na região. O inimigo, dizia o oficial de informações do V, ocupava posições muito esticadas para suas possibilidades, era formado por gente incapacitada para o combate e relativamente idosa. Ainda assim, defendia-se satisfatoriamente. O problema era a falta de recursos do V Exército para uma operação localizada desse tipo, e com a FEB sozinha não se poderia contar.^[8]

Essa é, provavelmente, a consequência da má opinião dos americanos sobre a Força Expedicionária Brasileira após os insucessos de novembro e dezembro. Desde o princípio de 1945, os americanos descartaram a hipótese de empregar apenas os brasileiros (e as outras tropas à sua esquerda) em novas manobras localizadas no setor. É difícil admitir que a série de relatórios negativos dos americanos não tivesse alcançado qualquer repercussão nos quartéis-generais superiores. Um leque de documentos reforça consideravelmente a tese de que os insucessos da FEB em novembro/dezembro a condenaram a um papel secundário em fevereiro.

Ao avaliar as próprias disponibilidades, o V Exército verificou que a FEB já estava em

linha havia 14 semanas. Seus sete batalhões, mais dois de reserva, não constavam àquela altura da lista de unidades destinadas à reestruturação para uma ofensiva de primavera, embora reforços do Brasil estivessem a caminho. “Se continuarem na frente, eles vão perder suas possibilidades ofensivas, mas pelo menos podem manter o terreno já conquistado.”^[9]

Assim, já a 11 de janeiro de 1945 os planos para tomar o Belvedere previam a utilização de uma divisão americana, que após o ataque seria substituída pela FEB. O esquema de manobra proposto nos primeiros ensaios no estado-maior do v Exército reservava para a FEB o papel de alívio a outras tropas no terreno já conquistado. O Monte Castello não é mencionado nesses documentos iniciais: o estado-maior do v Exército registrava por escrito especialmente o Belvedere e o Della Torraccia.^[10]

No próximo degrau abaixo na hierarquia, no Quartel-General do IV Corpo, o primeiro plano para a conquista do Belvedere em 1945 chamava-se “Snowshoe” (“Sapato de Neve”). Com algumas modificações de detalhes, ele prevaleceria como base do ataque executado em fevereiro. A 10ª de Montanha ficaria com os objetivos principais – o Belvedere e o Torraccia –, encarregada de praticamente todo o ataque. Após a primeira etapa da ofensiva da 10ª, a FEB teria então oportunidade para substituí-la em alguns setores conquistados e lançar seu próprio ataque contra o Monte Castello. Supondo que o Torraccia estivesse ocupado ou pelo menos sob forte pressão da 10ª, os estrategistas do IV Corpo achavam que a conquista do Castello seria mais fácil. Em qualquer dos casos, os americanos contavam então com uma resistência alemã mais leve frente aos brasileiros.^[11]

Essas ideias materializaram-se num segundo plano, batizado de “Encore” (por sua vez, dividido em duas fases). Os princípios gerais eram os mesmos, com a FEB encarregada de conquistar o Castello ao mesmo tempo que a 10ª tomaria o Torraccia – tudo isso após a 10ª ter tomado o Belvedere e a crista de elevações a leste, num total de uns 4 quilômetros de extensão. A função da FEB seria, portanto, basicamente, cobrir o flanco esquerdo dos americanos.^[12] Contudo, a preocupação dos oficiais de informações americanos, tanto no QG da 10ª como no IV Corpo, acabou reduzindo ainda mais os objetivos operacionais da FEB.

Eles previam contra-ataques alemães sob quaisquer circunstâncias. Duas divisões seriam suficientes para conter essa ameaça, mas o QG do IV Corpo dizia que a FEB não poderia ser julgada segundo os parâmetros aplicados a divisões de infantaria americanas normais. “Mesmo durante as primeiras fases do ataque, quando elementos da 1ª Divisão de Infantaria da FEB estiverem a cargo da proteção do flanco esquerdo ampliado, é duvidoso que essa unidade possa resistir com sucesso a um contra-ataque.”^[13]

Na concepção inicial do “Encore”, os brasileiros não se encarregariam apenas de subir o Monte Castello. Teriam de tomar também o Mazzancana, elevação situada praticamente ao lado do Castello, que proporcionava ótima cobertura de flanco para os defensores alemães. Poucos dias antes do ataque, o general George Hayes, comandante da 10ª de Montanha, resolveu tampar para si também o Mazzancana, “para facilitar depois a tarefa da FEB de nos aliviar”.^[14] Numa reunião no QG do IV Corpo, os generais brasileiros concordaram sem objeções com a alteração final nos planos.

A avaliação que os americanos fizeram do inimigo alemão antes de começar o ataque foi extraordinariamente exata. Não só as posições defensivas eram conhecidas por fotografias aéreas: do QG da 10ª de Montanha ao Comando do 15º Grupo de Exércitos, passando pelo IV Corpo e pelo v Exército, os americanos dispunham também de um bom quadro do estado

psicológico de seu principal adversário, a 232ª de Infantaria, e da motivação dos soldados. Estes dificilmente poderiam ser descritos como combatentes arduos.

No sumário de informações do 15º Grupo de Exércitos, documento que continha a expressa recomendação de não ser passado a um nível abaixo de QG de Corpo (portanto, fora do acesso da Divisão brasileira), acreditava-se num corte geral de munições para os alemães, não só para peças grandes de artilharia, mas até para armas menores, antitanques, de infantaria. Corriam fortes boatos sobre uma iminente retirada dos alemães da Itália, já que na mesma época do ataque ao Belvedere os soviéticos estavam às portas de Berlim e os aliados ocidentais, entrando em Colônia.^[15]

Um degrau mais abaixo, no QG do V Exército, o *intelligence report* liberado a 6 de fevereiro confirmava o fato de a 232ª estar defendendo uma linha muito ampliada para os recursos de que dispunha. Os dois batalhões do Regimento 1.044, do major Winkelmann, estavam a cargo do Belvedere, Castello e Torraccia, cobrindo quase 12 quilômetros. As defesas germânicas eram consideradas bem desenvolvidas no Belvedere e no Torraccia, e mais débeis nas elevações que separam essas duas montanhas. O pessoal da Divisão seria capaz de cumprir um trabalho defensivo satisfatório, “embora parte dos soldados seja fisicamente prejudicada e idosa. As deserções têm sido frequentes”.^[16]

Os oficiais de informações da 10ª de Montanha reuniram detalhes suficientes para montar uma lista contendo os nomes de todos os oficiais conhecidos da 232ª, com base no interrogatório de prisioneiros. Esses resultados, publicados quase diariamente nos “relatórios periódicos de informações”, dão conta da decrescente capacidade de combate desses alemães. Eles confirmam o cansaço pelo fato de estarem há três meses nas mesmas posições, só podendo deslocar-se à noite e sob constante falta de cobertura aérea ou de munições.^[17] Os americanos ficaram surpreendidos apenas com a aparição de prisioneiros de uma nova unidade alemã, a 114ª Divisão Ligeira (Jägerdivision) praticamente na véspera do ataque.

Quanto aos brasileiros, uma típica avaliação do adversário alemão era fornecida, ainda em 1982, pelo ex-major Vernon Walters. Os ataques a Monte Castello foram feitos “contra tropas de montanha alemãs, provenientes de uma aguerrida divisão de montanha”.^[18]

O reconhecimento alemão percebera que o reagrupamento de forças à sua frente e a presença da 10ª de Montanha não prometiam nada de bom. No começo de fevereiro, o marechal Kesselring havia decidido dar continuidade a seus planos datados de novembro do ano anterior. Para engrossar o flanco direito da 232ª (Belvedere), enviou a 114ª Divisão Ligeira, que o supremo comandante alemão na Itália considerava “pouco confiável” (“seria uma solução apenas provisória”, escreveu).^[19] Além disso, a 232ª recebeu de volta um batalhão de montanha, o “Mittenwald”, tropa especializada, também colocada junto ao Belvedere.

Justamente quando a primeira parte da 114ª começava a chegar às montanhas geladas dos Apeninos, a 10ª de Montanha americana iniciou seu grande ataque. A ofensiva começou com a ocupação de um pequeno ponto no mapa, abandonado em novembro pelo próprio general von Gablenz por julgar que não valia a pena gastar muitas forças ali: a montanha do Corne alle Scalle, 1.945 m de altura, hoje uma aprazível e concorrida estação de esqui

para a gente fina de Bolonha.

(As reminiscências do general von Gablenz, algumas referências feitas por outros altos oficiais alemães e, principalmente, o depoimento de sobreviventes são os elementos principais para se reconstruir o período decisivo das lutas de fevereiro, vistas do lado alemão. Não mais existem documentos oficiais alemães abrangendo 1945 para esse setor, excluindo-se curtas passagens no Kriegstagebuch do Oberkommando da Wehrmacht. Os papéis completos da 114ª Divisão Ligeira, que entrou em ação nesse trecho dos Apeninos justamente quando a FEB conquistava Monte Castello, são úteis para reconstruir os episódios apenas a partir de março, quando as lutas pelo Belvedere e pelo Monte della Torraccia já estavam decididas. Quanto ao lado aliado e brasileiro, a descrição dos combates é suficientemente conhecida, e seus autores só serão chamados como testemunhas para balizar o ritmo geral dos acontecimentos.)

Numa operação fulminante e de plena surpresa, “pois a neve ainda era muito alta” (marechal Kesselring),^[20] a 10ª de Montanha americana conquistou em três dias todos os picos que formam o arco Corne alle Schall – Monte Cappel Buso, este último apenas 3 quilômetros em linha reta do lado ocidental do Belvedere. O barão von Gablenz lançou imediatamente um contra-ataque que mais tarde consideraria “prematureo e precipitado”.^[21] Para isso, empregou o 4º Batalhão de Montanha, comandado pelo major Hans Ruchti, e colocou em jogo as reservas locais do Regimento 1.044. Lutando contra grandes dificuldades no terreno (isto é, os alemães enfrentavam os mesmos problemas que os aliados já conheciam de sobra para subir encostas íngremes com um inimigo dono da situação lá em cima), as tropas recém-chegadas nada alcançaram de concreto e o contra-ataque causou a morte do major Knoblauch, um dos comandantes da defesa do Belvedere.

Pontuais como um horário de trem alemão, antes do que von Gablenz calculava, os americanos da 10ª de Montanha prosseguiram contra o Monte Belvedere, agora apoiados não só pelas excelentes posições estabelecidas no Cappel Buso – que lhes permitiam ocupar o vale a oeste do Belvedere –, mas, principalmente, por ondas sucessivas de caças e bombardeiros. Militar de escola tradicional, o barão destila uma ponta de crítica ao observar que “o inimigo, cuja infantaria em geral só avançava depois que a resistência era rompida por sua superioridade material, acabou tomando conta do Belvedere de modo relativamente fácil”.

Homem ágil e vivaz, o ex-major Ruchti, já conhecido na época devido ao seu braço amputado, prosseguiu nas quatro décadas seguintes discordando veementemente do general. Ele foi todos os anos aos Estados Unidos, convidado pela 10ª de Montanha, fazer palestras aos veteranos americanos, que também se encontram regularmente nos meses de junho aos pés do Belvedere. “Ficamos ainda cinco dias no topo do Belvedere, mas aí os americanos começaram a desbordar por todos os lados e nada mais tínhamos a fazer lá”, disse.

Tanto o general Gablenz como Ruchti entoaram loas ao reconhecimento americano, que conhecia perfeitamente todos os pontos de apoio alemães. Algumas posições falsas, feitas para iludir o inimigo, foram combatidas pelos aviões, mas o fato de as reservas do Regimento 1.044 terem sido queimadas no infrutífero contra-ataque anterior foi decisivo

para os alemães: do Belvedere até a capela dos Ronchidosos (uma trilha de 2,5 km na crista das montanhas, recomendada como caminhada fácil pelos atuais mapas turísticos italianos), já praticamente no flanco ocidental do Monte Castello, nenhuma resistência séria pôde ser oferecida aos americanos.

Estava aberto o caminho para a tomada de Monte Castello. Os batalhões brasileiros puderam partir para o ataque de bases diferentes, convergindo para o alto. Em todo o trecho, os alemães estavam sob fortíssima pressão de artilharia, tanques e aviação, incluindo aparelhos da Força Aérea Brasileira. Essa vitória da FEB – como símbolo, de longe a mais importante da campanha da Itália e provavelmente a grande glória das forças armadas brasileiras neste século – foi mencionada em apenas uma frase pelo general von Gablenz, comandante dos defensores alemães: “A 21 de fevereiro, à noite, o inimigo havia ocupado todo o cume (a partir do Belvedere) até, inclusive, a colina 1.009”, que o barão não especifica qual seja. Contudo, por sua descrição se seguiu a tomada do Belvedere, só podia tratar-se do Monte Castello. Não há qualquer outro tipo de registro oficial do lado alemão sobre esse episódio da Segunda Guerra Mundial^[22] – mas o diário pessoal daquele desconhecido oficial alemão contém, no dia 23 de fevereiro, uma breve menção (assim mesmo, errada):

“São 8h da noite. O pessoal das primeiras trincheiras está a caminho. Toda a vizinhança sacode com as explosões. O *bunker* treme. A pressão do ar apaga a lâmpada de gás, doem os ouvidos. Espero que nada tenha acontecido com o caminhão de comida. Na última noite, estive patrulhando pela minha direita até as 5h da manhã. Belvedere, Ronchidosos, Torraccia e Castello estão nas mãos da 10^a de Montanha.”

É evidente que a reação do outro lado da frente foi completamente outra. “Sua captura [Monte Castello] era uma tarefa de consciência e um imperativo da dignidade militar”, escreveria mais tarde o marechal Mascarenhas. “Essa cidadela da presumida invencibilidade alemã representava um símbolo na vida de nossas tropas num país do outro lado do oceano.” Ainda na tarde do dia 21 de fevereiro, o comandante da FEB recebeu cumprimentos dos principais generais americanos: McNarney, Clark, Truscott e Crittenger. Era o lado oficial.

No lado secreto-confidencial, os oficiais americanos davam agora inegáveis mostras de otimismo, mas sua efusividade se continha em certos limites. Eles diriam que a operação da FEB fora de pequena escala. Os americanos é que teriam feito anteriormente, nos flancos, a parte pesada do trabalho, e os alemães não tinham tido outra alternativa senão recuar.

O Situation Report, de 24 de fevereiro, registra “grande interesse” pela FEB depois de Monte Castello, embora o número de oito mortos e 79 feridos brasileiros nessa operação “não a caracterize como ação de larga escala”.^[23] Um oficial americano que acompanhou o ataque notou “grande progresso” nos brasileiros e um desconhecido espírito agressivo nos dias seguintes, “grande parte do qual atribuo aos resultados das recentes aulas para oficiais conduzidas por oficiais do IV Corpo”.^[24] A FEB, dizia esse oficial, teria lugar em futuras operações. As ações imediatamente posteriores a Monte Castello voltaram a merecer elogios pela “boa coordenação com o apoio aéreo e o controle dos oficiais sobre os soldados. Não houve confusões”.^[25]

Não é difícil imaginar a quem os americanos acabaram atribuindo os principais méritos: a eles mesmos, em especial, à 10^a de Montanha. “A recente ofensiva do Corpo, na qual uma

divisão americana inexperiente [a 10ª – sic] atravessou a frente várias vezes à testa de unidades brasileiras, frequentemente sob a vista dos brasileiros, em terreno e contra resistência familiares aos brasileiros, serviu-lhes de excelente lição. Muitos oficiais brasileiros, bem como seu estado-maior, notaram a eficiência em combate das tropas americanas. Isso serviu de exemplo e inspiração.”[26]

Novamente, essa não é uma opinião isolada. O Situation Report de 9 de março, confirma que a FEB fez progressos. Os comentários favoráveis aos brasileiros podem ser atribuídos “sem dúvida ao fato de eles terem trabalhado tão próximos da 10ª de Montanha. (...) Nos recentes avanços, os brasileiros fizeram um trabalho muito bom, mas foram definitivamente ajudados pelo trabalho da 10ª. Essa íntima associação, certamente, teve efeitos na FEB”.[27]

Em carta secreta dirigida ao QG americano no Recife, o já conhecido coronel Sewell escrevia de sua mesa no QG aliado de Florença, a 11 de março, que a avaliação dos brasileiros nos altos círculos de comandantes havia melhorado muito após Monte Castello. Todas as pessoas bem informadas começavam a achar que “o projeto” poderia ser útil para todas as partes envolvidas. A operação da tomada do Castello fora planejada “de maneira que os brasileiros pudessem ver os métodos usados pela 10ª de Montanha”, escreveu o coronel.

“[Os brasileiros] olharam o avanço americano e então receberam ordens para atacar, e imitaram o que tinham visto e tomaram seu objetivo. Comenta-se que, ao chegar ao objetivo, eles encontraram vários cadáveres de brasileiros [tombados nos primeiros ataques, três meses antes]. Um soldado brasileiro mexeu num dos corpos e foi morto por uma armadilha”, prosseguiu.[28]

“Isso enraiveceu os soldados brasileiros e eles realmente partiram atrás dos alemães. Os soldados demonstraram de fato que têm muita coragem. (...) Contudo, eles são mal conduzidos e mal treinados. Se o oficial brasileiro poderá ser transformado num líder capaz, isso ainda é uma questão”, concluiu.[29]

Nas instâncias superiores ligadas às operações de guerra, a notícia de Monte Castello foi registrada, mas aparentemente sem grandes comentários. O marechal Alexander não se esqueceria de fazer menções ao fato de a FEB ter tomado Castello, quando escreveu sobre a Itália, no começo dos anos 1950.[30] No Quartel-General de Mark Clark (um degrau abaixo), os anúncios das quedas do “*important Castello*” e do Torraccia vieram juntos, a 23 de fevereiro.[31] Quanto ao IV Corpo (mais dois degraus abaixo), a visão transmitida em seu relatório sobre a parte final da campanha na Itália é de que a 10ª de Montanha tomou conta das operações preliminares, “acompanhada dos brasileiros, agora com mentalidade inteiramente ofensiva”.[32]

A divisão de que todos falavam, a 10ª, registrou tudo da mesma maneira seca e lacônica, inclusive em seu livrinho editado após a guerra, o *Mountaineer*. Na tarde do dia 21, o oficial de informações da 10ª afirmava que os alemães, devido ao “momento, força e ímpeto do nosso ataque, e devido ao ataque da FEB”, não conseguiriam manter o Monte della Torraccia, nem tiveram tempo de jogar seus reforços na batalha. Pouco antes de a FEB tomar seu objetivo operacional em Castello, nessa área os alemães eram vistos pelo pessoal da 10ª recuando para o norte, a fim de fugir de um envolvimento.[33]

O comandante alemão estava a menos de 6 quilômetros de distância quando os

brasileiros tomaram Monte Castello. Pensava em como lançar um contra-ataque e recuperar o Belvedere. Ele escolheu o posto de combate do RI 1.044, na localidade de Albarelli (pouco ao norte do Belvedere), para uma longa conversa com o Coronel que comandava o recém-chegado Regimento de Infantaria 741 da 114ª Divisão Ligeira (esse mesmo oficial ainda estaria envolvido em outro lamentável episódio, vinte dias depois). Resumiu as dificuldades em contra-atacar: pouca possibilidade de locomoção de tropas devido à pressão inimiga, soldados cansados pela marcha forçada até as novas posições, falta de conhecimento do terreno por parte dos oficiais da 114ª, perda dos postos de observação da artilharia (essenciais para a orientação do tiro em apoio ao grupo atacante), além da mudança de posição de algumas baterias, o que as impedia de disparar imediatamente. Explica-se: só de noite os alemães podiam trocar seus canhões de lugar, e assim mesmo com a ajuda de cavalos.

“Já pensou o que era arrastar um canhão com neve, frio, à noite, tentando não fazer barulho, às vezes por uma distância de 10 quilômetros? Conseguíamos fazer, na melhor das hipóteses, uns 4 quilômetros por hora”, recorda o capitão Rupprecht Bumbke, subcomandante do Regimento de Artilharia da 232ª.

Às 2h da manhã do dia 22 de fevereiro, o general von Gablenz conversou mais uma vez por telefone com o coronel da 114ª e ficou então sabendo que a tropa recém-chegada, com uma pequena reserva local, estava prestes e “confiante” em atacar. A operação, apesar de um fogo de artilharia que impressionou muito aos brasileiros instalados no Castello, falhou completamente. O oficial da 114ª não tivera sequer o trabalho de comprovar pessoalmente se a tropa estava mesmo pronta. Em vez de contra-atacar e retomar o Belvedere, os soldados alemães foram apanhados fora de suas melhores posições quando a 10ª de Montanha prosseguiu em direção ao Torraccia.

“O fracasso do comandante desse regimento era mais uma vez prova da falta de personalidades capazes de liderança, em virtude da longa duração da guerra. Por outro lado, a constante sobrecarga mostrou que os homens, em si até aproveitáveis, já não conseguiam dar o melhor de si”, comentou o barão.^[34] No pequeno diário pessoal do capitão Alfred Pfeffer, cujo batalhão defendia o Torraccia, a iminente perda da posição estava assinalada já no dia 22. Duas companhias do RI 1.043 debandaram sem esperar as ordens: “Diante da deprimente superioridade material do inimigo, os homens perderam completamente o controle sobre seus nervos”, lembra-se o capitão.

No diário do oficial desconhecido, as impressões daqueles dias permaneceram mais vivas. “25 de fevereiro: o inferno começou de novo. Acho que vamos parar em algum lugar do Canadá ou do Kansas se as coisas continuarem assim. Se minha querida soubesse como estamos sujos, obrigados a permanecer enterrados aqui. 26 de fevereiro: hoje, Ernst e eu escapamos de novo do abraço frio da morte. Esta guerra é terrível. O que um ser humano é capaz de fazer ao outro. Minha querida, se você soubesse o medo que senti nesses momentos. Só espero sair disto o mais breve possível.”

Teimoso, apesar do fracasso, o barão quis outro contragolpe, dessa vez contra o Torraccia, de onde acabara de ser expulso. Essa atitude tinha sido uma constante entre os alemães, embora provavelmente o general von Gablenz estivesse queimando ali suas últimas chances. Para incentivar a tropa, ele passou duas madrugadas visitando os soldados nos abrigos subterrâneos e distribuindo a famosa condecoração da Cruz de Ferro.

Mesmo com três dias de preparação e as tropas descansadas do Batalhão de Montanha Mittenwald (foi o já conhecido major Winkelmann que comandou a operação, da qual, quarenta anos mais tarde, não mais se lembrava), não houve jeito. Assim que o dia 24 fevereiro clareou, os aviões aliados mataram o ataque praticamente pela raiz.

Era o fim da 232ª nos Apeninos. O inverno, as lutas nas montanhas e os ataques de 10 a 21 de fevereiro consumiram as últimas forças da divisão alemã. Reagrupar a artilharia revelou-se tarefa penosa e quase impossível pelas dificuldades de transporte, com as pontes destruídas. Alguns canhões foram inutilizados e abandonados ao adversário. Devido às grandes perdas, o RI 1.043 (que defendera Monte Castello em novembro de 1944) teve de ser dissolvido e seus restos destinados aos dois outros regimentos de infantaria (1.044 e 1.045), por sua vez já dizimados em Belvedere e Castel D'Aiano.

A derrota da 232ª colocou em perigo a consistência de um bom trecho da frente, obrigando o supremo comandante dos alemães na Itália a deslocar para o setor a 29ª Divisão Motorizada, sua melhor unidade naquele momento. Ela precisou de quase vinte dias de combate para paralisar a ofensiva naquelas montanhas, já em março de 1945.

Não importava: o marechal Alexander estava plenamente satisfeito com os resultados alcançados. Da mesma maneira que um homem entalado, o V Exército pôde abrir os cotovelos e conseguiu um bom ponto de partida para a ofensiva de primavera, cinquenta dias depois, quando todos os aliados na Itália atacariam de uma só vez. Veio tudo muito tarde, porém, para alterar radicalmente a opinião do marechal britânico sobre os brasileiros.

Na mesma época, solicitado a mencionar que unidades (num total de dois corpos com cinco divisões) poderiam ser retiradas do seu teatro de operações e enviadas para a previsível ocupação da Áustria, seu QG vetou a FEB e a 92ª Divisão americana (de negros). Ambas poderiam ser transportadas rapidamente; seu valor ofensivo não era considerado “*very high*”, enquanto o afastamento de unidades americanas da Itália enfraqueceria consideravelmente o V Exército. Os supremos comandantes aliados achavam, contudo, que ambas não eram adequadas para fins de ocupação da Áustria.^[35]

Quanto ao barão e seus homens, a guerra deu-lhes três semanas de férias. A 232ª voltou ao trecho que os alemães consideravam mais tranquilo, exatamente aquele ocupado pela FEB entre 6 de março e 8 de abril de 1945. O general von Gablenz achou mais prudente recuar ainda mais um pouquinho. Em alguns trechos, seus homens estavam literalmente em posições tão inferiores que recebiam granadas de mão na cabeça sem ao menos poderem avistar o inimigo. No começo de abril, ele iniciou a retirada da massa da infantaria para as novas posições, mas o inimigo brasileiro não o seguiu.

“As coisas se acalmaram e estão mais quietas há dois ou três dias”, escreveu o oficial desconhecido em seu diário, a 2 de março. “Nós recuamos e nossas posições são melhores. Os sargentos Müller, Friedel Fritz e Trap desapareceram sem deixar vestígios, quando recuávamos. Acho que desertaram. Tudo é possível. Às vezes, a gente está mesmo deprimido. Nestes últimos dias, já vivi o suficiente. Dentro de cinco dias, vai fazer quatro meses que estamos aqui, sem substituição.” O destino desse oficial também é desconhecido, sendo essa a última página de seu diário.

Para os dois lados, parece ter sido um período de descanso. As narrativas brasileiras

mencionam pouca atividade de combate nesse período, e os veteranos alemães o confirmam. Alguns, como o capitão Pfeffer, começaram a engordar “com o bom vinho e a boa comida”. Depois do tenebroso inverno gelado nos Apeninos, a chegada da primavera – e com poucas bombas inimigas – foi exatamente fixada pelo capitão no dia 8 de março, “quando vi as primeiras flores numa tranquila manhã de domingo”. A Páscoa de 1945, comemorada dois domingos mais tarde, já parecia coisa de milionários: “Havia chá com aguardente, ovos, pão, geleia e bolo.” E a “Signorina Maria”, cuja fotografia o capitão ainda conservava quarenta anos depois.

“A atividade de combate do inimigo restringia-se a avanços de reconhecimento, executados sem muita força, que podiam ser facilmente repelidos”, escreveria mais tarde o general von Gablenz, no único trecho de seu relatório exclusivamente dedicado aos brasileiros. Seus homens eram submetidos, às vezes, a fortes bombardeios de artilharia com granadas de fósforo. Impressionada, a tropa alemã falava de “montanhas em fogo”, mas o barão, mais experiente, achava que, exceto algumas “perturbações de espírito”, o efeito desse tipo de bombardeio era “bastante reduzido”.

O barão já não contava com novos ataques contra seu setor, e para dizer isso ele se baseava aparentemente no que já experimentara com esse adversário nos meses anteriores: “Agora, surgiu na frente da divisão uma unidade brasileira, cuja força de combate não era altamente considerada”, sentenciou. Lutas de verdade ocorreriam novamente a partir de abril, próximo a Montese.

DE MONTESE A FORNOVO

Ao meio-dia de 29 de janeiro de 1945, o coronel Martin Strahammer, comandante da 114ª Divisão Ligeira, decidiu que era hora de ensinar o óbvio a seus subordinados. Austríaco e incorporado à Wehrmacht somente em 1938, esse oficial de 55 anos absorvera o apreciável hábito germânico de colocar tudo por escrito no papel, inclusive as múltiplas explosões de raiva ante o desempenho de sua unidade. Deve-se agradecer a esse costume do coronel Strahammer a possibilidade, quarenta anos depois, de se traçar uma verdadeira radiografia dos adversários da FEB na batalha de Montese.

Ao contrário do coronel, a papelada da 114ª Divisão Ligeira sobreviveu à guerra. Cheia de estrangeiros em suas fileiras e empregada até ali num pouco memorável recuo frente aos *partisans* de Tito, na Iugoslávia, a 114ª era seguramente uma das piores da lista das fracas unidades alemãs que combateram na Itália. O coronel Strahammer provavelmente sabia disso: quase um mês antes de a Divisão ser jogada (com os resultados conhecidos) como reforço para a 232ª no Monte Belvedere, ele se esforçava para passar aos oficiais duas instruções fundamentais. Uma tem aspecto até óbvio, e era a de defender suas posições “até ordem em contrário”, mesmo que o inimigo pudesse parecer superior. A outra reproduzia determinações do próprio Hitler, pedindo mais apego à verdade nos relatórios da tropa a seus superiores, “pois toda tentativa de acobertar [a verdade], intencional ou não, é indigna de um soldado”.^[1]

O coronel levava a sério essas instruções, mesmo que a leitura de seus relatórios não contribuísse para formar boa opinião de seus soldados. Os americanos da 10ª de Montanha provavelmente não conheciam esses papéis, mas sabiam o que tinham pela frente em fevereiro nos Apeninos: muitos veteranos de moral baixo, sem vontade de lutar e mais preocupados com suas famílias, sabendo que os aliados já ocupavam a Alemanha de dois lados.^[2]

Logo depois do catastrófico emprego de um de seus regimentos (o de número 741) nas lutas de fevereiro, o comandante da 114ª admitiu que a participação de suas unidades havia sido “um completo fracasso”. De fato, um batalhão conseguiu realizar a proeza de ser reduzido a cem homens com uma metralhadora leve. O restante foi aprisionado, “saudável e sem resistência”. O mesmo ocorreu com outro batalhão, que recebeu 1.200 tiros de artilharia do adversário sem disparar nenhum, enquanto uma importante bateria deixava de atuar apenas porque o telefone não mais funcionava (também acabou prisioneira).^[3]

Numa ordem secreta (“não deixe cair nas mãos do inimigo. Destrua após tomar conhecimento”), de número 314/45, expedida a 4 de março, o coronel não encontrou saída mais original do que ameaçar todo mundo com a corte marcial, além de recorrer ao

expediente de atribuir a culpa pela perda de homens e material aos comandantes de pelotões e companhias. “O pessoal precisa saber que aqui vale tudo e que quem não quiser participar vai morrer no paredão”, esbravejou.^[4]

Suas considerações não encerram propriamente um alto elogio à vontade de combater do outrora tão temido soldado alemão. Ao contrário, é difícil fugir à impressão de que os homens enterrados na linha de frente não tinham mais qualquer pretensão a combater por um oficial ainda empenhado numa guerra sem esperanças e sem sentido.

“Ordeno que se atire e volte a se atirar com as armas de infantaria quando o inimigo atacar”, prossegue a ordem. “Quando o brasileiro encontrar fogo pela frente, será obrigado a se atirar ao chão. É uma vergonha que um soldado alemão, que tem um nome a zelar, se abandone por covardia à misericórdia de um brasileiro.”^[5]

Essa frase não merece ser tomada, mesmo que assim o pareça à primeira vista, como ofensa à FEB. Ao contrário, ela valeria como elogio indireto: é a única em todo o material oficial alemão que admite implicitamente derrotas ante os brasileiros.

Esse soldado alemão ao qual o coronel se refere em sua ordem secreta realmente parecia ter pouca confiança em si próprio. O coronel, obviamente partidário de métodos de tratamento de choque, pensou que o melhor era obrigar cada um a participar pelo menos duas vezes por semana de patrulhas contra o inimigo naquele tranquilo trecho da frente, de preferência misturando experientes e novatos “para que todos aprendam a se comportar em situações críticas”. Ele achava “óbvio” que, após um ataque inimigo, seus soldados deveriam pelo menos tentar identificar alguns mortos e saber algo mais sobre os adversários, “mas isso, até agora, nunca conseguimos fazer”.^[6]

Só com essas medidas, o comando tinha esperanças de que os soldados recuperassem a confiança e a Divisão, “sua velha fama”. Por via das dúvidas, cada batalhão ficaria obrigado a fazer listas de escalação de patrulhas, para que ninguém escapasse. De quebra, o coronel proibia dali por diante a utilização de moças italianas em serviços perto da linha de frente (“os pais vivem reclamando”), além de vedar aos soldados a requisição de gêneros alimentícios sem expedir recibos.

Suas palavras não serviram de muito. Uma semana depois, a 114^a dava outra demonstração cabal de seu moral de combate. “Marcou-se a hora exata. Os binóculos voltaram-se para uma igrejinha e um grupo de casas, não distante de nossas linhas. Fogo. Choveram sobre a posição cinquenta tiros de morteiro e 25 de artilharia. Minutos depois o fogo ardia sobre os escombros. E uma bandeira branca emergiu. Logo depois, apareceu também uma bandeira com a cruz vermelha. Os alemães se rendiam e pediam socorros médicos. O capitão Farah telefonou para o Batalhão, o Batalhão telefonou para o Regimento, o Regimento telefonou para a Divisão. Na linha de frente nossos homens olhavam a bandeira branca e a bandeira vermelha. Esperavam que aparecesse algum alemão na terra de ninguém, mas nenhum aparecia. O fogo tinha sido suspenso. Podia ser uma cilada do inimigo.”

Esse texto é de Rubem Braga iniciando uma das excelentes crônicas de seu livro *Com a FEB na Itália*, publicado em 1946. O restante do episódio pode ser lido nessa obra, ou também nos documentos secretos do comando da 114^a Divisão Ligeira, que começam com o telegráfico relatório de um simples soldado escondido num posto de observação (abreviação: PO) de artilharia.

Após violento bombardeio com morteiros pesados contra um ponto de apoio em Capilla il Monte (provavelmente, a igrejinha), o dono dos binóculos nesse PO alemão vê descer da posição atingida, às 17h30 do dia 11 de março de 1945, um soldado alemão carregando uma bandeira com a cruz vermelha. Ao seu encontro vêm, das encostas do Monte Belvedere, dois soldados inimigos, que o alemão assistindo a tudo julga serem americanos (sempre as mesmas confusões), também com uma bandeira com a cruz vermelha. O homem do PO comunica o que está vendo ao primeiro batalhão do já conhecido Regimento 741 (o que fracassou nas lutas de fevereiro no Belvedere), e o 1º Batalhão pergunta ao tenente Polz, comandante da 2ª Companhia, se ele mandou um enfermeiro com a cruz vermelha para a frente.

O tenente Polz, evidentemente, não sabe de nada. Não é a sua companhia que está lá. O 1º Batalhão, então, manda o tenente ir imediatamente até Capilla il Monte ver o que está acontecendo e acabar com a trégua. Enquanto o tenente se põe a caminho, o PO da artilharia comunica que mais três “americanos” desceram o Belvedere, então guarnecido pelos brasileiros, e vêm em direção às linhas alemãs.

Às 17h50, o tenente regressa e telefona, dizendo que o cabo enfermeiro do pelotão antitanques da 16ª Companhia do 1º Batalhão do Regimento 741 havia pedido trégua por conta própria para cuidar de feridos e procurar soterrados na posição bombardeada. Ponto. O 1º Batalhão manda de novo o tenente Polz ir até lá e acabar com a trégua. O soldado dos binóculos no PO da artilharia continua vendo coisas estranhas. Ele observa vários soldados alemães e “americanos” cumprimentando-se com apertos de mão nas proximidades de Capilla il Monte.

Às 18h15, o mesmo PO assiste ao transporte de feridos alemães para a linha inimiga. Tudo isso vai sendo devidamente comunicado ao Batalhão. Minutos depois, vários soldados inimigos iniciam o regresso, acompanhados por 12 alemães. Vão todos para o Monte Belvedere, e o tenente Polz ainda não voltou. Consultado pelo comando do Batalhão, é a vez de um certo sargento Richter dizer que não sabe de nada. Ele promete mandar alguém procurar o tenente. Às 18h40, o soldado que foi atrás do tenente volta da posição bombardeada em Capilla il Monte dizendo que não há mais ninguém lá, além de dois alemães mortos.

Para o comandante do 1º Batalhão, não há dúvidas: quando o tenente Polz foi pela primeira vez a Capilla il Monte, ainda não havia nenhum inimigo por lá. O pessoal da posição deve ter combinado a deserção enquanto ele voltava para telefonar, prendendo-o assim que regressou. As companhias nas posições ao lado de nada desconfiaram: elas ouviram a voz do tenente e achavam que a troca de bandeiras com cruz vermelha havia sido ordenada por ele.^[7]

A suspeita do comandante do Batalhão estava correta: “(...) todos se renderam. À última hora apareceu um tenente nazista de outra companhia (...), quis agarrar as armas que já estavam em poder de nossos homens e convencer os seus homens a continuar lutando. Mas aí todos já estavam perto de nossas linhas. Os homens disseram que não conheciam aquele tenente, que era de outra companhia e que tinha aparecido na posição depois que eles acenaram com a bandeira branca e depois que os quatro homens tinham vindo trazer o ferido para nossas linhas”, conta Rubem Braga.^[8]

Para os alemães, o caso não parou por aí. Os relatórios subiram até o comando do Corpo

de Exército e voltaram para a 114ª Divisão, onde evidentemente o furibundo coronel Strahammer já havia instaurado uma corte marcial para apurar a culpa. Não era o primeiro caso de deserção em massa (os brasileiros falam de 17 prisioneiros, os alemães declararam 23 desaparecidos), e isso fica patente na carta em que se defendia das acusações o já conhecido comandante do Regimento 741, aquele coronel que comprometera os planos do barão von Gablenz nos Apeninos.

Ele começa queixando-se de que as críticas à sua conduta foram externadas pelo comandante da Divisão em carta aberta, “e qualquer um podia tomar então conhecimento”. Os motivos do baixo moral de sua tropa parecem-lhe inexplicáveis, pois o “comissário político” nacional-socialista da Divisão, o tenente Blaeser, poucos dias antes tinha feito longas preleções aos homens do 1º e 2º Batalhões, onde haviam ocorrido episódios semelhantes. Nos três anos em que comandou o Regimento, justificou-se em tom lamuriento, ninguém lhe precisou dizer que fosse à frente visitar seus homens. Mas a idade afeta até o maior dos heróis e, para tornar plausível sua distância do palco dos acontecimentos no episódio do dia 11, ele possuía uma desculpa especial:

“Ao Sr. Coronel eu já comuniquei diversas vezes que, no momento, não estou em condições de subir montanhas, devido a uma doença reumática. Na última vez, juntei a esse aviso o pedido de dispensa para tirar radiografias, o que fiz justamente na tarde do dia 11. Em consequência disso, também não pude assumir imediatamente a investigação do ocorrido. Meus comandantes de batalhão vão quase toda noite visitar seus homens na linha de frente, e eu lamento que meu estado de saúde atual não me permita fazer o mesmo.”^[9]

Mais uma semana e o comando da 114ª voltou à carga, numa longa ordem do dia (de número 397, também secreta), pedindo aos responsáveis diretos pela tropa que formassem “lutadores convictos, e não soldados com medo de castigo”. O “espírito da tropa” parecia “crítico” ao coronel comandante. Não era só o fato de grupos compactos terem caído prisioneiros em situações duvidosas, além de alguns terem “lamentavelmente desertado por vontade própria”. O grave, assinalou o coronel Strahammer, era a “inexplicável indolência” das unidades vizinhas aos desertores, que deixaram as coisas acontecer sem qualquer tentativa de interferir.^[10]

Lembrando o “ridículo” dos casos de deserção, o comando da Divisão pediu ao tenente Blaeser, o comissário político nacional-socialista, para fazer algumas preleções extras aos homens do 1º Batalhão do Regimento 741. Não se sabe qual foi o efeito de suas palavras. Talvez tenha incentivado os homens da 114ª a agirem com mais vigor. O fato é que, no comunicado do dia 24 de março, o Regimento 741 anuncia em tom vitorioso o bem-sucedido combate a dois tanques inimigos, repelidos pela artilharia alemã, cujo “fogo bem-postado encerrou um jogo de futebol ao norte de Marotti (2,5 km a oeste de Castel D’Aiano). As duas equipes fugiram para um grupo de casas”.^[11] A área em questão estava sendo ocupada naqueles dias pelos soldados da FEB.

No dia seguinte, o aplicado oficial nacional-socialista fazia um longo apelo por escrito falando na “vitória final”, do qual também se desconhecem os efeitos. Provavelmente como “reforço” à sua disposição de combater, três dias depois os soldados recebiam novo documento de contrapropaganda afirmando que o presidente Roosevelt concordara com o transporte de prisioneiros de guerra alemães para a União Soviética.

O difícil relacionamento entre o comando da Divisão e o já celebre Regimento 741

prosseguiu animado. Em longo discurso sob a forma de ordem escrita, Strahammer, o comandante da Divisão, lembrava ao Regimento a necessidade de seus homens se entenderem melhor, mesmo sem o uso do telefone. “Ocorreu um caso em que uma excelente bateria de artilharia disparou apenas cinco tiros durante um dia de grandes combates apenas porque se cortaram as ligações telefônicas. Minutos depois o inimigo já estava atrás da bateria.” Ele se queixava da lentidão com que transcorriam os preparativos na linha de frente – todos esperavam o grande ataque aliado – e autorizava o coronel do 741 a convocar alguns oficiais a mais para esse trabalho, “contanto que eles tenham atribuições claras e definidas”. Alertava também para o fato de que a artilharia brasileira disporia então de pelo menos três batedores de canhões pesados de 170 milímetros, capazes de destruir quase tudo o que os alemães tinham de primeira linha. Terminava quase implorando ao Regimento que, de qualquer maneira, fizesse alguns prisioneiros, “para se ter uma ideia das disposições de ataque do inimigo”. Para terminar, uma das indefectíveis frases bombásticas que o raivoso Strahammer gostava de colocar no final de suas perorações: “Uma parede de fogo encontrará o inimigo atacante”.^[12]

Enquanto isso, fazia um mês que os exércitos americanos já lutavam em território alemão. A leste, as tropas soviéticas acabaram de conquistar Danzig e ocupavam rapidamente o coração da Prússia. Havia pelo menos vinte dias se tinham iniciado os contatos secretos entre altos militares alemães (por iniciativa do general ss Wolff, chefe das polícias na Itália) e o comando aliado, visando uma capitulação à parte na península.

Nesse momento, o marechal Alexander, o supremo comandante aliado na Itália, ia dar as ordens finais para a última ofensiva. Sua ideia era engajar o inimigo alemão numa grande batalha ao sul do rio Pó, envolvendo seu flanco esquerdo (na costa adriática) e aplicando-lhe um golpe destruidor no centro. Alexander estava surpreso por não ter conhecimento de sinais de colapso entre os alemães, apesar da situação sem saída em que viviam.^[13]

Na verdade, antes mesmo que a grande ofensiva aliada de primavera começasse de fato, até documentos escritos do Supremo Comando alemão na Itália, naquela época com o general Vietinghoff-Schell (antes no XIV Exército), reconheciam que o soldado alemão não via mais sentido nas lutas naquela frente, uma vez que a Alemanha já fora ocupada em grande parte pelos inimigos, “e daqui não podemos prever quando seu avanço poderá ser paralisado”. Essas palavras do supremo comandante, contidas num telex dirigido aos seus generais, foram distribuídas por Strahammer a seus subordinados no dia 5 de abril. Admite-se explicitamente a existência de uma “crise de confiança” entre os combatentes, além de se constatar que os alemães na Itália não mais podem esperar suprimentos ou reforços de casa. “Temos de viver dos produtos que nos fornecer a rica planície do Pó.”^[14]

A mensagem do general Vietinghoff-Schell no começo de abril é um primor de análise “derrotista e pessimista”, mesclada ao palavrório de costume sobre a necessidade de manter de pé a defesa e lutar pela pátria distante (ele sabia das negociações secretas para a capitulação em separado). Atribui aos oficiais de baixo escalão a tarefa de substituir, para os soldados, “o lar e a família, dos quais eles provavelmente terão de viver muito tempo longe”. Essa seria a função de todos numa guerra “cujos objetivos são claros, mas os meios, totalmente desconhecidos”, conclui, numa evidente crítica à falta de recursos e

equipamento.^[15]

Além de consolar seus soldados, não restava outra saída ao general alemão. Ordens diretas de Hitler tinham proibido recuar um centímetro que fosse. Engajar-se numa batalha ao sul do Pó, contudo, significaria a destruição completa das forças alemãs, e Vietinghoff sabia disso. “Ele não teve outra alternativa senão esperar o ataque aliado no mesmo espírito dos generais franceses em Waterloo: sem medo e sem esperanças”, escreveu o marechal Alexander.^[16]

É claro que o moral da tropa não podia ser dos melhores. A título de exemplo, Strahammer manda divulgar entre seus homens o veredicto de uma corte marcial alemã que condenou à morte um oficial surpreendido bêbado em diversas ocasiões. E, faltando menos de um mês para a guerra acabar, a julgar pelas ordens do general Strahammer, seus homens ainda não haviam aprendido sequer a se camuflar corretamente ante o domínio absoluto dos caças aliados. “Exijo comportamento conveniente a uma zona de guerra durante o dia”, esbravejou Strahammer em sua ordem de 10 de abril. Como “incentivo” aos combatentes, o indefectível oficial nacional-socialista (o tenente Blaeser) distribuiu um texto dizendo que não só russos e americanos se comportam “animallescamente” com seus prisioneiros, mas os ingleses também.

Nessa ocasião, o marechal Mascarenhas discutia no Quartel-General do IV Corpo qual seria o papel atribuído à FEB na ofensiva de primavera, marcada para ter início entre 7 e 10 de abril. Como resultado, a FEB ganhou a incumbência de tomar Montese, e a 10ª Divisão de Montanha americana passou a atacar um pouco mais à direita da Divisão brasileira. A fronteira entre as duas ficou próxima a Castel D’Aiano.

O reconhecimento da 114ª, apesar das críticas do coronel Strahammer, não parecia tão mau. Havia registrado corretamente o reagrupamento da FEB e da 10ª Divisão de Montanha americana à frente de seu setor, inclusive com a adição de um “batalhão blindado” para cada uma das unidades aliadas. Também ao tecer considerações sobre a provável linha de ataque brasileira, as informações da 114ª eram acuradas. A não ser por pequenos detalhes táticos, os alemães acertaram exatamente quanto aos planos brasileiros.^[17]

Eles esperavam um ataque pelo sul de Montese (passando por Riva di Biscia) e outro entre a mesma cidade e Montello, ambos acompanhados de um movimento de ataque mais a nordeste, pelo Monte Sasso Baldini. Nessa região, distante poucos quilômetros das famosas elevações do Belvedere e Della Torraccia, as montanhas não são tão altas. Mas algumas delas, como o Montello e a elevação 927, dominam toda a paisagem e, sem sua posse, seria impossível prosseguir adiante em direção ao vale do rio Panaro.

A ordem de batalha brasileira previa, por isso mesmo, a tomada dessas posições através de um ataque frontal. Em outras palavras, dirigido contra a testa do inimigo. Contudo, desde o dia 22 de março, os alemães dispunham de um plano bem elaborado para cercar as possíveis passagens de tanques e guarnecer as melhores elevações ao norte de Montese. Esse sistema previa o estabelecimento de defesas em profundidade, não guarnecendo apenas a primeira linha (como ocorrera com os alemães em Belvedere).^[18]

No dia 7 de abril, as alentadas ordens do dia do comandante da 114ª tinham uma assinatura mais caprichada: a partir de 1º do mesmo mês, o coronel Strahammer havia sido promovido a general. Num texto com mais de seis páginas, o general Strahammer dizia esperar a utilização de uma “nova” tática aliada, detectada na França, e que consistia em

grupos de tanques aproveitando um buraco na linha inimiga para avançar profundamente, só depois acompanhados pela infantaria. Em consequência, o pivô da defesa da 114ª era justamente o conjunto de elevações ao redor do Montello, logicamente muito mais fácil de se guarnecer contra tanques, e onde os brasileiros atacariam. Situada na primeira linha, a cidade de Montese, cuja tomada a FEB anunciaria ainda no primeiro dia de batalha, em si não desempenhava papel especial no dispositivo estabelecido pelo general Strahammer. O que interessava eram as elevações mais atrás: “a defesa e a posse do Montello têm de estar garantidas mesmo que o inimigo ataque de direções convergentes, passando por Montese e, ao norte, pelo Sasso Baldini”.^[19]

Esse sistema defensivo estava concebido para várias linhas de defesa que seriam ocupadas sucessivamente, dependendo da pressão adversária. Para a primeira delas, previa-se pressão mais forte no setor de Montese, mas de maneira alguma um recuo em Montello. Essas linhas tinham todas nomes femininos (“Kitty”, “Kathe”, “Alma”, “Martha” e “Erna”, de acordo com o gosto germânico popular da época). Do ponto de vista tático, o general deu ordens para que nenhuma bateria disparasse das novas posições, pois isso as denunciaria ao inimigo. Apenas com canhões que mudassem continuamente de lugar seria feito fogo sobre os atacantes, antes da grande ofensiva. “O fundamental é tirar do inimigo o elemento-surpresa, o que já é metade do trabalho de defesa. Vamos abrir fogo assim que ele atingir seus pontos de partida para o ataque.”^[20]

Finalmente, a 27 de março, o Regimento 741 conseguiu apresentar ao comandante dois prisioneiros de guerra – um inglês e outro brasileiro –, os únicos que a unidade fizera em um mês de combate. O brasileiro pertencia à Companhia do estado-maior do 11º Regimento, mas estava havia dez dias na 3ª Companhia do 1º Batalhão. Ele disse aos alemães que a FEB tinha provavelmente dois regimentos de infantaria na primeira linha e deu também a posição ocupada por cada regimento (e até batalhões), mas o oficial de informações da 114ª continua acreditando que a fronteira entre a 101ª de Montanha e a FEB passava por Montese (na verdade, estava a quase 6 quilômetros dali).^[21]

O reconhecimento alemão esforçava-se para acompanhar cada passo dos brasileiros. A 28 de março, julgava ter indícios denunciando a aproximação da linha principal de combate: “tropa de quarenta negros perfeitamente detectada sob a luz do luar. Civis disseram ter dado comida a negros.” Era das informações dadas por civis, aliás, que viviam as numerosas patrulhas alemãs despachadas para todo lugar onde se pressentiam brasileiros – sem nunca conseguir contato direto. Foram também civis italianos que entregaram aos alemães detalhes fundamentais: comunicaram o reforço de tropas brasileiras e a intenção de atacar brevemente Montese e Montello para ganhar o vale do rio Panaro.^[22]

Como em todas as operações militares, havia para os alemães uma grande diferença entre os planos no papel, os rabiscos nos mapas e os preparativos efetivados. No dia 11 de abril, praticamente às vésperas do ataque brasileiro, o estado-maior da 114ª enviou um grupo de oficiais para verificar como andavam as obras nas linhas fortificadas. O relatório enviado ao general Strahammer era impiedoso: tudo se encontrava ainda em estado bastante precário. Apenas 60% dos ninhos de metralhadora, 50% das posições de morteiros, 50% dos abrigos e 40% das fortificações – todas do “cinto Kitty” – estavam prontos e utilizáveis. Defesas apropriadas contra blindados havia apenas na encosta em frente ao Montello, mas atrás faltavam pontos de apoio para morteiros e os soldados não haviam

terminado de cortar árvores para melhorar os campos de tiro.^[23]

Quanto ao armamento, a situação da 114^a deixava para trás, em termos negativos, a já conhecida 232^a de Infantaria. O general Strahammer advertia seus soldados com palavras dramáticas para evitarem qualquer perda de material, homens ou armas, pois “a pátria não tem mais condições de repor coisa alguma”. Para enfrentar os bem equipados brasileiros, a 114^a se queixava de não ter sequer um terço do armamento previsto para a Divisão. Meticulosamente, todo início de mês um oficial redigia um relatório igual a um livro de contabilidade, fazendo listas do que deveria existir e do que realmente existia. Alguns exemplos: em princípio de março, a 114^a possuía onze canhões antitanques pesados (em vez de 22), 24 morteiros leves (54), sete pesados (28), nenhum canhão pesado (12), 1.606 bazucas (2.700). Em compensação, tinha 23 canhões leves (13) e certa quantidade de armas capturadas, como 32 metralhadoras pesadas iugoslavas, quatro morteiros austríacos, seis canhões antiaéreos italianos ou 197 carabinas sérvias.^[24]

O grande ataque brasileiro do dia 14 de abril fora detectado na véspera pelos alemães graças a dois mortos brasileiros (vítimas, supõem os alemães, de atiradores de elite) no cemitério de Montese, a leste da cidade, e cujos papéis não permitiram aos alemães determinar a qual unidade pertenciam. Duas patrulhas mandadas pelos brasileiros para esse setor, porém, sugerem aos alemães um considerável reforço da ala direita da FEB (na verdade, era o centro do dispositivo de ataque). Os movimentos de aproximação para os pontos de partida do ataque, durante a noite, foram claramente percebidos pelos defensores de Montese e Montello.

Além disso, os alemães tiveram um pouco de sorte. Um soldado da 114^a consegue escapar do grupo de *partisans* que o havia capturado e volta para as próprias linhas, contando um detalhe interessante: em vez de entregar os prisioneiros alemães diretamente às tropas regulares aliadas, como faziam até então, os *partisans* agora preferiam mantê-los perto da frente, dando a entender que esperavam uma grande ofensiva aliada que obrigatoriamente empurraria a linha de combate bem mais para adiante. Também os efetivos brasileiros, um batalhão de cada lado de Montese, o I e o III 11^o RI foram identificados pela 114^a na véspera do ataque.^[25]

A ofensiva brasileira de quatro dias contra a região de Montese foi com razão caracterizada pelo comandante da FEB, marechal Mascarenhas, como o episódio mais sangrento da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial – e só faltavam uns 20 dias para que ela acabasse. Seu final seria ainda mais insólito que o de Monte Castello. No início do ataque, os soldados brasileiros avançaram relativamente rápido, mas há uma considerável divergência de avaliações entre a narrativa brasileira e a alemã sobre o início dos combates.

Enquanto a FEB, aqui representada pela narrativa oficial de seu comandante, considerava o avanço das primeiras tropas de assalto e patrulhas na manhã do 14 de abril como importante penetração na linha inimiga, os alemães afirmam em seus comunicados que o inimigo ocupara apenas localidades na terra de ninguém (que no trecho chegava a 2 quilômetros de largura) em seu propósito de atacar as linhas principais. A primeira fase do ataque terminaria na noite desse dia com a tomada da cidadezinha de Montese, uma das etapas que a FEB precisava cumprir como parte do apoio à ofensiva principal, conduzida à sua direita pela já conhecida 10^a de Montanha americana. O impulso do ataque brasileiro,

aliás, dependeria muito da rapidez com que os americanos avançassem em seu setor. Se os soldados da 10ª caminhassem muito depressa, a FEB teria obviamente de desviar parte de seus contingentes para cobrir eventuais brechas.

Ao final do primeiro grande dia de combates, os alemães admitiriam apenas a perda de Montese, com partes de um batalhão de artilharia deixado ali, mas afirmariam em seus comunicados que o restante da linha de combates não sofrera qualquer alteração. A diferença de interpretação é fácil de ser explicada: Montese não era objetivo a ser defendido a qualquer custo no esquema defensível do general Strahammer. Ao contrário, o comunicado do chefe de seu estado-maior descrevendo as operações da tarde do dia 14 (documento editado na manhã do 15) menciona o recuo programado para a linha de defesa “Käthe-Kitty”, com centro de gravidade no triângulo que o marechal Mascarenhas queria tomar: Montello, Montese e a elevação 888, do qual a cidadezinha formava a ponta sul. Os soldados brasileiros avançaram até o pé das montanhas fortificadas, e aí a luta começou para valer.^[26]

Nos dois dias seguintes, a FEB perderia quase tanta gente como em Monte Castello. Foram especialmente sangrentos os combates do dia 15 pela posse do Montello e da elevação à sua esquerda (do ângulo brasileiro), ou seja, o centro do sistema defensivo alemão. Os alemães apanharam em fogo cruzado pelo menos uma seção de uma companhia brasileira perto de Canelli (a leste de Montese), a qual foi praticamente destruída. No entanto seu serviço de informações caiu no típico erro de exagerar o número de mortos adversários: teriam sido pelo menos trinta na primeira fase dos combates (foram, na verdade, onze, além de 118 feridos).^[27] Na noite do dia 15 para 16, de qualquer maneira, o mais atingido dos batalhões brasileiros, o III 11º RI, foi retirado da linha de frente.

Pelo menos uma vez nos últimos meses o Regimento 741 da 114ª podia apresentar um comunicado com sabor de missão cumprida. A 6ª Companhia do 1º Batalhão detém pelo menos quatro ataques brasileiros contra as elevações e consegue fazer até mesmo um prisioneiro brasileiro, cujas informações apenas confirmam o que a 114ª já sabia sobre efetivos e reservas. Naquela altura, os alemães já contavam pelo menos 105 mortos adversários, fora “uns 200” que teriam sido causados pelo fogo de sua artilharia dirigido contra os pontos de partida das tropas brasileiras.^[28]

Os ataques prosseguem no dia 16 com a mesma intensidade. Os brasileiros efetuaram a rotação de suas tropas, com os alemães registrando, no total, o emprego de seis batalhões de infantaria, ou seja, quase tudo que a FEB podia colocar em primeira linha. Às 4h da tarde do dia 16, os alemães têm até um herói a mencionar: o tenente Eisele, comandante do “pelotão a bicicletas” (denominação oficial, embora não signifique que estivessem pedalando), liquida a última tentativa brasileira de tomar a elevação 927, mantendo-a em poder dos alemães depois de a posição ter trocado de mãos várias vezes.^[29]

Nota-se certo tom triunfante nos comunicados alemães: “diante da frente da Divisão, a 1ª Divisão brasileira jogou seus três regimentos de infantaria, fazendo o rodízio dos batalhões mais atingidos no ataque. A batalha de defesa do Montello custou ao inimigo severas perdas. Apesar de forte apoio de artilharia e do emprego de seções de um batalhão de tanques americano, o inimigo não conseguiu tomar o Montello”. De fato, na manhã de 17 de abril, o reconhecimento alemão notou no adversário “certa calma”, que o oficial do estado-maior do general Strahammer evidentemente atribuiu às “pesadas baixas sofridas”

pelos brasileiros.^[30]

Era o final insólito da batalha de Montese. O IV Corpo havia ordenado à FEB que suspendesse seus ataques contra o centro do dispositivo alemão na região. As tropas brasileiras eram necessitadas sobretudo para cobrir o avanço da 10ª de Montanha, à sua direita, que fazia bons progressos após um começo hesitante. Quanto aos alemães, sequer teriam tempo de comemorar qualquer vitória na defesa das elevações ao norte de Montese.

Por motivos semelhantes aos que obrigaram a FEB a suspender o ataque, o general Strahammer também foi obrigado a abandonar as posições que defendera tenazmente nos quatro dias anteriores. Sua “vizinha” da esquerda, a 334ª Divisão de Infantaria alemã, fora forçada a recuar bastante, e a 114ª tinha de fazer o mesmo sob pena de permanecer sozinha na frente.

Havia detalhadas instruções para a retirada, que deveria ser garantida por pelo menos um terço dos efetivos, mas tanto cuidado acabou sendo desnecessário.^[31] Preocupados com a missão à direita do seu setor, consideravelmente ampliado, os brasileiros não seguiram imediatamente os alemães quando a 114ª recuou para trás do rio Panaro. Ao chegar, na tarde do dia 19 de abril, a ponto principal de passagem pelo leito do rio, o esquadrão de reconhecimento brasileiro constatou que os alemães tinham estado ali 24 horas antes.

As instruções para retirada até o rio Panaro são o último papel com a assinatura do general Strahammer. A partir desse dia, não há mais arquivos da 114ª Divisão Ligeira. Dessa data em diante, os alemães passam de posições perdidas para uma situação catastrófica. A 25 de abril, a resistência italiana ordena a insurreição geral. Os aliados deixam de lutar contra um Exército organizado. A retirada para o norte, através do vale do Pó e em demanda dos Alpes suíços, já estava cortada por tropas anglo-americanas. Com os brasileiros, entre outros, no seu encalço, as divisões alemãs perderam rapidamente a aparência de grandes contingentes ordenados. Uma das poucas que preservaram até o final um aspecto mais ou menos intacto, embora lutasse de maneira desorganizada, daria importante contribuição à história militar brasileira.

* * *

O oficial alemão bateu continência e tinha um pequeno sorriso nos lábios. “*Buenos días, qué tal?*”, disse em espanhol o capitão Lotar Mull, e a expressão de espanto persistiu no rosto do major brasileiro. Essa cena permaneceu inesquecível para o antigo comandante do 1º Batalhão do Regimento de Artilharia da 148ª Divisão de Infantaria, aprisionada pela FEB a 29 de abril de 1945, em Fornovo, ao sul de Parma. No QG aliado, nesse mesmo dia, os alemães apresentavam também o primeiro instrumento incondicional de rendição.

Durante a cerimônia militar de capitulação, o capitão alemão deu de lembrança ao major brasileiro seus binóculos, “e também não esqueço a alegria que ele demonstrou”. Quarenta anos depois da guerra, aos 71 de idade, o ex-capitão Mull era um senhor aposentado morando num subúrbio de Stuttgart. Quando fala das lembranças da guerra, uma das principais foi o momento em que sua unidade se rendeu aos brasileiros – pela total estupefação. “Nós vínhamos recuando com os canhões apontados para o sul, onde estavam as tropas americanas. De repente, no dia 28 de abril, o comando nos avisou que estávamos

cercados pelo norte, e por brasileiros. Nunca podia imaginar que estivéssemos combatendo contra brasileiros, e só me convenci disso no dia em que nos apresentamos para entregar as armas.”

Ao seu lado, sentado no café de um anônimo hotel de cidade pequena no sul da Alemanha, o ex-chefe da primeira bateria, Herbert Gärtner, senhor de aspecto muito circunspeto e ralos cabelos brancos, confirma tudo com um leve gesto de cabeça. Gärtner e Mull já se conheciam desde a guerra, têm fotos juntos como jovens oficiais em reluzente uniforme na Riviera francesa, mas só vários anos depois de terminado o conflito é que entraram em contato com os outros veteranos da mesma Divisão, formando uma associação que todos os anos se encontra.

Ao contrário da 232^a, cuja composição passou praticamente sem registro pela história militar brasileira (além de algumas informações superficiais e suplementares incluídas na edição americana do livro do marechal Mascarenhas, na literatura disponível no Brasil praticamente se desconhece o adversário na guerra), a 148^a de infantaria ficou razoavelmente conhecida após sua rendição à FEB, embora grande parte das informações publicadas seja falsa. Há fotos de seu comandante quando se rendeu aos oficiais brasileiros e também da massa de soldados alemães aprisionada. Essa unidade alemã existia desde dezembro de 1939 e fora formada na cidadezinha de Gleiwitz, na antiga fronteira entre a Alemanha e a Polônia (famosa devido ao incidente que os nazistas fabricaram para servir de pretexto à invasão da Polônia, em setembro de 1939).

Composta sobretudo de soldados da Silésia (hoje território polonês), em particular dos arredores de Wroclaw (Breslau) – o que explica também a manutenção de laços entre os veteranos após a guerra –, a 148^a existiu como divisão de reserva até 18 de setembro de 1944, data em que foi transformada em divisão de infantaria. A partir de 1940, nos primeiros anos de existência, ficou estacionada na região de Metz, para que seus quartéis na Polônia servissem de ponto de partida para as tropas que atacariam a União Soviética. Em novembro de 1943, depois de “emprestar” diversas unidades a outras tropas ocupando a França, a 148^a foi deslocada para Nice, que deixou logo após o desembarque dos americanos no sul do país. Melhor região a Divisão não poderia escolher: ela guardava a Riviera francesa, de Cannes a São Rafael. Com a invasão do sul da França, foi encarregada de obstruir o caminho dos aliados para o norte da Itália, protegendo os passes alpinos, e ficou alinhada com a 232^a dentro do XIV Exército alemão quando o marechal Kesselring reagrupou suas forças, em outubro de 1944.

Embora fosse tranquilo o trecho Gênova (onde substituiu a 232^a), o comandante, general, Otto Fretter-Pico, não acreditava poder cumprir nem mesmo funções defensivas. Contava com três regimentos de infantaria (os de números 281, 285 e 286) e um de artilharia (com dois batalhões leves e um pesado), além de um batalhão de fuzileiros, uma companhia antitanques e outra antiaérea. Num relatório de onze páginas que escreveu no campo de prisioneiros de Rimini, em agosto de 1946, sobre a atuação de sua Divisão no período de maio a setembro de 1944, o general Fretter-Pico achava isso “totalmente insuficiente”.^[32]

Com a adição de algumas unidades, como um batalhão de montanha e tropas italianas, a partir de novembro de 1944, a 148^a virou o “*Kampfgruppe Fretter-Pico*” (“grupo de combate Fretter-Pico”). Armamento, meios de transporte e equipamento não se diferenciavam

substancialmente dos da 232^a, e as tropas tinham características semelhantes: a 148^a, em grande parte, era formada por reservistas, com o problema suplementar de que muitos deles representavam grupos populacionais pertencentes ao Reich, mas de vago domínio do idioma alemão.

O general Otto Fretter-Pico era um veterano da Primeira Guerra, possuidor de várias condecorações. Na Segunda, chefiou unidades de artilharia até chegar a general de divisão, em 1943. Suas duas principais condecorações – Cruz de Cavaleiro e Folhas de Carvalho para a mesma Cruz – foram atribuídas por missões defensivas: a retirada do sul da França após a invasão americana e a defesa da costa ligúrica, no norte da Itália, em 1945. A capitulação perante a FEB impediu que recebesse a última. Sobre a família pairava a ameaça de represálias – não tivesse a guerra acabado antes.

As duas Fretter-Pico, viúva e filha do general, lembram-se bem do medo que sentiam naquela época. Em 1984, ambas viviam ainda na casa do falecido general, na bela cidade de Freiburg, no sul da Alemanha. Otto morreu de insuficiência cardíaca em 1966. “Quem viveu duas guerras de maneira tão intensa, como meu marido, não ia mesmo aguentar muito tempo”, diz a Sra. Fretter-Pico, encantadora velhinha de 86 anos, cheia de espírito e rápida nas respostas. Ao seu lado, a filha Anneliese presta atenção para que a mãe não passe da conta: a discreta fisioterapeuta, já passada dos 50, era uma espécie de administradora do passado da família – que inclui sobretudo antigos oficiais de exércitos reais e alguma influência francesa (“Picot” era o nome original).

“Não podia mesmo haver coisa pior para um oficial do que perder uma guerra”, observava a viúva Fretter-Pico (também filha de general). “Ele se dizia um militar de asas cortadas, mas nunca foi um fanático, muito menos um nazista. Quando vinha de férias aqui, só falava mal de Hitler.” Desligado da política, bastante conservador, o ex-general arranhou depois da guerra um emprego como representante de uma fábrica metalúrgica. Era bom conhecedor de vinhos – através de sua mulher, herdou uma vinícola na região – e não perdia os encontros anuais dos veteranos da 148^a, gente agradecida pela capitulação, que salvou muitas vidas de soldados. Na sua rua, em Freiburg, os vizinhos o tratavam de *excelência*, ainda na década de 1960.

“Dos brasileiros, ele nunca falou muito. Só que estiveram na sua frente no final da guerra. É que, eu acho, seu primeiro contato com os brasileiros foi também o último”, disse a viúva. A filha ainda se lembra de um rápido episódio, poucos anos antes da morte do general. Ele abriu de manhã um jornal e, logo depois, um largo sorriso de bom humor. “Engraçado saber que eles comemoram aquilo”, disse o ex-general quando tomou conhecimento de festividades, no Brasil, recordando a capitulação da 148^a.

No jornalzinho que os veteranos editam, já num exemplar de 1966, davam eles as razões para a rendição: “esmagadora superioridade material dos brasileiros”. Os velhos combatentes Gärtner e Mull contam as primeiras impressões que tiveram do equipamento dos brasileiros como algo totalmente inédito para soldados alemães: “Era simplesmente inacreditável. Eles tinham de tudo sobrando, a começar por aviões. Infundáveis colunas de caminhões passavam por nós, que estávamos acostumados a puxar nossos canhões com cavalos. Imagine que atravessamos três vezes os Alpes puxando nossas baterias com

animais, não era tarefa fácil”, diz Mull.

“Os aliados sempre nos impressionaram por seu conforto e material. Um dia, eu estava no meu posto de observação e, com binóculos, pude observar como os soldados americanos desarmavam suas barracas. Lá dentro havia camas, camas de verdade, coisa que o soldado alemão nunca podia imaginar na primeira linha de batalha”, conta Gärtner. Mas os dois não se lembram de qualquer grande batalha antes da rendição da 148ª. “Acho que nunca houve uma batalha de Fornovo. Havia apenas choques de grupos de reconhecimento e algum bombardeio de artilharia”, diz Mull, mostrando com orgulho algumas fotos de tanques americanos Sherman que ele ajudou a liquidar com sua bateria. “Nós já sabíamos que a guerra estava praticamente liquidada. Não queríamos mais derramamento de sangue inútil, e por isso todos estavam contentes com a decisão de nosso general, que achou melhor render-se, mesmo correndo o risco de represálias contra sua família, do que lutar à toa”, acrescenta Gärtner, consultando seu caderninho de notas da época.

A rendição seria motivo de agradecimentos por parte dos oficiais ao general Fretter-Pico, 21 anos depois da guerra, quando alguns remanescentes carregaram seu caixão até um cemitério de Freiburg. O discurso de despedida, impresso num dos jornaizinhos da associação da 148ª, qualifica a decisão tomada por Fretter-Pico de “ato de um homem digno”.

“Essa Divisão foi sempre conduzida por ele com grande habilidade militar, a ponto de ser uma das últimas – muito dizimada, é verdade – a assistirem ao final da guerra em situação humana. O general ignorou uma ordem para resistir a qualquer custo e acertou a trégua com o adversário depois que a Divisão estava privada de abastecimento e sem munição. Essa atitude trouxe perigos para ele, sua mulher e sua filha. Por isso, nós, os sobreviventes, podemos dizer que temos a lhe agradecer por muito, talvez por tudo.”

Praticamente as únicas experiências vividas pelos homens da 148ª com o adversário brasileiro ocorreram após o fim das hostilidades. Logo ao saber que seria preso por brasileiros, Mull conta ter sentido um alívio. Na sua juventude, havia passado dois anos em Madri numa representação comercial alemã (saiu de lá no início da Guerra Civil, em 1936). Dominando razoavelmente o espanhol, achava que não teria problemas em se entender com os brasileiros, o que de fato acabou acontecendo: “como oficial responsável, pedi ao major brasileiro que aceitou nossa rendição o privilégio de manter minha arma de mão. Pedi ainda que meu pessoal de artilharia pudesse ir até os carros buscar um pouco de sua bagagem, pois só tinham a roupa do corpo. Com tudo o major brasileiro concordou, de maneira muito simpática. Mais tarde, quando os americanos entraram em cena, tomaram imediatamente minha pistola e minha Cruz de Ferro.”

Outro episódio relacionado aos brasileiros deixou gratificados os prisioneiros da 148ª Divisão de Infantaria. Reunidos num acampamento provisório perto de Collecchio, todos deveriam marchar nos dias seguintes pela cidade de Parma, a caminho dos campos de prisioneiros de guerra. Durante a caminhada pelas estreitas ruas, a população italiana os hostilizava com gritos, cusparadas, algumas pedradas e garrafadas.

“Os soldados brasileiros que nos guardaram foram muito enérgicos e nos protegeram da fúria da população. Nenhum de nós foi agredido”, disse o ex-capitão Mull. “Ao meu lado, um soldado negro ainda disparou sua arma para o alto para conter o povo”, acrescentou Gärtner. Ele quase escapou do final da guerra: tinha sido ferido por um tiro na coxa, na

frente russa, e acabava de sair do hospital quando o chamaram para a 148ª.

O mesmo episódio foi vivido também por Rolf Feltes, na época primeiro-sargento e um dos que só vieram a conhecer Mull e Gärtner muitos anos depois da guerra. Aos 69 anos, Rolf Feltes morava numa pequena localidade vinícola na margem esquerda do rio Reno, pouco acima da cidade de Mainz. Baixo, gordo, de bochechas vermelhas, lustrosas e sorridentes, Rolf Feltes vivia só para os netos. “Brasileiros e americanos me trataram muito bem. Só tive um episódio lamentável durante o tempo que passei como prisioneiro de guerra, e foi com os ingleses. Sem notícia de casa, um dia eles anunciaram que havia chegado o correio. Reuniram-nos no pátio do campo, despejaram as cartas no meio, molharam tudo com gasolina e tocaram fogo. Mas eu nem quero lembrar essas coisas.”

* * *

A rendição da 148ª, unidade que se foi desviando do inimigo até não ter mais saída, e capitulou porque não via sentido em continuar a luta, foi de fato uma exceção no final da guerra na Itália. Seus sobreviventes consideram a rendição como parte das negociações gerais que se efetuavam no momento entre alemães e aliados. Para outros adversários dos brasileiros nessa campanha, o epílogo dos combates se confunde com a inútil tentativa de fugir para os Alpes.

O momento em que entraram no cativeiro é uma constante nas recordações de todos os combatentes. Ainda vivas em detalhes, essas peripécias são relatadas no documento que o tenente Hansen, ajudante do comandante do RI 1.044 da 232ª Divisão, anexou ao relatório do general barão von Gablenz sobre o emprego de sua unidade nos Apeninos. O mesmo depoimento, feito por escrito também pelo coronel Stöckel (o comandante do RI 1.045, que se tornaria doutor em Filosofia), não tem a mesma graça. O tenente Hansen possuía dotes de cronista para descrever a curiosa perseguição de uma tropa derrotada, que só podia movimentar-se à noite e cujos meios de transporte incluíam sobretudo prosaicas carroças puxadas a cavalo e bicicletas, com a rota de fuga marcada por um sargento que ia pedalando, algumas horas antes, e pintando marcas nas árvores com uma lata de tinta branca.^[33]

Embora só pudesse cobrir distâncias de 40 quilômetros por noite, o que restou da 232ª era perseguido com certa lentidão pelo inimigo. “Não tivemos o menor problema em romper contato e retirar-nos” (tenente Hansen). A rota dos alemães em fuga é, até a altura da cidade de Parma, exatamente a mesma do avanço principal da FEB depois dos Apeninos. As tropas brasileiras, de acordo com o relato alemão, chegavam pelo menos um dia depois aos lugares de onde haviam saído: “Ao que parece, o inimigo não quer arriscar mais baixas” (coronel Stöckel).

Os dois últimos regimentos da 232ª, o 1.044 e o 1.045, marchavam com seus restos praticamente juntos. Cada travessia de rio significava abandonar ou queimar parte dos veículos e da bagagem. O tenente Hansen assumiu automaticamente o comando de três grupos, reunindo o que ia achando no caminho. Em Parma, o que sobrou da 232ª virou para o norte e tentou fugir para o Pó. Naquele lugar, a FEB virou para o sul e aprisionou a 148ª, que tentava seguir o mesmo caminho. Numa pequena cabeça de ponte no Pó, guarnecida

ainda por alguns exemplares do famoso canhão antiaéreo de 88 milímetros, os soldados da 232ª travaram derradeira batalha contra uma incauta coluna blindada americana, que caiu de surpresa sob o fogo concentrado dos últimos canhões alemães, e carregaram consigo para o outro lado sessenta prisioneiros americanos. O relato do tenente Hansen:

“Aí só possuíamos uma metralhadora pesada, duas leves, quatro morteiros e três bicicletas. Soltamos os cavalos na beira do rio e jogamos as carroças na água. É o fim e ninguém quer acreditar. Estamos sozinhos. Não recebemos mais nenhum contingente, fora alguns perdidos, que acolhemos em grande quantidade. Para comer, só o que o país fornece. Estamos nos orientando com dois mapas de 1:300.000. Não há mais telefone nem rádio. Logo estamos numa batalha. *Partisans* bloqueiam a passagem pelo rio Adda, ao norte de Castelnuovo. Num rápido ataque, ‘conquistamos’ a cidadezinha, libertamos duzentos soldados alemães, que infelizmente não mais pudemos armar, e fizemos duzentos prisioneiros. De noite, o 1º Batalhão do 1.044 nos alcançou [quem o comandava era o conhecido capitão Pfeffer, que tivera de passar por tanques americanos para chegar ao Adda]. Depois de atravessar o rio, soltamos nossos prisioneiros italianos.

“Na manhã do dia 28, surgem três membros do comitê de libertação de Cremona e, sob a afirmação de que a cidade está cercada, exigem nossa capitulação. A resposta é um sorriso. Não queremos negociações prolongadas, queremos descanso. Marcamos outro encontro à 1h da tarde, eles vêm de novo – com meio milhão de liras e um bem organizado sistema de transporte que deverá conduzir nosso regimento de cidade em cidade. No primeiro momento, perdemos a fala. Reconhecemos imediatamente nossa chance. Eles querem se ver livres desse bando armado. Nós concordamos. Nesse dia, ouvimos as primeiras notícias sobre a capitulação, a morte de Hitler [aqui há um erro: o ditador se suicidou apenas a 30 de abril], e muitos boatos. A noite de 28 para 29 termina com violenta tempestade. O mundo parece que vai acabar. O serviço de transporte dos italianos dá certo até o sul de Soncina, logo abaixo da grande estrada entre Milão e Brescia. Em toda parte, nos povoados, estavam os carros à disposição, e comida também. Infelizmente, não sabíamos que as mesmas pessoas simpáticas mantinham mil prisioneiros alemães em seu povoado, os quais não estavam passando muito bem.

“Em Soncina, parece que era mesmo o fim de tudo. Negociando, conseguimos passar para o norte, embora os tanques americanos estivessem a 3 quilômetros de distância. Atravessamos uma cidade morta. Dois dias depois, estávamos ali de volta, como prisioneiros, e então ficamos sabendo que, naquela noite, uns 5 mil guerrilheiros não quiseram lutar contra nós. Ficamos sabendo também de outros 2 mil prisioneiros alemães, mas sua libertação não teria feito qualquer sentido, teria sido um derramamento de sangue inútil. Mais 10 quilômetros e, na maravilhosa calma de um domingo magnífico, cumpriu-se o destino do Regimento. Enquanto alguns comandos tentavam arrumar comida, perto do meio-dia apareceu um carro inglês com um major e um capitão, que em nome de sua majestade nos convidam a capitular. Como pressão, dizem que os capturados por *partisans* seriam entregues aos russos. Após uma conversa dos oficiais, nós recusamos. Eu convoco então o 1º Batalhão e a Companhia do estado-maior. Enquanto os oficiais ingleses esperam que se escoem os últimos três minutos do prazo concedido, perguntamos aos homens se continuamos lutando ou nos entregamos. Com exceção de uns cem oficiais e soldados, o Regimento se entrega. Deixo os sessenta americanos livres. Um minuto depois, trocamos de

papel – o Regimento é prisioneiro dos americanos. Essa é a última coisa que vejo enquanto jogo minha metralhadora e desapareço na planície do Pó.”

A guerra acabou para os adversários dos brasileiros em Monte Castello, no dia 28 de abril. O RI 1.045 fora surpreendido numa emboscada de *partisans* e americanos na localidade de San Pietro, perto de Cremona. A primeira metade da coluna ainda pôde marchar pelo lugar sem problemas, mas então os soldados escondidos nas casas abriram fogo de surpresa. “A tropa cansada já não tinha condições de oferecer qualquer resistência ante a emboscada, cujo fogo tinha uma intensidade indescritível”, escreveria o Coronel Stöckel. Quem sobrou se rendeu. O capitão Schweitzer foi ferido pela terceira vez e entrou no cativeiro montado num bonito cavalo.

No mesmo dia, os oficiais do estado-maior da Divisão foram surpreendidos por uma coluna blindada americana pouco acima do rio Pó, quando tentavam orientar-se e entrar em contato por rádio com o Supremo Comando, e foram feitos prisioneiros. Alguns oficiais, como o tenente Hansen e o capitão Pfeffer, quiseram continuar sozinhos, mas nenhum chegou sequer até a Suíça.

Outro que parecia ter escapado, o tenente Bruno Harlinghausen, do RI 1.044, teve fim trágico. Ganhou férias (perto da catástrofe, a burocracia alemã ainda funcionava) no final de abril para visitar a mulher, Ursula, e os gêmeos que tinham acabado de nascer, e levou consigo, para entregar em Berlim, todos os documentos da 232^a. Voltando para casa, viu tropas americanas, vestiu-se de civil para encontrar de novo a mulher, mas acabou sendo preso. Foi fuzilado sumariamente como espião, e só quarenta anos depois da guerra a viúva ficou sabendo que, afinal, a missão do tenente fora inútil: os documentos queimaram-se no arquivo de Potsdam.

O personagem central desta história, o barão von Gablenz, transformou-se em POW (*prisoner of war*) também próximo ao rio Pó. Quanto ao general Martin Strahammer, comandante da 114^a Divisão Ligeira, morreu em combate a 2 de maio de 1945, no dia em que a guerra oficialmente acabou na Itália.

TENTANDO ENTENDER

O Brasil ganhou a guerra. Todo mundo sabe. O justificado sentimento comum de vitória talvez explique a rapidez com que os tutores americanos destinaram à poeira dos arquivos os relatórios específicos sobre a FEB. De qualquer maneira, eles deixaram, ainda antes de Montese, de se preocupar com cada aspecto (e todos os detalhes) da tropa brasileira. Sua atitude pautou-se aparentemente pelo lema “o que passou, passou, e está acabado”. Interesses políticos também ajudaram para que assim fosse.

Meses depois de terminado o conflito, em outubro de 1945, o coronel Walter Sewell escreveu aquela que seria a derradeira carta de sua subseção brasileira, em Florença. A FEB estava havia muito tempo de volta ao Brasil, o entusiasmo dos dias da Vitória virara fumaça (e bem cedo: em junho, o prefeito de Teano, perto de Nápoles, enviara um memorando ao Comando do V Exército queixando-se de que os brasileiros, à espera do embarque de volta para casa, estavam transtornando a vida de sua cidade, pois despejavam todo dia um caminhão de lixo na Ponte dos Suíços), e o coronel achou que era chegada a hora do balanço geral: “no final das contas, acho que a FEB foi um sucesso. Houve alguma turbulência, mas tudo parece ter terminado bem.”

Os americanos concentravam-se em problemas imediatos. Também em outubro, o chefe do grupo de planejamento pan-americano do Exército dos Estados Unidos, em Washington, concluía breve apreciação da participação brasileira na Itália. A presença da FEB havia culminado, assinalou esse oficial, com a rendição de uma divisão de infantaria germânica e seus 14 mil homens. Os brasileiros receberam muitos elogios. Essa opinião não era absolutamente gratuita: o State Department queria saber se valeria a pena dar um lugar ao Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Levaria 32 anos para que as relações entre militares brasileiros e americanos esfriassem novamente, atingindo níveis compatíveis aos do inverno de gelo, sangue e crise dos Apeninos. Irritado com a política de direitos humanos e a oposição da administração Jimmy Carter ao tratado nuclear teuto-brasileiro, o presidente general Ernesto Geisel determinou, em 1977, o rompimento de acordos militares entre o Brasil e os Estados Unidos. Isso vale igualmente como final de um longo processo de amadurecimento de ressentimentos experimentados por “febianos” (embora Geisel não o fosse) desde seu difícil contato com os americanos na Itália. Para muitos desses militares brasileiros, aliás, a FEB transformou-se em estigma difícil de vencer em sua luta pela ascensão profissional. Ter pertencido à FEB nem sempre ajudou nas promoções.

As consequências da campanha da Itália para os militares brasileiros constituiriam, contudo, material para outro tipo de trabalho. Neste capítulo final, o propósito é apenas

discutir questões que permaneceram em aberto, além de arredondar o quadro e sistematizar alguns aspectos. O acento principal recairá sobre os alemães, inimigos de outrora e “aliados” a contragosto do Brasil, “potência emergente” dos anos 1970 – simplesmente porque a ignorância quanto ao ex-adversário é maior. A existência de sufocante quantidade de relatórios e documentos americanos sobre os brasileiros justifica, de certa maneira, o pouco espaço dedicado aos tutores americanos neste capítulo. De seu lado, ficaram menos perguntas pendentes.

Talvez a principal delas seja o evidente contraste entre os elogios que altos militares americanos passaram a distribuir à FEB a partir de fevereiro de 1945 e o tom acentuadamente negativo dos relatórios e opiniões fornecidos por oficiais de patentes inferiores, encarregados do contato cotidiano com os brasileiros. Isso não constitui necessariamente uma contradição.

Aos oficiais que acompanharam os brasileiros como instrutores ou elementos de ligação, as ordens eram precisas: fornecer um quadro exato do que viram. Não fazia parte do seu mundo de preocupações as elucubrações de caráter político sobre as prováveis consequências das críticas contidas em seus relatórios. Esse era um problema para os generais e note-se que, no difícil período dos primeiros fracassos nos Apeninos até a tomada do Castello, os oficiais brasileiros não tiveram elogios importantes a registrar.

É obvio que, de indivíduo para indivíduo, a atitude frente aos brasileiros variava. Aplicando-se critérios subjetivos, pode-se afirmar que alguns oficiais americanos demonstraram clara intenção de buscar entendimento. Outros pareciam, no mínimo, consideravelmente enfadados “com tudo aquilo” e não previram para a FEB um futuro brilhante – para expressar a coisa de maneira diplomática. Há ainda um fator suplementar que não pode ser ignorado ao se considerarem algumas das críticas mais severas feitas à FEB por americanos.

O período em que as piores opiniões se acumulam coincide, evidentemente, com a crise após as derrotas frente ao Castello (cujas causas, aliás, apenas os mais cegos entre os brasileiros ainda insistiam, anos depois, em ignorar). Os observadores americanos não tinham a menor dificuldade em pôr o dedo na ferida. Contudo, os americanos atribuíram a tomada desse objetivo, em grande parte, a seu próprio esforço de treinamento, supervisão e “inspiração” (através do contato com a 10ª de Montanha) da FEB.

Mesmo correndo o perigo de fazer uma grosseira simplificação, é difícil fugir à impressão de que, para os americanos, quando as coisas iam mal, a responsabilidade cabia sobretudo aos brasileiros. Quando melhoraram, deveria ser atribuída a eles mesmos, americanos. Essa afirmação não pretende ser um julgamento sobre o conteúdo dos relatórios americanos, com o intuito de questionar sua veracidade ou exatidão. Os fatos reportados pelos oficiais americanos, na maior parte das vezes, falam absolutamente por si. É apenas a constatação de uma atitude.

Para os Estados Unidos, a presença de tropas brasileiras na Itália foi mais uma necessidade política do que militar. Nem seria razoável esperar que pouco mais de 5 mil combatentes (o primeiro escalão da FEB – no final, havia perto de 15 mil homens), mal treinados e mal preparados, pudessem compensar a retirada das unidades experimentadas para o planejado desembarque aliado no sul da França. Washington jamais perdeu a ideia de que sua cooperação militar com o Brasil resultaria num instrumento poderoso, sobretudo

após o término do conflito. A importância dessa experiência, não custa ressaltar, não deve ser vista apenas na venda de armas ou equipamentos. Sob o lema da “defesa da democracia” e da “solidariedade continental”, ocorreu a importação de doutrinas e métodos de impacto vital para uma decisiva camada de militares brasileiros.

Dessa maneira – e apenas nesse sentido –, cai para segundo plano o fato de os brasileiros terem sido empregados numa frente secundária, com atribuições meramente táticas. Igualmente, do ponto de vista americano, seria fútil qualquer discussão sobre a eficiência em combate das tropas brasileiras, contanto que elas fossem capazes, finalmente, de cumprir as missões limitadas que lhes atribuíram na Itália – e, quem sabe, as múltiplas funções que seus comandantes teriam voltando para casa. Em 1964, eles resolveram tomar nas mãos um projeto bem mais ambicioso que a conquista de uma elevação nos Montes Apeninos.

* * *

Quanto aos alemães, a passagem da FEB pela Itália foi episódio secundário, subordinado à direção-geral aliada/americana e capaz de merecer apenas menções marginais, se tanto, nos documentos oficiais de nível superior. As unidades que entraram diretamente em combate com os brasileiros evidentemente produziram um número maior de informações sobre seus adversários, mas a “filtragem” de baixo para cima fez com que, no Oberkommando de Wehrmacht (OKW), a entrada em cena da FEB recebesse pouquíssima atenção. Ela foi imediatamente encarada como expediente para permitir a liberação de forças anglo-americanas para operações mais importantes, tal como descrito na “avaliação do inimigo” do OKW, de 4 de junho a 15 de agosto de 1944, na qual a FEB mereceu exatamente uma frase.

Esse ponto de vista alinha-se perfeitamente com as opiniões do marechal Albert Kesselring, supremo comandante das tropas alemãs na Itália até abril de 1945. Ele incluiu os brasileiros entre as “divisões aliadas de segunda categoria”, conforme a página 100 de seu documento c-064, sobre a “Campanha da Itália”, escrito para os americanos a 1º de maio de 1949. Para esse marechal alemão, apenas os marroquinos, entre as divisões não americanas empregadas na Itália, tinham rendimento comparável ao de unidades americanas e inglesas (página 35 de outro documento produzido a pedido do Exército americano, o B-270, sobre “Estratégia geral na Itália”). Cabe dizer, de passagem, que os interrogadores americanos de Kesselring também nunca lhe perguntaram sobre o rendimento de outras divisões não americanas, com exceção dos poloneses que combateram na famosa batalha de Monte Cassino.

O comandante alemão que seguramente teve mais contato e experiência com o adversário brasileiro do que todos os seus colegas de armas na Itália – o general barão Eccart von Gablenz, responsável pela 232ª Divisão de Infantaria – também nada deixou por escrito com riqueza de detalhes sobre a FEB. Ao contrário, contentou-se em dizer que “a capacidade de combate da divisão brasileira não era altamente considerada”. Isso pode ser lido na página 19 de seu documento intitulado “Emprego da 232ª Divisão de Infantaria no trecho dos Apeninos e sudoeste de Bolonha”, que o barão terminou de escrever a 25 de maio de 1947, num campo especial de prisioneiros americanos em Garmisch-Partenkirchen, nos

Alpes alemães.

O considerável desprezo com que Kesselring contemplou seus adversários não americanos na Itália foi ao ponto de o marechal alemão formular, em meados de fevereiro de 1945 (quando a 10ª de Montanha americana começava o ataque contra o Belvedere), um relatório que levaria a Hitler dizendo que divisões de pouco valor militar, formadas por “poloneses, italianos e negros”, reforçavam a reserva operativa dos aliados na Itália. Seu relatório foi apresentado ao Führer apenas a 9 de março, quando as posições em torno do Belvedere-Torraccia (incluindo o Castello) já estavam perdidas, e dois dias depois o OKW voltava a afirmar que o inimigo considerava a Itália um teatro de operações “secundário”, onde não buscaria a decisão, já que “unidades inglesas e americanas puras” haviam sido substituídas por tropas “sem valor de combate”.

Qual a razão de tão pouca atenção para uma tropa, como a da FEB, composta de mais de 25 mil homens? Tratar-se-ia de uma reação natural de arrogantes germânicos, incapazes de admitir derrotas para “negros”, “asiáticos” ou outros soldados sem tradições militares, como ingleses, franceses ou americanos? Foi tão negativa assim a imagem que os soldados brasileiros deixaram em seus oponentes alemães?

Tratando-se de aspectos puramente militares (sempre muito fascinantes para os entendidos, mas desinteressantes para o leitor comum, para o qual discussões sobre tática e estratégia são, no mínimo, inúteis), há motivos para justificar a quase arrogante falta de atenção germânica. A FEB tomou parte em lutas numa frente que, no momento de sua verdadeira entrada em ação (outubro de 1944), era secundária para alemães e aliados. Essa frente secundária, por sua vez, estava subdividida em dois trechos principais, aos quais os alemães atribuíam relevância díspar: o setor em que a FEB esteve presente pertencia ao menos importante do ponto de vista alemão – e aliado também, segundo o marechal Alexander. Pode-se argumentar que, em termos estratégicos, talvez essa visão fosse completamente errônea. É bom ter em mente, contudo, que a intenção deste relato é mostrar, em primeiro lugar, qual a percepção que o adversário alemão tinha da FEB, e não discutir quem tinha razão em sua avaliação da situação. Considere-se a presença da FEB na Itália como se quisesse; da perspectiva alemã, eram unidades jogadas numa frente secundária de um teatro secundário. Portanto, não valeria a pena perder muito tempo com elas.

Visto em perspectiva histórica e comparado a outros fatos relevantes da Segunda Guerra Mundial ocorridos no mesmo período, aquilo que os aliados apresentaram como rendimento bélico no teatro italiano a partir de outubro de 1944 de maneira alguma pertence ao que se poderia chamar de acontecimentos de primeira linha. Enquanto, na Frente Oriental, o Exército Vermelho estava envolvido na decisão de batalhas fundamentais, com o emprego de milhares de homens e desconhecido volume de armas e equipamento nos dois lados, e na Frente Ocidental os aliados passavam por algumas batalhas memoráveis, na Itália o golpe final contra a frente alemã só foi assestado quando, na Europa Central, as coisas estavam havia muito tempo decididas.

Percy Schramm, ex-oficial do estado-maior da Wehrmacht e editor dos *Diários de guerra do Supremo Comando*, considera “extraordinário” o fato de, apesar da falta quase completa de apoio aéreo, a retirada alemã para a linha dos Apeninos não ter levado a uma capitulação, como ocorreu no norte da África. “Essa frente ainda tinha a agravar sua situação a destruição das pontes e linhas férreas no vale do Pó e a distribuição mínima de

gasolina, além da falta quase completa da Força Aérea. Mesmo assim, apesar de empurrada aqui e ali, principalmente na ala esquerda, essa frente conseguiu manter-se com as últimas forças até abril de 1945.”

Para os aliados, a derrota final dos alemães na Itália não foi exatamente uma de suas mais brilhantes páginas militares, levando-se em consideração principalmente a assombrosa disparidade de meios à disposição do contingente multinacional que lutava contra os alemães. A Wehrmacht tratou a frente italiana de acordo com a avaliação que fazia desse setor, isto é, destinou para lá aquilo de que absolutamente podia prescindir em outros teatros, especialmente depois que a Segunda Frente, na Normandia, tornou-se realidade. Havia pouquíssimas unidades de primeira linha empregadas contra os aliados na Itália – como a 29 Panzer Grenadier Division –, e estas foram deslocadas como bombeiros para os setores em perigo na frente, em geral obtendo sua “estabilização”. Aos alemães faltavam homens, munição, armamento pesado, meios de transporte, aviões, logística, equipamentos de comunicação e até uniformes. Suas principais divisões na Itália eram integradas em boa parte por veteranos idosos ou jovens recrutas, não tinham sargentos experientes e, mais importante, muitos de seus oficiais eram considerados inaptos para o serviço na frente. Para sua sorte, no final da guerra, lutavam numa das regiões mais ricas da Itália, capaz de proporcionar comida (fora o vinho) com certa abundância (comparada à Frente Russa, é claro). Derrotar esses alemães, e não as ferozes bestas fanáticas nazistas comumente apresentadas em filmes de guerra para a televisão, não foi propriamente um extraordinário feito militar.

É possível agora, supõe-se, entender melhor os motivos da falta de atenção dos alemães para com seus adversários na Itália. Nem suas próprias tropas nem a do inimigo faziam parte das suas preocupações prioritárias. Em relação aos brasileiros, cumpre observar que a FEB não decidiu batalhas de relevância estratégica na frente secundária do teatro secundário – e nem poderia ser diferente com apenas 25 mil homens, dos quais 15 mil combatentes. O mesmo cabe dizer de sul-africanos, neozelandeses, nipo-americanos ou indianos que também combateram por lá. Se isso não serve de consolo, pelo menos explica a indiferença do inimigo alemão. Essa maneira de avaliar claramente em alguns casos pessoais.

Um deles é o do coronel Heinz Herre, oficial alemão casado com o clichê: inteligente, cheio de iniciativa e ambicioso. Até ser enviado para a Itália como chefe de estado-maior da desconhecida 232ª Divisão de Infantaria, o coronel Herre esteve envolvido num dos projetos político-militares mais espetaculares que o Exército alemão tentou na Frente Russa – a criação de forças armadas compostas de desertores, prisioneiros de guerra e populações oriundas de território soviético para lutar contra o Exército Vermelho. Herre integrava um comando especial intitulado “Exército Estrangeiro a Leste”, e a função principal de seu chefe, o lendário e sinistro general Reinhard Gehlen, era coletar todo tipo de informações sobre os militares soviéticos e o seu país. Qualquer dado disponível, todas as informações proporcionadas por prisioneiros, qualquer oficial de importância que caísse nas mãos de Wehrmacht, acabava passando por Gehlen e Herre, entre outros.

Ocorre que o pôquer político com as instâncias do Partido e da liderança nazista para obter a formação do “Exército de Libertação” soviético não correu da maneira como Gehlen e Herre esperavam, em 1944. O jovem coronel achou melhor passar uns tempos afastado.

Primeiro, por frustração ante as dificuldades de convencer os nazistas de seu projeto. Em segundo lugar, para não se expor demasiadamente. A 232ª, na distante Itália, acabou sendo a solução ideal. Herre ficou pouco tempo lá antes de voltar para os seus russos na Frente Oriental, o suficiente para recolher algumas experiências cujo relato é típico da mentalidade com que parte dos alemães devia encarar alguns de seus adversários.

Numa tarde de fins de outubro de 1944, o coronel Herre decidiu inspecionar por conta própria as linhas alemãs nos arredores do Monte Cimone, nos Apeninos. Acompanhado apenas de sua inseparável cadela *fox terrier* “Trixie” e de sua ordenança pessoal (um jovem cabo para qualquer serviço), deparou-se de surpresa com um grupo de soldados inimigos atrás de uma rocha. “Eram todos americanos e negros. Estavam num grupinho fechado, em roda, tiritavam de frio naquelas alturas. Sua aparência deve ter irritado muito meu cachorro, que não parava de latir. Como sempre acontece nessas ocasiões, nós pulamos para trás e eles também. Voaram, daqui para lá e de lá para cá, algumas granadas de mão, sem o menor efeito. Eles me deram a impressão de pobres coitados. Com os brasileiros, não deve ter sido muito diferente.”

O coronel Herre foi criado nos Alpes, onde voltou a viver num chalé igual aos de cartão-postal ou reclame de chocolate, e era o único oficial da 232ª com experiência de combate em montanha. Antes das lutas pelo Belvedere e Castello, as quais já não chegou a assistir, o coronel Herre dizia que, nos Apeninos, era limitado à artilharia o contato com os brasileiros: “duas vezes por dia eu mandava apontar o nosso canhão antiaéreo de 88 milímetros para baixo e fogo.”

“Nós não levávamos os brasileiros a sério”, fulminou o ex-coronel Herre, aos 75 anos um ancião elegante, magro, de nariz afilado e duros olhos cinzentos. Duas décadas depois da guerra, aparentemente, sim. Ao contrário do que ocorreu com a maioria de seus colegas de profissão, para o coronel Herre o conflito não terminou em maio de 1945. Ele se escondeu nos Alpes com um tesouro que lhe permitiu passar da condição de derrotado a aliado dos vences dores apenas três semanas após a capitulação: os arquivos da Wehrmacht sobre o Exército Vermelho.

Esses documentos constituiriam, nos primeiros anos da Guerra Fria, a única e principal fonte de informações dos serviços secretos americanos, que sabiam menos que os alemães sobre o adversário soviético. Ainda no final de 1945, após uma temporada de meses em Washington, o ex-coronel voltaria à Alemanha já como segundo homem de uma misteriosa organização conhecida em Munique, sua sede, pelo nome de Instituto Pullach, a primeira fachada do Bundesnachrichtendienst (BND), o serviço secreto alemão.

Fiel seguidor do misterioso general Gehlen, chefe do BND, ocupou por vários anos o cargo de chefe do Departamento de Coleta e Avaliação de Informações, ou seja, foi o chefe operativo dos espões alemães espalhados pela Europa Oriental. A partir de 1964, ganhou o cobiçado emprego de oficial de ligação entre o BND e os serviços de informação americanos, com residência em Washington. Com a função de supervisionar também a rede alemã na América do Sul, esteve no Brasil por volta de 1966, visitando seu pessoal, e voltou muito impressionado com o que viu no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

“O Brasil é um país importante para nós. Pude ver como progredia, que impressionante potencial econômico”, disse, em tom compenetrado. Depois, abriu um de seus raros sorrisos – ainda é homem de poucas palavras – quando foi avisado de uma pequena ironia do

destino: o marechal Castello Branco estivera à sua frente nos Apeninos e o general americano Vernon Walters, cujo nome Herre conhece de seus contatos em Washington, era o oficial de ligação entre a FEB e o V Exército americano. Todos foram colegas, por assim dizer, em determinado momento da guerra. “Mas, quando estive no Brasil, nunca me passou pela cabeça ter enfrentado brasileiros na guerra.”

O coronel Herre não teve tempo de formar qualquer opinião sobre a capacidade de combate dos brasileiros. Suas informações são interessantes enquanto expressão de certa mentalidade. Quanto a outros oficiais alemães importantes que estiveram combatendo brasileiros na Itália, arrancar deles uma avaliação sobre o antigo adversário não é só o problema de lhes avivar insistentemente a memória (evidentemente, às vezes cansada para gente bem acima dos 60 anos): todos, sem exceção, queixam-se de que houve relativamente pouco contato entre alemães e aliados no período que ficaram nos Apeninos.

De maneira unânime, todos os sobreviventes entrevistados mencionaram a “passividade” de seus adversários aliados, sem distinção, como fator que, já na época, lhes dava o que pensar. O capitão Otto Schweitzer formula a questão da melhor maneira: “Nossa frente era débil, nossas posições, distantes umas das outras, baseadas somente em pontos de apoio. Nosso maior temor era o avanço sobre Bolonha feito pelos ingleses, mas se os aliados tivessem atacado com mais força em nosso setor, teriam acabado a guerra na Itália bem mais cedo.”

Num trecho onde de fato não acontecia muita coisa, deveria ser difícil estabelecer conclusões sobre o comportamento do adversário. Com exceção da bem preparada 10ª de Montanha americana, que impressionou os sobreviventes alemães pelo ímpeto de seus ataques, no restante os aliados não se diferenciavam fundamentalmente. “Não me lembro de qualquer peculiaridade ou coisa importante a ser mencionada do ponto de vista tático-operacional do lado aliado”, assinala o major Erich Winkelmann.

Essa perspectiva é amplamente confirmada pelo ex-major Hermann Goetze, o outro sobrevivente alemão dos Apeninos que depois da guerra ainda continuou lidando com problemas militantes. O ex-major, já em 1944 sem a perna direita, amputada a partir da coxa (mais um que sofrera graves ferimentos na Frente Russa), estudou línguas e História em Hamburgo e ocupou, em 1956, uma cadeira como professor de história militar na Academia de Oficiais da Bundeswehr, na mesma cidade. Como ex-militar, o professor Goetze especializou-se nos séculos XVIII e XIX, lidando com a formação dos exércitos prussianos. Tímido, muito discreto e cauteloso, Goetze gosta de dizer que, na fase moderna da guerra, só se interessou pela dos Seis Dias, em 1967, quando Israel derrotou outra vez os países árabes (esqueceu um estudo sobre isso). Não se ocupou com a teoria estratégica, um de seus assuntos, relacionada à Segunda Guerra Mundial.

“Nos Apeninos, nada aconteceu em termos militares de qualquer relevância para nós ou para os aliados. Taticamente, tudo o que eles mostraram foi a velha receita da superioridade material para esmagar a defesa adversária, antes que a própria infantaria avançasse. Eu acho que os soldados alemães tinham até uma vantagem tática em relação aos aliados, pois sua inferioridade no campo material tinha de ser compensada por maior liberdade de ação em nível de pelotão ou companhia. Todos sabiam que a situação era sem saída e a única maneira de escapar era decidir no local, rapidamente, o que fazer.”

A avaliação do soldado brasileiro enquanto profissional foi seguramente prejudicada por

fatores como a deficiência do reconhecimento alemão, que esteve poucas vezes em situação de identificar perfeitamente seus adversários imediatos, além da tendência generalizada entre os alemães de considerar seus oponentes nos Apeninos como “americanos” (ou, às vezes, “negros”, embora a proporção de gente de pele escura na FEB não fosse tão alta como em certas unidades americanas). O sargento Rinsche, apesar de bem próximo ao Comando da 232ª Divisão, ignorava que a FEB possuísse comando e estrutura próprios. O capitão Otto Schweitzer achava que os americanos procediam com os brasileiros da mesma maneira que os alemães com seus aliados romenos, isto é, colocavam-nos entre grupos mais fortes para não prejudicar a força do próprio ataque.

Por isso, os sobreviventes afirmavam, quarenta anos após os combates nos Apeninos, que, de seu ponto de vista, não havia muita diferenciação entre os diversos soldados aliados à sua frente. Quando havia, adverte o major Winkelmann, não era necessariamente a favor dos brasileiros: “Nós atribuíamos aos americanos melhor capacidade de combate.” Um dos sobreviventes localizados, o capitão Alfred Pfeffer, nem sabia que havia lutado contra brasileiros, mas não era só por isso que se recusava, quarenta anos mais tarde, a fazer qualquer juízo de valor sobre seus ex-inimigos: “Do lado deles, dos aliados, deve ter sido fácil ser soldado. Tínhamos uma sincera inveja profissional por tudo aquilo que eles possuíam para fazer a guerra, e de que nós não dispúnhamos. Era deprimente sua superioridade material. Por isso é que não arrisco qualquer julgamento sobre americanos ou brasileiros. Acho que eles, na verdade, nunca foram tão exigidos por nós como soldados, dada sua enorme superioridade.” As constantes queixas de oficiais alemães sobre a esmagadora superioridade material dos aliados é uma ladainha que não vale a pena repetir aqui. Ela prossegue ao longo de todos os depoimentos e serve também como forte justificativa para os próprios insucessos. Contudo, para veteranos da Frente Russa (como eram quase todos os entrevistados alemães), dificilmente se poderia comparar a crueldade e violência dos combates na União Soviética com as lutas na Itália. “Para um ex-combatente de Stalingrado, como eu, a guerra na Itália eram férias”, disse o sargento Rinsche. “O russo era um combatente perigoso, a guerra na Rússia era toda dentro de trincheiras e abrigos. O americano era bem menos duro; primeiro, fazia uma forte preparação de artilharia e a infantaria esperava que a superioridade material resolvesse as coisas, enquanto o russo era um verdadeiro lutador”, acrescenta o capitão Lotar Mull.

Se não causaram qualquer impressão particular como combatentes, como adversários o comportamento dos brasileiros era praticamente impecável, do ponto de vista alemão. Em nenhum documento militar, reminiscência de ex-comandantes alemães ou depoimento de sobreviventes há qualquer referência negativa à conduta dos soldados da FEB. Pode parecer um clichê sem a menor graça, mas em alguns os “pracinhas” deixaram a impressão de “gente alegre, simpática e conversadora”, tal como o major Winkelmann, que lidou com prisioneiros de guerra brasileiros. Nos depoimentos de sobreviventes alemães, de maneira alguma parece ter ficado gravada qualquer das afirmativas de propaganda da Wehrmacht, segundo a qual os “negros” seriam particularmente ferozes e animais em seu comportamento com prisioneiros.

Ao contrário, os brasileiros desfrutavam da fama de tratar bem seus cativos. Wilhelm Husem era cabo do esquadrão de reconhecimento da 232ª e, quarenta anos depois, apesar da saúde totalmente arrebatada por décadas de trabalho rural no pós-guerra, recordava-se

vivamente de um episódio que envolveu dois amigos seus: “Eram dois pais de família que discutiam todo o tempo como sair vivos da guerra. Eles chegaram à conclusão de que o melhor jeito seria desertar para o lado brasileiro, pois os brasileiros tinham a fama de tratar bem seus prisioneiros, não deveriam ser como os russos. Uma noite, eles tentaram chegar até o outro lado, mas foram capturados por uma patrulha nossa, que os fuzilou como desertores.”

Franz Auer era um soldado raso do 4º Batalhão de Montanha, que também lutou no Belvedere. Além das lembranças do frio, da fome e dos aviões aliados, ele gosta de falar do momento em que foi preso, no final da guerra na Itália: “Eu tinha 18 anos e estava contentíssimo pelo fato de aquela maldita guerra estar acabando. Disseram pra gente que todos nós seríamos levados como prisioneiros de guerra para o Brasil. Isso eu teria aceito com a maior alegria, principalmente depois de ficar sabendo que na pátria, na Alemanha, estava tudo *kaputt*.”

Os brasileiros deixaram excelente impressão em seus prisioneiros alemães, em especial nos da 148ª Infantaria, que capitulou em Forno. Suas experiências já foram contadas em detalhes no Capítulo 7, no qual os veteranos capitães de artilharia Mull e Gärtner narram como soldados brasileiros chegaram a disparar para o alto a fim de evitar que a população italiana agredisse os soldados alemães prisioneiros em marcha por suas cidades.

Quanto à impressão que os soldados brasileiros tiveram de seus inimigos alemães na Itália, ela é suficientemente conhecida para ser repetida aqui em todos os detalhes. Pouco mudou nos quarenta anos que se passaram depois da Segunda Guerra Mundial, em contraste com os antigos inimigos europeus, cuja convivência na Comunidade Econômica Europeia ou cujas obrigações comuns de um mesmo pacto militar (a OTAN) contribuíram para que os exinimigos – soviéticos à parte – desfizessem muitos de seus clichês. Um dos seus aspectos frequentemente mencionados por participantes brasileiros – o da motivação político-ideológica dos soldados da Wehrmacht – merece ser discutido com alguma calma.

Ocorre com frequência uma generalização (como todas) bastante perigosa: “nazistas” é uma palavra empregada praticamente como sinônimo de “alemães”. Em especial no teatro italiano, é necessária uma cuidadosa diferenciação.

Muito antes da tomada do poder pelos nazistas (1933), havia séria concorrência entre as organizações paramilitares do Partido, em especial as SA (*Sturmabteilung*, ou tropas de assalto) e a cúpula de oficiais da Wehrmacht. Esse primeiro conflito seria solucionado pelo próprio Hitler na “noite das facas longas” (1934), na qual liquidou a liderança das SA. Motivos de sobra havia: radicais e fanáticas hordas lideradas por Ernst Röhm eram formadas por forte elemento de consciência proletária e exigiam o aprofundamento da “revolução” nacional-socialista, criticando os entendimentos de Hitler com a burguesia industrial e financeira. Além disso, as SA queriam reservar para si o direito de se transformar no futuro exército alemão. Mais tarde, esse conflito repetiu-se em outras dimensões entre a Wehrmacht, ou o exército convencional, e as SS (*Schutzstaffel*, tropas de segurança), dirigidas por Heinrich Himmler. O “ss-Staat”, verdadeiro Estado dentro do Estado alemão, dispunha evidentemente não só de um complexo militar totalmente independente dos tradicionais (com denominações hierárquicas distintas, embora correspondessem às da Wehrmacht), mas até de estruturas econômicas e serviços sociais

próprios.

No início do conflito, além do melhor equipamento, o que diferenciava as tropas de elite ss da Wehrmacht era fundamentalmente a motivação ideológica, embora todo soldado prestasse juramento a Hitler. Cumpre dizer que essa diferenciação não exclui a Wehrmacht da acusação da política de crimes de guerra, cometidos por seus integrantes, especialmente na Frente Oriental. No final do conflito, quando as reservas estavam praticamente esgotadas, havia tropas das Waffen-ss formadas por ucranianos e até ex-prisioneiros de guerra soviéticos, ignorando totalmente os rígidos padrões estipulados para o alistamento de recrutas destinados às ss três anos antes (“raça ariana” etc.). As diferenças entre Wehrmacht e ss foram desaparecendo gradualmente à medida que se aproximava a derrota, mas nem por isso todo soldado alemão deveria ser confundido imediatamente com um fanático nazista. Na Itália, especialmente, duas unidades das ss representando as “velhas tradições” – a Hermann Göring e a 16ª Blindada – participaram de combates. Sua passagem ficou tristemente marcada por massacres cometidos contra a população civil (quarenta anos após a guerra, ainda havia um oficial ss cumprindo pena de prisão em Roma), mas nenhuma delas foi empregada enquanto grupo fechado contra setores nos quais tenham estado brasileiros.

Quando se considera a situação sem saída dos alemães a partir de meados de 1944, ainda assim se pode estabelecer a hipótese plausível de que o soldado raso alemão, sem grandes possibilidades de ouvir rádios estrangeiras (a população “em casa” tinha mais acesso a esse tipo de informação “inimiga” do que o soldado na frente), nutrisse àquela altura algum tipo de crença na possibilidade de uma vitória. Para oficiais com discernimento médio, em posições de comando, as dificuldades de abastecimento, a superioridade material inimiga e o constante movimento de recuo – fora as assombrosas notícias sobre derrotas alemãs na Frente Russa – deveriam constituir, no mínimo, motivo para alguma reflexão. Para oficiais inteligentes, como o general von Gablenz ou o coronel Herre (que muito antes do final da guerra já se preparava para o seu prosseguimento sob a forma da “guerra fria”), em 1944 o conflito era abertamente dado como perdido para a Alemanha. A motivação do alemão que enfrentou brasileiros na Itália a partir de outubro de 1944 teria sido a crença na vitória? A motivação ideológica? O fanatismo do desespero?

Não. Nenhum dos sobreviventes aponta a “motivação ideológica” como elemento central para prosseguir numa luta desigual contra um adversário reconhecidamente superior. Deve ser verdade. A grande maioria dos entrevistados passara por horrores em outras frentes e pensava sobretudo em sair viva de uma guerra na qual já não via muito sentido. “O general von Gablenz tinha um jeito especial de pedir maiores esforços às tropas”, recorda-se o ex-major Goetze. “Ele se dirigia frequentemente aos homens dizendo que a única maneira de voltar logo para casa seria resistir e organizar uma retirada cautelosa, que nos permitisse chegar à fronteira da Suíça e passar daí para a Alemanha. Entregar-se ao inimigo não era solução, ele dizia, e seu apelo tinha muito efeito.”

Os soldados alemães na Itália eram veteranos experimentados com a própria propaganda e a adversária. O que os mantinha juntos e ainda, mal ou bem, lutando parecia ser um forte senso de disciplina e, no caso de alguns oficiais, de dever profissional (se se preferir, de uma falsa ética vilipendiada por uma causa errada, prova de que as “virtudes” têm de ser consideradas sempre em relação aos propósitos que se perseguem), mesmo que

isso levasse a casos beirando o fatalismo inútil.

Alguns, como o capitão Otto Schweitzer, gostam de lembrar (talvez um alibi) o caso do coronel Kurt Stöckel, oficial declaradamente simpático aos social-democratas, “mas preocupado em cumprir seu dever como soldado”. “O que dizer dos brasileiros, o que estavam fazendo lá, senão cumprindo seu dever como soldados, da mesma maneira que nós fizemos? Acho que deve ter sido ainda mais difícil explicar para os brasileiros o que tinham a fazer na Itália do que a nós mesmos, que já não compreendíamos o sentido daquela luta.”

Outros, como o capitão Alfred Pfeffer, perguntam-se qual teria sido a alternativa: “Que iria eu fazer? Mandar meus homens se entregarem? Sabotar a linha de frente? Tinha, afinal, de pensar também na minha responsabilidade frente aos outros camaradas nos outros trechos da frente, que poderiam ser dominados pelo inimigo se eu abandonasse meu pedaço.” Ao longo do tempo, evidentemente, os oficiais sobreviventes fizeram questão de serem tratados só como os soldados profissionais que afirmam ter sido – e sequer dos mais entusiasmados: apenas um grupo preso a uma resignação obstinada, ao sabor de um destino sobre o qual julgavam não ter a menor influência.

Quatro décadas após a dominação fascista, grande parte da população alemã reage ao nazismo como fenômeno que um dia caiu do céu e tomou conta da Alemanha. Em certo sentido, o III Reich não começou no dia em que Hitler se tornou o chefe do governo em Berlim. Suas origens são múltiplas e merecem ser procuradas inclusive na frustrada revolução de novembro de 1918 – que se prolongou praticamente até 1922 –, um dos principais movimentos de massa europeus no século xx, cujo esmagamento esclarece, em boa parte, também a predominância de forças reacionárias na República de Weimar até a ascensão dos nazistas. Há outros fatores exclusivamente políticos na Alemanha que ajudam a compreender o grau de penetração dos elementos ideológicos nacionalsocialistas, e que não se explicam simplesmente pela “influência da genial propaganda do Dr. Goebbels” ou pela “aliança do capital industrial e financeiro com os políticos fascistas”. O fascínio que o nazismo despertou corresponde, em boa parte, à capacidade de um grupo dominante impor ao restante da sociedade sua própria doutrina; é preciso ver também que ele encontrou ressonância num tipo de comportamento coletivo marcado pela disciplina e pelo respeito quase místico à autoridade estatal, entre outros aspectos.

Desnecessário dizer que nacionalismo, totalitarismo e imperialismo – em si, componentes localizados também em outras sociedades europeias contemporâneas – apenas na Alemanha se combinaram de modo a produzir a composição que permitiu ao nazismo desenvolver-se de maneira tão dinâmica. Há outra série ampla de fatores que também mereceriam ser considerados, como a crise econômica mundial e a própria organização do Partido Nacional-Socialista alemão. O nazismo não é, de qualquer maneira, um processo que possa ser explicado e muito menos entendido com o uso de fórmulas simples, e torna-se ainda menos compreensível quando se lança mão de recursos mecânicos ou de causalidade direta entre “base” e “superestrutura”.

Em países como o Brasil, o Chile ou a Argentina, que vivem ou viveram experiências mais ou menos extensas de regimes repressivos e totalitários, nunca foi fácil determinar em que extensão a “culpa” por excessos ou pela própria existência do sistema cabe a indivíduos isolados, ao comportamento mais ou menos “politizado” ou “passivo” de grupos populacionais, a atitudes de classe ou a camadas dominantes associadas às metrópoles do

mundo capitalista ocidental. Em proporções evidentemente diversas, esse problema se refere à Alemanha do nazismo. Já os juízes do Tribunal de Crimes de Guerra de Nurembergue, que julgou alguns dos principais carrascos nacional-socialistas a partir de 1946, ocuparam-se com a questão, ainda não satisfatoriamente resolvida, da “culpa coletiva” no caso dos alemães. Ninguém que tenha visto os documentários mostrando a aclamação popular a Hitler consegue mais tarde acreditar sinceramente na afirmação de geração daquela época, que diz ter detestado o ditador.

Já em 1938, Hitler havia conseguido captar para si a maioria dos que ainda votavam contra seu Partido e suas ideias em 1932, ou seja, grande parte do eleitorado proletário tradicionalmente social-democrata ou comunista. Mesmo que a população alemã não fosse “nazista” na acepção técnica do termo, 90% dela acreditava quase que cegamente no “Führer”, cuja pessoa ficava muitas vezes de fora quando crimes ou excessos cometidos pelos figurões do Partido vinham a público. “Se o Führer soubesse...” era uma frase típica da época. Explosões de antissemitismo na Europa Oriental não podem ser atribuídas exclusivamente aos alemães ou à ideologia nacional-socialista. Contudo, o efeito de paralisação obtido sobre tantas pessoas permanece um fenômeno fascinante. Quem lembra a perseguição iniciada em 1935 a minorias raciais (com juristas de renome concebendo a legislação pertinente), em especial a “Noite dos Cristais” de 1938, não pode deixar de se impressionar com a assombrosa passividade da população que viu vizinhos, amigos, professores, crianças ou até parentes serem submetidos a violências e à brutalidade dos nazistas, num claro prenúncio do genocídio que estava por vir. Torna-se difícil aceitar as desculpas de que “nós não sabíamos e nada tínhamos a ver com aquilo”.

A Alemanha continua um país com fortes tendências conservadoras, no qual considerável contingente da população acredita que o regime nacional-socialista, “não fossem alguns excessos”, contribuiu decisivamente para o seu progresso. Em parte devido à atitude de americanos e ingleses, mais preocupados em mobilizar todo tipo de potencial anticomunista no pós-guerra do que em “educar para a democracia” ou “desnazistificar” o inimigo de poucos meses atrás, a Alemanha não superou seu passado recente. A moderna Alemanha Ocidental, com o sistema democrático decorado da cartilha, trocou sua identidade nacional pelo acesso a extraordinários padrões de consumo. É curioso observar a rapidez da disposição demonstrada pela população dos dois lados da Alemanha em se adaptar aos respectivos vencedores. As duas Alemanhas transformaram-se em discípulas-padrão das superpotências que impuseram, desde 1945, a linha divisória atravessando a Europa e o mundo. Os alemães logo passaram para a ordem do dia no pós-guerra, tratando de comprar seu carro, construir sua casa e passar suas férias em algum lugar com sol, sem se preocupar excessivamente (ou de maneira alguma) com seu passado recente. Não é de espantar que a geração daquela época tenha graves conflitos com seus descendentes, para os quais uma indagação continua pairando sem resposta: “Que fizeram vocês para impedir que aquilo acontecesse?”

Os veteranos alemães da Itália aqui retratados – com uma só exceção – sentem-se como pecinhas ínfimas nessa grande engrenagem histórica, sobre a qual não tiveram qualquer visão de profundidade e cujos mecanismos lhes permanecem desconhecidos. Mesmo os mais conscientes não ousaram fugir às pressões ou constrangimentos da conduta de grupo. É difícil considerá-los “nazistas” na acepção que se tem normalmente do termo, isto é,

fanáticos politizados, lutando por uma causa definida pelo Partido Nacional-Socialista. Evidentemente, não são aspectos formais desse tipo os decisivos para determinar a subordinação de um indivíduo determinado a um movimento político, mas mesmo o grau de identificação dessas pessoas com o regime hitlerista não parecia suficientemente alto para que se pudesse qualificá-las de combatentes movidos por esse tipo de moral. Aliás, quando se referem ao moral da tropa, seja nas reminiscências por escrito (os documentos oficiais militares são outra coisa) ou nos depoimentos fornecidos quarenta anos após, os ex-combatentes alemães usam essa palavra como sinônimo de “disciplina”, e não em seu sentido mais amplo, como elemento capaz de dar coesão política e levar um soldado, por convicção (e não por coerção), ao ato de matar. O “moral” continuou alto mesmo após a perda da guerra. O general von Gablenz chegou a ser aclamado e passou seus homens em revista num campo de prisioneiros perto de Florença. Disso se recorda nitidamente o ex-major Goetze, a título de exemplo da psicologia que movia os combatentes alemães.

Quando afirmam que não eram nazistas, esses sobreviventes estão provavelmente dizendo a verdade. Eles faziam parte de um exército de milhões de soldados, recrutados numa população cuja “culpa coletiva” ou não por episódios relacionados ao regime hitlerista ou à Segunda Guerra Mundial provavelmente jamais encontrará um denominador jurídico satisfatório. Foi, aliás, um oficial do estado-maior do XIV Exército alemão quem forneceu, meses após a guerra, uma das melhores definições do estado de espírito dessa gente que combateu na Itália (e em outros lugares): “O moral que leva uma tropa a aceitar tal luta desigual só pode ser o mesmo de um povo que acolhe passivamente tudo o que lhe acontece.”

Só o barão von Gablenz e o coronel Herre, entre os sobreviventes localizados, passaram a preocupar-se, após a guerra, exclusivamente com política, embora as causas individuais tenham sido completamente diferentes. O general, adversário de Hitler, acabou prisioneiro como criminoso de guerra. O coronel, empenhado até o último momento em derrotar o perigo bolchevista, foi logo empregado pelos vencedores americanos (esses dois destinos, com algumas variações, são relativamente comuns no pós-guerra alemão). O restante dedicou-se ao que a velha geração alemã tanto aprecia e chama de *Leistung*, palavra de forte conotação ideológica cujo sentido é de difícil tradução. Ao pé da letra, seria “rendimento”, mas é muito mais que isso: significa tudo aquilo que uma pessoa realizou para subir na vida, consumir, ganhar dinheiro. Todos se identificaram sem maiores problemas com o Estado ocidental alemão, fizeram carreiras como bancários, funcionários públicos, guardas-florestais, industriais, engenheiros, professores.

Quarenta anos após a guerra, desfrutavam de um nível de vida apreciável, mesmo para a opulenta sociedade de consumo alemã. Os sobreviventes localizados dispõem de excelentes benefícios sociais proporcionados pelo Estado alemão. Sua aparência, quase sempre uniforme – corpulentos, rosados, bem alimentados e bem-vestidos –, combina com as sóbrias casas próprias e o mobiliário discreto, recatado. Respira-se uma atmosfera de tranquila decência, seriedade, ordem, respeito e limpeza. Quase todos reforçaram sua felicidade individual com moradias em cobijadas áreas verdes, longe dos grandes centros. A grande maioria tem muitos parentes, alguns filhos e netinhos aos quais os avós contam, às vezes, algumas histórias da guerra longínqua. A nova geração, de qualquer maneira, nem quer saber disso.

Essas peripécias, as lembranças que ficaram marcadas nos alemães que estiveram nos Apeninos, nem sempre são as de combate (eles passaram pela Frente Russa, inesgotável repertório de histórias cruéis). O cativo marcou por igual a todos, e muitos associam a Itália a esse sofrimento. Há, contudo, exceções.

Quando fala da Itália, o capitão Schweitzer não esquece o dia em que mandou seu motorista desviar-se do caminho que sempre fazia, e ali caiu um projétil de artilharia que o teria pulverizado. O major Wilhelm Maas lembra-se com particular orgulho de uma espetacular viagem pilotando uma motocicleta na estrada cheia de curvas do monte Cappel Buso, durante a qual o adversário (“muito cavalheiresco”), fugindo à regra, não o alvejou. O sargento Rinsche quer saber onde teria ficado uma ponta de granada em que gravou “Belvedere 45” e que deu de presente ao seu general, o barão von Gablenz. Ao coronel Herre volta à boca um velho sabor quando ele fala da Itália: “Carne de cavalo com molho de tomate. Tinha muito disso para comer.” Só o major Winkelmann associou esse período espontaneamente aos brasileiros: “Aquela gente alegre eu não esqueço.”

CRONOLOGIA

1939

- 1/9 • Alemanha ataca Polônia. Início da Segunda Guerra Mundial.
- 6/10 • Capitulação das últimas tropas polonesas.
- 13/12 • Batalha naval de La Plata termina com afundamento do couraçado alemão *Admiral Graf Spee*.

1940

- 9/4 • Tropas alemãs iniciam a ocupação da Noruega e da Dinamarca.
- 10/5 • Início da ofensiva alemã contra Holanda, Bélgica e França.
- 22/6 • Capitulação francesa em Compiègne.
- 13/8 • Início da batalha aérea da Inglaterra.

1941

- 30/4 • Alemães completam, com a conquista de Atenas, a ocupação dos Balcãs, incluindo Iugoslávia, Bulgária e Albânia.
- 27/5 • Ingleses afundam o couraçado alemão *Bismarck*.
- 1/6 • Paraquedistas alemães tomam Creta.
- 22/6 • Começa a operação “Barbarossa”: a ofensiva alemã contra a União Soviética.
- 19/9 • Alemães tomam Kiev. Mais de 600 mil prisioneiros russos.
- 6/12 • Início de contraofensiva soviética para aliviar a pressão alemã sobre Moscou.
- 7/12 • Japoneses atacam Pearl Harbor.

1942

- 2/1 • Soviéticos afastam o perigo sobre Moscou.
- 14/1 • Roosevelt e Churchill elaboram seus objetivos estratégicos na Conferência de Arcadia.
- 20/1 • Na Conferência de Wannsee, determinado o *Endlösung* (extermínio) dos judeus nos territórios ocupados pelos alemães.
- 17/6 • Hitler ordena ataque contra linhas de navegação na costa brasileira, adiado para 29/6 depois de parecer contrário do Ministério das Relações Exteriores alemão.
- 30/6 • O marechal Rommel chega com o Afrika Korps a El Alamein.
- 18/8 • Submarino alemão torpedeia navios brasileiros na costa de Sergipe. Havia mais de seiscentos mortos.
- 19/8 • O VI Exército alemão inicia o ataque a Stalingrado.
- 22/8 • O Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália.
- 23/10 • O marechal Montgomery inicia a grande ofensiva inglesa em El Alamein.
- 7/11 • Sob o comando do general Eisenhower, aliados desembarcam no Marrocos e na Argélia.
- 22/11 • Soviéticos completam o cerco dos alemães dentro de Stalingrado.
- 22/12 • Hitler nega ao VI Exército permissão para romper o cerco soviético em Stalingrado.
- 31/12 • Getúlio Vargas declara que forças brasileiras serão treinadas para operar fora do Hemisfério.

1943

- 6/1 • O ministro da guerra brasileiro, general Gaspar Dutra, propõe a formação de força para lutar na Europa.
- 28/1 • Getúlio encontra-se com Roosevelt em Natal.
- 2/2 • Restos do VI Exército alemão capitulam em Stalingrado. Ofensiva geral soviética tira dos alemães a iniciativa na Frente Oriental.
- 12/5 • Fim do Afrika Korps. Capitulação dos últimos alemães na África do Norte.
- 10/7 • Desembarque aliado na Sicília.
- 13/7 • Termina com derrota alemã a batalha de tanques de Kursk. Início da retirada na Frente Oriental, que vai durar até 1945.
- 25/7 • Mussolini deposto.
- 8/9 • Itália capitula, aliados desembarcam em Salerno.
- 5/11 • Soviéticos recuperam Kiev.
- 6/11 • O marechal Albert Kesselring assume o Comando Supremo das tropas alemãs na Itália.

- 23/11 • Criação oficial da Força Expedicionária Brasileira.
- 30/11 • O general João Batista Mascarenhas de Moraes comanda missão militar brasileira em visita ao teatro de operações do Mediterrâneo.
- 1/12 • Termina Conferência de Teerã, entre Stalin, Roosevelt e Churchill.

1944

- 22/1 • Na Itália, desembarque do VI Corpo americano em Anzio e Nettuno.
- 15/2 • Destruição do Mosteiro, em Monte Cassino, por bombardeio aliado.
- 19/3 • Hitler ordena a ocupação da Hungria.
- 8/4 • Início da grande ofensiva soviética contra a Crimeia.
- 12/5 • Início da ofensiva aliada na Itália.
- 18/5 • Alemães abandonam Monte Cassino.
- 4/6 • Alemães entregam Roma, “cidade aberta”.
- 6/6 • Invasão aliada na Normandia.
- 12/6 • Primeira bomba voadora alemã “V-1” disparada contra Londres.
- 2/7 • Embarque do primeiro escalão da FEB.
- 16/7 • Primeiro escalão da FEB chega a Nápoles.
- 20/7 • Atentado a bomba contra Hitler e tentativa de golpe.
- 31/7 • Americanos irrompem da cabeça de ponte da Normandia.
- 1/8 • Início do Levante de Varsóvia, do Exército Nacionalista Polonês.
- 2/8 • A União Soviética reconhece o “Comitê de Lublin” (Polônia).
- 4/8 • Florença abandonada pelos alemães.
- 15/8 • Desembarques americano e francês no sul da França.
- 23/8 • Primeiro registro alemão sobre a presença brasileira na Itália.
Golpe na Romênia e prisão do marechal Antonesco. Os romenos passam a combater os alemães.
- 25/8 • Alemães entregam Paris.
- 30/8 • Alemães recuam da “linha verde” (Pisa–Florença–Pesaro).
- 11/9 • Primeira “V-2” contra Londres.
- Primeira operação de combate brasileira: substituição de contingentes americanos na linha Massaciucoli-

- 13/9 • Filettele-Vecchiano.
- 18/9 • Sem resistência, FEB toma Camaione.
- 28/9 • Zona de operação da FEB muda para o vale do rio Serchio.
- 1/10 • Ataque americano na direção de Bolonha.
- 2/10 • Capitulação dos rebeldes poloneses em Varsóvia.
- 5/10 • XIV Exército menciona brasileiros na tomada de Massarosa (ocorrida a 16/9).
- 6/10 • Reagrupamento das forças alemãs. Melhores divisões passam para o X Exército. O XIV recebe a 232ª e a 148ª ID. Hitler ordena a defesa a qualquer custo dos Apeninos.
- 13/10 • Alemães perdem o passe do Abetaia e a localidade de Bombiana, próximos ao Monte Castello.
- 21/10 • Americanos ocupam Aix-la-Chapelle, na fronteira da Alemanha.
- 23/10 • Soviéticos atingem a fronteira da Prússia Oriental.
- 27/10 • Fim do período de avanços cautelosos e contato relativamente escasso da FEB com o inimigo.
- 28/10 • Tropas brasileiras tomam Pian de los Rios, Lama di Sotto e Braga.
- 30/10 • Reagrupamento do V Exército americano prevê transferência da FEB para os Montes Apeninos.
- 31/10 • Primeiro revés da FEB, em Braga.
- 8/11 • Alemães prenderam 23 brasileiros entre 11/10 e 8/11.
- 18/11 • Reconhecimento alemão detecta forte atividade inimiga em “101/19” (primeira referência ao Monte Castello).
- 24/11 • Alemães repelem ataque da Task Force 45, reforçada com unidades brasileiras, ao Monte Belvedere-Monte Castello.
- 28/11 • Alemães recuperam o Monte Belvedere. Setenta prisioneiros.
- 29/11 • Primeiro ataque e revés da FEB no Monte Castello. Perdas alemãs: doze baixas (três mortos, nove feridos). FEB: 190.
- 2/12 • Através de documentos dos mortos, alemães identificam como brasileiros os atacantes do Monte Castello.
- 12/12 • Segundo ataque ao Monte Castello. Baixas alemãs: seis mortos e seis feridos. FEB: 140 baixas. Em consequência dos reveses, o marechal Mascarenhas solicita retirada da FEB das missões ofensivas.
- 13/12 • Começa o período de dois meses de “defesa durante o inverno”.
- 16/12 • Início da ofensiva alemã nas Ardenas (Frente Ocidental).

1945

- 12/1 • Início da ofensiva final soviética contra o Reich.

- 17/1 • Alemães abandonam Varsóvia.
- 23/1 • Início da evacuação de 2 milhões de alemães dos territórios a leste.
- 4/2 • Começa a conferência dos “Três Grandes” (Roosevelt, Stalin e Churchill) em Ialta.
- 8/2 • Ofensiva da 10ª Divisão de Montanha americana. Tomada de Como alle Scale até Cappel Buso.
- 19/2 • Heinrich Himmler, chefe das ss, estabelece contato com o conde Bernadotte, da Suécia, propondo armistício no Ocidente. 10ª Divisão de Montanha ataca o Monte Belvedere. FEB faz operação diversionista em Abetaia.
- 20/2 • 10ª Divisão de Montanha toma elevações do Belvedere até a Capela dos Ronchidosos.
- 21/2 • Tropas da FEB tomam o Monte Castello.
- 22/2 • Americanos prosseguem contra o Monte della Torraccia.
- 25/2 • FEB encarregada de manter terreno conquistado pela 10ª Divisão de Montanha. A derrotada 232ª DI alemã retirada de seu trecho.
- 5/3 • Soldados de dezesseis anos são convocados na Alemanha. Vitória da FEB nos combates de Castelnuovo e La Serra.
- 7/3 • Americanos transpõem o Reno em Remagen.
- 8/3 • General-ss Wolff inicia entendimentos para a capitulação em separado na Itália.
- 10/3 • FEB removida para área do rio Panaro. Transporte e descanso das tropas completados por volta de 17/3.
- 19/3 • Hitler ordena a destruição de todas as instalações de interesse para o inimigo em território alemão.
- 27/3 • Argentina declara guerra à Alemanha.
- 30/3 • Danzig tomada pelos soviéticos.
- 7/4 • Início da ofensiva de primavera pelos aliados. FEB encarregada de atacar Montese e Montello.
- 12/4 • Morte de Roosevelt.
- 13/4 • Tomada de Viena.
- 14/4 • Ofensiva do V Exército americano na Itália. Início do ataque da FEB a Montese e elevações ao redor.
- 15/4 • FEB captura a cidade. Severas perdas em ataques contra Montello e elevações 927.
- 16/4 • Início da ofensiva soviética para a tomada de Berlim. Novo assalto brasileiro contra elevações ao norte de Montese.
- 17/4 • FEB suspende o ataque. Tropas brasileiras vão a outro trecho para cobrir o avanço da 10ª americana. Perdas da FEB em quatro dias de combate: 34 mortos e 382 feridos.
- 18/4 • Ofensiva aliada sobre Bolonha leva a forte recuo alemão e abandono das elevações atacadas nos cinco dias anteriores pela FEB.
- 19/4 • Brasileiros avançam até o rio Panaro, quase sem resistência.

- Divisões alemãs recuam para o vale do Pó.
- 21/4 • Tomada de Bolonha.
- 22/4 • Perseguição final dos alemães no vale do Pó.
- 25/4 • Tropas soviéticas e americanas encontram-se em Torgau, no rio Elba. Conferência de São Francisco (Nações Unidas).
- 27/4 • Início, em Caserta, das negociações para a capitulação dos alemães na Itália.
- 28/4 • Mussolini capturado e fuzilado por *partisans*.
- 29/4 • Capitulação da 148ª ID perante a FEB. Supremo comandante alemão na Itália assina capitulação. Restos da 232ª e da 114ª Divisões capitulam.
- 30/4 • Hitler suicida-se em Berlim.
- 2/5 • Capitulação de Berlim. Fim da guerra na Itália.
- 7/5 • Assinatura da capitulação incondicional da Wehrmacht, em Reims, França.

BIBLIOGRAFIA

- BLUMENSON, Martin. *Mark Clark – The last of the great World War II commanders*. Nova York, 1984.
- BRAGA, Rubem. *Com a FEB na Itália*. Rio de Janeiro, 1946.
- CABRAL, Francisco Pinto. *Um batalhão no Monte Castello*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, novembro de 1982.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. *O Brasil na II Grande Guerra*. Rio de Janeiro, 1960.
- Das Buch der Infanterie*. Podzum-Verlag, Friedberg [s.d.].
- Das deutsche Heer*. Podzum-Verlag, Friedberg [s.d.].
- Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Porto Alegre, 1949.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional*. Rio de Janeiro, 1977.
- _____. *O Brasil e as grandes potências*. Rio de Janeiro, 1977.
- KOGON, Eugen. “Der SS-Staat”, Munique 5. Aufl. 1979.
- Kriegstagebuch des Oberkommandos der Wehrmacht 1944-45*, vol. ii, introdução de Percy E. Schramm. Munique, 1982.
- LEITÃO DE CARVALHO, Estevão. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, 1952.
- MASCARENHAS DE MORAIS, João Batista. *The Brazilian Expeditionary Force by its commander*. 2a ed. revista e ampliada. Washington, 1965.
- SILVEIRA, Astorildo. *O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário*, 1947.
- SILVEIRA, Joel. *A luta dos pracinhas*. Rio de Janeiro, 1984.
- TESSIN, Georg. *Verbände und Truppen der deutschen Wehrmacht und Waffen-SS im Zweiten Weltkrieg*. Freiburg [s.d.].
- THORWALD, Jürgen. *Die Illusion*. Zurique, 1974.

ARQUIVOS OFICIAIS

Biblioteca do Ministério da Defesa, Bonn

Biblioteca Deutscher Bundestag, Bonn

Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg

Bundesarchiv, Koblenz

Bundesarchiv-Zentralnachweisstelle, Aachen

Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg

Estados Unidos da América, Operations Division, National Archives, Washington

Estados Unidos da América, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington



O Monte Castello. Em primeiro plano, a igreja de Bombiana. Dessa localidade partiram vários ataques brasileiros contra as posições alemãs. A foto é de 1984.



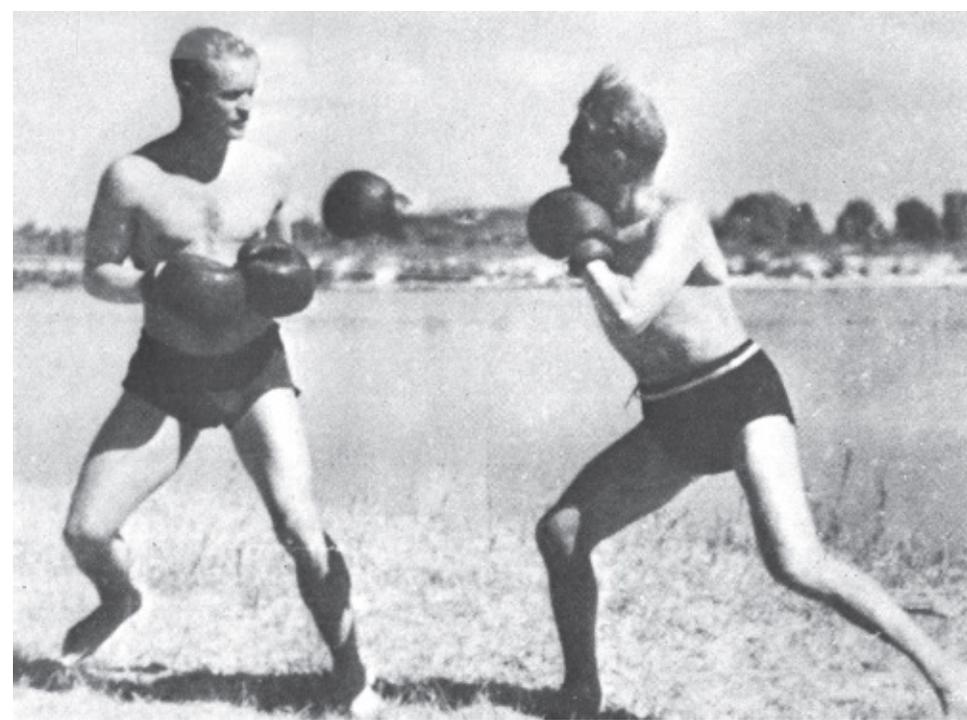
Monte Castello em foto do reconhecimento aéreo norte-americano de 1945. As marcações na foto são de oficiais norte-americanos. O Monte della Torraccia era a posição alemã dominante nesse setor. O grupo de casinhas próximo ao Monte Castello chama-se Abetaia.



Ao volante do jipe tcheco Tatra, que ele mesmo fazia questão de dirigir, o general barão Eccart von Gablenz, saindo num dia de janeiro de 1945 de seu quartel-general em Pavullo. Ele está acompanhado do seu ordenança, sargento Ernst Rinsche. O general comandava a 232ª Divisão de Infantaria alemã, que defendeu, entre outras, as posições de Monte Castello.



A fotografia oficial do general barão Eccart von Gablenz, tirada em julho de 1944.



Fazia parte do programa do general von Gablenz, o comandante da 232ª Divisão de Infantaria alemã, lutar boxe de vez em quando. Seu adversário é o inseparável ordenança e sargento Ernst Rinsche.



De binóculos, o general von Gablenz inspeciona posições inimigas em algum lugar dos Apeninos. A foto foi tirada poucos dias depois que sua Divisão, a 232ª de Infantaria, chegou a esse trecho da frente, em outubro de 1944.

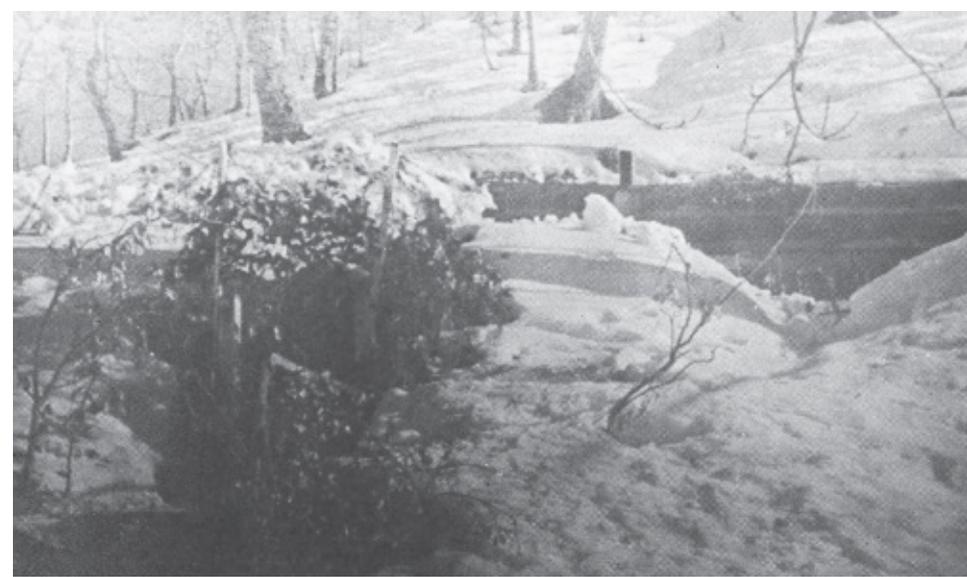


ARQUIVO PESSOAL DO AUTOR

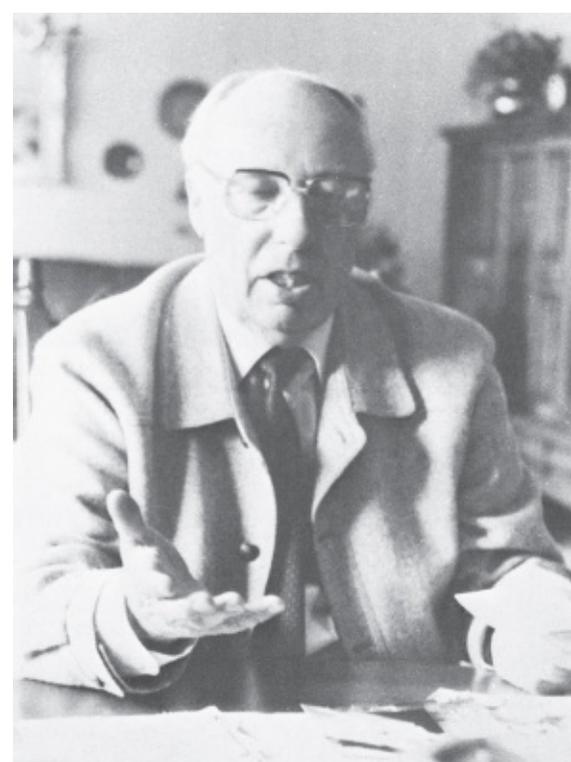
O físico do general von Gablenz (gordinho e com 1,68 m de altura) não correspondia ao conceito habitual que se faz de oficiais prussianos. Na foto, ele inspeciona posições alemãs no final de agosto de 1942, na frente russa, onde comandou, entre outras, a 384ª Divisão de Infantaria na batalha de Stalingrado.



O grupo de oficiais nessa foto de janeiro de 1945 comandava o Regimento 1.045, da 232ª Divisão de Infantaria. Eles eram responsáveis também pelo II Batalhão do Regimento 1.043. Essa unidade defendeu o Monte della Torraccia e o Monte Castello durante vários ataques brasileiros. O capitão Otto Schweitzer, subcomandante do RI 1.045, é o segundo da esquerda para a direita.



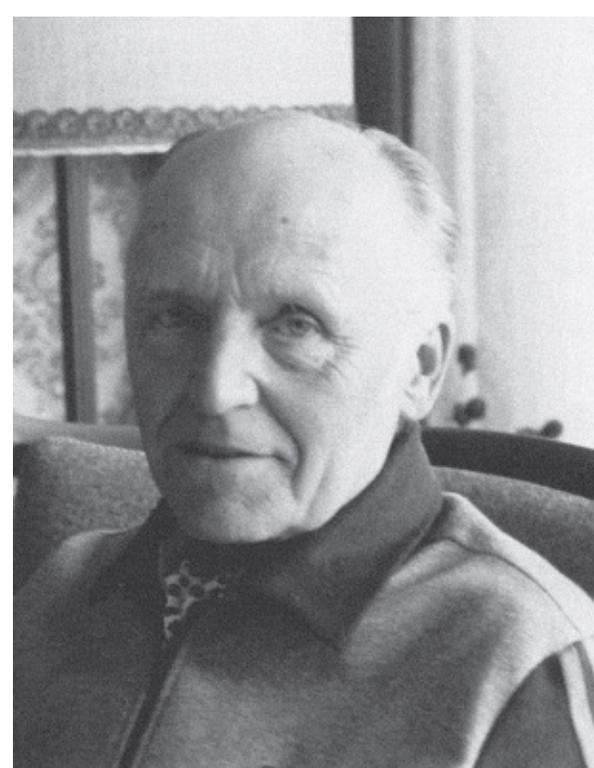
O abrigo do ex-capitão Otto Schweitzer, próximo a Castel D'Aiano, nos Apeninos, em dezembro de 1944. A entrada, em primeiro plano, era praticamente invisível. Os tiros da artilharia brasileira vinham do lado esquerdo da foto.



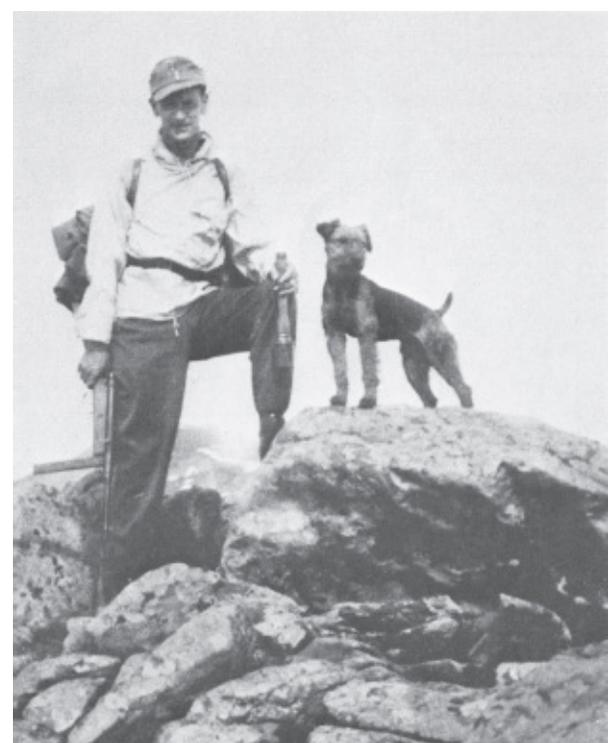
O ex-capitão Otto Schweitzer levou uma tranquila existência como guarda florestal numa cidadezinha no extremo leste da Alemanha Federal. A foto é de 1984.



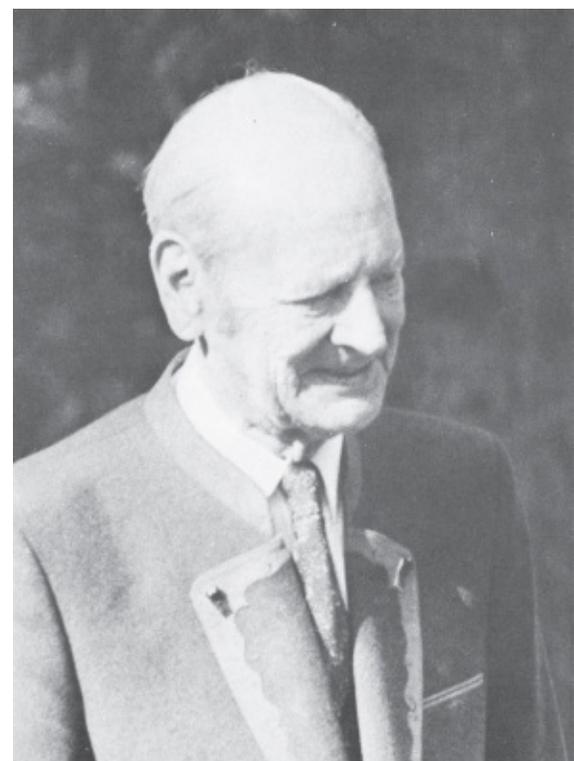
Um grupo de soldados alemães contempla, em novembro de 1944, a paisagem majestosa dos Apeninos, já próximos ao mar Tirreno. O capitão Alfred Pfeffer é o único com a cabeça descoberta.



Aposentado, depois de servir por três décadas ao mesmo banco no sul da Alemanha, o ex-capitão Alfred Pfeffer, em 1984. Ele não sabia que lutou contra brasileiros na frente dos Apeninos, embora comandasse um batalhão estacionado junto ao Monte della Torraccia.



O jovem coronel Heinz Berre num setor dos Montes Apeninos, em outubro de 1944. Acompanha-o a inseparável cadela Trixie. O coronel era o único oficial com experiência de luta de montanha na 232ª Divisão de Infantaria.



Depois de fazer carreira como um dos chefes do Serviço Secreto Alemão (BND) no pós-guerra, em 1984 o ex-coronel Heinz Herre vivia como aposentado num bonito chalé nos Alpes alemães.



O capitão Lotar Mull conservou consigo durante o cativeiro esta foto tomada em fevereiro de 1945, mostrando-o no posto de combate do Regimento de Artilharia da 148ª Divisão de Infantaria. Essa unidade se renderia aos brasileiros, no final da guerra. Na época, o capitão Mull comandava um batalhão de artilharia.

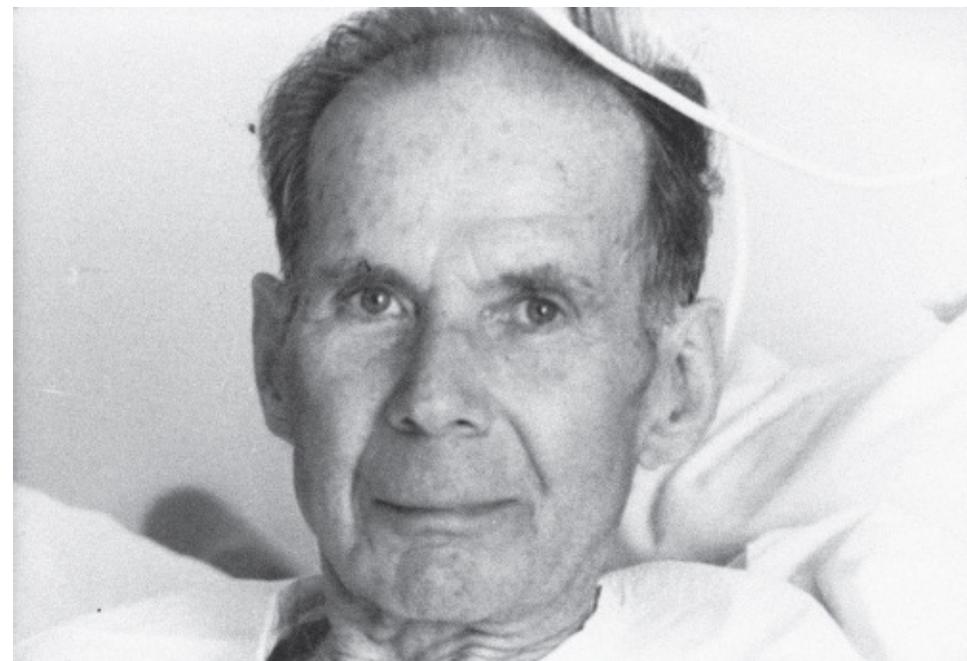


Em 1984, o ex-capitão Mull lê com interesse as narrativas brasileiras sobre a rendição da 148ª Divisão de Infantaria. Ele guardou impressões positivas de seus captores brasileiros.



Esta é a foto oficial (de agosto de 1944) do major Erich Winkelmann, um dos oficiais alemães que interrogou prisioneiros de guerra

brasileiros nos Apeninos. O major Winkelmann comandava o Regimento 1.044 da 232ª Divisão de Infantaria, e era homem-chave nos planos do general von Gablenz para tentar recuperar algumas das posições perdidas.



Em 1984, aos 78 anos, o ex-major Winkelmann recuperava-se de uma operação de artrite, num hospital no sul da Alemanha. “Dessa gente alegre eu não me esqueço”, dizia, ao referir-se aos prisioneiros brasileiros.



O general Otto Fretter-Pico, comandante da 148ª Divisão de Infantaria, em foto oficial tomada em 1944, pouco antes de sua unidade ser deslocada da Riviera francesa para o norte da Itália.



Uma patrulha da 232ª Divisão de Infantaria alemã nos Apeninos, em outubro de 1944. Esse grupo se encontrava próximo ao Monte Cimone, bem ao sul, com quase 2.000 metros de altitude.



Instrutores alemães supervisionam a montagem de um ninho de metralhadora MG 34, apelidada de Lurdinha pelos pracinhas, em algum lugar dos Apeninos, em outubro de 1944. Os soldados da foto não foram identificados.

SUBJECT: Observations of Infantry units of the Brazilian Expeditionary Force.

TO : Lt. Col. NATHAN S. MATHEWSON, Headquarters, IV Corps, A.F.O. 304, a/s Postmaster, New York, N.Y..

This report is based on observations made during personal reconnaissances to infantry battalions and smaller units in the line. Many of these visits were made with the commanding officer of the 13th Tank Battalion whose Battalion was in direct support of the BGP until 1 February 1945. Much valuable information was gathered by talking to the tank platoon leaders who were in continuous contact with the front line Brazilian troops. At no time did these visits take on the form of an inspection, and it is my opinion that no resentment was caused by these visits. Most of the information was obtained between 15 December, 1944 and 1 February, 1945, and covers the following subjects:

1. Operation of the Division G-3 Section.
2. Operation of G-2 and G-3 Sections of Lower Units.
3. Condition of clothing and equipment.
4. Positions and capabilities of weapons.
5. Sanitation -
 - a. Messes
 - b. Latrines
 - c. Condition of rest
6. General Knowledge of Defense Plans by Smaller Units.
7. Patrol Activity by Smaller Units.
8. Opinion of Brazilians as to the three most valuable pieces of Army clothing - 1st, 2nd, and 3rd.
9. Visits by Division Staff Officers to Small Units.
10. Organization for Command.
11. Conclusions.

1. Operation of the Division G-3 Section.

There are numerous items being neglected which hamper the functioning of the G-3 section.

(a) Incoming messages are not recorded in the G-3 Journal, and messages for G-3, when not properly routed by message center are not re-routed, because of the lack of coordination between G sections. On 30 January 1945 at approximately 2100A, IV Corps put out an operational message. It arrived at BGP Headquarters at approximately 0200A, 31 January 1945; was translated; and put into BGP message center at approximately 0800A the same day. At approximately 1600A that day, traffic control at Corps called requesting clearance from G-3 and G-4 on a convoy of 894 TD Battalion which was scheduled to move out at 1800A. The 3rd

Um dos típicos relatórios de oficiais americanos sobre a FEB em combates. O texto acima, de nove páginas, ocupava-se exclusivamente de unidades de infantaria em linha, e de algumas seções do estado-maior. Seu autor é o capitão Frank Cameron.

FILE

SECRET

ALLIED FORCE HEADQUARTERS
Liaison Section
Brazilian Sub-Section
APO 512

58

370,2(Braz)

~~CONFIDENTIAL~~

SUBJECT: Situation Report No. 10

TO : CG, USAFSA, Brazil

F. I. B.

1. Int-stry Division

The AG Statistical Section, AFHQ, has agreed to forward a weekly report on Brazilian casualties by radio. (AFHQ message to USAFSA, Ref No FI 79470, dated 5 Jan 45). For this reason casualty figures will be omitted from our future reports.

Rumors concerning the high rate of casualties in the F.I.B. are also prevalent among the Brazilians here. This is particularly true among those who are stationed in rear areas. Cumulative casualty figures for the F.I.B. together with comparative figures for an American Division have been given to Major Luis Gomes Pinheiro who is Liaison Officer with Theater Headquarters on Supply matters. Major Pinheiro has agreed to disseminate this information among the Brazilians who are stationed in and around Rome, Naples and Caserta.

Obviously the current rumors in Brazil have been instigated by letters which have been written by Brazilians in Italy. It was just about one month ago that the F.I.B. launched an attack which was a complete failure and in which they sustained approximately 250 battle casualties. Some rather weird tales have been told by some of the men who participated in that action. One of the men who is at the 45th General Hospital told a medical officer that his company had entered the offensive with full strength and that only twenty men had returned. It is quite easy to understand why men will try to justify a failure by pointing out the difficulties under which they were obliged to operate. This is not a purely Brazilian characteristic and is understandable. However, it appears that unit commanders in the F.I.B. are not able to exercise necessary control over their troops and unless everything proceeds smoothly and according to plan the organization begins to crack up and fall to pieces. Thus it is quite possible for a man to say that only a handful of men were left in his company without telling an untruth. The rest of them were probably also split up into small groups which struggled back to the rear areas as best they could. This is the very sort of thing which has prompted Fifth Army to say that the Brazilian officers and non-coms need more training. There has undoubtedly been a lack of leadership - as we know it - among the Brazilians.

Since the record which the Brazilians have made for themselves in combat

SECRET
117

Os relatórios sobre a situação (aqui o de nº 10) iam diretamente para o Quartel-General das Forças Americanas do Atlântico Sul, em Recife. A primeira página do documento reproduzido acima ocupa-se dos boatos sobre muitos mortos entre os soldados da FEB após os primeiros insucessos diante do Monte Castello.

Zwischenmeldung vom 29.11.44.

Q. B. 1
I 1/1
I 1/2
H. G. Ps. Offs.

Gen. Kdo. Lombardia Lt. Koetter 14.00 Uhr

K. b. V.

Kortlek 514 Oblt. Eberhard 14.10 Uhr

K. b. V.

Lt. Geb. Korps Oblt. Pertramer 14.45 Uhr

- a) Bei Kampfer, Fritzer-Pigg im rechten Abschnitt reges, im linken Abschnitt geringes Artl.- und Gr.W.Störungsfeuer. Nebelbeschuss auf HKL im Raum II./281.

Bei 232.I.A.D. wurde nach Abschuss von 3 Panzern durch Nahkampfmittel Feind gegen hartnäckigen Widerstand in den Morgenstunden aus Einbruchraum 2,2 km ostw. 227/42 geworfen und um 9.30 Uhr alte HKL wieder besetzt. Bisher 34 Gefangene eingebracht. Erneuter Vorstoß von 4 - 5 Panzern aus Raum I km NO 227/43 nach Norden blieb in zusammengefassten Feuer der Artl. liegen.

Nach heftiger Artl.Vorbereitung um 8.00 Uhr griff Gegner um 8.20 Uhr in Stärke von 150 - 200 Mann, unterstützt durch 2 Panzer und 8 Jabo aus Richtung 101/19 an und konnte in den Ort bei 101/19 eindringen. Feind wurde im Gegenstoß geworfen, 3 Jabo dabei abgeschossen.

10.40 Uhr war HKL wiederhergestellt. Erneuter Vorstoß des Feindes aus Raum I, 2 km SO 101/19 gegen Bco m SW 101/19 wurde in zusammengefassten Feuer aller Waffen unter blutigen Verlusten für den Feind abgewiesen.

- b) Unternehmen Catilina verläuft planmäßig.

c) ./.

Angenommen: Oblt. von Jagow/My

*Tafel
Wer hat den Gegenangriff durchgeführt?
(Am 2.11.44?)
Jagow*

Comunicado do QG do 14º Exército alemão, relatando o contra-ataque alemão que levou à retomada de posições ao redor do Monte Belvedere, e o primeiro ataque exclusivamente brasileiro ao Monte Castello, no dia 29 de novembro de 1944. A mão, ao pé da página, o chefe do estado-maior alemão pergunta quem comandou o contra-ataque ao Belvedere.

114. Jäger-Div.
Kommandeur
St. Ia Nr. 314/45 wch.

Div. Gef. St. 1. März 1945,
18.00 Uhr.

Nicht in Feindeshand fallen
lassen!
Nach Kenntnisnahme vernichten!

G E H E I M

An
alle Einheitsführer

Die Kämpfe im neuen Einsatzraum zeigten ein totales Versagen nicht nur von Einheiten, sondern sogar von Btl. Wenn z.B. das stärkste Btl. eines Rgt. nur ungefähr 100 Mann und 1 le.M.G. zusammenschließt, einen taktisch wichtigen Geländeteil verliert und der Gegner ohne Verluste die Masse des Btl. gesund ohne Widerstand abnimmt oder bei anderen Btl. von nur 1200 feindl. Art.-schüssen ohne selbst zu schießen das gleiche wiederholt, so sind die Führer/Gruppen, der Einheiten bzw. Btl. schuld an diesem nicht zu verantwortenden Verlusten an Mann und Gerät.

Ich befehle, dass dort, wo grobe Verfehlungen festzustellen sind, über den Mann bzw. Offz. Tatberichte vorzulegen sind und weiter, dass von den Herren Kommandeuren mit all ihrer Kraft auf die Einheits- und Gruppenführer eingewirkt wird, dass, wenn der Gegner angreift, mit den Inf.-Waffen geschossen und wieder geschossen wird. Wenn dem Brasilianer Feuer entgegenschlägt, so wird er zu Boden gezwungen worden. Es ist eine Schande, dass ein deutscher Soldat, der einen Namen hat, aus Feigheit sich der Gnade eines Brasilianer ausliefert. Die Führer der Gruppen, Einheiten usw. haben ihre Leute durch zahllose Spähtrupps an den Kampf zu gewöhnen und krisenfest zu machen. Jeder Mann muss in einer Woche mindestens 2 Spähtrupps teilgenommen haben. Listen führen, die Zusammensetzung immer aus Erfahrenen und Unerfahrenen und gut vorbereitet.

Die Leute müssen wissen, dass es auf's Ganze geht und der nicht mittun will, stirbt an der Wand.

Die Führer aller Grade müssen durch unermüdete Arbeit auf die Untergebenen einwirken sie wieder hochzubringen, damit sie wieder Selbstvertrauen bekommen; dann kommen die Erfolge von selbst und das Rgt., Btl. bzw. die Einheit erhält wieder seinen alten Ruf.

Jedem Mann muss es ein chernes Gesetz sein, keinen Fussbreit aufzugeben.

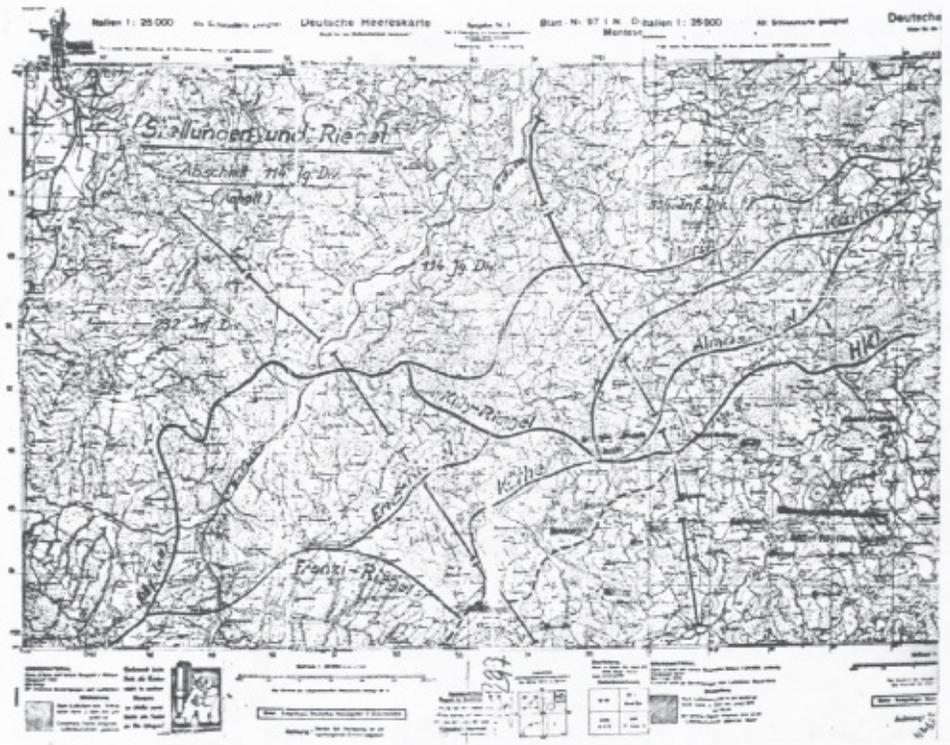
Dem Mann an's Offz. der in Kom. seinen Mann gestanden hat, spreche ich die besten Anerkennungen aus.

Geleitete "C"
Reserve-Truppe.

I.V.

Oberst.

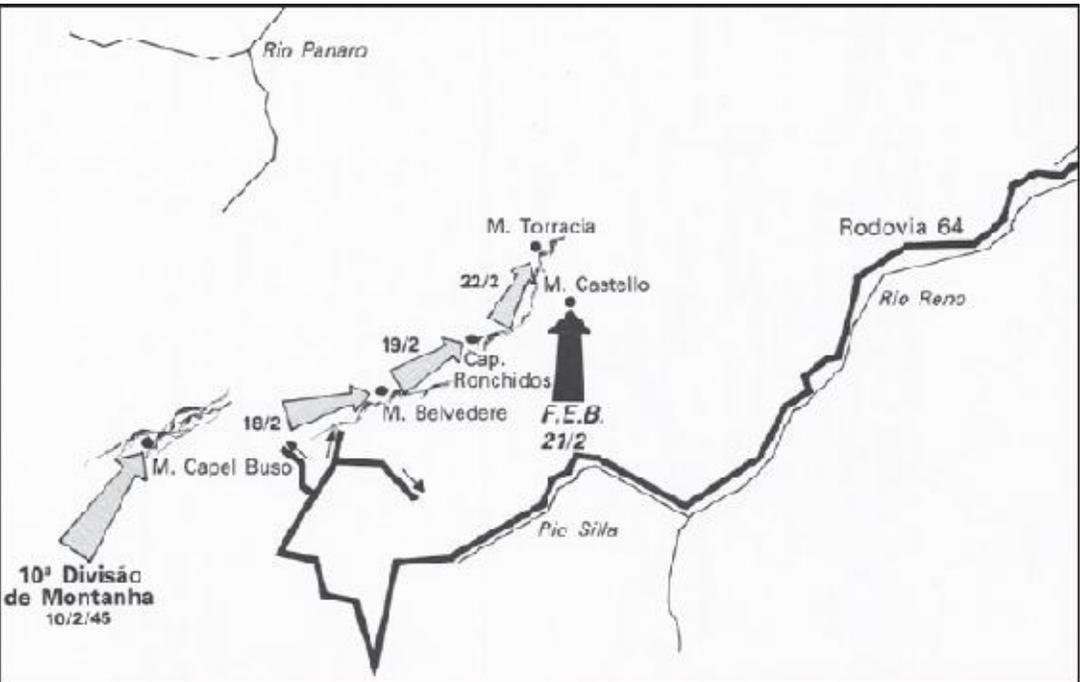
Esta é a ordem do dia do coronel Martin Strahammer, comandante da 114ª Divisão Ligeira, censurando seus homens pelo mau desempenho frente ao adversário. Os brasileiros são mencionados: "é uma vergonha para o soldado alemão, que tem um nome a zelar, entregar-se por covardia à misericórdia de um brasileiro".



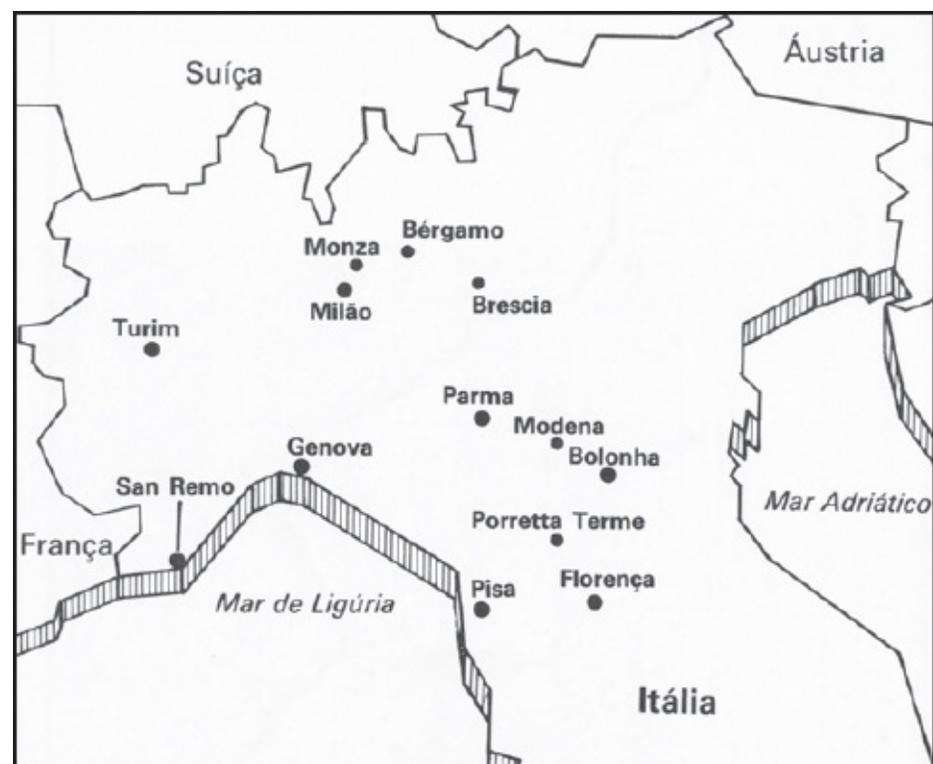
Mapa do estado-maior do LI Corpo alemão com as posições defensivas no trecho da frente defendido pela 114ª Divisão Ligeira. O pivô da defesa, de acordo com os planos alemães, localizava-se no triângulo de elevações logo ao norte de Montese. As letras HKL à direita do mapa, significam linha do *front*. As outras linhas estabeleciam posições defensivas em função da atividade do inimigo (a FEB e a 10ª Divisão de Montanha).



Estudo do estado-maior da 114ª Divisão Ligeira sobre as possibilidades defensivas na região ao redor de Montese, que seria atacada pela FEB. As principais barreiras antitanques deveriam ser estabelecidas às margens do rio Panaro, mas a retirada alemã tornou-as supérfluas.



Representação gráfica da região Monte Castello.



Norte da Itália.



Tropas da FEB e do V Exército norte-americano em vaso de guerra, 1944-1945.



Comboio militar da FEB e do V Exército norte-americano, 1944-1945.



Ação anfíbia da FEB e do V Exército norte-americano, 1944-1945.



Combatentes da FEB e do V Exército norte-americano sob fogo inimigo, 1944-1945.



Durante as operações sob o seu comando, o general Eurico Gaspar Dutra manteve estreito contato com a tropa, 1944-1945.



Morteiro em ação, 1944-1945.



Soldado da FEB durante a Segunda Guerra. No armamento aparece a expressão "A cobra está fumando". Toscana, Itália, 29/9/1944.



A posição de Capelbuzo, no Piso de Campiano, nos Apeninos, defendido pela FEB com metralhadora, 1944-1945.



Grupo observando carta, 1944-1945.



Viatura do esquadrão de reconhecimento após tomada de Montese, 1944-1945.



Viatura brasileira em travessia de um rio, 1944-1945.



Soldados comemorando o dia da vitória. Pracinhas aclamados em Massarosa. Destacamento do 6º RI sob o comando do capitão

"Airosa", 1944-1945.



Encontro entre nazistas e brasileiros. Oficial nazista saúda o major João Carlos Croes, 1944-1945.



Flagrante do momento histórico, quando o general Fretter-Pico, comandante da 148ª Divisão Wheromolcht, se rende ao general Falconiere da Cunha, em Collecchio, sul de Parma, 1944-1945.



Monumento aos soldados brasileiros na Itália, Comune di Pistoia, 2/10/2006.



Cordeiro de Farias (ao centro, de óculos), Mascarenhas de Morais e outros oficiais aliados, 1944-1945.



Teixeira Lott, Olímpio Falconiere da Cunha, Getúlio Vargas (ao centro, de terno), Cordeiro de Farias (atrás de Vargas, de óculos) e outros durante o embarque do segundo escalão da FEB, no cais do porto do Rio de Janeiro, em 22/9/1944.



Brig. Gen. Cordeiro De Faria and Brazilians of the second contingent of the B. E. F. to arrive in Italy debark from a L. C. I.

Embarque de tropas da FEB em lanchas americanas. Brigadeiro general Cordeiro de Farias à frente do pelotão, em outubro de 1944.



Navios e tropas aliadas por ocasião da Segunda Guerra Mundial, incluindo o Grupo de Caça Senta a Pua, 1944.



Cruzes no cemitério de Pistoia, na Itália, onde muitos brasileiros foram enterrados, 1944-1945.



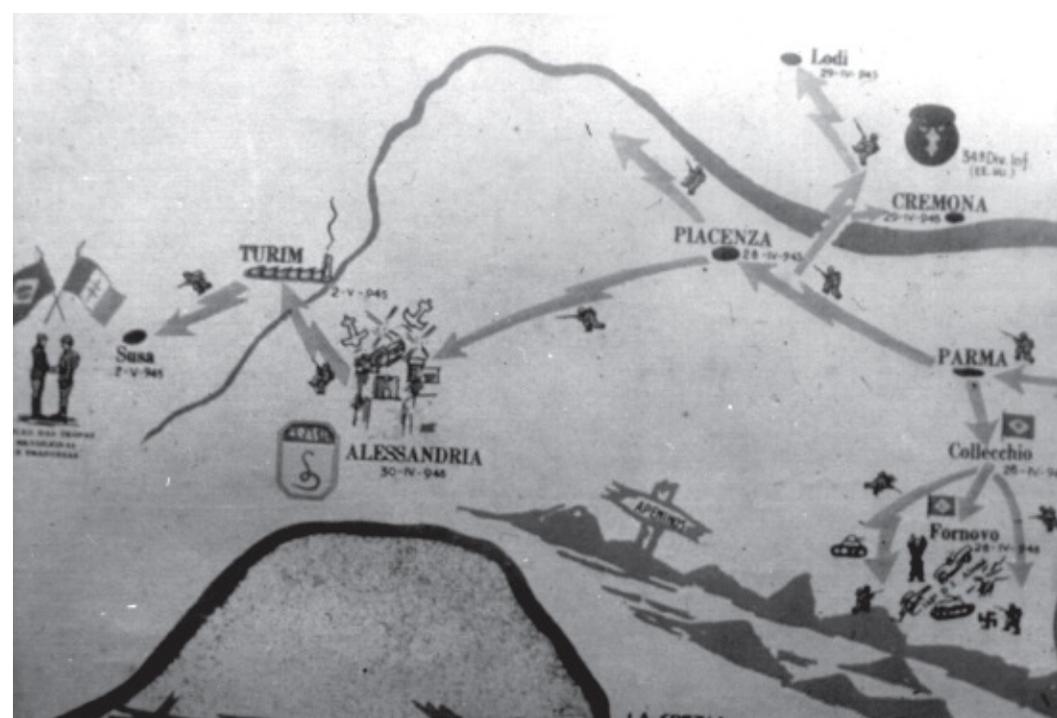
Soldados da FEB com bazuca nos Apeninos durante o inverno de 1944-1945.



Morteiro de 81 milímetros em plena ação no *front*, 1944-1945.



Soldados mortos, cobertos com a bandeira do Brasil, 1944-1945.



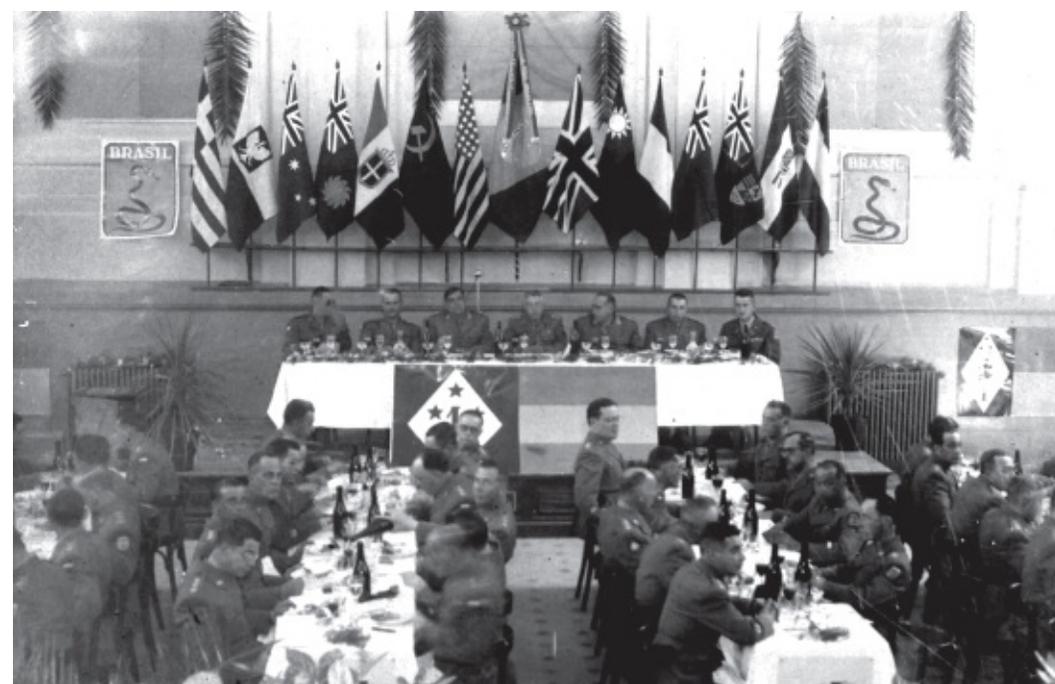
Parte do roteiro da FEB na campanha da Itália, 1944-1945.



Transporte de tropas, 1944-1945.



Bombardeio das posições inimigas, 1944-1945.



Mascarenhas de Moraes, Cordeiro de Farias e outros integrantes da FEB durante cerimônia, 1944-1945.



Soldados alemães da 148ª Divisão de Infantaria capturados pela FEB, numa concentração de prisioneiros de guerra no *front* italiano, 1944-1945.

1. Salvo engano, os depoimentos de ex-combatentes alemães que enfrentaram diretamente as forças brasileiras colhidos para *Duas faces* constituem o único trabalho do tipo na literatura brasileira.
2. De 1975 a 1979, para *O Estado de S. Paulo*, em Bonn, então capital da Alemanha Ocidental; de 1979 a 1984, para o *Jornal do Brasil*, em Bonn e, de 1984 a 1985, para o mesmo jornal em Londres.
3. Sou bisneto por parte de pai de um imigrante que chegou ao Brasil vindo de uma área que hoje pertence à Polônia, mas meu avô paterno já não falava alemão, idioma que aprendi estudando e trabalhando na Alemanha.
4. A publicação, em 1993, de *Gesetz des Krieges*, de Jörg Friedrich, sobre a atuação da Wehrmacht na frente russa, é considerada hoje um dos principais marcos, que levou, em 1995, à primeira exposição, na Alemanha, em Hamburg, de crueldades cometidas pela Wehrmacht.
5. Mathias Günther, *Partisanenbekämpfung und Geislerschiessung der Wehrmacht auf dem Balkan und in Italien*, editado pelo Deutschen Historischen Institut em Roma, 2005, disponível em www.perspectivia.net.
6. Talvez o maior debate entre historiadores, com forte pano de fundo político, tenha sido a “Historikerstreit” (disputa entre historiadores, em tradução livre) a partir da publicação de um artigo no prestigiado diário alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung* pelo historiador alemão Ernst Nolte (“Die Vergangenheit, die nicht vergehen will.” *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 6/6/1986), segundo o qual, em termos muito simplificados, o fascismo era uma resposta ao bolchevismo.
7. O antigo chefe de governo chinês Chou En-lai celebrou-se pela resposta que deu, duzentos anos depois, sobre os efeitos da Revolução Francesa: “é muito cedo para se dizer”.
8. Essa crítica está muito bem formulada em *Europe at war*, de Norman Davies, Londres, 2006, p. 462. Um dos mais renomados historiadores da atualidade, Davies se ressentia sobretudo do que ele chama de excesso de especialização. Cita como brilhante resposta ao desafio de manter uma visão abrangente – uma excelente “saída”, na verdade – a “escola” fundada pelo historiador militar inglês John Keegan e seu magistral *The face of battle*, que tratava de examinar como o soldado comum vivenciou, ao longo dos séculos, a guerra e as ações de combate, ou seja, a perspectiva humana do indivíduo. O livro teve enorme influência sobre jornalistas, como eu, que participaram diretamente do relato cotidiano de conflitos militares.
9. Exemplo de narrativa recente é o excelente *The storm of war – A new history of the Second World War*, de Andrew Roberts, Londres, 2009.
10. O episódio que se tornaria célebre foi o da insistência do general americano Mark Clark – que viria a ser o comandante do setor em que lutariam os brasileiros – em ser o primeiro a entrar em Roma, no início de junho de 1944, permitindo com o lance de vaidade que um enorme contingente alemão escapasse a uma manobra de envolvimento e se reorganizasse novamente mais ao norte, o que prejudicou para sempre a relação dele, o principal americano na Itália (depois que Eisenhower foi para a Grã-Bretanha nos preparativos para o Dia D) com Sir Alexander, nominalmente seu chefe.
11. Costuma-se dizer que a Segunda Guerra acabou na queda do Muro de Berlim, em 1989, e que a anexação da Crimeia pela Rússia e a guerra civil na Ucrânia, a partir de 2014, são os derradeiros “acertos” da queda do Muro e do fim do império soviético na Europa, que existiu de 1945 a 1991.
12. Para ficar com um só exemplo, a Polônia tem para apenas um grande evento recente, a Segunda Guerra, várias datas que imediatamente são associadas a fatos de enorme apelo político e emotivo (a invasão alemã, em 1939, seguida da invasão soviética; a destruição do gueto de Varsóvia, em 1943; o levante de Varsóvia, em agosto de 1944; a ocupação soviética). O mesmo vale para Alemanha, França, Reino Unido e Rússia, para não falar de Israel e seus vizinhos árabes, para os quais a simples menção de uma data (1948, com a chamada guerra de independência de Israel, descrita pelos árabes como “a catástrofe”) é suficiente para sumarizar um complexo conjunto de eventos e suas consequências para milhões de pessoas. Nada parecido tem lugar na sociedade brasileira, que, para o bem ou para o mal, carece desse tipo de “mito da fundação” carregado de revisionismo histórico e uma narrativa de fatos, não importa a distância deles, que “justifica” condutas no presente. Para não ter de recorrer ao conflito no Oriente Médio (no qual as narrativas do passado e a do presente são indissociáveis), recordo minha experiência pessoal na cobertura da Guerra do Kosovo, em 1999. De fato, soldados sérvios, que ocupavam e aterrorizavam o território habitado por albaneses muçulmanos, repetiam como se tivesse acontecido ontem que estavam ali para vingar uma derrota sofrida contra as forças do Sultão em 1389 numa batalha ocorrida nos campos de Kosovo, próximo a Pristina, a capital da província do mesmo nome. O mito da valentia, coragem, ferocidade em combate e traição, nascido nas narrativas (completamente díspares considerando as – raras – fontes europeias e turcas sobre o mesmo evento) do Kosovo, no qual os sérvios perderam a capacidade de resistir e acabaram se tornando vassalos do

Império Otomano por mais quinhentos anos, foram essenciais na identidade nacional sérvia e na formação do nacionalismo sérvio do século XIX, e importante força em termos de ideias na luta pela independência frente a Istambul. Vale como início da campanha de limpeza étnica do Kosovo, e em outros territórios da antiga Iugoslávia, nos anos 1990, o discurso proferido pelo presidente do país, Slobodan Milosevic, no 600º aniversário da batalha, em 1989, anunciando que a Sérvia se levantaria pela sua “sobrevivência nacional” da mesma maneira que os combatentes medievais morreram pela sua “nacionalidade”. A vitimização sempre foi, como continuamos vendo hoje no Irã, Israel ou mesmo Argentina, elemento importante na confecção do “mito” da luta entre desiguais, não importa se a narrativa coincide ou não com os “verdadeiros” fatos. Verdadeira, no caso do mito, é sempre a narrativa. Talvez só a Alemanha moderna tenha escapado de forjar a sua identidade nacional a partir de um evento militar da proporção de uma grande guerra. Mesmo aqui, porém, caberia argumentar que a “identidade nacional” alemã moderna formou-se em oposição ao militarismo e às tradições marciais prussianas sempre utilizadas para descrever o país antes da catástrofe de 1945, que, pelos alemães, é designada como “hora zero”, o momento em que começou (em vez de recomeçar, pois os autores da constituição da Alemanha atual trataram sobretudo de corrigir o que perceberam como fragilidade das instituições democráticas de Weimar) o país que hoje conhecemos. É uma longa discussão na Alemanha quanto o “mito” da “hora zero” serviu, em parte, para retardar o acerto de contas com o passado – que a Alemanha, ao final, deu provas de ter enfrentado melhor do que outras ditaduras genocidas, como as da China e da União Soviética.

13. Em 1972, quando trabalhava como repórter de esportes para a sucursal paulista de *O Globo*, fui cobrir uma das chaves da MiniCopa (evento montado pela ditadura militar para colher frutos políticos ainda da conquista da Copa de 1970 – como se vê, governos nunca aprendem). E pude acompanhar a preleção do técnico do Paraguai, que ia enfrentar a então forte equipe da Iugoslávia. E o homem falava com paixão, tom grave e solene, dos mortos paraguaios na Guerra do Chaco, de 1936, contra a Bolívia. Pedia aos jogadores um empenho em memória dos heróis da pátria. A torcida inglesa costuma cantar, quando seu time enfrenta a Alemanha, um hino com os versos “como é perder uma guerra mundial”. E mesmo os modernos jogadores franceses que foram a campo contra a Alemanha, nas quartas de final da Copa do Brasil, em 2014, também falavam em “vitória pelo nosso povo” – uma alusão a várias guerras com a Alemanha.
14. Minha primeira experiência com cobertura em zonas de guerra foi no Irã, em 1979, especificamente no Curdistão iraniano, logo após a revolução islâmica; também pelo lado iraniano acompanhei o início da Guerra Irã-Iraque, em 1980, como enviado especial do *Jornal do Brasil*. Pelo mesmo veículo passei alguns meses entre Síria, Líbano e Israel, em 1982, cobrindo a guerra civil libanesa e a invasão israelense do Líbano; pelo *O Estado de S. Paulo*, a partir do Egito, da Jordânia, da Arábia Saudita, do Kuwait e do Iraque, participei da cobertura da Guerra do Golfo de 1991, pela qual Hélio Campos Mello e eu conquistamos o principal prêmio de jornalismo brasileiro, o Esso; no mesmo ano fui como enviado especial à Eslovênia e à Croácia, para cobrir as guerras de secessão da antiga Iugoslávia; voltei para a mesma região em 1999, como enviado especial da GloboNews e da revista *Época*, para a guerra de Kosovo; em 2000 e 2003 fui como enviado especial do *Jornal Nacional*, da TV Globo, para reportagens nas zonas de combate entre as Farc e o governo da Colômbia. Além disso, fiz várias viagens a Israel, à Cisjordânia e à Faixa de Gaza para reportagens sobre o conflito israelo-palestino para a revista *Veja*, no período entre 1994 e 1996.
15. Orlando Figes, *Crimean War*, Penguin, Londres, 2010. Uma das consequências da “proximidade”, conforme assinala Figes, na obra citada, foi deslocar para o centro da narrativa e das preocupações de políticos e da população o sofrimento e a falta de preparo do soldado comum – destaque antes reservado apenas aos oficiais de origem aristocrática. O esforço literário e narrativo também foi extraordinário. Para citar apenas um nome, entre muitos outros, a guerra da Crimeia foi contada por Liev Tolstói, que a partir da sua experiência pessoal como oficial da cavalaria russa escreveria, mais tarde, o épico *Guerra e Paz*, sobre a invasão napoleônica de 1812 da Rússia.
16. O conflito entre os estados americanos foi a primeira grande e longa conflagração registrada por fotografia. Existe enorme acervo na internet, mas não há fotos de ação, pois o tempo de exposição necessário naquela época variava entre cinco e vinte segundos. Confira www.civil-war.net/cw_images.
17. Clássicos no sentido literal da palavra: Heródoto, para quem o desenrolar dos acontecimentos está ligado a ações de seres humanos e suas ideias (e não à atuação arbitrária de deuses); e Tucídides, cuja narrativa da guerra do Peloponeso (que tinha tudo das guerras atuais, menos a bomba atômica) contém pelo menos uma lição magistral: a de que guerras estão sujeitas sobretudo ao acaso, e que a história de uma guerra é, antes de mais nada, uma história política.
18. A Tunísia, onde os protestos começaram, terminou derrubando um regime autoritário, que foi substituído por uma

democracia parlamentar sob influência islâmica moderada; a Líbia deixou de existir como país, após uma curta guerra civil decidida por intervenção militar ocidental; o Egito passou por uma revolução e, após eleições que levaram à vitória de um candidato islâmico, por um golpe militar que restaurou, com enorme respaldo popular, um regime de força e exceção, que sobrevive com feroz brutalidade contra qualquer tipo de opositor; a Jordânia sobreviveu intacta e sem grandes distúrbios; a Arábia Saudita comandou uma intervenção militar no vizinho Bahrein para impedir a propagação de uma revolta com claros contornos de emancipação da população xiita; e a Síria, finalmente, estilhaçou-se numa brutal e sangrenta guerra civil que opõe não só rebeldes ao governo central, mas também rebeldes de facções diversas entre si.

19. A partir do título do livro de Robert D. Kaplan, *The revenge of Geography, What the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*, Nova York, 2013.
20. Episódio famoso durante a revolução dirigida pelo Aiatolá Khomeini. Diante do controle que o regime monárquico exercia sobre os meios de comunicação impressos e eletrônicos, o expediente encontrado pelos revolucionários da época para transmitir seus conteúdos era a então moderníssima fita cassete.
21. Do lado político, porém, foi, na melhor das hipóteses, uma ação incompleta. Os americanos declararam cessar fogo antes da aniquilação completa do inimigo, o que fazia sentido do ponto de vista político e diplomático, mas ia contra o velho princípio estratégico da vitória decisiva.
22. As conclusões anteriores foram retiradas do extraordinário *Strategy*, de Lawrence Freedman, Oxford e New York, 2013.
23. O episódio está descrito em “Mr. You Bagdá”, de Helio Campos Mello e William Waack, São Paulo, 1991.
24. Problema agudamente atual com o surgimento do Estado Islâmico em território da Síria e do Iraque, a partir de 2014.
25. A ideia de que o emprego de poucas tropas e muita tecnologia tornaria a invasão eficaz e barata foi argumento essencial na tomada de decisão de Bush pela invasão.
26. Mais conhecido como Lawrence da Arábia. O livro, aliás, era um dos favoritos de Mao Zedong.
27. As ideias a seguir foram retiradas de Henry Kissinger, *World order*, Nova York, 2014.
28. *Ibidem*, p. 357.
29. *Ibidem*, p. 359.
30. Simplificando, o excelente conceito desenvolvido por Fernand Braudel a respeito das esferas de pensamentos e ideias que têm uma vida muito longa, muito mais longa do que os “eventos cotidianos”, e perduram, às vezes, contra qualquer “lógica”, e que permitem, por sua abordagem ampla, compreender melhor o sentido e a direção de mudanças históricas.

1. Entre muitos outros, ver Manoel Thomaz Castello Branco, *O Brasil na II Grande Guerra*, Rio de Janeiro, 1960; *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*, Porto Alegre, 1949; General Leitão de Carvalho, *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, 1952.
2. Memorando ao secretário de Estado, de 12/1, OPD 336, National Archives, Washington.
3. Telegrama de Roosevelt ao embaixador americano no Rio, 21/6/1944, OPD 336, National Archives, Washington.
4. Report on BEF, abril de 1944, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
5. Reports on BEF, 16/8/1944, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
6. *Ibidem.*
7. *Ibidem.*
8. *Ibidem.*
9. *Ibidem.*
10. *Ibidem.*
11. *Ibidem.*
12. *Ibidem.*
13. Organization of BEF, Plano Médico nº WO204/5601, Public Records Office, Londres.
14. Castello Branco, *op. cit.* Ver nota 31.
15. Reports on BEF, *op. cit.* Ver nota 35.
16. Organization of BEF, *op. cit.* Ver nota 43.
17. Cordell Hull à embaixada americana em Londres, 21/4/1944, OPD 336, National Archives, Washington.
18. Telegrama de Churchill ao QG aliado na Itália, AFHQ, Administration and operatives directives for Allied Forces in Italy: Brazilian, WO204/4096, Public Records Office, Londres.
19. Telegrama de Marshall ao QG aliado, 21/4/1944, WO204/4096, Public Records Office, Londres.
20. Brazilian Forces Policy, 30/5/1944, WO204/1322, Public Records Office, Londres.
21. “Reminiscences of the war”, Script, Prepared for The International Communication Agency, 4/8/1982, Washington.
22. Reports on BEF, 2/8/1944, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
23. Relatório do QG aliado na Itália ao general Robert Walsh, comandante do USAFSA, 22/5/1944, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
24. General Leitão de Carvalho, *op. cit.* Ver nota 31. Ver também relatórios da embaixada americana no Rio ao State Department, julho de 1944, OPD 336, National Archives, Washington.
25. Do inglês *lend-lease*, empréstimo-arrendamento. No caso das rações, porém, torna-se difícil falar em “arrendamento”.
26. Employment of troops, Microfilm R-135A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington. Ver também telegrama do QG americano da África do Norte a Mascarenhas, 28/7/1944, Brazil Organization General, WO204/5600, Public Records Office, Londres.
27. Report on the liaison detachment of the BEF, WO204/5588, Public Records Office, Londres.
28. Headquarters IV Corps, Report on the BEF, 4/3/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
29. *Ibidem.*
30. *Ibidem.*
31. Reports on BEF, [s.d.], Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
32. Report on the liaison detachment of the BEF, *op. cit.* Ver nota 56.
33. Brazilian Forces Policy, 15/8/1944, WO204/1322, Public Records Office, Londres.
34. *Ibidem.*
35. *Ibidem.*

1. Castello Branco, *op. cit.* Ver nota 31.
2. Astorildo Silveira, *O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionário*, 1947.
3. *Das Buch der Infanterie*, Podzum-Verlag, Friedberg. Ver também Georg Tessin, *Verbände und Truppen der deutschen Wehrmacht und Waffen-SS im Zweiten Weltkrieg*.
4. *Das deutsche Heer*, Podzum-Verlag, Friedberg, 101/ v-9.
5. Generalleutnant von Gablenz, “Aufstellung und Einsatz der 232. Division bis Genua”, MS D-206, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
6. *Ibidem*.
7. *Ibidem*.
8. *Ibidem*.
9. *Ibidem*.
10. Atas do Tribunal de Nurembergue, vol. IX, 13/3/1946.
11. Gablenz, *op. cit.* Ver nota 69.
12. As informações da biografia do general von Gablenz foram coletadas a partir de entrevistas com oficiais sobreviventes da 232ª Divisão de Infantaria, de seu ex-ordenança, sargento Ernst Rinsche, da filha, baronesa Orlinda von Gablenz-Rauch, e de escritos, memorandos, circulares, relatórios e cartas pessoais do general em poder do autor.

1. Feldmarschall Albert Kesselring, "Der Italien Feldzug", 1/5/1949, MS C-064, p. 95, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
2. *Ibidem*, p. 98.
3. Kesselring, Schulssbemerungen, julho 1948, MS C-014, p. 36, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
4. Feindlagebericht, 15/11/1944, Armee Oberkommando 14, pastas do XIV Exército, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
5. Kurzmeldung zur Feindlage n. 52, AOK 14, pastas do XIV Exército, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
6. Kurzmeldung, n. 27.
7. Kurzmeldungen zur Feindlage, n. 61, 62, Agentenbericht von 8/10/1944, lc Tagesmeldung 14/10/1944.
8. Kurzmeldung zur Feindlage, n. 57.
9. Ic Tagesmeldungen de agosto a setembro de 1944.
10. Ic Tagesmeldung, 10/10/1944.
11. Ic Tagesmeldung, 31/10/1944.
12. Ao contrário da lenda, não havia naquele dia tropas SS na região.
13. Ic Tagesmeldung, 15/11/1944.
14. Kesselring, MS C-064, pp. 96 e 100. Ver nota 77.
15. Report by the Field-Marshal the Viscount Alexander of Tunis on the Italian Campaign, 1950, CAB/623, Public Records Office, Londres.
16. Martin Blumenson, *Mark Clark – The last of the great World War II commanders*, Nova York, 1984, p. 226.
17. *Ibidem*, p. 226.
18. Telegrama de Clark a McNarney, 21/11/1944, Brazilian Forces Policy, WO204/1322, Public Records Office, Londres.
19. Ver troca de telegramas entre AFHQ, Combined Staff Washington, USAFSA (Recife), de 15 a 28/11/1944, WO204/1324, Public Records Office, Londres.
20. Situation Report n. 4 on the BEF, AFHQ, 25/11/1944, Microfilm R-135A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
21. Ver Capítulo 6.
22. Blumenson, *op. cit.*, p. 236. Ver nota 92.
23. Marechal Mascarenhas de Moraes, *The Brazilian Expeditionary Force by its commander*, 2ª ed., revista e ampliada, Washington, 1965, p. 83.
24. *Ibidem*.
25. Kesselring, MS C-064, p. 125. Ver nota 77.
26. *Ibidem*, p. 113.
27. *Ibidem*, p. 114.
28. *Ibidem*.
29. Anexo a Feldmarschall Albert Kesselring, "Allgemeine strategie in Italien", MS B-270, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
30. Kesselring, MS C-064, p. 114. Ver nota 77.
31. Kriegstagebücher 14. Armee, 25/11/1944, Ferngespräche, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
32. Generalleutnant von Gablenz, "Einsatz der 232. Infanterie-Division im Abschnitt Apennin südwestlich Bologna", MS D-194, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
33. *Ibidem*.
34. *Ibidem*, pp. 2-3.
35. *Ibidem*, p. 3.
36. *Ibidem*.
37. *Ibidem*, p. 7.
38. *Ibidem*, p. 5.
39. *Ibidem*, p. 8.
40. *Ibidem*, p. 3.
41. Tagesmeldung zur Feindlage, 23/11/1944, pastas do XIV Exército, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
42. 18/11/1944.

43. Gablenz, *op. cit.*, p. 5. Ver nota 108.

1. Não há praticamente qualquer publicação com análises e memórias de Monte Castello, no Brasil, que não adote, de uma forma ou de outra, posição a respeito, começando pelo *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*, em 1949, e indo até *A verdade sobre a FEB*, de Floriano Lima Braynner, Rio de Janeiro, 1968.
2. Francisco Pinto Cabral, *Um batalhão no Monte Castello*, tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, novembro de 1982, p. 7.
3. *Ibidem*. Ver também Joel Silveira, *A luta dos pracinhas*, Rio de Janeiro, 1984.
4. Ver as pastas do XIV Exército, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
5. Ver seu relatório, “Einsatz der 232...”, *op. cit.*, (nota 108), em especial o anexo “Zeittaffel”, com a ordem esquemática de batalha de suas unidades, de outubro de 1944 a abril de 1945.
6. Entrevista ao autor.
7. *Ibidem*.
8. *Ibidem*.
9. *Ibidem*.
10. *Ibidem*.
11. Morgenmeldung vom, 30/11/1944, Armeekorpskommando 14, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
12. Relatório do major Diogo de Figueiredo Moreira Junior, S/2 da 1ª DIE, 26/2/1945, pasta E.M. 1ª D.I., [s.n.], Arquivo da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, Rio de Janeiro.
13. Ver Capítulo 6.
14. *Kriegstagebuch des Oberkommandos der Wehrmacht 1944-45*, vol. II, introdução de Percy E. Schramm, Munique, 1982. p. 1117.
15. Ver Capítulo 6.
16. Ferngespräche, 25/11/1944, KTB AOK 14, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
17. *Ibidem*.
18. Diário de Guerra do XIV Exército, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
19. Historical report task force 45, 105-TF-02, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington. O estado-maior da TF 45 deixou de existir no final de janeiro de 1945, quando a 10ª Divisão de Montanha americana assumiu seu setor nos Apeninos.
20. *Ibidem*, p. 9.
21. Moreira Junior, *op. cit.* Ver nota 131.
22. Ic-Zwischenmeldung vom 29/11/1944, KTB AOK 14, Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg.
23. *Ibidem*.
24. *Ibidem*.
25. Zwischenmeldung vom 29/11/1944, 14h.
26. Tagesmeldung vom 29/11/1944, 20h.
27. Morgenmeldung vom 30/11/1944.
28. Tagesmeldung vom 2/12/1944.
29. *Kriegstagebuch* AOK 14, 12/12/1944.
30. Ver a série de comunicados do AOK 14, entre 1º e 12/12.
31. Os detalhes da debandada estão nas atas do processo, publicadas em 1958, pela imprensa oficial sob o título *Justiça Militar na campanha da Itália*, em Fortaleza.
32. Morgenmeldungen, Tagesmeldungen e KTB do AOK 14, de 12 a 18/12.
33. Tagesmeldungen vom 29/11 e 12/12/1944.
34. Gablenz, *op. cit.* Ver nota 108.

1. Conforme levantamento de Fernando D'Arienzo, bacharel em História, Universidade de São Paulo.
2. Operational Reports, WO106/4096, e Documento M.I. 17, pasta WO204/4096, sobre o relacionamento entre as tropas brasileiras e as aliadas. Public Records Office, Londres.
3. Telegrama recebido pela Liaison Section, Brazilian Sub-Section, AFHQ, a 15/12/1944. WO204/5574, Public Records Office, Londres.
4. Martin Blumenson, *op. cit.*, p. 236. Ver nota 92.
5. AFHQ, Brazilian Liaison, Situation Report n. 11, 14/1/1945, WO204/5738, Public Records Office, Londres. Ver também Microfilm R-135A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
6. Carta confidencial de Sewell, AFHQ, Liaison Section, a Wooten USAFSA, 15/1/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
7. *Ibidem.*
8. Ver troca de telegramas entre o usafsa e o natousa no período inicial de janeiro de 1945, OPD 336, National Archives, Washington.
9. AFHQ, Liaison Section, Brazilian Sub-Section, Situation Report n. 10, 7/1/1945, WO204/5738, Public Records Office, Londres.
10. *Ibidem.*
11. AFHQ, Liaison Section, Brazilian Sub-Section, Report on Major Castro's Visit to BEF, 1/2/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
12. Brazilian Liaison Detachment to HQ IV Corps, Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, Captain Frank Cameron, 5/2/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
13. *Ibidem.*
14. Report on the BEF, *op. cit.* Ver nota 57.
15. Brazilian Liaison Detachment, Observations on the BEF Division Artillery, 20/1/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
16. Headquarters IV Corps, Report on BEF Engineer Btl., 31/3/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
17. Brazilian Liaison Detachment, Observation of G-2 Section of the BEF, 22/1/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
18. Report on the BEF, *op. cit.* Ver nota 57.
19. *Ibidem.*
20. *Ibidem.*
21. Entre muitos, ver *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB, op. cit.*, e Castello Branco, *O Brasil na II Grande Guerra, op. cit.* (nota 31).
22. AFHQ, Report (confidential) on 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Force in Italy, maio de 1945, WO204/5848, Public Records Office, Londres. Esse mesmo documento encontra-se também na pasta 301 BEF, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
23. Brazilian Liaison Detachment, Memorando, Observations of BEF, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
24. *Ibidem.*
25. *Ibidem.*
26. *Ibidem.*
27. *Ibidem.*
28. Brazilian Liaison Detachment, Liaison Report, [s.d.], WO204/5574, Public Records Office, Londres.
29. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165.
30. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
31. *Ibidem.*
32. Brazilian Liaison Detachment, Reports on the Quarter Master Procedures, 24/1/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
33. AFHQ, Liaison Section, Brazilian Sub-Section, Situation Report 20/1/1945, WO204/5738, Public Records Office, Londres. Ver também Relatório do coronel Sterling, AFHQ, dezembro de 1944, WO204/5738, Public Records Office, Londres.
34. Brazilian Liaison Detachment, Reports on Replace Depot, 26/3/1945, WO204/5575, Public Records Office, Londres.

35. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165.
36. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
37. Brazilian Liaison Section, 24/1/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
38. Report on Replacement Depot, 4/2/1945, WO204/5575, Public Records Office, Londres.
39. Brazilian Liaison Detachment, Liaison Report, [s.d.], WO204/5574, Public Records Office, Londres.
40. Material para preservação de armas de fogo. (N. do T.)
41. Relatório do coronel Paul Starling ao AFHQ, dezembro de 1944, WO204/5738, Public Records Office, Londres.
42. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165.
43. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
44. Report on the medical service of the Brazilian Expeditionary Force, [s.d.], Microfilm R-135A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
45. *Ibidem.*
46. Telegrama do NATOUSA ao USAFSA, 10/2/1945, OPD 336, National Archives, Washington.
47. Report on Replacement Depot, 28/1/1945, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
48. Sterling, *op. cit.* Ver nota 186.
49. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
50. Brazilian Liaison Section, The Engineer Battalion BEF, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
51. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
52. Report on 1st Infantry Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 175.
53. Report on Replacement Depot, 21/1/1945, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
54. Report on Replacement Depot, 15/1/1945, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
55. Sterling, *op. cit.* Ver nota 186.
56. *Ibidem.*
57. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
58. Carta confidencial de Sewell [...] a Wooten, *op. cit.* Ver nota 159.
59. Hand-Notes Used by Lt. Gen. Truscott for his talk to the Field and General Officer of the 1 inf. Div. 24/1/1945. WO204/5588, Public Records Office, Londres.
60. Report on Major Castro's Visit to BEF, *op. cit.* Ver nota 164.
61. AFHQ, Liaison Section, Brazilian Sub-Section, Report on General Truscott Lecture to BEF, 1/2/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
62. Headquarters IV Corps, Report on 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Force, 9/3/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
63. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168.
64. *Ibidem.*
65. Reports on the Brazilian Liaison Detachment, December 1944, WO204/5588, Public Records Office, Londres.
66. Brazilian Liaison Detachment, Engineer Battallion, [s.d.], WO204/5574, Public Records Office, Londres. Queixas quanto à mentalidade americana são comuns também no lado brasileiro. Castello Branco (*op. cit.*, ver nota 31) julgava os americanos “pouco sentimentais, frios, realistas, o que lhes assegurava certas vantagens sobre o tipo nostálgico, contemplativo e emotivo do brasileiro, que se recupera com dificuldades da adversidade e se deleita demasiado com o fulgor das vitórias”, p. 554.
67. Sterling, *op. cit.* Ver nota 186.
68. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165. O autor desse mesmo relatório fornece ainda outros exemplos da não utilização de latrinas ou da utilização de cômodos em casas como toalete, que teria levado a protestos de unidades americanas que conviviam com os brasileiros até o próprio comandante da FEB. Em outro documento, ele descreve a situação sanitária como “abominável”. Tudo existia, como latrinas, urinários etc., mas os soldados defecavam sem se preocupar em puxar a descarga, todo mundo jogava lixo em toda parte, oficiais superiores nada

- faziam para remediar a situação. A cozinha era suja e malcheirosa, problema que foi levado ao V Exército, que enviou um major especialista da companhia sanitária. Em quarenta dias, os piores problemas haviam sido solucionados, mas a “arrogância e má vontade” dos oficiais brasileiros na retaguarda atrapalhavam o contato com americanos. Report on the 1st Infantry Division, Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 175.
69. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168. Esse mesmo oficial afirmava que seus colegas brasileiros não se preocupavam em verificar se os soldados na linha de frente tinham oportunidades regulares de tomar banho e trocar de roupa.
70. Comparar os três últimos documentos citados. Num Situation Report de 24/2/1945, dirigido do AFHQ ao USAFSA, encontra-se a afirmação de que um escalão da FEB acabara de desembarcar em Nápoles com o capitão do barco queixando-se de ter visto o grupo mais indisciplinado dos últimos transportes, com os soldados passando frio e os oficiais com medo da tropa. O navio estava sujo e teve de ser raspado com sabão e água quente.
71. Ver pasta WO204/5575 com a totalidade dos Reports on Replacement Depots, Public Records Office, Londres. A 22/2, o general Truscott expediu uma “ordem geral” aos brasileiros sobre respeito à saudação militar, uso de uniforme, tratamento do lixo, exigindo distribuição a todas as tropas e responsabilizando os oficiais pelo cumprimento das normas. Essa ordem atendeu a uma solicitação por escrito do pessoal americano que acompanhava a FEB, conforme o Report on Replacement Depot de 5/3/1945. O Report do dia 26/3 menciona que oficiais brasileiros não respeitavam áreas marcadas “*off limit*” por haver perigo de minas ou bombas alemãs. Teria havido casos de sérios ferimentos e até mortes por culpa de má demarcação ou simples desrespeito às determinações.
72. Situation Report, 28/10, *op. cit.*
73. Relatório do capitão Munn ao USAFSA, 27/2/1945, WO204/5738, Public Records Office, Londres.
74. Situation Report, 14/1/1945, *op. cit.* Ver nota 158.
75. Situation Report, 7/1/1945, *op. cit.* Ver nota 162. A esmagadora maioria desses atritos ocorreu entre o coronel Travassos, G-4 da FEB, e os americanos. A disputa entre esse oficial brasileiro e os americanos daria um capítulo em si, mas não parece ser suficientemente representativa, embora queixas semelhantes, como se verificou, tenham ocorrido também em relação ao G-2 brasileiro.
76. Memorando de 4/12 do Deputy Chief of Section, Liaison Section, AFHQ, ao General Ralph Wooten, CG USAFSA, WO204/5588, Public Records Office, Londres, e Situation Report n. 11. O primeiro comandante era o tenente-coronel John Torrey. “(...) centraliza tudo e tenta torpedear outras formas de entendimento entre americanos e brasileiros, pois pretende ser adido militar no Brasil depois da guerra.” Seu lugar foi assumido pelo tenente-coronel Nathan Mathewson, colocado junto ao QG do IV Corpo, e que iria encurtar bastante o fio direto com o coronel Sewell no Supremo Comando, em Florença.
77. Cameron, Reports on the Brazilian Liaison Detachment, *op. cit.* Ver nota 217.
78. Theodor Bland, da artilharia. “A artilharia brasileira não se mostrou receptiva, na minha opinião, devido a um falso orgulho. Enquanto isso não for superado, é questionável o quanto poderemos realizar e ainda manter da amizade deles.”
79. Mathewson, Reports on the Brazilian Liaison Detachment, *op. cit.* Ver nota 217.
80. *Ibidem*, 31/12.
81. Ver os relatórios anteriores e os Situation Reports n. 10 e 11 (notas 158 e 162).
82. Observations on the BEF Division Artillery, *op. cit.* Ver nota 168. Mesmo os “amigos” dos Estados Unidos não foram contemplados com maior simpatia. “Quando visitei o centro de direção de tiro do 1º Batalhão (o tenente-coronel Waldemar Levy Cardoso é um dos melhores amigos que os americanos têm no Exército brasileiro inteiro), toda a seção me atendeu sem uma voz de comando do oficial. Embora isso de maneira alguma contribua para aumentar sua eficiência, pelo menos demonstra cortesia e respeito a oficiais americanos.” Esse documento está repleto de observações do mesmo caráter sobre oficiais brasileiros. O funcionamento da artilharia, de acordo com esse oficial americano, poderia melhorar substancialmente se todos os oficiais brasileiros mais velhos fossem substituídos por pessoal jovem que tivesse feito cursos nos Estados Unidos. “Oficiais brasileiros que fizeram Artillery School em Fort Sill, Oklahoma, estão seguindo e fazem todos os esforços para seguir ao pé da letra o ‘American way’. Mas, frequentemente, oficiais mais velhos e incompetentes recusam-se a colocar em ação o que os mais jovens sugerem.”
83. Liaison Report, *op. cit.* Ver nota 192.
84. Irônica foi a negativa do general Eisenhower em receber esse grupo de oficiais brasileiros para observações de tropas

blindadas também nas operações na França. A viagem havia sido proposta pelo QG do V Exército, por inspiração do major Vernon Walters, mas Eisenhower mandou a 27/2 telegrama, após certa insistência, negando permissão “por motivos operacionais”. Ver Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.

85. Report on 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Force, 9/3/1945, *op. cit.* Ver nota 214. Nesse período, a instrução não chegou a ser bem compreendida pela tropa da FEB, conforme o testemunho de Castello Branco (*op. cit.* ver nota 31): “não entendia o significado de treinar enquanto já tinha de servir no fronte”, p. 289.
86. Report on 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Force, 9/3/1945, *op. cit.* Ver nota 214.
87. *Ibidem.*

1. Castello Branco, *op. cit.* Ver nota 31.
2. Pasta WO204/4096 sobre relacionamento das tropas brasileiras com americanos e ingleses, Public Records Office, Londres.
3. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165.
4. *Ibidem.*
5. Os planos do comandante alemão estão em seu relatório sobre o emprego da 232^o nos Apeninos, citado no Capítulo 3.
6. Observations of Infantry Units of the Brazilian Expeditionary Force, *op. cit.* Ver nota 165. O capitão Cameron diz que esses planos foram entregues ao G-3 da Divisão, na época o tenente-coronel Humberto de Alencar Castello Branco. “Divisão, Regimento ou Batalhão falhou ao passar a informação para baixo.” A avaliação desse oficial americano sobre as unidades brasileiras na linha de frente variava entre elogios discretos ao III/11^o RI e críticas severas ao II/6^o RI, com o III/1^o RI ocupando posição intermediária.
7. Report by the Field-Marshal the Viscount Alexander of Tunis on the Italian Campaign, *op. cit.* Ver nota 91.
8. G-3 Fifth Army Plans, January 45, 105-0.5, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
9. *Ibidem.*
10. *Ibidem.*
11. Plan Snowshoe, IV Corps, 204-0.13, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
12. Plan Encore, Phase I, 204-0.13, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
13. *Ibidem.*
14. 10th Mountain Division, Narratives, 310-0.3, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
15. 15th Army Group, G Operations, WO170/4138, Public Records Office, Londres.
16. “G” Branch HQ 5th Army, WO170/4161, Public Records Office, Londres.
17. 10th Mountain Division, G-2 Periodic Reports, February 45, 310-1.16, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
18. “Reminiscences of the war”, Script, *op. cit.* Ver nota 51.
19. Kesselring, “Italien Feldzug”, *op. cit.*, p. 125. Ver nota 77.
20. *Ibidem.*
21. Gablenz, “Einsatz der 232...”, *op. cit.* Ver nota 108.
22. De 21 a 25/2, quando se completou a primeira fase da ofensiva em conjunto com a 10^a americana, 22 brasileiros morreram e outros 137 ficaram feridos, incluindo vítimas de acidentes. Oitenta e sete foram as baixas brasileiras na tomada da elevação. Durante os cinco dias, foram capturados 61 alemães, 23 deles no Monte Castello. Trinta cadáveres inimigos contou o oficial de informações brasileiro encarregado de entregar ao comando da FEB, naqueles dias, um relatório sobre as fortificações no Castello.
23. Situation Report, 24/2/1945, WO204/5738, Public Records Office, Londres.
24. Report on the BEF, *op. cit.* Ver nota 57.
25. Brazilian Liaison Detachment, major Gerald Munn to Lt. Cel. Nathan Mathewson, 9/3/1945, Microfilm R-134A, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
26. Mathewson, Report on 1st Infantry Division Brazilian Expeditionary Force, 9/3/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
27. Situation Report, 10/3/1945, WO204/5738.
28. AFHQ, carta secreta de Sewell a Wooten, USAFSA, 11/3/1945, WO204/5574, Public Records Office, Londres.
29. *Ibidem.*
30. Report on the liaison detachment of the BEF, *op. cit.* Ver nota 56.
31. 15th Army Group, *op. cit.* Ver nota 254.
32. Report on the Final Campaign Across Northwest Italy, IV Corps, 204-0.13, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
33. G-2 Periodical Reports, 21/2, e Narratives, 21/1, *op. cit.* Ver nota 253.
34. *Ibidem.*
35. Brief for Supreme Allied Commanders Conference, [s.d.], WO204/80, Public Records Office, Londres.

1. Ia n. 143/45, 29/1/1945, pastas da 114^a Divisão (RH26 – 114), Bundesarchiv-Militärarchiv, Freiburg. Todos os documentos seguintes pertencem à mesma classificação geral.
2. 10th Mountain Division, G-2 Periodic Reports, February 45, 310-1.16 – 310-2.1, Modern Military Field Operations, National Archives, Washington.
3. Ia 314/45, 4/3/1945.
4. *Ibidem.*
5. *Ibidem.*
6. Fernschreiben an Jäger Regiment 721 und 741, 7/3/1945, 13 Uhr.
7. Jäger Regiment 741, Ia n. 65/45, 12/3/1945, e telex do Ia (Divisão), 374/45, 12/3/1945.
8. *Com a FEB na Itália*, Rio de Janeiro, 1946, p. 220.
9. Carta do comandante do Jäger Regiment 741 ao comandante da 114^a Divisão Ligeira, 13/3/1945. A assinatura é indecifrável. Os Periodic Reports da 10^a de Montanha atribuem a esse oficial o nome de coronel Brehe.
10. Ia n. 377/45, 19/3/1945.
11. Tagesmeldung, 24/3/1945.
12. Comandante da 114^a ao Regimento 741, 25/3/1945.
13. Report by the Field-Marshal the Viscount Alexander of Tunis, *op. cit.* Ver nota 91.
14. Fernschreiben, 5/4/1945, 23:55 Uhr.
15. *Ibidem.*
16. Report by the Field-Marshal the Viscount Alexander of Tunis, *op. cit.* Ver nota 91.
17. Ic n. 441/45, Feindnachrichtenblatt, 25/3/1945.
18. Ver o mapa anexo ao Ia 474/45, 22/3/1945.
19. Ia n. 490/45, 7/4/1945.
20. *Ibidem.*
21. Ic Tagesmeldung, 27/3/1945.
22. Ic Tagesmeldung, 28/3/1945, Tagesmeldung, 6/4/1945.
23. Erkundungsstab 114. Jg. Div. Urteil rüber Verteidigungsfähigkeit der rückwärtigen Stellungen im Abschnitt der 114. Jg. Div., 11/4/1945.
24. Ver o mapa de 1/3/1945.
25. Ic Tagesmeldung vom, 13/4/1945.
26. Ia Tagesmeldung vom, 14/4/1945.
27. Ic Tagesmeldung e Ia Morgenmeldung, 15/4/1945.
28. Ic Tagesmeldung e Ia Morgenmeldung, 16/4/1945.
29. Ia Tagesmeldung, 16/4/1945.
30. Ic Zifferblatt für Divisionsbefehl, 17/4/1945.
31. Ia 356/45, Divisionsbefehl für das Ausweichen im “Kitty – Dschingis Khan-Stellung” in Nacht, 18-19/4/1945, 18/4/1945.
32. Documento MS D-355, Militärgeschichtliches Forschungsamt, Freiburg.
33. Gablenz, *op. cit.* Ver nota 108.

Só agora, 70 anos depois, começamos a superar a ordem estabelecida ao final da 2ª Guerra – um conflito de imenso peso na memória coletiva de muitos povos e países não só pelo seu papel central na construção do mundo que vivemos, mas também – ou sobretudo – pelos episódios aterradores de extermínio em massa, o horror dos totalitarismos, a inigualada destruição de populações civis e a arma do fim da humanidade, a bomba atômica.

Se para alguns a participação brasileira foi simbólica ou de menor peso nos eventos puramente militares, isso em nada muda a importância, a coragem e o sacrifício pessoais dos soldados brasileiros, enviados à morte muitas vezes sem preparo, treinamento, equipamento e comandantes competentes num país distante e numa situação de difícil compreensão. Ao contrário, essas circunstâncias reforçam o brio que demonstraram. São duas perspectivas completamente distintas, a da participação do indivíduo e a da projeção histórica do acontecimento. É profundamente triste constatar quantos analistas no Brasil não sabem, ou não quiseram, separar uma coisa da outra.

Repórter desde os 16 anos de idade, **WILLIAM WAACK** foi correspondente de guerra em nove conflitos e cobriu alguns dos maiores eventos internacionais das últimas décadas: Revolução do Irã, a queda do Muro de Berlim, o fim da União Soviética, entre outros. Durante mais de duas décadas atuou como correspondente internacional na Alemanha, na Grã-Bretanha, no Oriente Médio, na Rússia e nos Estados Unidos.

Passou por algumas das principais redações do país, como *Veja*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*. Na Rede Globo desde 1996, atualmente apresenta o *Jornal da Globo* e o programa *Painel* (GloboNews).

Duas vezes ganhador do Prêmio Esso de jornalismo por sua cobertura da Primeira Guerra do Golfo, em parceria com Helio Campos Mello, e pelas revelações dos arquivos em Moscou sobre a Intentona Comunista de 1935 no Brasil, tema de seu livro *Camaradas*.

William Waack formou-se em jornalismo na USP e em ciências políticas, sociologia e comunicações pela Johannes Gutenberg Universität de Mainz, Alemanha, com mestrado em relações internacionais.

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA SEGUNDA GUERRA
MUNDIAL MUITAS VEZES É ESQUECIDA, EMBORA O PAÍS
TENHA SIDO O ÚNICO DA AMÉRICA LATINA A MANDAR
TROPAS PARA COMBATER NA EUROPA.

*Leitura indispensável para conhecermos a ação da
FEB na Itália. — Marco Antonio Villa*

*Claro, abrangente e incisivo, William Waack traz a verdade
sobre a Força Expedicionária ao conhecimento dos
brasileiros. Um grande livro. — Bolívar Lamounier*

Em *As Duas Faces da Glória*, o jornalista William Waack faz o relato mais original e completo da participação dos brasileiros no conflito. Nele, revela a visão dos soldados alemães – os inimigos –, e dos oficiais norte-americanos – nossos aliados –, sobre a atuação da FEB (Força Expedicionária Brasileira).

A maior parte dos combatentes alemães nem sabia que o Brasil havia declarado guerra ao III Reich e muito menos que enfrentava soldados brasileiros na Itália, ao final da 2ª Guerra; os uniformes eram idênticos aos dos norte-americanos.

Os oficiais norte-americanos, por sua vez, responsáveis por treinar e comandar a FEB, revelam uma enorme dificuldade em entender o caráter nacional brasileiro.

Fugindo das velhas verdades oficiais e do ufanismo nacionalista, Waack apresenta a visão dos outros a respeito dos brasileiros, uma contribuição essencial para compor um quadro mais amplo do maior conflito internacional da história.

O principal mérito da obra é o esforço de reportagem que levou o jornalista a localizar e a entrevistar 28 ex-combatentes que lutaram contra a FEB e a extensa pesquisa em arquivos em Londres e Washington, que desenterrou os relatórios confidenciais e secretos de americanos e britânicos sobre os militares brasileiros.